

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



PÓRTO ALEGRE — 1954

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

M E N S A G E M

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada pelo Governador do Estado, General Ernesto Dornelles, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954.



PORTO ALEGRE — 1954

I N D I C E

ADMINISTRAÇÃO GERAL	39
Secretaria do Governo	41
Secretaria do Interior e Justiça	43
Procuradoria Geral do Estado	61
Departamento do Serviço Público	63
Departamento Estadual de Estatística	67
POLÍTICA SOCIAL	73
Secretaria de Educação e Cultura	75
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul	83
Departamento Estadual de Saúde	86
Serviço Social de Menores	99
Instituto de Previdência do Estado	103
POLÍTICA ECONÓMICO-FINANCEIRA	107
Secretaria da Fazenda	109
Conselho Estadual de Contribuintes	125
Bolsa de Valores do Rio Grande do Sul	127
Departamento da Loteria do Estado	129
Sistema de Material do Estado	131
Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio	133
Departamento Estadual de Abastecimento de Leite	151
Instituto Rio-Grandense de Arroz	153
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes	155
OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES	157
Secretaria das Obras Públicas	159
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	167
Departamento Autônomo de Carvão Mineral	175
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	177
Comissão Estadual de Energia Elétrica	180
Viação Férrea do Rio Grande do Sul	189
ANEXOS	201

Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

Cumpro mais uma vez, com viva satisfação, o preceito constitucional que determina a comparecimento do Governador à colenda Assembléia Legislativa, a fim de expôr a situação dos negócios do Estado e indicar as providências e soluções que os problemas administrativos estão a exigir dos responsáveis pela coisa pública.

Chegado ao último ano de exercício de minha gestão, como quem percorre um caminho árduo, salteado de conjunturas difíceis ou delicadas, já me é possível abranger numa visão de conjunto as etapas até agora percorridas e indicar os marcos principais da obra realizada desde o solene ato de posse perante esta Assembléia.

Quando assumi o honroso posto de Chefe do Poder Executivo, vi confirmada em tôda a extensão e profundidade dos seus dados concretos esta verdade que se apresenta à consciência de todas nós: soberba unidade da Federação, o Rio Grande, longe de uma circunscrição estanque, está vinculado àquela, não somente pelos laços fundamentais de ordem biológica, moral, social e histórica, que gizeram o seu glorioso destino na comunhão brasileira, mas por outros que, alicerçando-se nesses fatores estruturais, atuam a cada momento, com singular dinamismo e amplitude, determinando uma permanente circulação, entre a parte e o todo, de problemas, de objetivos, de idéias, de propósitos, de soluções.

Infelizmente, em face dessas condições de caráter impositivo e vital, a posição do Rio Grande, como a de outros Estados da Federação, não era das mais favoráveis.

Após seis anos de guerra, durante os quais ficou praticamente paralisado o nosso reaparelhamento industrial, bem como o das ferrovias e portos, de usinas elétricas e maquinaria agrícola, o Brasil contava ao findar o exercício de 1945 vultosas disponibilidades em divisas — Cr\$ 5.248.629.077,00, que atingiram a Cr\$ 6.844.509.024,90 em fins de 1946, sem contar as reservas ouro, fundos êsses que tinham a destinação de ocorrer àquele reaparelhamento.

A maneira por que se apresentava a nossa situação em 1945 é traduzida pelo relatório do Banco do Brasil, referente ao exercício do ano seguinte:

"Esses recursos, adicionados às reservas ouro, legitimam a presunção de que o Brasil pode encarar confiadamente a fase de intensa solicitação de divisas que se aproxima com a normalização do comércio internacional".

E a Mensagem presidencial de 1947 afirmava:

"A situação cambial do Brasil não deixa preocupações no momento e apresenta indícios favoráveis para o futuro. O grande saldo da balança comercial permitiu, em 1948, alterações de grande significação na política cambial".

Enumera depois as restrições suprimidas em relação à política cambial, inspiradas, como se dizia, no objetivo de facilitar e normalizar nosso intercâmbio com o estrangeiro. As conseqüências são conhecidas — o saldo de 1946 não bastou para cobrir o deficit de 1947. O Governo, que chegara mesmo a desinteressar-se de empréstimo já encominhado, viu positivar-se a crise com a agravante de não termos solucionado, na hora mais oportuna, alguns problemas básicos, que dariam ao País novas energias para enfrentar o crise superveniente em melhores condições. Não faltou àquele período de Governo um outro fator negativo — os grandes deficits orçamentários, ocasionados em parte pela pulverização de dotações consignadas a obras que, custeadas com verbas insuficientes, ficaram inacabadas, privando a coletividade de benefícios e imobilizando energias que seriam melhor oproveitadas num sólido plano de conjunto. Acrescente-se ao quadro um de seus aspectos menos promissores — a norma então seguida, pelo Governo central, de impor a retração de créditos para a produção e as administrações estaduais e municipais. Criavam-se, assim, num País de economia fraca, condições de estagnação e torpor, ao invés daquelas sadias, reclamadas por todos os quadrantes, de estímulo eficaz e incentivo ao trabalho produtivo.

Basta referir aqui a situação do Rio Grande do Sul, que se viu a braços com uma dívida flutuante vultosa, enquanto caía em atraso a amortização da dívida consolidada, além de não dispor o Estado de financiamentos essenciais à solicitação do seu progresso. Esta foi a situação ingrata que defrontou o meu ilustre antecessor, no posto que ora ocupo, e posso portanto entrever as conjunturas difíceis opostas ao seu patriotismo e descortino administrativo.

Coube-me a mim, felizmente, empunhar o leme do Estado em uma fase que, embora sulcada pelas apreensões e os profundos desajustamentos de caráter mundial, se inaugurava, do ponto de vista estritamente político, no cenário nacional, sob signos bem mais promissores aos problemas a que venho aludindo. E se posso enumerar um saldo de apreciáveis realizações, é preciso confessá-lo, devo-o, antes de tudo, às condições mais propícias que deparei.

O atual Chefe da Nação, inspirado por sua experiência e alto sentido da coisa pública, retomou uma política cujo objetivo foi sempre justamente estimular na mais larga escala as fontes vivas da produção, proporcionando a esta escoamento eficiente através

dos transportes e do aparelhamento portuário; acelerar a eletrificação, intensificar o saneamento e a higiene; cuidar, com especial atenção, da educação profissional das nossas populações; em suma, valorizar o homem, dando-lhe uma consciência mais viva de suas aspirações, direitos e deveres. E para tanto, diante das dificuldades enormes que lhe foram legadas, não se subordinou a preferências regionais ou a critérios menos patrióticos, dispensando criteriosamente o poderoso auxílio financeiro e técnico da União para atender aos reclamos e necessidades de cada uma das unidades componentes da Federação.

Graças a esta superior orientação política, pôde o Rio Grande prosseguir com êxito nos planos que já se traçara, coordenar esforços a partir das descontinuidades que os entorpeciam e formular novas programações sob um critério orgânico, a serem executadas não somente pelo atual Governo, mas pelos vindouros.

Pode-se dizer que só agora o Rio Grande começa a colher os frutos de uma política realista e previdente, qual a que se lhe impunha seguir no grave período do após-guerra.

* * *

Na exposição que vou ler a esta Assembléia, passarei em revista não somente os empreendimentos levados a efeito durante o exercício passado, mas também aquêles que, por sua relevância, devem ser destacados na sua continuidade. Farei, assim, o quanto possível, a traços largos, um exame retrospectivo de minha administração, o qual permitirá apurar se foram ou não coroados de êxito os esforços despendidos.

Cabe-me dizer, antes de tudo, da situação dos negócios financeiros, pano do fundo em que se destacam todos os outros setores de trabalho.

A situação financeira do Estado, já no ano passado, podia-se considerar perfeitamente normalizada. As medidas financeiras, fiscais e administrativas postas em prática asseguraram o restabelecimento do equilíbrio orçamentário e a recuperação do crédito do Estado.

Os exercícios de 1951 e de 1952 encerraram-se com elevados superávits, como é do conhecimento desta agrégia Assembléia.

A lei orçamentária para o exercício financeiro de 1953 foi votada com o superavit de Cr\$ 1.975.696,00. Na realidade, porém, encontrava-se altamente deficitária, já porque eram notoriamente deficientes certas verbas destinadas ao atendimento de despesas compulsórias de pessoal, já porque fôra incluída na receita dotação que atribuía, sem base sólida, à União a responsabilidade total pelo déficit da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

De fato, as dotações orçamentárias que deveriam suportar o aumento de despesa decorrente da reclassificação de cargos e revisão de estipêndios dos servidores públicos totalizavam apenas 322 milhões de cruzeiros, ao passo que o reflexo financeiro das leis

concessivas de tais vantagens, votadas após o orçamento, atingia 500 milhões.

Verifica-se, em tais condições, que a insuficiência de verbas para pagamento da majoração de vencimentos do funcionalismo ascendia a 178 milhões de cruzeiros.

Relativamente às previsões de receita, fôra incluída na lei de meios para 1953, sob o título "Receita de indenizações e restituições", uma parcela de Cr\$ 240.900.000,00, equivalente ao deficit previsto na exploração da Viação Férrea, naquele exercício, a ser devolvido pela União.

Ora, a legislação federal então em vigor não autorizava a restituição da totalidade do deficit da ferrovia no próprio ano em que o mesmo se verificasse; ao contrário, determinava que os resultados industriais fossem divididos em partes iguais, entre a União e o Estado, verificando-se a devolução a cargo da primeira no exercício financeiro seguinte ao considerado.

Diante dessa delicada situação orçamentária, procurou o Governo não só intensificar os trabalhos de fiscalização tributária, arrecadando inflexivelmente os receitas públicas, mas também comprimir as despesas de caráter adiável, estabelecendo um rigoroso contrôle em sua realização.

Graças a essa sã política financeira e à solidez da situação econômica do Estado, puderam ser superadas as graves dificuldades orçamentárias acima descritas.

Efetivamente, com base no superavit financeiro do exercício de 1952, foram abertos os créditos suplementares que se faziam necessários para assegurar o integral atendimento do aumento de vencimentos deferido aos servidores públicos, normalizando-se, desta forma, essa lacuna da lei de meios.

De outro lado, a maior receita ordinária arrecadada no exercício, maximé no grupo dos impostos, permitiu cobrir os Cr\$ 240.900.000,00 relativos ao deficit da Viação Férrea, não realizados em 1953.

Malgrado as deficiências apontadas, a execução orçamentária de 1953 encerrou-se ainda com um superavit de 23 milhões de cruzeiros, mercê das providências postas em prática.

Os recursos disponíveis do exercício de 1953, apurados segundo a fórmula técnica, ascenderam, entretanto, a 113 milhões de cruzeiros, que só deverão ser aplicados depois que fôr dada efetiva cobertura aos créditos abertos, com recurso em apólices, para o atendimento das despesas do Plano de Obras de 150 milhões de cruzeiros, de iniciativa desta Assembléia, e bem assim ao primeiro crédito aberto, no valor de 150 milhões e também com recurso em apólices, para fazer face aos gastos do Plano de Obras, Serviços e Equipamentos.

Para o corrente exercício financeiro a receita está orçada em Cr\$ 3.615.958.000,00 e a despesa fixada em Cr\$

3.660.562.130,00, donde um deficit de previsão de Cr\$.
44.604.130,00.

Embora reconheça o Poder Executivo que o saneamento financeiro foi alcançado precipuamente pela aplicação da política do equilíbrio orçamentário, que cumpre manter como boa norma de administração, não vê na lei de meios em vigor uma ameaça ao rompimento de tal princípio. Em verdade, a execução do orçamento está-se processando de molde a evitar o nascimento de uma situação deficitária.

Essa luta pelo equilíbrio orçamentário, que vem sendo mantida desde o início de minha administração, ensejou um clima de fortalecimento do crédito do Estado, com base no qual se desenvolve um amplo programa de realização de obras e serviços reclamados pelo povo rio-grandense.

Durante todo o período do atual Governo, têm sido atendidos com recursos de empréstimos, como é clássico na ciência das finanças, os empreendimentos de maior vulto, cujos ônus devem ser repartidos por vários exercícios.

Contando com a decidida colaboração do Governo da União, conseguiu o Estado contratar com o Banco do Brasil, já no exercício de 1951, as operações de crédito de 400 milhões e 100 milhões de cruzeiros, que foram aplicados na execução dos planos de obras e investimentos e de reaparelhamento da Viação Férrea, respectivamente, ambos altamente reprodutivos.

No ano de 1952 contratou o Governo com o "International Bank for Reconstruction and Development" um empréstimo de 25 milhões de dólares, que vem sendo aplicado, segundo sua destinação específica, na execução das obras e serviços do Plano de Eletrificação. Essa operação financeira contou com a garantia da União, nos termos da lei.

Pela Lei n.º 2.136, de 26 de outubro do ano findo, foi aprovado o Plano de Obras, Serviços e Equipamentos, no montante de 3 bilhões de cruzeiros, que enfeixa os mais urgentes anseios de progresso da comunidade gaúcha.

O financiamento desse plano será feito parte por meio de empréstimos e parte através de recursos ordinários.

Com o objetivo de assegurar a realização de tão importantes empreendimentos, concertou o Estado com o Banco do Brasil, no início deste exercício, um empréstimo de 500 milhões de cruzeiros, a ser recebido parceladamente.

Consigna a vigente lei orçamentária, de outro lado, uma dotação de 250 milhões de cruzeiros para serem aplicados em idêntica finalidade.

Dispõe assim o Governo de vultosos recursos financeiros para prosseguir na execução do seu programa de investimentos, acelerando o ritmo de desenvolvimento econômico do Estado.

Duas outras operações de crédito foram ainda realizadas pelo atual Governo, destinando-se a autarquias; a primeira, no vo-

lor de 120 milhões de cruzeiros, foi contratada com o Banco do Brasil e beneficiou o Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes, e a segunda, totalizando 100 milhões, foi ajustada com a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul e teve sua aplicação cometida ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

O serviço da dívida pública encontra-se rigorosamente em dia, cumprindo assinalar que, no primeiro ano de minha administração, foram levadas a efeito várias consolidações, com a regularização das prestações atrasadas.

Relativamente à dívida flutuante, sensível foi a redução verificada, no último triênio. Realmente, somava ela Cr\$. 565.543.993,00 em 31 de dezembro de 1950 e atinge aproximadamente Cr\$ 333.000.000,00, ao término do exercício financeiro de 1953.

No setor da tributação, prosseguiu o Governo a linha de conduta anteriormente fixada. Levando sempre em consideração as limitações da capacidade contributiva, assegurou um amplo desenvolvimento a todas as atividades econômicas, com favoráveis reflexos sobre a arrecadação.

No projeto de Código Tributário enviado em 1952 à apreciação desta colenda Assembléia, acha-se condensada a orientação do Poder Executivo no tocante a tão importante matéria.

No terreno político, através de seus órgãos específicos, o Poder Executivo agiu de modo a assegurar um clima de perfeita tranquilidade às atividades econômicas e culturais. A serenidade e eficiência com que se houveram as autoridades policiais fizeram-se sentir, não somente em relação ao combate às atividades políticas proibidas em lei, como no serviço policial comum, alcançando pleno êxito nas investigações criminais a que procederam.

A orientação imparcial e serena do Governo presidiu a realização, no mês de dezembro último, dos plebiscitos destinados à criação de novos municípios. Para efetuar esse pronunciamento democrático, nenhuma medida especial foi tomada, o que vem atestar, mais uma vez, o nível de cultura política a que já atingiu o povo rio-grandense.

Prosseguiram em ritmo normal, durante o ano, os trabalhos da Comissão de Assessoramento do Plano de Cadeias e Foros, instituída pela Portaria n.º 839, de 17 de dezembro de 1951.

Processados os atos referentes à terceira concorrência pública, julgada no mês de fevereiro de 1953, foram lavrados e posteriormente submetidas a registro no Tribunal de Contas os contratos de empreitada para a construção dos prédios destinados às cadeias de Cacequi, Iral e Cachoeira do Sul, ficando em obras treze edifícios para as cadeias e seis para os foros que integram a primeira etapa do plano.

Dêsse grupo de edifícios, já foram concluídos os que se destinam às cadeias de Uruguaiana, Dom Pedrito e São Gabriel, em pleno funcionamento.

Também já foram concluídas as obras das cadeias de Camaquã, Carazinho, Encantado, São Borja e Três Passos, cujos prédios se acham devidamente equipados. As demais, localizadas nos municípios de Cacequi, Cachoeira do Sul, Canela, Iral e Taquara deverão ficar em condições de funcionar, segundo as previsões, nos primeiros meses deste exercício.

Tem sido vastamente discutido, participando do debate técnicos criminalistas e penitenciários eméritos, o plano a ser desenvolvido para dotar o Estado de estabelecimentos penais adequados ao sistema penitenciário progressivo. Diante das observações e vários estudos feitos, formulou a Secretaria do Interior o seguinte programa de realizações, aprovado pelo Poder Executivo:

I — Prosseguimento e intensificação do plano de construção de cadeias civis, para o interior do Estado;

II — ampliação do Manicômio Judiciário Dr. Mauricio Cardoso;

III — transformação da Colônia Penal e Agrícola Gen. Dal-
tro Filho em Penitenciária Agrícola, não só para comportar cerca de mil sentenciados, como também para permitir o direto recolhimento dos condenados procedentes da agricultura ou atividades afins;

IV — construção da primeira Penitenciária Regional, de tipo industrial, nas proximidades da Capital do Estado;

V — aproveitamento conseqüente da Casa de Correção como Prisão Provisória, mediante reforma, destinada a receber os presos em flagrante ou preventivos da Capital e os condenados que ainda não tiveram Carta de Guia;

VI — elaboração do projeto dos estabelecimentos penais complementares, como o Sanatório Penal, a Casa de Custódia e Tratamento, etc., bem como a assistência social aos egressos através de uma Colônia Agrícola e uma Casa de Amparo, a serem entregues aos cuidados de entidades privadas subvencionadas.

Dêsse programa de realizações, acham-se já construídas, em construção ou por serem imediatamente iniciadas 27 cadeias, a primeira etapa da ampliação do Manicômio Judiciário e parte das obras da Colônia Penal e Agrícola. Quanto à Penitenciária Industrial, encontra-se em estudos a escolha do terreno, considerando-se, para tal, o recente oferecimento de vasta área por parte da Municipalidade, envidando o Secretário do Interior todos os esforços para que as obras tenham início o quanto antes. Finalmente, as duas últimas partes do esquema traçado serão objeto de oportunas providências da Comissão de Reaparelhamento Penitenciário, que substituiu, de acordo com a Lei n.º 2.161, de 19 de novembro último, a Comissão de Assessoramento.

Uma vez efetivado integralmente o plano, o Rio Grande do Sul disporá de adequado e amplo conjunto de edificações destinadas ao confinamento de sentenciados, e próprias à recuperação do

delinqüente, segundo o sistema penitenciário progressivo adotado entre nós.

Mas, a par do empenho que se tem dado à construção dos edifícios necessários ao cumprimento da pena, não se descurou da sua finalidade fundamental, que é a recuperação do delinqüente. Dentro dessa orientação, o Decreto n.º 4.820, de 31 de dezembro último, prescreveu normas às Cadeias Cíveis e criou Conselhos de Assistência Social ao Presidiário, formados por membros indicados pelo Juiz de Direito, Prefeito Municipal, Legião Brasileira de Assistência e pelo próprio Administrador. Tais Conselhos começarão a ser instalados agora e se destinam a programar e executar uma série de atividades assistenciais, de colaboração com a administração da cadeia cível, e que abrangem a assistência judiciária, médica, hospitalar, odontológica, farmacêutica e religiosa, além da manutenção dos laços familiares do presidiário, a assistência à família da vítima dos crimes de homicídio, o encaminhamento dos liberados e outras medidas.

De outro lado, a Secretaria do Interior está-se dirigindo às autoridades eclesásticas, solicitando a sua contribuição na recuperação do delinqüente através da assistência religiosa, nos moldes que, há tão longos anos, vêm sendo praticados pelo abnegado Pe. Pio Book, na Casa de Correção, a fim de que essa atividade se estenda a tôdas as cadeias cíveis.

Quanto aos edifícios forenses, é preciso referir que os de Guaiaba e Canoas já foram inaugurados, devendo proceder-se, em breve tempo à inauguração do de Alegrete. As obras de construção dos foros de São Francisco de Paula, Coxias do Sul e Erechim, iniciadas em junho do ano passado, somente em meados do ano em curso estarão concluídas.

Para a execução da segunda etapa do Plano de Cadeias e Foros, com apóio nos recursos da verba de 20 milhões de cruzeiros, votada pela Lei n.º 2.060, de 23 de março de 1953, estão sendo assentadas as providências preliminares, quais sejam as de escolha e recebimento dos terrenos, cuja doação cabe aos municípios contemplados.

Estes, segundo a ordem de prioridade estabelecida, são os seguintes: General Câmara, General Vargas, Vacaria, Soledade, Canoas, Jaguari, São Francisco de Assis, Erechim, Lavras do Sul, Palmeira das Missões, Marcelino Ramos, Getúlio Vargas, Nova Prata e Santo Antônio da Patrulha (14 prédios para cadeias) e Lagoa Vermelha e Aparados da Serra (2 prédios para foros).

Na dependência do tempo em que seja possível formalizar os atos de transferência dos terrenos para o Estado e se continuar a haver interêsse, no mercado de construções, pelas obras do plano no regime de empreitada, até agora adotado, será viável encaminhar a execução, no decurso de 1954, de todos os edifícios (16) da segunda etapa, entrando-se logo numa terceira etapa à base da verba de Cr\$ 17.500.000,00, consignada ao empreendimento no

Plano de Obras. Em fins de 1955, a rede de cadeias civis, de acordo com o planejamento, deverá contar 45 unidades.

No caso dos foros, dispõe o Estado do recurso de novas locações, em prédios melhores, o que permite contemporizar o problema na maioria das situações.

Com a dotação que lhe foi atribuída pela Lei n.º 2.060, de 23 de março de 1953, pôde a Brigada Militar efetuar diversas obras no setor de seus quartéis e hospitais. Tais empreendimentos poderão ser incrementados, no corrente exercício, em virtude da dotação de 23 milhões, inscrita no Plano de Obras e que se destina também à construção de prédios para essa milícia. Já foram iniciadas as obras de edificação do Quartel Central do Corpo de Bombeiros, que devem ter rápido andamento. Empenhada em sua missão de órgão mantenedor da ordem no Estado, ao lado da Polícia Civil, e dentro da linha tradicional de disciplina e eficiência que tanto honra a corporação, a Brigada Militar vem aprimorando a instrução policial dos seus elementos, através de proveitosos cursos especiais.

À obra educacional, o Governo tem dedicado particular atenção. As atividades e realizações neste campo de trabalho, delicado e complexo, vêm-se processando em marcha progressiva, com resultados cada vez mais positivos.

Em fins de 1953, mantinha o Estado, no setor do Ensino Primário, 656 Grupos Escolares e 301 escolas isoladas, perfazendo o total de 967 unidades. A matrícula geral era de 161.796 escolares e a real de 130.846. Comparado com o ano letivo de 1952, o de 1953 apresenta um aumento de 7.848 alunos matriculados. Distribuído em 15 Regiões Escolares, o efetivo de professores atingiu o número de 7.441.

Foram criados, no corrente ano, mais 48 Grupos Escolares. As nomeações ou contratos de professores já feitos ou por serem efetuados, neste exercício, alcançarão o número de 1.096 que, acrescidos aos 7.441 acima referidos, perfarão um efetivo de 8.537 professores primários.

Acham-se em construção pela Secretaria de Educação 12 prédios de alvenaria para Grupos Escolares nos municípios de Montenegro, Soledade, Palmeira das Missões, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Itaqui, São Sepé, Encruzilhada do Sul, Guaíba, Canguçu, Ijuí e Erechim. Além desses, a Secretaria das Obras Públicas está construindo o Grupo Escolar Demétrio Ribeiro em Alegrete, o Grupo Escolar de Panambi em Cruz Alta e o Grupo Escolar Cel. Pilar em Santa Maria.

Em outubro do exercício findo, deu-se início aos trabalhos constantes do Plano de Obras, que prevê a construção de 162 prédios escolares. É propósito da Secretaria de Educação pôr em funcionamento, até julho do corrente ano, 100 prédios de madeira, completamente equipados e dispendo de residência para os professores.

Foram concluídos em 1953 os prédios de alvenaria destinados aos Grupos Escolares das seguintes localidades: Rincão de São José, em Taquari; Cruzeiro do Sul, em Lajeado; Glória, em Estrêla; Parobé e Igrejinha, em Taquara; Barão, em Montenegro; Putinga, em Encantado; Alfândega, em Garibaldi e Pitangueiras, em Santo Antônio.

A Superintendência do Ensino Normal instalou mais uma de suas unidades, a Escola Normal Elisa Ferrari Vals, em Uruguaiana, havendo sido criadas a Escola Normal Juvenal Müller, de Rio Grande, a Escola Normal Regional de Piratini e a Escola Normal 1.º de Maio desta Capital, as quais já se encontram funcionando.

Pela Secretária das Obras Públicas, foi iniciada a construção dos prédios destinados às Escolas Annes Dias, de Cruz Alta, e Oswaldo Cruz, de Passo Fundo.

Juntamente com o Instituto de Educação, o número das Escolas Normais oficiais, correspondentes ao 2.º ciclo do Ensino Normal, sobe atualmente a doze. As Escolas Normais regionais, destinadas a formar regentes de Ensino Primário, são em número de sete, quatro das quais foram instaladas em 1953, em São Francisco de Paula, Santa Rosa, Saledade e Guaporé.

A Superintendência do Ensino Secundário providenciou na criação e instalação dos seguintes novos estabelecimentos de Ensino Secundário: Colégio Estadual de Santa Maria, Ginásio Estadual de Bagé, Colégio Estadual de Coxias do Sul, Ginásio Noturno de Uruguaiana e Ginásio Noturno de São Leopoldo. Estão sendo concluídas, pela Secretaria de Educação, as obras do Ginásio Estadual de Tupanciretã.

A rede de estabelecimentos subordinados à Superintendência do Ensino Profissional, compõe-se das seguintes unidades: a Escola Técnica de Agricultura, em Viamão; a Escola Técnica Parobé, a Escola Técnica Senador Ernesto Dornelles, o Instituto Evarista Flores da Cunha, a Escola Especial Darcy Vargas, a Escola Técnica de Comércio Protásio Alves, tôdas nesta Capital; a Escola Artesanal Dr. Cylon Rosa, em Santa Maria, e a Escola Agrícola de Bagé.

Deverão ser muito em breve criadas as Escolas Técnicas da Indústria do Frio e a Escola de Pesca, em Rio Grande.

Em todos aqueles estabelecimentos, foi apreciável o número de alunos matriculados nos diferentes cursos, que ministraram ensinamentos práticos, cuja eficiência ficou demonstrada através de exposições de trabalhos realizados.

Ao findar o exercício de 1953, funcionavam 298 escolas rurais. O plano geral de construções, neste setor, não só foi aprovado pelo Instituto Nacional de Educação Profissional, como mereceu a promessa do seu apóio financeiro, tornando-se exequível no decorrer deste ano. Visa esse plano à criação de 672 Escolas Rurais, 61 Grupos Escolares Rurais e 17 Escolas Normais Rurais.

No que toca à Educação Artística, o órgão correspondente, a-

lém de numerosas outras atividades, realizou 5 demonstrações orfeônicas, o II Concurso de Desenho Infante-Juvenil, 20 exposições internas de Desenho e Artes Aplicadas, 8 concêrtos educativos, provas objetivas de Desenho em dezenas de escolas desta Capital e do interior, aulas de Apreciação Musical e gravações de coros orfeônicos.

A Assistência Educacional dispensou serviços médicos a 47.076 escolares, nesta Capital, e a 10.038, no interior; tratamento dentário a 12.230 crianças e assistência alimentar a 10.624, além da distribuição gratuita de peças de vestuário. Funcionaram 6 Colônias de Férias, cada uma com diversas turmas.

Medidas de grande relevância, pelas futuras repercussões na obra educacional e cultural do Estado, foram tomadas pela Secretaria de Educação no fim do exercício passado. Depois de aprovados pelo Executivo, os respectivos projetos de lei foram encaminhados a esta Assembléia, que os acolheu, convertendo-os em lei na sessão extraordinária dos começos deste ano.

As Leis n.ºs 2.322, de 5 de janeiro, e 2.346, de 29 de janeiro, criaram, respectivamente, o Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos e o Serviço de Orientação e Educação Especial, e a Lei n.º 2.345, da última data, dispôs sôbre a criação e prgonização da Divisão de Cultura.

Além de órgãos técnicos e consultivos e de administração, essa Divisão compreende, entre os seus órgãos de execução, o Instituto de Estudos Científicos e Filosóficos, o Instituto de Tradições e Folclore, o Museu de Artes do Rio Grande do Sul, o Instituto Estadual do Livro, a Biblioteca Pública Infantil e o Museu Histórico Farroupilha. Quer os serviços referidos, quer a Divisão de Cultura acham-se, presentemente, em fase de instalação.

Outras medidas estão sendo estudadas, tôdas de largo alcance para a obra em aprêço, como a criação do Instituto de Educação Rural, previsto no Plano de Educação Rural; a 2.ª Semana "Pró-Boa Literatura Infante-Juvenil", nos moldes da 1.ª realizada com pleno êxito no ano passado; a criação da "Revista Infantil" e do boletim "Educação Rural".

A Secretaria de Educação acaba de firmar 17 convênios com estabelecimentos de ensino particular de grau médio, destinados à concessão de matrícula gratuita, nos municípios onde o Estado não possuia estabelecimentos desse gênero. Compreendem aquêles 8 Ginásios e 9 Escolas Normais particulares. Para os primeiros, foram concedidas 538 matrículas gratuitas e para os últimos 260, num total, portanto, de 798. De acôrdo com as cláusulas dos convênios, o número de matrículas será ampliado, gradotivamente, a cada exercício, em cada uma das unidades em questão.

A subvenção aos Ginásios importou em Cr\$ 941.500,00 e às Escolas Normais, em Cr\$ 384.000,00, além de Cr\$ 270.000,00 para instalação. Despendeu-se, com essas providências, a soma de Cr\$ 1.595.500,00.

Tais convênios, além da fiscalização mais rigorosa exercida sobre o ensino particular, representarão um apreciável amparo aos respectivos estabelecimentos e uma grande economia para os cofres estaduais.

Para apreciar a marcha progressiva da obra educacional é suficiente examinar, na sua estrita objetividade, alguns dados relativos a diversos setores do ensino.

No Governo passado, foram construídos 6 edifícios destinados a Grupos Escolares. No atual já se construíram 17 e estão em vias de conclusão outros 15. O Plano de Obras prevê a construção de 162 prédios escolares, que, em grande parte, já estão sendo executados sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e da de Obras Públicas.

No setor do Ensino Primário, a progressão do efetivo de professores é a seguinte: 1947, 5.219; 1948, 5.405; 1949, 5.565; 1950, 5.733; 1951, 6.266; 1952, 6.930; 1953, 7.441. A matrícula geral foi esta: 1947, 85.046; 1948, 125.968; 1949, 127.432; 1950, 133.145; 1951, 140.917; 1952, 153.918; 1953, 161.796.

No corrente ano, como já referi, foram criados mais 48 Grupos Escolares, devendo o efetivo de professores primários alcançar o número de 8.537.

No setor do Ensino Normal, em 1950, havia 7 Escolas Normais do 2.º grau e 20 unidades particulares dessa natureza em regime de convênio com o Estado.

Em 1953, as Escolas Normais de 2.º grau subiram a 11, havendo-se criado, outrossim, 7 outras de 1.º grau, a que se deve acrescentar mais uma, criada e instalada no corrente ano. As unidades particulares de 2.º grau em regime de convênio passaram a ser 32, além de 3 outras de 1.º grau.

No setor do Ensino Secundário, a matrícula geral, era, em 1950, de 4.473 alunos; em 1953, é de 5.582. Até 1950, havia 9 Colégios e Ginásios; em 1953, o seu número sobe a 14, que deverá ser acrescido de mais 5, no corrente ano.

No setor do Ensino Profissional, até 1950, havia 3 Escolas Técnicas e 1 Escola Artesanal; em 1953, figuram 4 Escolas Técnicas, 1 Escola Artesanal, 1 Escola Especial, 1 Escola Agrícola e 1 Instituto, devendo serem criadas em breve mais duas Escolas Técnicas.

No setor do Ensino Rural, até 1950, havia 3 Escolas Normais Rurais particulares e 87 Escolas Rurais padronizadas; em 1953, existem 9 Escolas Normais Rurais, sendo 6 particulares, 1 municipal e 2 estaduais, e 254 Escolas padronizadas. O número de professores rurais nomeados era, em 1950, de 42, e o de contratados, de 44; em 1953, os nomeados sobem a 100 e os contratados a 230.

Os recursos orçamentários destinados ao Departamento Estadual de Saúde escassamente suprem as necessidades globais de um serviço, cujas fronteiras, confundindo-se com as da assistência social, são sempre movediças e imprevisíveis. Foi essa razão,

entre outras, que determinou o convênio firmado entre o Governo do Estado e o Serviço Especial de Saúde Pública, em 15 de agosto de 1953, para a intensificação e melhoria dos serviços de saúde e saneamento na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Dêsse desdobramento de esforços em tórno da planificação das atividades sanitárias nos setores da higiene rural, a ser experimentada em 15 municípios das nossas regiões pastoris, hão de resultar benefícios que envolvem cêrca de meio milhão de pessoas, compreendendo a defesa, o aproveitamento e fixação do homem à terra, e, por conseguinte, a sua valorização.

As atividades executadas pelo DES, nos diferentes setores técnico-administrativos e na rêde das unidades sanitárias, foram das mais prôdutivas. Nos serviços de higiene pré-natal e infantil, higiene pré-escolar, oftalmo-oto-rino-laringologia, higiene dentária, exames de saúde e tuberculose, o número de inscrições, nesta Capital e no interior do Estado, foi de 128.195, com 392.020 comparecimentos subseqüentes. Procedeu-se a 326.026 imunizações contra a variola, a 24.775 contra a difteria, a 221.624 contra as febres tifóidicas, a 41.309 contra a tuberculose e a 11.321 contra a coqueluche. Realizaram-se, ainda, 497.973 visitas de polícia sanitária.

Seis Postos de Higiene foram elevados a Centros de Saúde: Uruguaiana, Cruz Alta, Passo Fundo, Cachoeira do Sul, Alegrete e Caxias do Sul e seis Postos de Higiene de segunda classe foram elevados à primeira classe: em Canoas, Caròzinho, Erechim, Rosário do Sul, Santo Ângelo e Santa Cruz do Sul.

De acôrdo com o que se planejara para completar a rêde das unidades sanitárias, foram dados os primeiros passos para a instalação de 12 novos Postos de Higiene. E' assim que a Lei n.º 2.296, de 31 de dezembro de 1953, criou os cargos necessários à instalação de Postos de Higiene nos 12 únicos municípios ainda não dotados de unidades sanitárias: Antônio Prado, Cacequi, Candelária, Canela, Encantado, Farroupilha, Flores da Cunha, Marcelino Ramos, Sarandi, São Pedro do Sul, Três Passos e Veranópolis.

Uma vez ultimada a complementação da cadeia de unidades sanitárias, a cobrir tôda a área administrativa do Estado, ficará o Rio Grande do Sul em situação, senão de primazia, certamente de igualdade com os Estados que mais se salientam, no Brasil, em matéria de organização sanitária.

Os quadros de Demografia Sanitária, que acompanham a parte especial desta Mensagem, revelam-nos dados auspiciosos, principalmente no tocante à mortalidade infantil no Estado e nesta Capital. É notável a baixa que se verifica no coeficiente dessa mortalidade em Pôrto Alegre, no ano transato. De 250 por mil, em 1939, os óbitos de infantes de 1 ano desceram a 106, a menor mortalidade infantil até hoje registrada no Município da Capital. Também é animador o que se verifica em relação à tuberculose, considerada o mais perigoso inimigo da saúde do povo rio-grandense.

Vem diminuindo de ano para ano, como o demonstram os quadros em questão, os óbitos causados pela peste branca. No Estado, em 1952, decresceram sensivelmente tanto o obituário como a mortalidade por 100.000 habitantes. Nesta Capital, foi notável a baixa desse obituário que, de 1.020 em 1951, caiu a 859 em 1952 e a 579 em 1953. A mortalidade por 100.000 habitantes, de 251, caiu a 205 em 1952 e a 134 em 1953. Esta foi a menor mortalidade verificada em Pôrto Alegre em todos os tempos, expressando essa significativa baixa a eficácia não só das medidas sanitárias, como do aparelhamento médico-social de combate.

Dispõe o DES do Hospital Sanatório Parthenon, para 464 tuberculosos, de um pavilhão para outras doenças transmissíveis com 34 leitos e um pavilhão para triagem de leprosos, com 10 leitos. Acham-se em construção um pavilhão para 52 crianças tuberculosas e um de cirurgia para o serviço aberto. Lançando mão de 110.000 cruzeiros, que lhe são atribuídos, para subsídios a tuberculosos em tratamento nos Centros de Saúde e Postos de Higiene, o DES atendeu 133 pacientes com auxílios de 20 até 3.700 cruzeiros. No Sanatório Parthenon, houve 1.667 baixas, 1.216 altas e 99 óbitos. Vieram de 1952, 330 doentes e encontram-se em tratamento, atualmente, 343.

A assistência a alienados constitui outro sério problema médico-social. O total de pacientes recolhidos ao Hospital São Pedro, ao findar o ano de 1953, atingiu a 3.131, o que revela a gravidade do problema da superlotação do único hospital para psicopatas do Estado. Vários melhoramentos, em obras e instalações, foram introduzidas no velho nosocômio.

Quanto à assistência hospitalar prestada diretamente à gestante pelo DES, na maternidade instalada, há mais de um decênio, no Posto de Higiene de Tôrres, há a registrar a baixa, em 1953, de 185 parturientes.

Na organização hospitalar, o Rio Grande do Sul destaca-se entre os outros Estados. Possuindo 315 hospitais com 23.153 leitos para 4.367.000 habitantes, apresenta o índice de 5,37 leitos por 1.000 habitantes, que é considerado satisfatório. Somente 4 dos 92 municípios do Estado ainda não possuem nosocômios em funcionamento: Canguçu, Cacequi, General Câmara e General Vargas. Em todos êles, entretanto, constroem-se hospitais, cujas obras estão em fase de conclusão.

A assistência financeira prestada pelo Estado às instalações hospitalares, da iniciativa particular, mediante subvenções e auxílios, atingiu a soma de Cr\$ 19.180.000,00.

Além de suas variadas atividades de rotina, o Instituto de Pesquisas Biológicas efetuou, em trabalho experimental, pesquisas sobre o soro diagnóstico de hidatidose, dosagens de iodo, segundo método original, em amostras de águas provenientes de vários pontos do Estado, investigações sobre a filariose e estudos de antibióticos extraídos de plantas regionais.

Deu-se maior impulso às providências para a construção do novo edifício desse Instituto, que reunirá os laboratórios centrais do DES em prédio com instalações técnicas adequadas. Depois de realizada a concorrência pública, foi entregue a uma firma especializada o cálculo de concreto do projeto já aprovado e ultimam-se as medidas para a pronta efetivação destas obras, que virão resolver alguns dos problemas relevantes e prementes dos serviços estaduais de saúde.

Entre o Ministério da Saúde e o Estado, foram celebrados mais dois convênios, no exercício passado: um para a intensificação da assistência psiquiátrica no Rio Grande do Sul, cabendo à União a quota de 700 mil cruzeiros e ao Estado a de 750 mil, e outro para a execução de obras sob regimen de cooperação, destinado à construção do Centro de Saúde de Passo Fundo, devendo contribuir a União com a quota de 1 milhão e 400 mil cruzeiros e o Estado com o restante do valor total da obra, orçada em 2 milhões e 500 mil cruzeiros.

Para o cumprimento dos compromissos do convênio entre o Governo do Estado e a União para o combate à doença de Chagas no Rio Grande do Sul, já foi aberto o crédito de 1 milhão de cruzeiros, a completar-se com a importância de 1 milhão e 500 mil no presente exercício, perfazendo o total de 2 milhões e 500 mil, constantes do Plano de Obras.

Bastante expressiva é a progressão dos dispêndios com os serviços de saúde, a partir de 1940. Eis alguns índices da despesa "per capita" em relação à população total do Estado: 1940 — 3,48; 1945 — 7,83; 1950 — 24,78; 1951 — 29,98; 1952 — 32,15.

O problema do menor desamparado ou transviado é por certo um dos mais graves que se apresentam ao Poder Público, reclamando providências que não admitem dilação. Para atender às necessidades imperiosas que se fazem sentir em sua órbita administrativa e assistencial, propiciando-lhe maior presteza e flexibilidade de ação, foi o Serviço Social de Menores desligado do Departamento Estadual de Saúde e diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo, de conformidade com a Lei n.º 2.204, de 8 de dezembro último. Dentro da mesma finalidade, o Plano de Obras, Serviços e Equipamentos consignou-lhe a dotação de 40 milhões de cruzeiros, que deverá ser despendida segundo a ordem de prioridade determinada pelas exigências dos serviços.

Atualmente, as unidades assistenciais do SESME abrigam cerca de 1.000 menores, que vivem num constante regimen de superlotação, prejudicando seriamente o seu funcionamento.

Apezar da escassez dos recursos de que dispôs o SESME no exercício passado, foi-lhe possível concluir as obras de acabamento do bloco principal da atual Escola Profissional Padre Cacique, cujos serviços já haviam sido previamente contratados com firma construtora local, depois de empenhada a verba para esse fim. Uma vez terminadas as obras de terraplenagem e urbaniza-

ção já iniciadas, espera-se inaugurar essa Escola, que funciona em caráter experimental, dentro do primeiro semestre do corrente ano.

No Instituto Infantil de Ipanema, projetara-se a construção de mais uma Casa Lar. Na falta de recursos específicos suficientes para a execução dessa obra, procurou-se aproveitar uma das residências existentes, destinada a funcionários. Adaptada e aparelhada para aquêlê fim, em 14 de outubro de 1953 foi a mesma oficialmente inaugurada.

Em 23 de dezembro último, o Estado firmou convênio com a Fundação Ana Jobim, no sentido do aproveitamento do próprio existente no km 13 da estrada de Viamão, para ali instalar uma instituição destinada a educar menores em idade escolar, com capacidade para 500 leitos. Ganhará, assim, maior amplitude a atual lotação do Educandário Pré-Vocacional São Joaquim que, dentro de breve prazo, deverá ser transferido para aquêlê novo imóvel, que está sendo convenientemente aparelhado.

No plano de trabalho do SESME, figura o aproveitamento do prédio ocupado pelo Educandário São Joaquim, para instalação do Centro de Pesquisa e Seleção, que funciona presentemente em salas inadequadas, no Instituto Central de Menores.

Será ainda melhorada a sua rêde assistencial, com o aproveitamento do imóvel em construção, cedido pela Comissão Pró-Construção do Hospital para Criança Tuberculosa Anita Rosa, localizado dentro da área que pertenceu à Fundação Imperial Padre Cacique, e onde estão instalados a Escola Padre Cacique e o Educandário São Joaquim.

Cogita-se ainda da realização de convênios de cooperação assistencial com instituições particulares, as quais deverão pôr à disposição do SESME determinado número de vagas, possibilitando melhor distribuição dos menores encaminhados pelo Juizado de Menores.

No exercício de 1953, foram beneficiadas 192 famílias com subsídio familiar, sendo amparados 799 menores, havendo-se despendido, com tal forma de assistência, Cr\$ 550.000,00, enquanto no exercício anterior o número de famílias fôra de 144, o de menores de 300 e a despesa de Cr\$ 157.770,00. Outra forma de assistência consistiu na colocação familiar de 176 menores com uma despesa de Cr\$ 50.000,00, contra 154 colocados no exercício de 1952, com uma despesa de Cr\$ 60.000,00.

Em 31 de dezembro último, existiam 934 menores internados nas instituições do SESME, e 151 internados em instituições particulares, mediante convênio.

Para tratamento social, distribuíram-se auxílios a 433 pessoas, no valor de Cr\$ 195.933,10, enquanto o número de beneficiados em 1952 foi de 440, com uma despesa de Cr\$ 184.744,60.

No mesmo período, em auxílios distribuídos a entidades particulares, despenderam-se Cr\$ 6.920.000,00, sendo beneficiadas 240 pessoas, contra 217 em 1952, com uma despesa de Cr\$ 5.740.000,00.

Considerável foi o número de problemas, alguns bastante complexos, que se apresentaram à Secretaria da Agricultura, no exercício de 1953, período de profícuas realizações.

A conservação e o melhoramento do solo, pela importância fundamental de que se revestem na exploração racional e econômica das atividades rurais, têm merecido a mais acurada atenção. Após o levantamento pedológico a que se procedeu, acha-se elaborado e entregue à litografia o grande mapa agrogeológico do Estado, prosseguindo, porém, as análises complementares de acordo com o plano traçado. Em futuro próximo, poder-se-á proporcionar aos que se dedicam à cultura da terra a orientação técnica necessária ao uso racional do solo.

Na preocupação de resguardar o nosso patrimônio florestal, fadado a extinguir-se totalmente, segundo as previsões mais otimistas, em pouco mais de vinte anos, a Secretaria da Agricultura tomou providências não só de caráter local, como outras de alcance mais amplo, como sugestões para a reforma do código florestal e a obtenção de delegação de competência para que o Estado possa, em seu território, exercer a fiscalização e o controle da exploração das nossas florestas.

Particular importância teve, nesse setor, o convênio celebrado, recentemente, com o Instituto Nacional do Pinho e pelo qual o Estado receberá a contribuição de um milhão de cruzeiros para a reconstituição das reservas de valor econômico.

Prossegue sem descontinuidade, e sob os mais variados aspectos, a assistência proporcionada ao agricultor, até mesmo em sua própria lavoura. No ano findo, somente pelo setor da trilha dos cereais, feita diretamente pelos agrônomos ou seus auxiliares, foram assistidos 5.400 agricultores.

No mesmo período, foram particularmente eficazes os trabalhos de defesa sanitária da lavoura, especialmente a do trigo, duramente atingida pela maior praga de lagartas de que há memória na história econômica-agrícola do Estado. Ocorrendo nas mais diversas regiões sul-rio-grandenses, a praga teve a favorecê-la adversas condições de tempo, que impediram, na maior parte das vezes, o simples transporte rápido do material de combate e do inseticida adquirido em quantidade jamais registrada.

Nos 47 municípios atingidos, empregam-se, então 1.374.000 kg de canfeno clorado e 7.500 kg de isca envenenada, com o auxílio de 897 polvilhadeiras manuais e 83 motorizadas, 5 turbinas e 3 aviões, que possibilitaram o polvilhamento da apreciável área de 63.360 hectares de lavoura, com uma produção avaliada em um milhão de sacos, que estariam irremediavelmente perdidos, não fosse a presteza e eficiência do combate, que evitou, aliás, o alastramento da praga a uma área três ou quatro vezes maior.

Muito já foi possível fazer em favor da mecanização da lavoura, não obstante a situação anormal do mercado cambial, que embaraçou a utilização do empréstimo de 35 milhões de cruzeiros,

que, de acordo com a autorização da Lei n.º 1.712, de 28 de dezembro de 1951, fôra contratado com o Banco do Brasil.

Graças ao financiamento obtido junto a bancos norte-americanos, conseguiu-se tornar realidade a importação de 180 "jeeps", viaturas de grande utilidade para o transporte no meio rural. Quarenta e quatro Prefeituras Municipais, quarenta e cinco Cooperativas e oito entidades oficiais de assistência rural, foram, assim, favorecidas com o recebimento de uma ou mais unidades, a preço de custo, isto é, a menos de 50 mil cruzeiros, quando, na praça, o mesmo veículo, com muito empenho, se poderia obter pelo dôbro ou mais.

Simultaneamente, os serviços da Secretaria se reequiparam com mais 77 unidades, que trouxeram ponderável desafôgo aos serviços assistenciais à lavoura e à criação.

Na parte especial desta Mensagem, é pormenorizada a maior contribuição que já se prestou à mecanização da nossa lavoura e que consistiu na revenda a 133 agricultores, de 48 municípios, de 312 modernas máquinas agrícolas; na aquisição, já realizada, pelo citado recurso de 35 milhões, e na aquisição negociada, no valor de 50 milhões, de conjuntos agrários, tratores, grades e arados de disco, semeadeiras e plantadeiras, semeadeiras adubadeiras, etc.

De outro lado, a produção e distribuição de boas sementes e mudas, em grande parte de variedades criadas pelos nossos estabelecimentos fitotécnicos, vem garantindo ao agricultor a mais segura retribuição ao seu árduo labor. Nada menos de 2.939 toneladas de sementes selecionadas e expurgadas, principalmente de trigo, e de 566.772 mudas e enxertos diversos foram, assim, confiados ao produtor sul-rio-grandense, em 1953.

Um dos problemas fundamentais do atual Governo tem sido o do armazenamento e conservação da produção. Vencidos os percalços que se opuseram à provisão imediata de recursos para a instalação da Comissão Estadual de Silos e Armazéns, pôde a mesma iniciar seus trabalhos aos 25 de novembro último, publicando já aos 27, dia da III Festa Nacional do Trigo, o edital que chama concorrentes à construção e equipamento da rede inicial de silos elevadores. Tais obras, como se espero, poderão ser atacadas ainda no fluente exercício, não obstante as dificuldades decorrentes da situação anormal que atravessa o comércio do Brasil, em relação aos mercados abastecedores dos materiais mais indispensáveis a êsse empreendimento.

Entretanto, ultimada a montagem dos armazéns-celeiros de Santa Bárbara do Sul, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul, Santa Rosa, Cruz Alta e Bento Gonçalves e construído um outro armazém metálico para atender, em Dom Pedrito, a florescente produção tritícola de boa parte da região da Campanha, bem como ultimada a construção e equipamento do silo subterrâneo de Erechim, iniciou aquela Comissão o armazenamento e, mesmo, a ensilagem de apreciável produção de grãos, obedecendo às instruções

do seu Conselho Deliberativo, integrado por representantes dos principais órgãos e classes ligadas ao relevante problema.

Os serviços de profilaxia animal figuram no primeiro plano de colaboração da Secretaria da Agricultura à nossa pecuária. A sua comprovada eficiência se deve não só à rede de 52 Inspetores Veterinários, que atendem a totalidade dos municípios criadores, mas também às pesquisas e à excelente produção do Instituto Desidério Finamor, cujo número de vacinas, principalmente contra a aftosa, a peste suína e a brucelose, vem aumentando consideravelmente nos últimos anos.

Dêstes dois fatores essenciais decorre por certo o bom estado zoossanitário do Rio Grande do Sul, que poderia ser melhor não fôsse a falta de compreensão e colaboração de alguns criadores, principalmente no combate à peste suína, virose que, por isso mesmo, em 1953, registrou ainda vários focos, e uma diminuição na prática da vacinação, cuja obrigatoriedade, oportunamente posta em vigor, continua a ser dificultada pela luta surda de alguns e por uns poucos insucessos, devidos à falta de prática de alguns vacinadores.

Procura-se adestar eficientemente êsse grupo de operadores na prática do meio mais seguro de evitar o terrível flagelo da suinocultura, a fim de que se possam colher os mesmos resultados alcançados em 1946, quando, dizimada a quase totalidade do rebanho suíno dos demais Estados criadores, viu-se o Rio Grande, pela vigilância e a vacinação, praticamente protegido contra aquela virose.

Em relação à febre aftosa e à brucelose, 1953 foi um ano de marcada eficiência. Os focos da primeira foram imediatamente isolados pela prática da vacinação intensiva, o que se tornou possível graças à coleta de epitélio virulento, que acusou um acréscimo de quase 60% sobre a produção do ano anterior. A segunda, pela primeira vez, foi combatida sistematicamente, havendo-se registrado, apenas nos oito municípios em que o plano teve início, a vacinação de 23.868 animais, testando-se 27.682, com a incidência de 8,6% de reações positivas.

Com a eficiência de sempre, destacou-se em 1953 o serviço de erradicação da sarna ovina, que ampliou sua área de ação a mais quatro municípios, somando já sob seu controle um rebanho de 8.401.088 ovinos, ou sejam, 95% do que possui o Estado.

Do que representa êsse serviço para a economia laneira, diz o índice de apenas 0,1% de incidência média de sarna constatada nos rebanhos em erradicação, que equivale a uma incidência 55% menor que a de 1952, e a apreciável qualidade das lãs comercializadas no Estado, que, num total de 23.063.839 quilos, revelaram 45,09% de lãs especiais contra 31,85% registrados cinco anos atrás.

A defesa sanitária animal empreendeu ainda esforços, coroados de todo o êxito, no combate às helmintoses ovinas e suínas, à

tuberculose bovina, à raiva desmodina, aos carbúnculos hemático e sintomático e outras viroses, além dos serviços prolifáticos de vacinação contra a tristeza parasitária, que beneficiaram 2.560 bovinos, com 100% de eficiência, a inspeção sanitária de 44.858 reprodutores procedentes do estrangeiro; e, principalmente, o expressivo número de 359.406 estabelecimentos rurais visitados pelos Inspectores Veterinários e seus auxiliares.

Cumpra aludir aos resultados surpreendentes obtidos pela Missão Rural de Osório, que resultou de um acôrdo firmado, em 7 de agosto de 1952, com a Campanha Nacional de Educação Rural e que é conduzida sob a direção da Secretaria da Agricultura, nela cooperando a Secretaria de Educação e Cultura e o Departamento Estadual de Saúde.

Operando inicialmente nos distritos de Maquiné e Marquês do Herval, a Missão Rural de Osório já alcançou seu primeiro objetivo, qual o de conquistar a integral confiança de uma população que vivia praticamente à margem de qualquer progresso econômico ou social e sujeita ao enfraquecimento orgânico resultante da ausência dos mais rudimentares princípios de higiene e alimentação.

O programa da Missão foi, desde o início, subdividido pelos seguintes setores: agrícola, médico, social, educacional e de educação doméstica, em todos os quais já se desenvolvem oportunas e bem orientadas iniciativas, devendo-se referir que, segundo o atestado espontâneo das principais autoridades e elementos representativos do Município, em apenas um ano de atividade, a Missão já modificou a vida das populações ali radicadas. Enquanto se dedicam ao trabalho da terra, com mais entusiasmo, demonstram visivelmente maior confiança na ação dos Poderes Públicos, não se eximindo, por exemplo, da prestação de declarações aos agentes de estatística.

Por intermédio das autarquias supervisionadas pela Secretaria da Agricultura — os Institutos de Carnes e do Arroz e o Departamento de Leite — o Governo tem procurado solucionar os problemas que se situam entre a produção e o consumo, visando ao racional equilíbrio entre os interesses de um e outro.

De um modo geral, o Governo vem-se esforçando não só por salvaguardar esse justo equilíbrio em todo o campo da produção alcançado por seu contrôle, mas também por manter e estimular a policultura e, sobretudo, evitar o abandono da produção de gêneros alimentícios essenciais, em favor da de matérias-primas para a indústria. Assim tem sido no caso da lã, do arroz, do trigo, da carne e do leite.

Para o problema do leite, que envolve os interesses de toda a população, encontrou-se solução na industrialização das sobras e, simultaneamente, em outras medidas postas em prática pela DEAL, tais como as de mais íntima colaboração com os produtores, pela distribuição de razões balanceadas, o que foi viável com

a colaboração da Comissão de Abastecimento e Preços, que delegou à Secretaria da Agricultura competência para a distribuição de forragens; pela manutenção de conjuntos agrários que fazem o preparo das terras dos produtores, para a organização de boas pastagens; e, sobretudo, pelo estabelecimento de um plano de aquisição e revenda de boas vacas, para o que foi autorizado um empréstimo de Cr\$ 5.000.000,00. Tais providências permitiram que, com uma majoração relativamente insignificante no preço do produto ao consumidor, se proporcionasse um aumento de quase 40% nos preços pagos ao produtor, e provocaram um considerável acréscimo de quase 10 milhões de litros sobre o beneficiamento total do leite em 1952.

O problema da carne, embora continue a ser dos mais complexos, mórmente em razão da tradicional orientação recebida das administrações anteriores — a manutenção dos preços ao consumidor, com a contribuição dos cofres públicos e assim, indiretamente, do próprio consumidor — teve uma racional solução parcial na elevação dos preços das carnes de primeira qualidade, sem ônus, portanto, para o consumidor de menores recursos. Outra valiosa contribuição para solução dêste sério problema consistiu na aquisição dos Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros, o que possibilitará a exportação dos excedentes para outras praças consumidoras.

Cabe acrescentar, finalmente, como coroamento de tôda essa preocupação em encontrar o justo equilíbrio entre os interêsses da produção e os do consumo, a atividade desenvolvida pelo fomento sempre maior da prática cooperativista, solução racional de grande parte do problema, e, simultâneamente, a intervenção do Estado diretamente nas atividades do comércio de gêneros alimentícios, com o fim de o regular e condicionar aos razoáveis níveis de lucro e de higiene. Nesse sentido, em que pesem os argumentos dos que a combatem, a CAMPAL S. A., Companhia Rio-Grandense Reguladora de Comércio, obteve franco êxito, atestado não só pelo crescente volume de vendas e sensível baixa dos preços, como sobretudo pelo exemplo de disciplina que representa para o comércio, impedindo ou mitigando a especulação.

Medida que merece especial destaque, no campo de trabalho da Secretaria das Obras Públicas, é sem dúvida a elaboração do Plano de Obras, Serviços e Equipamentos, aprovado pela Lei n.º 2.136, de 26 de outubro de 1953, e para cuja execução estão previstos recursos no montante de 3 bilhões de cruzeiros. É êste o maior plano de obras da história administrativa do Estado, sendo alicerçado na sistematização dos estudos que os diversos setores de trabalho vinham realizando, há longo tempo. Como tal, não poderá ser realizado integralmente no decurso de um quadriênio. Um dos seus objetivos fundamentais, à vista dos vultosos encargos financeiros que tais atividades requerem, é evitar as ingratas descontinuidades que têm decorrido da insuficiência ou falta de re-

curso. Repetindo o que disse na exposição de motivos que acompanhou o projeto de lei em 13 de julho do ano passado, caberá aos futuros governantes prosseguí-lo, ou revisá-lo e alterá-lo conforme o impuserem as necessidades do Estado.

Na atual Administração, porém, numerosos cometimentos já foram iniciados, dentro das diretrizes do plano, e a alguns deles já me referi no correr desta exposição. É no setor de obras públicas e transportes, porém, que os mesmos têm tido até aqui maior vulto e significação.

Dispondo do saldo do empréstimo de 400 milhões, bem como da parcela que lhe coube no empréstimo de 150 milhões, além dos créditos abertos por conta do Plano de Obras, a Secretaria a que me referi prosseguiu com êxito na série de empreendimentos de largo econômico e social, que vem realizando.

A Diretoria de Obras continuou a execução de 18 obras que estavam em andamento e iniciou 16 novas. Das 34 em construção, 3 foram completamente concluídas, 14 achavam-se em fase de conclusão, das quais 9 foram ultimadas no início deste ano, e as restantes tiveram um sensível desenvolvimento.

A despesa com tais obras atingiu a Cr\$ 21.051.692,00, contra Cr\$ 7.418.613,00 do ano anterior, o que demonstra o vulto das realizações neste campo de labor.

No período de 1951 a 1953, foram iniciadas 32 obras e concluídas 11, com uma despesa de Cr\$ 35.593.110,00, verificando-se a média por ano de Cr\$ 11.864.320,00.

Durante o mesmo período, os gastos com a conservação e reforma dos edifícios públicos foi de Cr\$ 14.933.239,00, e a média por ano de Cr\$ 4.977.747,00.

Dispondo dos recursos orçamentários e dos créditos abertos durante o ano de 1953, num total de Cr\$ 66.730.000,00, além do saldo dos anos anteriores, pôde a Diretoria de Saneamento e Urbanismo continuar e iniciar diversas obras, visando principalmente o abastecimento d'água.

Atualmente, das 92 sedes municipais do Estado, 34 possuem serviços de abastecimento d'água, sendo 25 mantidos pelo Estado, 8 pelos municípios e 1 pelo Arsenal de Guerra. De tais sedes, 15 possuem rede de esgoto, das quais 8 mantidas pelo Estado e 7 pelos municípios.

O Plano de Saneamento, aprovado pelo Plano de Obras, consignou uma dotação de 380 milhões, a fim de serem construídas hidráulicas em todos os municípios que ainda as não possuem, havendo aberto o Decreto n.º 4.450, de 9-11-1953, um crédito de 20 milhões da verba referida para início e andamento das obras nas cidades que mais carecem do abastecimento de água potável. De outro lado, em março último, foi contratado o empréstimo de 160 milhões com a Caixa Econômica Federal, em convênio com as Prefeituras de 27 municípios, para atender as outras localidades que já contam com projeto elaborado.

De 1951 a 1953, foram iniciadas 15 e concluídas 4 hidráulicas, estando em andamento 18 hidráulicas e 2 rédes de esgôto. No mesmo período, foram encampados 2 serviços de água, estando em funcionamento 25. No corrente exercício, encontram-se em execução 28 obras, das quais 8 foram atacadas no fluente ano, em que outras também serão empreendidas, de acôrdo com o Plano de Saneamento aprovado pelo Plano de Obras.

Para o Departamento Aeroviário, o exercício passado foi de intensa atividade. Além dos projetos elaborados, efetuaram-se numerosos trabalhos nos aeroportos e pistas de pouso do interior do Estado. Também foram escolhidos os locais e feitos os estudos para a construção de aeroportos, aeródromos ou campos de pouso em Canela, Encantado, General Vargas, São Borja, Sobradinho, Bento Gonçalves, Candelária, Marcelino Ramos, Santiago, Jaguarí, São Francisco de Assis, Três Passos e Venâncio Aires.

Dentro dos empreendimentos realizados pelo Departamento, todos do maior interêsse público, merecem destaque especial, no exercício passado, a inauguração da nova estação de passageiros do Aeroporto Salgado Filho, que veio corresponder ao grande movimento aeroviário que se processa nesta Capital, bem como o início das obras de ampliação da nova pista de pouso 09-27, a construção dos "taxi-ways" e a ampliação da plataforma de estacionamento de aviões do mesmo aeroporto.

A Comissão Especial de Obras de Irrigação levou a cabo diversos e proveitosos serviços peculiares à sua especialidade.

Foram efetuados planejamentos agronômicos para a área irrigável do Arroio Divisa, cujo projeto de reservatório prevê a criação de um Campo Experimental destinado à organização e fomento da agricultura intensiva e seu desenvolvimento nessa região, prossequindo os estudos dos reservatórios do citado arroio e dos Arroios Duro e Iruí, a fim de completar os projetos já elaborados em anos anteriores pela Comissão. Foi, ainda, intensificado o projeto do reservatório do Passo do Rocha, sôbre o Rio Vacacaí.

Para dar andamento às obras do reservatório do Ibirapuitã, aprovou o Governo Federal uma verba de 30 milhões de cruzeiros, tendo sido criado o Sistema Irrigatório e Hidroelétrico de Ibirapuitã (SIHI), com escritórios, oficinas e turmas de serviço de campo localizados em Alegrete e com chefia na sede da CEOI.

Foram estudados dois projetos de pequenos açudes, com capacidade para 2.200.000 m³ e 1.600.000 m³ respectivamente, com descarregador de superfície de tipo econômico e eficiente, tomadas de água constituídas por tubos de chapa ondulada e portas de ferro. Esses açudes-tipo terão capacidade para irrigar cerca de 85 quâdras de arroz. Estudaram-se ainda, em todo o Estado as diversas zonas onde é possível e conveniente a construção de pequenos açudes.

Para o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, o exercício caracterizou-se pela consolidação dos princípios hidro-

viários, que devem nortear as suas atividades, a fim de que o Rio Grande do Sul possa usufruir maiores benefícios do seu sistema portuário e hidroviário em geral.

Entre os recursos que a Lei n.º 1.588, de 6 de novembro de 1951, destinou à Secretaria das Obras Públicas, figurava a verba de 45 milhões de cruzeiros, para ser empregada na aquisição de aparelhamento de dragagem e de material naval. Pelo Departamento de Portos, foram compradas as seguintes unidades de dragagem e derrocamento:

Draga de sucção "Eng.º Antônio Pradel"	Cr\$	26.782.615,50
Draga Dipper "Eng.º Jorge Pôrto"	Cr\$	6.765.019,60
Draga de alcatruzes	Cr\$	9.630.406,70
Total	Cr\$	43.178.041,80

Além dessas unidades, também se adquiriram, com recursos orçamentários, a draga de sucção "Rio Pardo" por Cr\$ 4.830.000,00, uma draga Dipper por Cr\$ 5.386.745,00 e uma derrocadora fluvial por Cr\$ 4.031.158,70.

O parque de dragagem de antigas unidades do Departamento consta de desesseis dragas, inclusive três pertencentes ao Governo Federal, manobradas por uma tripulação de 200 homens. O seu rendimento, porém, é baixo, pois efetuam em média por ano uma dragagem de 1.308.973 m³. As novas unidades dragarão anualmente 2.500.000 m³, em números redondos, servidas apenas por 60 homens de tripulação. A economia com pessoal daí resultante alcançará a soma de Cr\$ 3.500.000,00, por exercício.

Do total das dragas adquiridas, três já foram recebidas: uma já em atividade normal de dragagem ("Rio Pardo"); outra em verificação e montagem de canaria ("Eng.º Antônio Pradel"); uma terceira em montagem no Estaleiro de Triunfo ("Eng.º Jorge Pôrto"). Em maio próximo, é esperada a draga de alcatruzes.

No correr deste ano, em data ainda a ser fixada, serão recebidas a última draga, a Dipper de colherão, e a derrocadora de gravidade.

A economia de combustível constitui outro elemento de grande importância no uso das dragas novas, em comparação com as velhas unidades, algumas das quais contam meio século de existência. As novas correspondem plenamente às necessidades do Departamento, permitindo uma constante melhoria nas condições dos canais em profundidade e largura.

A construção do Pôrto de Pelotas prosseguiu normalmente, a despeito da escassez de materiais, tais como cimento e ferro. Ao findar o exercício, em que se despenderam Cr\$ 9.374.364,40, a despesa total com essa obra atingira a importância de Cr\$ 15.208.330,60.

O movimento de embarcações nos três Portos foi de 48.508

unidades, figurando o de Pôrto Alegre com 81%, o de Rio Grande com 15% e o de Pelotas com 4%; e o de cargas, de 5.002.847 toneladas, contribuindo o de Pôrto Alegre com 60%, o de Rio Grande com 33,4% e o de Pelotas com 6,6%.

Numa receita geral de Cr\$ 126.253.267,80, a despesa foi de Cr\$ 114.501.705,30, verificando-se, portanto, um saldo de Cr\$ 11.751.562,50. Para aquela receita, Pôrto Alegre entrou com 51%, Rio Grande com 43% e Pelotas com 6%.

Um dos problemas que preocuparam o DAER, no exercício passado, foi o da travessia do Guaíba, cujos estudos se ultimaram com ampla divulgação e exaustivo debate, quanto à solução dotada. Trata-se de uma obra de vulto rodoviário sem igual no País, considerando-se as grandes estruturas em pontes e viadutos que compreende, na extensão de 6 km. A sua tão reclamada realização está em vias de ser iniciada, uma vez que já se efetuou, com notório sucesso, a concorrência pública para o projeto e execução das obras correspondentes, estando em fase final de julgamento os 12 projetos apresentados por 5 firmas concorrentes de renome.

A travessia do Rio São Gonçalo, cujos estudos preliminares estão em fase de conclusão, é outro empreendimento que vem merecendo cuidadosa atenção do DAER, em vista do vertiginoso crescimento da intensidade do tráfego na estrada federal Pelotas-Rio Grande e dos não poucos problemas que envolvem sua solução.

Também obra de vulto, cuja concorrência foi amplamente divulgada, é a ponte sobre o Rio Jacuí, próxima à cidade de Rio Pardo e com 647 m de comprimento, e já iniciada, em fins do ano em relato, pela firma vencedora.

No sentido de bem suprir seus diversos setores de atividade com o necessário equipamento e material de construção, o DAER procurou efetuar grandes aquisições, mediante concorrência pública, na maior parte.

Uma iniciativa que obedeceu a premente necessidade foi a criação da Polícia Rodoviária, cuja primeira atividade consistiu em ordenar e disciplinar o tráfego destinado às nossas praias balneárias do Atlântico.

As obras rodoviárias propriamente ditas tiveram andamento regular, tanto no setor federal como no estadual. Neste último deve ser mencionada a conclusão das estradas Viamão-Palmares, Riozinho-Marquês do Herval-Maquiné, Jaguarí-Santiago, Nhú Porã-Mancel Viana, Itaqui-Entroncamento, Ramona-Dom Pedrito, Harmonia-Livramento e Palma-Santa Isabel, o que significa uma extensão a mais de cerca de 600 km totalmente utilizável pelo tráfego.

Prosseguiu a construção das ER Feliz - BR-2, Sinimbú-Quatro Léguas, Candelária-Camobi, Cruz Alta-Panambi-Palmeira, Ilha Negra-Mina do Camaquã, Cêro do Marco-Quaraí, Uruguaiana-Itaqui e Rincão do Cascalho-Montenegro.

O ano de 1953 assinalou o início de novas e importantes ro-

dovias, como Osório-Palmares, Ramal para Pinhal, Casca-Nova Prata, Santa Cruz-General Câmara, Entroncamento-Santiago e Pinheiro Machado-Pedras Altas-Herval.

Foram reconstruídos cerca de 75 km nas estradas Erechim-Getúlio Vargas, Carazinho-Sarandi, Encruzilhada-Camaquã, Santa Cruz-Candelária e Palmeira-Chapada-Carazinho.

No que respeita às rodovias federais delegadas ao DAER, construíram-se 68 km delas no ano transato, contanto o Estado com cerca de 640 km executados nas seguintes estradas do Plano Rodoviário Nacional: Pôrto Alegre-Jaguarão, Pôrto Alegre-Uruguaiana, Livramento-Rosário do Sul, Pelotas-Pinheiro Machado-Bagé-Livramento, Bagé-Aceguá, Rio Grande-Santa Vitória do Palmar-Chul e Uruguaiana-Barra do Quaraí.

Em estradas federais, ficaram concluídas as pontes sobre os Arroios Sanga Funda, Capão do Leão, Ribeiro, Ribeirinho, Evaristo e Francisquinho, bem como dois viadutos na várzea do Arroio Ribeirinho e a ponte sobre a Sanga do Beto, num comprimento total de 478 m.

Além das obras de arte citadas, foram iniciadas as pontes sobre os Arroios Araçá, Teixeira e Duro, na ER Federal Pôrto Alegre-Jaguarão; sobre o Rio Negro e os Arroios Minuano e Cinco Salsos, na rodovia Bagé-Aceguá; sobre os Arroios Polidoro e Salsinho, na Uruguaiana-Barra do Quaraí; sobre as Sangas da Eira e das Pedras, na Pelotas-Pinheiro Machado-Bagé; sobre o Arroio Tabatingaí, na BR-37, Pôrto Alegre-Uruguaiana; e a ponte e viaduto sobre o Rio Itapitocaí.

Quanto às obras de arte estaduais, foram concluídas as pontes sobre os Arroios Moreira e Sabão, sobre os Rios Ijuí Grande e Jacuí, no Passo do Espumoso, e os viadutos sobre o Rio Botucaraí e sobre os trilhos da VFRGS, na estrada de Santa Cruz, perfazendo este conjunto de obra um comprimento total de 420 m.

Estiveram em construção as pontes sobre os Rios da Várzea, Buricá e Tramandaí e sobre os Arroios Boa Vista, São Pedro e Barracão, sem contar também uma quantidade apreciável de pontes e pontilhões de madeira e de bueiros diversos, bem como reparações de estruturas, dentre as quais se destacam as efetuadas nas pontes metálicas sobre os Rios Forqueta e Ijuí e Arroio Duro.

Com o dispêndio de cerca de 40% dos recursos previstos em seu orçamento, o DAER, manteve, em 1953, a conservação de, aproximadamente 7.500 km da rede estadual. Tal conservação, abrangendo regularizações e pequenos melhoramentos gerais, vem-se tornando cada vez mais intensa e exaustiva, em consequência da crescente utilização das estradas, conjugada ao desenvolvimento do tráfego.

Além da execução do seu programa anual, dentro das verbas orçamentárias normais, as atividades do DAER serão quase que redobradas no corrente ano em consequência das numerosas obras constantes no Plano de Obras, assim como as previstas no crédito

especial de 100 milhões de cruzeiros, que estão assumindo um ritmo acelerado em seu andamento.

Em relação ainda ao Plano de Obras, deve-se referir que cerca de três dezenas de rodovias estão sendo paulatinamente atacadas, em função do equipamento disponível e à medida que são concluídos os respectivos estudos. A estes trabalhos se somam aqueles que os municípios rio-grandenses estão realizando, graças à cooperação eficiente do DAER sob o regime de colaboração.

No setor da energia elétrica, acham-se em funcionamento, das obras da primeira etapa, nove usinas hidráulicas: Bugres, Guarita, Passo do Inferno, Ijuízinho, Forquilha, Saltinho, Ivaí, Pirapó e Touros (18.470kw), e cinco usinas termoelétricas, sendo a primeira a carvão e as quatro últimas a Diesel: São Jerônimo (potência inicial), Caxias do Sul, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Porto Alegre (19.200 kw), num total de 37.670 kw. Encontram-se em fase de montagem duas usinas hidroelétricas: Santa Rosa e Copigui. A potência total de tais usinas é de 40.970 kw.

Tal como o tem feito em anos anteriores, a Comissão de Energia Elétrica providenciou na instalação de usinas Diesel de emergência em diversas localidades do interior. Construiu, outrossim, no exercício findo, 425,4 km de linhas de transmissão de diversas tensões e 115 km de redes de distribuição.

Prosseguem, sem descontinuidade, as obras da segunda etapa do Plano de Eletrificação. A cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, a barragem de Ernestina, que formará a bacia reguladora da Central do Jacuí, com a capacidade de 250 milhões de metros cúbicos, deverá ser concluída no primeiro semestre do corrente ano. A conclusão das obras hidráulicas de Copigui, a cargo da Comissão, é prevista para julho próximo. Na Central de São Jerônimo, foram iniciados os serviços de construção das fundações dos equipamentos encomendados para duplicar a potência da usina.

A partir de 1951, a Comissão de Energia Elétrica entrou numa fase auspiciosa, podendo vencer as condições difíceis, de ordem financeira, que embaraçaram por muitos anos a execução das obras da segunda etapa de um plano elaborado com mestria técnica. Para isso contribuíram, decisivamente, os recursos que lhe atribuiu o Estado, a principiá-lo pelo produto da Taxa de Eletrificação, que subiram em 1953 a mais de 188 milhões de cruzeiros, aliados aos quantitativos dos empréstimos contraídos para os seus empreendimentos, notadamente o celebrado com o "International Bank for Reconstruction and Development".

Até fins de 1950, a potência das usinas instaladas pela Comissão, termoelétricas e hidroelétricas, totalizava 13.626 kw; em fins de 1953, as usinas instaladas dos mesmos tipos apresentam uma potência total de 44.920 kw, ou 31.295 a mais que naquele período.

Até 1950, foram construídos 462,5 km de linhas de transmis-

são e 96,53 de linhas de distribuição. Em 1953, as primeiras apresentam uma extensão de 1.365 km e as segundas de 382,43, verificando-se uma diferença a mais de 902,5 e 825,90, respectivamente.

Na parte especial desta Mensagem, bom como nos gráficos anexos, referentes aliás a diversos setores administrativos, esta ilustre Assembléia poderá apreciar, através de Índices em acentuada ascensão, a marcha progressiva dos serviços industriais do órgão incumbido da eletrificação, no que toca à produção e ao consumo, ao número de consumidores atendidos, ao consumo por cliênte e ao movimento financeiro.

Encontra-se no Senado, em fase final de tramitação, o substitutivo do projeto apresentado à Câmara dos Deputados, em 2 de setembro de 1953, para a reforma do contrato da Viação Férrea. Dispensamo-nos de entrar em pormenores sobre as responsabilidades que caberão à União e ao Estado, previstas nesse projeto, por serem por demais conhecidas desta Casa. Outra providência aí consubstanciada é a reorganização dos serviços nos moldes de autarquia estadual, com personalidade jurídica própria, sob administração colegiada.

Decretada que seja a lei, ficará a Viação Férrea em condições de desenvolver-se com normalidade, sem paralisar ou suprimir serviços ordinários, uma das causas das crises que a vêm asoberbando, e provida de elementos seguros para cumprir a sua missão na órbita administrativa do Estado. Afigura-se-nos ser essa a solução que melhor atende aos interesses da economia rio-grandense, pois os interessados continuarão a resolver os seus problemas junto à Administração estadual, ao invés de irem buscar as decisões na Capital Federal.

Para execução do plano de integral reaparelhamento da Viação Férrea, foi celebrado entre o Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico o contrato de um empréstimo, no montante de Cr\$ 743.659.880,00, para utilização parcelada, à medida da execução dos investimentos, no prazo de cinco anos, e para amortização após a utilização total do empréstimo, a qual será efetuada no prazo de 20 anos, a partir de 1959, ao juro de 7% ao ano.

Das dez locomotivas Diesel-hidráulicas encomendadas pelo Estado à fábrica nacional Indústrias Reunidas de Ferro e Aço (IRFA), a primeira foi oficialmente apresentada ao tráfego no dia 9 de setembro, tracionando um trem especial de passageiros desta Capital a Caxias do Sul. Acham-se em tráfego, atualmente, seis locomotivas desse tipo.

Os resultados obtidos nas experiências e em operação ordinária, com a nova locomotiva, acusam a elevada cifra de economia, em relação às locomotivas a vapor, de 1 para 15. As suas capacidades de reboque, sob diferentes condições de rampas e velocidades, coincidiram exatamente com os diagramas fornecidos pela fábrica. As experiências de consumo de combustível conduziram aos mais

surpreendentes resultados em comparação com os atuais consumos de carvão, por igualdade de efeito. Assim, enquanto o consumo médio de carvão por tonelada-quilômetro virtual é de 181 gramas, o de óleo Diesel é da ordem de 2,3 gramas. Daí a economia resultante, em cruzeiros, de Cr\$ 0.065.784 por tonelada-quilômetro virtual.

Cada locomotiva poderá tracionar, por ano, em média, 100.000.000 de toneladas-quilômetro virtuais, resultando, por conseguinte, a economia anual de Cr\$ 6.578.400,00, tão somente em combustível e por locomotiva.

A velocidade comercial elevou-se enormemente com a utilização desse tipo de locomotivas: enquanto a locomotiva a vapor apresenta a de 7 a 11 quilômetros por hora, a Diesel atinge 25 a 30 quilômetros.

É um novo tipo de máquina, que se propõe a revolucionar os sistemas anteriores e se destina a marcar uma nova era na tração ferroviária.

Dentro desse programa de reaparelhamento, foram ainda encomendadas 13 locomotivas Diesel-hidráulicas de 2.000 H. P., destinadas ao serviço de passageiros e carga e 46 de 400 H. P. para o de manobras. Com essas aquisições assegurar-se-á, em definitivo, a regularidade de tração e obter-se-á considerável economia no custeio.

Outra importante encomenda à citada fábrica IRFA consistiu em doze trens-unidades Diesel, para o serviço de passageiros. Cada trem compõe-se de três corpos, ligados com engates e intercomunicáveis por meio de foles ou sanfonas duplas. Comporta, cada um, a lotação de 120 passageiros, tendo ainda compartimentos sanitários, bagagem, cozinha e bar. Acionados por dois motores Diesel MAN, de 400 H. P. cada um, a 1.000 r.p.m., desenvolvem a velocidade de 120 quilômetros por hora. Providos de arejamento, o ar é renovado por meio de exaustores, proporcionando um ambiente interior confortável, mesmo à temperatura elevada. Dispõem, também, de aquecimento, para uso na estação fria.

Além do maior conforto e comodidade oferecida aos passageiros, representam esses trens um considerável melhoramento pela celeridade da viagem, bastando dizer que o percurso entre Porto Alegre e Uruguaiana, hoje realizado em 24 horas em trajeto direto ou em dois dias com pernoite em Santa Maria, será feito em 12 horas.

Sob o aspecto da exploração, proporcionarão considerável rendimento. Computadas as despesas de combustível e pessoal, bem como as receitas prováveis com os trens unidades, conclui-se que oferecerão um saldo anual de Cr\$ 106.579.122,62.

Ora, os trens de passageiros, com tração a vapor, estão ocasionando atualmente um deficit com o transporte do mesmo número de passageiros-quilômetro, calculado em Cr\$ 4.055.116,51 por ano. Daí a grande economia que proporcionará o novo sistema de transporte. Considerando o resultado negativo atual, essa será de

Cr\$ 110.634.239,23 (Cr\$ 106.579.122,62 e Cr\$ 4.055.116,51) ou sejam Cr\$ 9.219.319,93 por trem-unidade.

Dada a urgência de solucionar problema de tanta relevância, e mediante fundamentado parecer dos órgãos técnicos, a encomenda foi autorizada sem concorrência, como se procedeu em relação às locomotivas Diesel-hidráulicas. A primeira composição entrou em tráfego com os resultados previstos no estudo técnico-econômico, e as demais deverão ser entregues até janeiro de 1955.

Na gestão do atual Governo, foi aumentado o parque o parque de material rodante com a aquisição e incorporação de 678 vagões novos, sendo 300 vagões fechados, 140 vagões-gôndolas, 44 vagões frigoríficos, 50 vagões gradados e 144 vagões-tanques para transporte de combustíveis líquidos. O plano de reaparelhamento, cuja execução será iniciada no corrente ano, estabelece a encomenda de mais 483, devendo serem recebidas 161 ainda este ano e 322 nos de 1955 e 1956. Assim, por iniciativa da atual Administração, o parque será aumentado de mais 1.161 vagões para transporte de mercadorias, animais, carnes resfriadas e congeladas, minérios e combustíveis líquidos.

Tendo por objetivo melhores condições técnicas e de segurança na circulação dos trens, com maior velocidade comercial, o Governo, pondo em execução o plano de retificação de linhas, fez atacar os trabalhos de construção das variantes de Arroio do Só-Santa Maria-Canabarro, bem como da variante do Capão do Leão, entre a estação deste nome e a de Agente Gomes, na linha Cocaquí-Rio Grande, devendo essa correr pela verba do Fundo de Melhoramentos.

Os trabalhos do preparo do leito, nos atârros, cortes e obras de arte, encontram-se em fase de grande adiantamento, prevenindo-se que, com os recursos destinados pelo Estado e a União, poderá essa importante obra de retificação do traçado ser entregue definitivamente ao tráfego já no decorrer do próximo exercício.

Em virtude do empréstimo contratado com o Banco de Desenvolvimento Econômico, as variantes de Pedras Altas e de João Rodrigues passarão a ser executadas diretamente sob a administração do Viação Férrea, prevenindo-se a sua conclusão no curso do ano de 1956, com os resultados mais favoráveis para a exploração do tráfego e a economia do Estado.

Insisto em reafirmar, a teor do que deixei assinalado na Mensagem anterior, que um dos temas administrativos permanentemente em foco é o que se refere à racionalização dos serviços, visando ao maior rendimento da máquina burocrática. Os diplomas legislativos expedidos em fins de 1952 e começo do ano passado não esgotaram o assunto. Era escôpo do Poder Executivo, quando enviou a esta Assembléia os respectivos projetos de lei, promover uma reclassificação racional de cargos e funções, a que se deveria seguir a reorganização geral dos serviços. Porém, o plano de pagamento instituído, se atendeu a muitas situações funcionais que re-

clamavam correção, veio criar de outro lado novas desigualdades de tratamento pecuniário aos servidores, sem resolver o problema de chefia, que é fundamental à plena eficiência da organização burocrática. A Lei n.º 2.260, de 28 de dezembro último, procurou preencher essa lacuna, mas só alcançou em parte o seu objetivo, pois dela se originaram outras desigualdades de retribuição nos quadros funcionais. Continua ainda em equação, portanto, esse relevante problema, que requer um meticoloso estudo, para que se institua, no ápice da carreira burocrática, um conjunto de cargos que permitam o pleno exercício da chefia e a dinamização dos serviços, para cujo provimento se exijam atributos essenciais, de experiência e capacidade administrativa. Tais postos, verdadeiro escol de dirigentes, remunerados à altura de suas responsabilidades, constituirão um estímulo permanente ao esforço progressivo e ascensional dos demais servidores.

O Departamento do Serviço Público, incumbido de estudar os problemas de administração geral, vem trabalhando afanosamente. Perspectivas promissoras se abrem à execução dos serviços públicos, no que envolve a habilitação e a seleção rigorosa dos servidores. No exercício passado, o órgão de pessoal aludido ministrou onze cursos extraordinários, com apreciável número de inscrições, de disciplinas que interessam o desempenho da função pública, umas básicas e outras de aperfeiçoamento, de acordo com a especialização dos serviços, e programou para o corrente ano mais de 100 concursos para o provimento dos cargos dos diversos grupos em que foram divididos os quadros do pessoal do Estado.

* * *

A prosperidade econômica e social do Rio Grande do Sul não resalta apenas dos inúmeros dados e índices que se encontram nesta Mensagem, mas tem de ser apreciada também pela atração que os seus interesses de toda ordem vêm despertando e que origina um afluxo de visitantes, de variada procedência profissional e nacional.

No ano de 1953, a que se refere esta Mensagem, registrou-se a visita ao Estado, em caráter oficial ou não, de numerosas pessoas gradas, principalmente técnicos e financistas, com quem teve o Governo proveitosos entendimentos.

Como é do conhecimento desta egrégia Assembléia, por três vezes interrompi o exercício do cargo de Governador, afastando-me do Estado. No começo do ano, atendendo a honroso convite do Governo de Santa Catarina, viajei a Florianópolis, a fim de presidir cerimônias de colação de grau no Centro de Expansão Cultural daquela Capital; e no fim do ano, à Capital da República, aonde me levaram relevantes interesses do Estado, e a Curitiba, onde participei da III Reunião dos Governadores da Bacia Paraná-Uruguaí

e das solenidades comemorativas do 1.º Centenário da emancipação política do Paraná.

• • •

Na segunda parte desta Mensagem enfeixei dados minuciosos sobre todos os setores da Administração Pública, abrangendo não só as iniciativas levadas a termo, senão também as que se acham em curso, dentro do espírito de ordem financeira e de previsão do futuro econômico do Rio Grande. O saldo apurado, em retribuição ao enorme esforço feito, é altamente positivo, quer como prova do acerto com que se houve a Administração, quer como índice da vitalidade do povo rio-grandense, cujas admiráveis qualidades foram, no conjunto, o maior fator de êxito, pois permitiram ao Governo contar sempre com uma energia inamolgável, uma consciência cívica singularmente evoluída e diretrizes sociais em consonância com o espírito da nossa época.

A comunidade rio-grandense jamais deixou de corresponder aos bons propósitos do Governo, sugerindo, reclamando, criticando, esclarecendo, apontando rumos; a ordem interna, social, econômica e moral, foi a base em que os seus esforços puderam firmar-se e desenvolver-se. Numa palavra, funcionou em toda a sua plenitude o nosso sistema democrático, de que é exemplo a colenda Assembleia Legislativa, onde as proposições do Governo jamais deixaram de ser apreciadas com minucioso interesse e objeções altamente esclarecedoras, não lhes faltando a crítica de todos os partidos. As direções de partido têm conduzido a política numa atmosfera de inteira liberdade, e, atenta a maturidade cívica do nosso povo, são responsáveis igualmente pelas diretrizes impostas à coisa pública.

Quanto ao Governo, não se tem contentado, no que diz respeito a realizações de ordem material e cultural, em sanear as finanças e prover a necessidades imediatas, mas, perquirindo tendências e reclamos da opinião, projetou para o futuro um conjunto de obras públicas de suma importância, para as quais elaborou um esquema de financiamento vitoriosamente realizado em sua primeira fase. Procurou, destarte, assegurar não só o êxito das iniciativas em curso, mas ainda, e sobretudo, as que vierem no tempo, de modo a assegurar a imprescindível continuidade administrativa que a evoluída mentalidade rio-grandense tem pleiteado em todas as épocas.

Em suma, para levar a cabo a série de realizações, todas de grande significação para a nossa vida econômica e social, que mencionei a esta Assembleia, influiu não somente a salutar orientação do Governo Federal, mas a harmonia de vistas reinante entre os Poderes do Estado e a colaboração valiosa e dedicada de meus ilustres auxiliares de Governo, dos dignos chefes de Departamento e Serviços e dos funcionários públicos em geral — esforço conjuga-

do e que correspondeu plenamente a vocação do povo gaúcho ao progresso e à disciplina.

* * *

Senhores Deputados.

Por mais que nos esforcemos pela coisa pública, no setor que nos é atribuído, há momentos em que sentimos agudamente o quanto êste, não obstante a sua complexidade, é restrito em face de problemas graves que, mais do que nacionais, envolvem o orbe inteiro e a sorte da própria pessoa humana.

A era individualista, cujas origens não cabe perquirir, período ingrato que gerou injustiças enormes de ordem social e econômica, infelizmente ainda não está encerrada. Se novas concepções de vida e organização jurídica hoje se configuram, impondo as suas diretrizes como idéias-fôrças, a verdade é que a mentalidade individualista, principalmente no que toca às relações entre o capital e o trabalho, perdura ainda arraigada, interpondo-se como cunha, operando obstruções aos desígnios e ao atos daqueles que se batem por uma era melhor, de respeito integral à pessoa, de congraçamento real e orgânico de todos os interesses.

Se nós voltarmos o olhar para o nosso País, para especificarmos em termos nacionais êsse debate de caráter mundial, que se nos depara? Uma grande de população, composta de homens que vivem do produto do seu trabalho, servindo a outros homens, a entidades privadas ou públicas, mas aspirando com veemência a um padrão melhor de vida, a condições mais propícias ao desenvolvimento da própria personalidade. Não há dúvida nenhuma de que êles cobram, paulatinamente, consciência dos seus problemas, de seus interesses e objetivos, o saberão fazê-los valer ou reivindicar o que lhes é devido em tempo oportuno. Em face dêles, três são as situações dos homens que pensam ou dos que detem uma parcela de responsabilidade, dentro ou fora da coisa pública. Surge-nos, em primeiro lugar, o grupo daqueles em que há tantos restos da mentalidade estritamente liberal, e que pretendem formular em tom professoral a solução teórica para crise de tal monta, mas preferem, secreta e displicentemente, que tudo continue inalterado, com ligeiras atenuações. Vem depois o grupo dos que, enxergando no Estado o Levitã todo-poderoso, propugnam a solução radical e violenta, que esmague a pessoa, padronizando-a, na base de um nível único de classes e interesses. Por fim, aquêles que diligenciam por praticar medidas e providências, de teor realista em seus fundamentos, visando à solução orgânica, que consiste em desbastar o caminho natural da evolução, mas inspirada em alto sentido espiritual, pois se trata de reconhecer a dignidade do homem, propiciando-lhe as condições necessárias, não só a um padrão melhor de vida material e conforto, mas à sua elevação em tôdas as esferas morais e culturais.

Por árduo que seja o caminho dêstes últimos líderes, ainda que sejam acerbas as críticas a êles dirigidas, desconhecendo a clarividência e nobreza dos seus propósitos, são êstes que nos fazem antever o futuro. Se a solução ainda permanece envolta na bruma das incógnitas, podemos, contudo, nutrir a certeza de que a orientação dêsses líderes consulta os anseios mais profundos da Nação. Aquêles que se deixam dominar por egoísmos e interêsses particularistas ou visionam apenas aspectos parciais ou circunstanciais de uma série profunda de fenômenos, não poderão, em consequência, compreender a amplitude do quadro social em que se debate o homem na sua universalidade, angustiado pelas crises e desajustamentos que o assoberbam.

É assim que a nossa tarefa de governantes nos aparece modesta e restrita, em face dessas questões que nos salteiam, de tal magnitude e gravidade.

Sentimos que, hoje, não há circunscrições isoladas e estanques no mundo, que tudo se interpenetra e exerce influências mútuas, que as soluções assumem a dimensão do concerto universal e que tudo contribui decisivamente para a sorte da civilização. Não é de estranhar que as incertezas nos opríam em certas horas, lançando a dúvida sôbre os nossos melhores esforços. Resta-nos, porém, a convicção de haveremos colaborado, com diligência empenhada e honesta, para que o Rio Grande, dentro da comunhão brasileira, deparando as condições de ordem material e social necessárias ao seu desenvolvimento, possa atingir o grau de prosperidade, bem-estar e cultura que todos anelamos, em harmonia com as exigências graves e impostergáveis da civilização.

SECRETARIA DO GOVERNO

Concretizando deliberação reiteradamente manifestada a esta colenda Assembléia, em Mensagens anuais anteriores, encaminhou o Executivo à consideração do Poder Legislativo projeto de lei, criando a Secretaria do Governo e dando outras providências correlatas.

Correspondia essa medida à urgente necessidade de dar estrutura definitiva a esse importante setor da Administração.

Na realidade, embora figurando, desde 1946, sob a denominação de "Secretaria do Governo", nos diversos atos oficiais referentes a esse departamento, o certo é que o órgão em apreço, sob a aludida denominação, jamais fôra criado, conforme se pode verificar, através da legislação abrangida por diversos exercícios.

Até o advento da Carta de 1937, designava-se a repartição em referência simplesmente como "Secretaria do Palácio do Governo".

O Decreto n.º 6.886, de 9 de dezembro de 1937, que veio dar nova organização ao "Gabinete do Governador do Estado", abrangendo "Secretaria" e "Serviço de Expediente", embora não criasse o órgão citado, pressupunha a sua existência, sob outra forma e denominação, inspirada nas necessidades do momento.

Em 30 de setembro de 1946, é baixado o Decreto 2.093, aprovando o Regimento Interno da Secretaria do Governo, sem ter sido por nenhum decreto-lei criado o novo órgão e estabelecida a respectiva denominação. Ao contrário, o Decreto-lei 1.173, de 5 de setembro do mesmo ano, reorganizando parcialmente o quadro fixo da referida repartição, intitulava-a, simplesmente, "Palácio do Governo".

Nessas condições, resultava uma situação verdadeiramente anômala: a existência de fato de um órgão administrativo, com atribuições cada vez mais numerosas e complexas, a exigir urgente reorganização, sem os requisitos necessários para a sua inequívoca existência legal.

O projeto anteriormente referido, que veio a converter-se na Lei n.º 2.331, de 16 de janeiro último, dando estrutura legal à Secretaria do Governo, dotou-a de um quadro autônomo e ampliado, aparelhando-a com os elementos necessários ao pleno desempenho da complexa e elevada missão que lhe cabe, no quadro de nossas atividades administrativas.

A obra de reorganização, iniciada com a promulgação da Lei n.º 2.331, será continuada com a aprovação do respectivo Regimento Interno, ora em elaboração, ficando assim a Chefia do Executivo aparelhada com um órgão de assessoramento imediato, semelhante aos de que dispõem os demais Poderes do Estado.

Entretanto, muito antes de implantar-se a nova organização estabelecida pela citada Lei n.º 2.331, já haviam entrado de fato em funcionamento diversos serviços nela previstos, para corresponder ao desdobramento de funções exigidas pelas necessidades administrativas. Assim, o de Controle Financeiro, o de Comunicações, os controles especiais organizados na Secção de Expediente, visando maior rapidez na tramitação de certos expedientes, como os oriundos dos órgãos federais e os pedidos de auxílios, até então registrados no fichário comum da Secção.

No exercício passado, o órgão em questão, para onde convergem expe-

dientes das mais variadas órbitas administrativas, federais, estaduais ou municipais, executou um labor intenso, sem descontinuidade, em todos os seus setores.

A Casa Civil, entre outros expedientes, elaborou 658 officios, 223 cartas e 971 telegramas de assinatura do Governador, e 2.213 officios, 365 cartas e 2.238 telegramas de assinatura do Secretário e Subsecretário.

A Casa Militar desempenhou a rigor as atribuições que lhe competem, em relação às audiências do Chefe do Executivo, atos de representação e visitas protocolares.

Pelo Serviço Legislativo, que mantém estreita ligação com esta colenda Assembléa, foram estudadas, registradas e publicadas 280 leis e 984 decretos.

A Assessoria Administrativa, actual Assisténcia Técnica, expendeu 322 pareceres e examinou a quase totalidade dos 18.321 processos registrados na Secção de Expediente. Pela mesma Secção foram anotados 7.509 pedidos de informação, entre os quais 136 originários do Poder Legislativo.

Dentro dos moldes fixados pela Lei n.º 2.331, na sua posição de órgão central e de colaboração immediata ao Chefe do Poder Executivo, a Secretaria do Governo está fadada a uma actividade crescente, em todos os seus serviços, e a um labor complexo, distribuido em especializações, no que toca às incumbências atribuidas a sua Assisténcia Técnica.

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

As relações administrativas com o Poder Judiciário e o Ministério Público processaram-se com toda a harmonia e regularidade, através da Secretaria do Interior e Justiça

Ao volumoso expediente que transita nessa Secretaria, oriundo daqueles dois organismos em que repousa a estrutura do aparelho judiciário do Estado, é dispensada a mais solícita atenção, quer na urgência que, via de regra, se confere ao seu trâmite, quer na consideração de entendimentos, os mais variados, para a regularidade e boa marcha dos respectivos serviços.

Tal como descreve este capítulo, no tópico referente à Comissão de Assessoramento, continua sendo empenhada pelo Executivo, em consonância com a escala de prioridade aprovada, a maior soma de esforços no sentido do prosseguimento do plano de construção dos edifícios forenses, padronizados em estilo funcional, nas unidades comarcais do Estado.

No que diz respeito à edificação do Palácio da Justiça, a ser erigido no antigo local em que antes funcionara a Corte Judiciária do Estado, a Secretaria do Interior, em estreita colaboração com a das Obras Públicas, não descurou o aceleramento dos trabalhos relacionados com o projeto do imponente bloco arquitetônico que abrigará, em futuro próximo, todo o aparelhamento judiciário da Capital, até agora lastimavelmente disperso em instalações precárias, que não condizem, em absoluto, com a magestade do Poder que representam.

Ao mesmo passo em que eram diligenciadas as providências para o levantamento do edifício do Palácio da Justiça, cujas obras iniciais já foram levadas a efeito, não descurou a Secretaria em provêr sobre o prosseguimento das instalações forenses nas comarcas do interior, quer sob a forma de construções novas, constantes do plano já referido, quer sob a modalidade de locação de prédios capazes de oferecer, tanto quanto possível, alojamento condigno ao funcionamento dos serviços judiciários.

Nesta Capital, essas medidas se fizeram sentir em grau de maior alcance, com a locação do 8.º piso do edifício da Prefeitura, em cujos 6.º e 7.º pavimentos já vinham operando diversos juizados de direito e municipais, com os cartórios correspondentes.

O Juizado de Menores, que funcionava em prédio de condições acanhadas, à rua Duque de Caxias, e que não mais condizia com as exigências dos serviços que lhe estão afetos, logrou, também, amplo e espaçoso edifício localizado à Avenida Independência, possibilitando, destearte, ambiente condigno de trabalho.

No terreno político, através dos órgãos específicos da Secretaria do Interior, o Executivo agiu de modo a assegurar um clima de perfeita tranquilidade, sem o qual não se poderão desenvolver com proveito as atividades econômicas e culturais.

No setor policial, ou mais especialmente, na prevenção e repressão da criminalidade, não se registraram atos que pudessem vir a ser motivo de restrições por parte dos dirigentes das diversas correntes de opinião. A serenidade e eficiência manifestadas nesse setor não só se fizeram sentir em relação

Poder Judiciário e Ministério Público

Ordem Social e Política

no combate às atividades políticas proibidas em lei, como no serviço policial comum, alcançando completo sucesso nas investigações criminais a que se procedeu.

Ainda que houvessem ocorrido várias manifestações paredistas, no decorrer do ano de 1953, não passaram elas de fatos de pequena importância, tendo sido solucionadas as duas principais greves — a dos gráficos e dos bancários — pela mediação direta da Secretaria do Interior.

A constante preocupação do Governo em manter uma conduta política acima das disputas partidárias foi a orientação que presidiu, no mês de dezembro, a realização dos plebiscitos destinados à criação de novos municípios. Tais comícios eleitorais se realizaram sem que qualquer medida especial fosse tomada, o que vem demonstrar também o elevado nível de cultura política atingida pelo povo rio-grandense.

Repartição Central

A despeito do vulto dos serviços permanentemente em trânsito nas suas diferentes Diretorias e da notória falta de pessoal que, de há longo tempo, se tem feito sentir no seu quadro funcional, as tarefas rotineiras da Repartição Central vêm-se conduzindo em ritmo normal de trabalho, graças ao espírito público dos funcionários, que, sem distinção de hierarquia ou graduação, empregam sua atividade nesta Secretaria.

Corpo Consular

Dentre as inúmeras atribuições da Secretaria, cumpre ressaltar a que se refere às relações mantidas com as representações consulares acreditadas junto ao Governo do Estado, as quais se processaram dentro de um clima do melhor entendimento e da mais perfeita cordialidade, através de setenta e sete missões distribuídas em vinte cidades e uma vila, esta a de Porto Lucona, no Município de Santa Rosa, em cujo território tem exercido um Vice-consulado da República Argentina, somando ao todo vinte e quatro o número de países representados.

No ano em relato, houve a deplorar desagradável incidente de fronteira, ocorrido no chamado "Corredor Internacional", entre o Município de Livramento e o Departamento de Rivera, na República Oriental do Uruguai, e em que perdeu a vida alto funcionário do Governo da União.

De pronto, foram tomadas junto ao Departamento de Polícia Civil as providências cabíveis na espécie, com a abertura do competente inquérito policial, em devido tempo realizado e logo após remetido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Reaparelhamento Penitenciário

De conformidade com as previsões, os trabalhos da Comissão de Assessoramento do Plano de Cadeias e Foros, instituída pela Portaria n.º 839, de 17 de dezembro de 1951, tiveram desenvolvimento normal durante o ano findo.

Processados os atos referentes à terceira concorrência pública, julgada no mês de fevereiro, foram lavrados e posteriormente submetidos a registro no Tribunal de Contas os contratos de empreitada para a construção dos prédios destinados às cadeias de Cacequi, Irel e Cachoeira do Sul, ficando em obras, portanto, treze edifícios para as cadeias e seis para os foros que integram a primeira etapa do plano.

Dêsse grupo de edifícios, a Secretaria das Obras Públicas, que realiza a fiscalização técnica necessária, declarou em condições de funcionarem os que se destinam às cadeias de Uruguaiana, Dom Pedrito e São Gabriel, os quais, convenientemente equipados e mobiliados, foram recentemente inaugurados. Acham-se aquelas, atualmente, em pleno funcionamento, e confiadas a oficiais da Brigada Militar do Estado, previamente estagiados em breve curso de especialização nos misteres básicos relativos à administração de estabelecimentos presidiários.

Também já foram concluídas as obras das cadeias de Camaquã, Carazinho, Encantado, São Borja e Três Passos, cujos prédios receberam móveis e equipamentos, de modo a possibilitar a sua utilização no decurso do mês de janeiro último. As demais, localizadas nos municípios de Cacequi, Cachoeira do Sul,

Canela, Irai e Taquara, deverão ficar prontas para funcionar, segundo as previsões contratuais, nos próximos meses deste exercício.

O plano a ser desenvolvido para equipar o Estado de estabelecimentos penais, adequados ao cumprimento dos dispositivos legais que, em seu conjunto, formam o sistema penitenciário progressivo, tem sido vastamente discutido, concorrendo opiniões de técnicos criminalistas e penitenciaristas eméritos, convocados para este fim.

Da média dessas opiniões resulta que as providências a serem tomadas devem ser calcadas, fundamentalmente, em relação à incidência da criminalidade, à procedência rural ou urbana do sentenciado e ao máximo ideal de lotação do estabelecimento. Tais fatores proporcionam os elementos básicos que devem prevalecer nos objetivos da execução da obra a ser empreendida.

Nestas condições, e em vista de existirem no Estado cerca de 8.000 presidiários, sentenciados ou submetidos a processo, população carcerária esta em constante aumento, e admitindo que a lotação ideal de uma penitenciária não deve ultrapassar a 800 internados, segundo as normas aconselhadas para um bom sistema de recuperação, resulta que o Rio Grande do Sul necessita, no mínimo, para o atendimento de suas necessidades atuais, de dois estabelecimentos de cumprimento de sentença, pois o restante de seus confinados corresponde aos que se situam nas cadeias civis.

Além disso, sendo o trabalho o maior fator de recuperação e considerando os sentenciados por esse aspecto — o da ocupação profissional — é de concluir sobre a inteira conveniência de se erigir um estabelecimento industrial e outro agrícola, para aí se encaminharem os confinados segundo suas origens, tendências profissionais ou ocupações anteriores à condenação.

Por outro lado, possuindo o Estado a Colônia Penal e Agrícola Gen. Daltro Filho, no Jacuí, com cerca de 2.200 hectares de terra, não é razoável considerá-la apenas como estabelecimento estagiário, quando a sua extensão comporta adaptá-la a uma Penitenciária Agrícola, que permita o cumprimento dos três estágios iniciais da pena, indo ao encontro das disposições legais regentes da espécie.

Atendido como está sendo o interior do Estado, com a rede de cadeias civis, em construção, que em fins de 1955 atingirá a um total de 45 unidades, aproveitada que seja a atual Colônia Penal e Agrícola do Jacuí como Penitenciária Agrícola, não há como deixar de concluir que restaria, imperiosamente, dotar a região da Capital com outro estabelecimento penal, de características industriais, para substituir a velha e condenada Casa de Correção, visto que Porto Alegre contribui com mais de 40% dos reclusos.

Em face de tais considerações, que resumem os estudos e observações realizados, foi aprovado pelo Executivo o seguinte programa de realizações no setor penitenciário, formulado pela Secretaria do Interior:

I — Prosseguimento e intensificação do plano de construções de cadeias civis, para o interior do Estado;

II — ampliação do Manicômio Judiciário Dr. Mauricio Cardoso;

III — transformação da Colônia Penal e Agrícola Gen. Daltro Filho em Penitenciária Agrícola, não só para comportar cerca de mil sentenciados, como também para permitir o direto recolhimento dos condenados procedentes da agricultura ou atividades afins;

IV — construção da primeira Penitenciária Regional, de tipo industrial, nas proximidades da Capital do Estado;

V — aproveitamento conseqüente da Casa de Correção como Prisão Provisória, mediante reforma, destinada a receber os presos em flagrante ou preventivos da Capital e os condenados que ainda não tiverem Carta de Guia;

VI — projetar os estabelecimentos penais complementares como o Sanatório Penal, a Casa de Custódia e Tratamento, etc., bem como a assistência social aos egressos através de uma Colônia Agrícola e uma Casa de Amparo, a serem entregues aos cuidados de entidades privadas subvencionadas.

Tendo sido aprovado esse esquema, foi o mesmo encaminhado à Comissão de Reparcelamento Penitenciário, para o estudo dos detalhes, feitura de plan-

tas e execução das obras dentro das dotações já existentes. Dêsse programa de realizações, já foram concluídas, acham-se em construção ou estão por serem imediatamente iniciadas 27 cadeias: a primeira etapa da ampliação do Manicômio Judiciário e parte das obras da Colônia Penal e Agrícola. Quanto à Penitenciária Industrial, a ser fixada na região de Porto Alegre, encontra-se em estudos a escolha de terreno, considerando-se, para tal, o recente oferecimento de vasta área por parte da Municipalidade, envidando a Secretaria todos os seus esforços para terem início as obras o quanto antes. Finalmente, as duas últimas partes do esquema traçado serão objeto de oportunas providências da Comissão de Reparelhamento Penitenciário.

O Rio Grande do Sul, uma vez efetivado integralmente o plano, será o Estado que disporá do maior conjunto de edificações destinadas ao confinamento de sentenciados, e adequadas à recuperação do delinqüente, segundo o sistema penitenciário progressivo adotado entre nós. Todavia, o problema penitenciário não é apenas uma questão de edificações. Estas são fundamentais, mas a elas deve ser adicionado o tratamento correspondente aos internados, em que se lhes prescreva uma disciplina educativa, consciente e até espontânea, onde a força moral do administrador, mais educador do que guardião de confinados, predomine e não necessite de medidas drásticas.

A nossa Força Pública, pela sua reconhecida disciplina e formação intelectual, está em condições de fornecer bons administradores para as cadeias civis. Os jovens oficiais subalternos são dotados de qualidades fundamentais para o eficiente desempenho dessa missão. Poderão ser, ao mesmo tempo, administradores e professores, bem como ministrar educação física, intelectual ou moral; homens de regulamento, educados na disciplina, saberão fazê-lo cumprir.

Mas, no terreno penitenciário, a par do empenho que se tem dado à construção dos edifícios necessários ao cumprimento da pena, não se descurou da finalidade fundamental e precípua que os mesmos têm em vista, que é a recuperação do delinqüente.

E' preciso considerar que o delinqüente não cumpre propriamente um castigo pelo crime que praticou, mas recebe um verdadeiro tratamento, com o emprêgo de uma terapêutica consentânea, que o ponha em condições normais da convivência social, que o convença de que precisa adquirir hábitos que o habilitem a êsse convívio, e que vão desde o tratamento da higiene pessoal até o respeito pelo direito alheio, desde a conduta de foro íntimo, até o comportamento em relação a terceiros.

Assim pelo Decreto n.º 4.820, de 31-12-53, foram ditadas normas administrativas às cadeias civis e criados Conselhos de Assistência Social ao Presidiário, formados por membros indicados pelo Juiz de Direito, Prefeito Municipal, Legião Brasileira de Assistência e pelo próprio Administrador. Tais Conselhos começarão a ser instalados agora e se destinam a programar e executar uma série de atividades assistenciais, de colaboração com a administração da Cadeia Civil, e que abrangem a assistência judiciária, médica, hospitalar, odontológica, farmacêutica e religiosa, além da manutenção dos laços familiares do presidiário, a assistência à família da vítima dos crimes de homicídio, o encaminhamento dos liberados e outras medidas.

A Secretaria do Interior está-se dirigindo às autoridades eclesiásticas, solicitando a sua contribuição na recuperação do delinqüente através da assistência religiosa, nos moldes que, há tão longos anos, vêm sendo praticados pelo abnegado Pe. Pio Book, na Casa de Correção, a fim de que essa atividade se estenda a todas as cadeias civis.

Em relação aos edifícios forenses, cumpre referir que os de Guaíba e Canoas foram há pouco inaugurados e o de Alegrete encontra-se em condições de ser aproveitado, prevendo-se, para muito breve, a sua inauguração, a depender, apenas, do mobiliário já requisitado ao órgão central de compras.

As obras de construção dos foros de São Francisco de Paula, Caxias do Sul e Erechim, por terem sido iniciadas em junho de 1953, somente em meados do ano fluente, segundo se espera, estarão concluídas.

Como decorrência da orientação assentada no planejamento das obras em referência, procedeu-se a estudos para a padronização dos móveis e equipamentos necessários à instalação e funcionamento dos serviços públicos a que se destinam os prédios em questão.

Aos vários motivos que se poderiam apontar em favor dessa padronização acrescem os que dizem respeito com as vantagens de ordem econômica, resultantes da uniformidade dos modelos, facilitando-se, inclusive, a execução das operações de concorrência pública, para a compra dos móveis e equipamentos, e ensejando-se, por outro lado, melhores condições para a formação de estoques e para os reparos ou substituições de peças, no atendimento das necessidades dos 91 foros e outras tantas cadeias.

A impossibilidade de se obter, no devido tempo, recursos financeiros próprios, impediu que as operações de compra fôsem encaminhadas de modo a assegurar o suprimento dos móveis logo após a conclusão dos prédios em construção. Esse o motivo por que alguns dos foros e cadeias, embora já concluídas as obras respectivas, ainda não puderam ser instaladas.

Tais inconveniente, praticamente, estão sanados, com a abertura do crédito especial de 12 milhões de cruzeiros de que trata o Decreto n.º 4741, de 14 de dezembro de 1953.

Presentemente, com as requisições já feitas a Comissão de Compras, estão assegurados os móveis e equipamentos para as treze cadeias e os seis foros da primeira etapa do plano.

Em relação ao mobiliário e equipamento dos prédios da segunda etapa — quatorze cadeias e dois foros — já estão reservados os recursos financeiros necessários, dentro do esquema de aplicação da verba de 20 milhões de cruzeiros, votada pela Lei n.º 2.060, de 23 de março de 1953, com as modificações constantes da Lei n.º 2.152, de 9 de novembro do ano passado.

Para a execução da segunda etapa do plano, com apóio nos recursos por conta da verba de 20 milhões, já referida, estão sendo assentadas as providências preliminares, quais sejam as de escolha e recebimento dos terrenos cuja doação cabe aos municípios contemplados.

Estes, segundo a ordem de prioridade estabelecida, são os seguintes: General Câmara, General Vargas, Vacaria, Soledade, Canoas, Jaguarí, São Francisco de Assis, Erechim, Lavras do Sul, Palmeira das Missões, Marcelino Ramos, Getúlio Vargas, Nova Prata e Santo Antônio da Patrulha (14 prédios para as cadeias) e Lagoa Vermelha e Aparados da Serra (2 prédios para foros).

Dependendo do tempo em que seja possível formalizar os atos de transferência dos terrenos para o Estado, e se continuar a haver interesse, no mercado de construções, pelas obras do plano, no regime de empreitada, até agora adotado, será viável encaminhar a execução, no decurso de 1954, de todos os edifícios (16) da segunda etapa, entrando-se logo numa terceira etapa à base da verba de Cr\$ 17.500.000,00, consignada ao empreendimento no Plano de Obras, de que trata a Lei n.º 2136, de 26 de outubro de 1953.

A preferência dispensada às cadeias, na distribuição dos recursos financeiros obtidos, justifica-se pelas lamentáveis condições de vida em que nelas se acha recolhido mais de um milhão de seres humanos, e, ainda, pela impraticabilidade de soluções intermediárias, como a de remodelar prédios que, na sua grande maioria, oferecem aspectos de verdadeiros pardieiros em ruínas.

Além disso, no caso dos foros, dispõe o Estado do recurso de novas locações, em prédios melhores, o que permite contemporizar o problema na maioria das situações.

A construção de edifícios para foros poderá ser intensificada se o legislador acolher a proposição constante do projeto de Código Tributário do Estado, que destina àquela finalidade o produto da receita da Taxa Judiciária, estimada, presentemente, em quantia superior a 8 milhões de cruzeiros.

Como providências complementares do Plano de Cadeias e Foros, para atender situações em que a solução deva ser examinada em função de circunstâncias especiais de oportunidade ou de emergência, foram elaboradas e aprovadas normas que orientaram o procedimento da Comissão de Assessoria-

mento, em face da hipótese de propostas de venda ou de locação de prédios com aquelas finalidades

Através dessas modalidades, solucionou-se, definitivamente, a situação dos foros de Santa Cruz do Sul e de Jaguarí, em 1952, cujos prédios receberam, em 1953, benefícios de obras de adaptação, reforma e ampliação, contratadas no valor global de Cr\$ 514.140,00.

Em agosto do ano findo, foi examinada a situação aflitiva criada na cadeia civil da cidade de Rio Grande, por uma rebelião dos presos ali recolhidos, em número aproximado a 60, os quais depredaram o prédio e instalações.

A Prefeitura Municipal, proprietária do imóvel, não dispondo de recursos financeiros para remediar a situação, acordou com o pronunciamento da Comissão de Assessoramento e o prédio referido, conforme expediente já formalizado, será entregue ao Estado, sob regime de comodato, por prazo mínimo de 10 anos, realizando este as obras necessárias, na base de 500 mil cruzeiros, utilizando a verba votada na Lei n.º 2.060, de 23-3-1953, nos termos da Lei n.º 2.251, de 24-12-53.

De acordo com as vistorias realizadas e os pareceres emitidos pela Comissão de Assessoramento, foram assinados contratos de locação referentes aos foros de Bento Gonçalves, Quaraí, Itaqui, Soledade, Veranópolis, Cacequi e Estrêla.

Outros expedientes, sobre assuntos desta natureza, não puderam ser apreciados devido ao esgotamento prematuro da verba destinada aos encargos de locação de imóveis, em especial no que concerne com as instalações dos serviços forenses em diversas comarcas do Estado.

Como consequência lógica da elevação dos preços de utilidades e salários, acentua-se e generaliza-se a pressão, por maiores alugueres, dos proprietários de prédios locados ao Estado, para o funcionamento dos foros, tornando insuficiente a dotação orçamentária votada para tais encargos.

Apesar de ter sido majorado de Cr\$ 700.000,00 para Cr\$ 1.600.000,00, no orçamento do corrente exercício, aquele recurso não oferece margem ao atendimento de tão elevadas solicitações de aumento de aluguel se persistirem nas proporções que têm sido registradas.

Os resultados e a experiência obtidos pela Secretaria do Interior e Justiça, através das atividades da Comissão de Assessoramento do Plano de Cadeias e Foros, contribuíram para robustecer a idéia de ampliar-se o raio de ação do Governo no vasto e complexo setor penitenciário, envolvendo, num planejamento de convergadura a situação de todos os estabelecimentos que ao Estado incumbe manter, para o cumprimento das penas e das medidas de segurança.

No momento em que resultados concretos correspondiam ao esforço do Governo, no Plano de Cadeias e Foros, forjava-se a consciência de que se deveriam mobilizar meios e recursos financeiros a fim de acudir à situação deprimente que a superlotação e a deficiência de aparelhagem têm criado nos principais estabelecimentos penais, como a Casa de Correção, o Manicômio Judiciário Dr. Maurício Cardoso e a Colônia Penal e Agrícola Gen. Daltro Filho.

Nestes últimos estabelecimentos a situação reclamava uma assistência de maior urgência, tornando imperioso prover a esse respeito, enquanto eram estudadas as medidas a encaminhar, visando à objetivação de um plano de reaparelhamento penitenciário.

A superlotação do Manicômio Judiciário, chegando ao extremo, e as depredações praticadas na Colônia Penal, pelos menores delinquentes que ali haviam sido recolhidos, como medida preventiva, por solicitação da autoridade competente, em fevereiro de 1953, recomendaram a iniciativa proposta pela Secretaria e aprovada pelo Executivo, consubstanciada na abertura de um crédito extraordinário de Cr\$ 3.500.000,00 (Decreto n.º 3.904, de 8 de abril de 1953), com a finalidade de realizar obras de melhoramento, reparos e ampliação naqueles estabelecimentos penais.

Com apoio nesse recurso, programou a Comissão de Assessoramento, assistida pela cooperação técnica da Secretaria das Obras Públicas, as seguintes obras, de acordo com a distribuição de verba previamente estabelecida:

a) — no Manicômio Judiciário: construção de uma ala no edifício principal (as obras programadas constituem a primeira etapa da referida construção, formando um pavilhão isolado); construção de uma rede adutora de águas, inclusive reservatório subterrâneo, aos prédios do estabelecimento; obras de adaptação no edifício do Sanatório Penal, para instalação de enfermarias e serviços administrativos do Manicômio.

As obras em referência, objeto de concorrência pública, foram contratadas pelo valor global de Cr\$ 1.449.000,00, sendo previsto o prazo de 270 dias para a sua conclusão.

b) — na Colônia Penal e Agrícola: aumento de potência da usina elétrica; restauração parcial do pavilhão sinistrado; restauração dos serviços de água e esgoto.

O aumento da potência da usina elétrica será executado mediante a instalação de um grupo Diesel elétrico, da potência de 50 H. P., já adquirido pelo preço de Cr\$ 335.000,00.

A restauração parcial do pavilhão sinistrado compreende obras que objetivam proporcionar distribuição mais racional da área de seu pavimento térreo, permitindo alojar 282 homens, de maneira adequada, prescrita para estabelecimentos desta ordem.

As obras referidas — de início objeto de concorrência pública, que não logrou, contudo, ser efetivada, face ao desinteresse demonstrado pelas firmas construtoras — após prévia autorização do Executivo, foram submetidas a concorrência administrativa, modalidade que possibilitou empreitá-la com a urgência que convinha.

O valor global da empreitada eleva-se à cifra de Cr\$ 1.716.000,00 e as obras estarão concluídas em 240 dias.

Finalmente, quanto as providências relacionadas com a restauração dos serviços de água e esgoto, por sugestão da Diretoria de Saneamento e Urbanismo da Secretaria das Obras Públicas, dada a sua natureza especial, serão esses empreendimentos executados diretamente por aquela Diretoria. As despesas correspondentes correrão à conta das verbas da mesma Secretaria e os trabalhos serão iniciados tão breve quanto possível.

Pela Lei n.º 2.161, de 19 de novembro último, foi criada a Comissão de Reparcelamento Penitenciário, que substituiu a Comissão de Assessoramento do Plano de Cadeias e Foros.

Ao novo órgão técnico, a lei atribui o encargo de elaborar e executar um plano de reparcelamento penitenciário, abrangendo todos os estabelecimentos que ao Estado cabe construir e manter para o cumprimento das penas e das medidas de segurança detentivas, inclusive os de observação e tratamento e os que se destinam a prisões provisórias e à internação de menores infratores.

Constará esse plano "da realização de obras e da execução de todas as providências necessárias para melhor organizar e equipar os estabelecimentos referidos, podendo ser desenvolvido parceladamente, de acordo com os recursos financeiros que forem destinados a esse empreendimento".

Incumbe, também, ao novo órgão técnico "dar prosseguimento ao Plano de Cadeias e Foros, de acordo com as normas para o mesmo estabelecidas".

A Comissão de Reparcelamento Penitenciário, estruturada como órgão legal de deliberação coletiva, subordinada diretamente ao titular da Secretaria do Interior e Justiça, foi instalada em 11 de novembro de 1953.

Desde que foi lançado o programa de construção de edifícios para cadeias e foros, em fins de 1951, não deixou o Estado de contar com recursos financeiros para desenvolver a assistência que lhe é reclamada no interesse da segurança pública e da defesa social, pela precária situação do seu incipiente e desgastado aparelhamento penitenciário.

É evidente que, da continuidade da consignação de novos recursos para esse fim, dependerá o êxito da ação do Governo e a proporção dos mesmos se condiciona, naturalmente, o ritmo dos trabalhos a desenvolver.

Foram votados, até agora, recursos financeiros que somam um total de

Cr\$ 102.594.500,00 (Leis n.ºs 1.588, de 6-11-51; 1.891, de 13-11-52; 2.060, de .. 23-3-53; Decreto n.º 3.904, de 20-4-53), dos quais foram aplicados Cr\$ 25.894.500,00, restando um saldo de Cr\$ 76.700.000,00.

Serviço Social Penitenciário

De acôrdo com as disposições da Lei n.º 1.651, de 8 de dezembro de 1952, que o criou, o Serviço Social Penitenciário tem por objetivo promover, em favor dos seus assistidos, as medidas tendentes a proporcionar-lhes: a) emprego em estabelecimento público ou privado; b) reintegração na família e na sociedade; c) tratamento médico indicado; d) afastamento de ambientes prejudiciais; e) outras medidas indicadas para o seu reajustamento; f) assistência judiciária; g) internamento dos órgãos das vítimas de crime de homicídio, em estabelecimentos adequados; h) matrícula dos filhos em colégios.

Dentro das possibilidades e recursos proporcionados, vem sendo dispensada a êsse incipiente órgão da Administração Pública as atenções e os cuidados que se fazem mister ao proveitoso desempenho das finalidades sociais para que foi instituído.

Para êsse efeito, foi providenciada a inclusão, no Plano de Obras, da importância de Cr\$ 4.500.000,00, destinada à construção do edifício em que será instalado, definitivamente, o Serviço Social Penitenciário e dois órgãos correlatos — Casa do Egresso e Colônia Agrícola — cuja administração será confiada a instituições particulares congêneres.

Departamento das Prefeituras Municipais

Não obstante as deficiências de que ressona a sua organização, foi laboriosa e produtiva no ano findo a gestão do Departamento das Prefeituras Municipais, tendo em mira corresponder às finalidades para que foi criado, quais a de prestar assistência jurídica, urbanística e de técnica contábil aos poderes comunais do Estado.

Para firmar a posição de prestígio que desfruta êsse Departamento junto às administrações dos municípios, muito concorreu, sem dúvida, a reconhecida capacidade do seu reduzido corpo de pessoal especializado e a noção de responsabilidade no modo de execução das tarefas que lhe são pertinentes, sobretudo, quanto ao respeito devido à autonomia municipal e à preocupação constante de alheiar-se, inteiramente, a influências político-partidárias.

A reorganização administrativa do Departamento das Prefeituras Municipais, adstrita aos princípios demarcados na Constituição, por forma a melhor enquadrá-lo na área das suas atribuições específicas, e ora objeto de cogitação, propiciar-lhe-á as condições de trabalho necessárias à missão de poder bem dispensar em toda a amplitude, como órgão de cooperação do Estado para com as municipalidades, o assessoramento e a assistência especializada que tão úteis resultados têm revelado, através do testemunho unânime de espontâneas manifestações das unidades prefeturais rio-grandenses.

Departamento de Fiscalização dos Serviços de Diversões Públicas

Em face das disposições legais vigentes, incumbe a êste Departamento promover a censura das peças teatrais e rádio-teatrais, novelas radiofônicas e outros originais destinados ao teatro e à radiofonia, bem como o exame e aposição do "visto" nos certificados de filmes cinematográficos. Da primeira espécie, foi censurado, em 1953, o total de 3.643 originais, sendo posto o "visto" em 3.368 certificados de filmes cinematográficos.

E' cometida, ainda, a êste órgão a expedição de alvarás para a realização de quaisquer espetáculos de diversões públicas, tendo sido expedidos no ano em relato 3.507 licenciamentos.

Como decorrência da cobrança de emolumentos pelos atos de censura, "vistos" e expedição de alvarás, de acôrdo com a correspondente tabela da lei do sêlo estadual, contribuiu o Departamento com apreciável importância para os cofres públicos.

Essa arrecadação pode ser dividida em duas partes: a da Capital, feita, ex-

clusivamente, pelo Departamento, e a do Interior do Estado, da competência dos titulares das Delegacias de Polícia, que são, por lei, os representantes deste órgão de fiscalização e censura.

Na Capital, foram arrecadados Cr\$ 454.998,40, parcela esta que somada a de Cr\$ 1.322.251,70 — proveniente da receita verificada nos demais municípios — perfaz o total de Cr\$ 1.777.253,10, de que resulta uma arrecadação a maior, sobre o exercício anterior, no montante de Cr\$ 89.791,10.

Havendo arrecadado a importância de Cr\$ 1.777.253,10, e tendo sido a sua dotação orçamentária, no exercício passado, de Cr\$ 853.610,00, contribuiu com a soma de Cr\$ 918.643,10, líquidos, para o erário público.

Em observância às determinações do Governo da União, cumpriu ao Departamento expedir a Portaria n.º 324, pela qual foram postos em rigorosa execução os Decretos federais n.ºs 30.179 e 30.700, de 1951 e 1952, respectivamente, que estabeleceram normas de proteção ao cinema nacional.

Vêm sendo intensificadas as relações do Departamento com as Delegacias de Polícia do Interior, através de circulares de orientação em matéria de diversões públicas, no sentido de padronizar o mais possível o trabalho de censura, fiscalização e arrecadação. Para melhor controle da atuação desse serviço no interior, está-se procedendo ao levantamento estatístico pormenorizado das diversões públicas em todas as comunas rio-grandenses, com a colaboração dos agentes da autoridade policial.

A atual direção do Departamento, após quatro meses de proveitosas observações e experiências, acha-se habilitada a tornar mais severa a orientação da censura de espetáculos, especialmente no âmbito da radiofonia. Este trabalho foi generosamente facilitado pela orientação moral do nosso povo, que tem sabido apoiar e reclamar do Departamento de Fiscalização dos Serviços de Diversões Públicas as medidas a serem tomadas.

Estão sendo realizadas, no momento, inquirições junto aos meios educacionais, a fim de, com base em abalizados pareceres, firmar o critério a seguir em relação às programações radiofônicas de duplo sentido com fundo na malícia sexual. Em vista do vulto que tal gênero de humorismo alcançou entre nós, e depois de um período de cuidadosa e prolongada observação, a direção do Departamento vem de chegar à conclusão de que só com uma orientação mais radical, que em breve será posta em prática, conseguir-se-á atender aos desideratos do educado público do nosso Estado.

Por Decreto n.º 4.221, de 26 de outubro do ano findo, foi declarado parrono da Brigada Militar o Coronel Afonso Emilio Massot. Rendeu o Governo Estadual, através do provimento executivo em referência, um justo preito de homenagem póstuma ao inolvidável Comandante Geral, sob cujos padrões de patriotismo, desprendimento pessoal e alta noção de disciplina, a Milícia do Estado se inspira para o exato e fiel cumprimento dos seus deveres e atribuições.

**Brigada
Militar**

Paralelamente ao preparo do homem, na instrução da Tropa, grande foi o esforço desenvolvido no aperfeiçoamento dos quadros e formação de novos elementos.

Com o objetivo de bem desempenhar as funções de órgão mantenedor da ordem do Estado, executando a parte do serviço policial que lhe está atribuída, em face do que preceitua o artigo 223 da Constituição, vem a Força desenvolvendo, com especial interesse, entre os seus elementos, a instrução policial, através dos vários cursos para a formação dos respectivos quadros. Tal programa obedece a uma progressão, desde o curso de formação de Cabos, passando pelo de Sargento e indo até o de formação de Oficiais, onde a parte policial é ministrada com caráter eminentemente técnico, distribuída em três fases: no 2.º ano — Identificação; no 3.º ano — Noções de Criminologia e no 4.º ano — Técnica de Investigação.

No âmbito de grupamento de soldados, a instrução policial é ministrada

dentro dos modernos preceitos da pedagogia, baseada nos princípios da escola ativa, a par do desenvolvimento da instrução de "ataque e defesa", de sorte a dar-lhes não só os imprescindíveis conhecimentos para o bom desempenho das funções de policial de rua, mas também proporcionar-lhes os indispensáveis recursos físicos de defesa e domínio dos delinquentes, quando necessário.

Dentro das possibilidades de efetivos, foi mantido o serviço normal e extraordinário de policiamento em tôdas as comunas rio-grandenses, e bem assim nas Minas do CADEM, situadas no Município de São Jerônimo, onde, pela sua importância e densidade operária, se destacam as de Butiá e de Arroio dos Ratos. Foram empregados em tais serviços 2.681 homens, sendo 40 oficiais e 2.621 praças.

Mediante o fornecimento de elementos adestrados, em desempenho conjunto com a Polícia Civil, foram utilizados no policiamento efetivo dos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 8.º distritos de Porto Alegre, 4 oficiais, 24 sargentos e 282 praças, num total de 310 homens.

Independentemente do serviço normal de policiamento prestado à coletividade rio-grandense, diferentes diligências foram levadas a térmo, seja para reprimir o abigeatismo que infesta o interior do Estado, seja em defesa da propriedade rural e na preservação das nossas riquezas florestais, ou na captura e perseguição de delinquentes. Pesado tributo de sangue, no ano em relato, foi imposto pela atribuição de tais encargos à Brigada Militar.

Dentro das normas reguladoras correspondentes, a administração e vigilância das novas cadeias dos municípios de Truguaiana, Dom Pedrito e São Gabriel está confiada a um Oficial, um Sargento e 3 praças para cada unidade, achando-se já escalados mais 5 Oficiais para, oportunamente serem investidos nas funções de Administrador das novas cadeias dos municípios de Camaquã, Encantado, Carazinho, Três Passos e São Borja, cuja inauguração é prevista para muito breve.

Entre os mais arduos encargos atribuídos à Brigada Militar figura o serviço de prevenção de incêndios e combate ao fogo na Capital do Estado e nos municípios de Pelotas, Rio Grande, Bagé, Cachoeira do Sul, Novo Hamburgo, Livramento, Cruz Alta e Passo Fundo, notando-se que o de Bagé registra encampação recente.

Os contingentes do interior do Estado, sob a denominação de "Estações de Bombeiros", obedecem a efetivos e organização variáveis, de acordo com os respectivos convênios, firmados com base na Lei n.º 874, de 26-12-1949.

Malgrado as deficiências de material e efetivo, com que lutou o Corpo de Bombeiros, intensas foram as suas atividades no decorrer do ano em relato.

Com a expedição de medidas tendentes a solucionar o velho e angustioso problema de alojamento adequado para essa corporação e o reaparelhamento de seus serviços e instalações, o ano de 1953 será de significação relevante como o marco dos empreendimentos e realizações substanciais que o Governo imprimirá neste importante setor sob a sua administração.

A edificação do Quartel Central nos terrenos situados entre as ruas Silva Só, Felipe de Oliveira, Alcides Cruz e Dona Eugênia, cujos trabalhos de terraplenagem já foram iniciados, constará de um grupo de pavilhões de dois andares, obedecendo aos mais modernos preceitos no que concerne com o planejamento de construções similares, achando-se avallado o custo das obras em Cr\$ 13.702.111,00.

As obras da nova sede do Corpo de Bombeiros, cuja pedra fundamental foi lançada em 5 de março último, deverão desenvolver-se em ritmo bastante acentuado, contribuindo decisivamente para isto o fato de consignar o orçamento em vigor os recursos suficientes à sua imediata execução. Constitui, outrossim, objeto de cogitação o estabelecimento de postos regionais de bombeiros, localizados em determinadas zonas da Capital, em consonância com o plano de reaparelhamento, ora em fase final de estudos, dessa corporação.

As dotações orçamentárias voladas para a lei de meios deste exercício, possibilitarão o aumento do efetivo em cerca de 200 homens, bem como dispor do reforço da soma de 5 milhões de cruzeiros, destinados a melhorar, de

pronto, o aparelhamento técnico, permitindo a aquisição de carros-tanques e outras viaturas especiais, sobrelevando, neste particular, a compra de 12.000 metros de mangueiras da fabricação alemã, material já encomendado e a caminho do seu destino.

A Brigada Militar enfrentou decisivamente, dentro das suas possibilidades financeiras, o velho problema do aquartelamento e dos hospitais.

No terreno de tais realizações, é de se dar registro à conclusão das obras de Hospital Militar de Santa Maria, as quais vieram preencher uma grande lacuna que se fazia sentir no seu sistema hospitalar.

Concluídas, igualmente, foram as obras que se executaram no Serviço de Intendência, permitindo, destarte, a instalação de diversas repartições, de longa data reclamada pelo vulto que vêm caracterizando as suas atividades.

Grande impulso tomaram as obras do Quartel do 3.º Regimento de Cavalaria, em Passo Fundo, cujo pavilhão central acha-se em vias de conclusão, assim como as da ultimação e recuperação da parte velha do Quartel General, com a finalidade de acomodar o sempre crescente número de órgãos de serviços que abriga.

A conservação e aumento de moradias para os servidores mereceu especiais cuidados da Milícia estadual, convido destacar a construção de um grande edifício de apartamentos, prestes a ser ultimado.

Na enumeração dessas realizações, cumpre ressaltar que, à exceção das obras do Quartel General, as demais foram dirigidas por Oficiais, fiscalizadas pelo Departamento de Engenharia da Força e executadas por operários da própria corporação.

Departamento
de Polícia
Civil

A reorganização e o reaparelhamento da Polícia Civil vêm-se processando normalmente, de conformidade com os moldes previstos na Lei n.º 2.027, de 3 de janeiro do ano findo.

Ultimadas as providências postas em prática, e já agora em fase de conclusão, o Departamento de Polícia Civil se achará plenamente apto a cumprir a missão constitucional de "tornar efetivas as garantias individuais, a segurança e a tranquillidade públicas e a de prestar sua colaboração à justiça repressiva".

Tanto quanto possível, à base dos recursos postos à sua disposição, vem diligenciando a Secretaria do Interior e Justiça em dotar as Delegacias de Polícia de todo o Estado de veículos auto-motores, preferentemente "jeeps", motocicletas ou camionetas, de molde a possibilitar-lhes maior mobilidade de ação e, conseqüentemente, a maior eficiência dos serviços policiais nas comunas rio-grandenses.

O edifício onde se acha, atualmente, instalado o Departamento de Polícia Civil, sito à Avenida Mauá, fronteiro ao Cais do Porto, e adquirido pelo Estado no Governo anterior, não corresponde, em absoluto, às necessidades mais mezinhas da boa marcha dos trabalhos policiais.

Impunha-se, assim, propiciar instalações consentâneas com as exigências dos serviços de segurança pública, e, nesse intuito, foi possível à Secretaria do Interior levar a bom termo os entendimentos iniciais realizados para a localização centralizada do Departamento e de todos os órgãos correlatos.

Tão auspicioso empreendimento — de que resultará apreciável economia para o erário público, com o evitar o dispêndio de elevadas somas pagas pela locação de imóveis pertencentes a particulares — cifrou-se na aquisição, já levada a efeito, do edifício, ainda em construção e primitivamente destinado a abrigar o Instituto Santa Luzia, com cerca de 10.000 metros quadrados de área ocupável, presentemente em obras de adaptação necessárias à instalação adequada do Departamento.

A referida construção acha-se situada em local de fácil acesso, no centro da nossa urbe, e dispõe de amplas possibilidades de estacionamento e escoamento.

mento das viaturas de serviço, através as avenidas que a circundam, além de se localizar à margem do Arroio Riacho, já canalizado, e nas proximidades do estuário do Guaíba, permitindo, destarte, até o tráfego desembaraçado das lanchas de policiamento fluvial.

Quanto às Delegacias de Polícia nos distritos da Capital e no interior do Estado, projeta a Secretaria apresentar, oportunamente, um plano de construção de prédios com a finalidade de acolher esses serviços, prevendo, ao mesmo tempo, a edificação de alojamentos para os destacamentos da Brigada Militar que, nas sedes dos municípios, exercitam função policial, em coordenação com os elementos da Polícia Civil.

Em estreita e eficaz cooperação com a Secretaria, continua o Departamento de Polícia Civil a desenvolver tenaz campanha pela moralidade pública, de intensa repercussão social, como sejam o combate sistemático aos jogos de azar e ao lenocínio, a teor dos preceitos legais vigentes, a repressão intransigente das publicações atentatórias ao decôro público e aos bons costumes, assim como também a erradicação de falsa mendicância e dos desocupados, a estes últimos fazendo-os recolher a institutos assistenciais, quando não os processando, criminalmente, segundo a espécie e a gravidade dos casos surgidos.

Nesse campo de atividade, que tão de perto interfere com a formação dos atributos morais das gerações presentes e vindouras, a ação da Secretaria teve, sobretudo, acentuada manifestação num movimento da maior amplitude empreendido em colaboração com a Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a proscricção da insidiosa e má literatura infantil, que se vem difundindo em tôdas as camadas sociais do País.

Dentro de tão salutares propósitos, foi instituída, no período de 21 a 28 de novembro do ano passado, a "Primeira Semana Pró Boa Literatura Infanto-Juvenil", que obteve profunda ressonância nos meios educacionais e cultos do Estado, e que consistiu na realização de palestras alusivas ao mérito da campanha encetada, com ampla distribuição de cartazes e panfletos, indicando à juventude rio-grandense o caminho a trilhar no sentido de atingir, através da boa leitura, os ideais de uma formação moral pura e sã.

Bastante apreciável foi a atividade da Divisão de Investigações, através de seus diversos órgãos especializados.

A Delegacia de Costumes, durante o exercício, remeteu à Justiça 56 inquéritos policiais, ficando 1 em andamento; registrou 94 queixas e 20 ocorrências e procedeu a 24 investigações, 151 diligências diversas e 284 intimações. Lavrou 52 prisões em flagrante e procedeu a 234 detenções, referentes a vadiagem, jogos diversos, mendicância, averiguações, embriaguês, desordens e outros motivos.

A Delegacia de Menores remeteu a Juízo 538 investigações, estando em andamento 29, girando em torno de crimes diversos praticados por menores.

Foram apresentados à Justiça 98 menores abandonados, registrados 75 pedidos de providências e realizadas 37 sindicâncias por solicitação do Juizado de Menores.

A Delegacia de Segurança Pessoal, com todos os seus órgãos operando em conjunto, lançou-se, decididamente, no afanoso trabalho de elucidação de crimes, alguns de larga repercussão pública, totalmente esclarecidos, havendo remetido a Juízo 115 inquéritos policiais.

No setor da Delegacia de Furtos, melhorou o serviço preventivo na Capital, durante o ano findo. A criação das turmas volantes da Divisão de Investigações e o aumento de efetivo da Guarda Civil, muito cooperaram para melhoria da situação, quer auxiliando o serviço daquela Delegacia, quer afugentando indesejáveis que, aqui aportados, não encontraram terreno propício a suas atividades.

Enquanto diminuiu, consideravelmente, o ingresso de queixas e furtos, aumentou, em contraposição, o número de furtos esclarecidos, o que também ocorreu em relação aos objetos recuperados e restituídos aos respectivos proprietários.

Foram as seguintes as comunicações de furtos recebidas no último triênio: 1951, 4.879; 1952, 5.828; 1953, 3.882.

Houve, portanto, um decréscimo considerável no número de queixas de furtos, pois se registraram, no ano de 1953, 1.746 queixas a menos do que em 1952.

Durante o ano de 1953, a Delegacia de Furtos suplantou o total de inquéritos remetidos a Juízo, desde a sua criação. Aliás, já em 1952, haviam sido encaminhados às autoridades judiciárias inquéritos em número superior aos dos anos de 1950 e 1951, reunidos.

Em 1953, esse total foi ainda superado, conforme se pode inferir dos seguintes dados comparativos entre os três últimos anos:

	Maiores	Menores	Total
1950	401	199	600
1951	665	235	900
1952	985	520	1.505
1953	1.040	483	1.523

Além desses 1.523 inquéritos remetidos a Juízo, essa Delegacia esclareceu mais 716 comunicações de furtos, cujas indagações estão em andamento, perfazendo todos um total de 2.239, ou sejam, mais de seis por dia.

Segundo as comunicações das vítimas, o valor dos objetos furtados durante o ano de 1953 alcançou a soma de Cr\$ 11.965.202,80.

Juntando a esse total o valor dos automóveis furtados, os quais foram encontrados e devolvidos a seus legítimos donos, teremos o seguinte total geral:

Valor dos objetos furtados	Cr\$ 11.965.202,80
Valor dos automóveis furtados	Cr\$ 2.784.500,00
Total geral.....	Cr\$ 14.749.702,80

Com referência ao prejuízo sofrido, vê-se que no ano de 1953, comparado com o de 1952, o dano foi consideravelmente menor. Assim, em 1952, o valor dos objetos furtados alcançou a soma de Cr\$ 23.792.097,70 — o que demonstra que diminuiu o valor do furto, em 1953, em Cr\$ 9.042.894,90.

Grande parte dos objetos furtados foram apreendidos e entregues a seus donos, alcançando o valor total das apreensões a soma de Cr\$ 8.668.702,60.

Foram lavrados 1.760 autos de apreensões e avaliações e encaminhados ao prontuário de identificação do Instituto de Polícia Técnica 461 indivíduos envolvidos em delito de furtos, total este maior do que os identificados nos anos de 1950, 1951 e 1952 juntos.

A Divisão de Trânsito registrou, em 1953, em todo o Estado, 65.135 veículos automotores, contra 62.609 em 1952, e 45.787 de tração animal, contra 48.711, no ano anterior.

A Delegacia de Acidentes registrou 5.036 acidentes do trânsito, assim discriminados: acidentes materiais, 3.210; acidentes pessoais, 1.826. Desse total, 76 ocorreram com mortes.

Foram encaminhadas a Juízo 890 indagações policiais, correspondentes a acidentes de trânsito ocorridos nos anos de 1952 e 1953.

Com a promulgação da Lei n.º 2.027, foi a Divisão da Guarda Civil uma das mais bem aquinhoadas com as vantagens da mesma decorrentes, pois, além do substancial aumento de vencimentos com que foram beneficiados os servidores da Divisão, processou-se um sensível aumento no efetivo do pessoal.

Em relação ao efetivo de 1952, houve um aumento de 43 fiscais e 393 guardas de policiamento e 8 fiscais e 105 guardas de trânsito, num total de 549.

O serviço de policiamento ostensivo da Capital, principal finalidade desse

Divisão, foi executado nas zonas sob a jurisdição da Guarda Civil e, em muitas ocasiões, também noutras zonas, de maneira bastante satisfatória.

Tanto no patrulhamento ordinário, realizado diariamente nos quatro quartos de serviço, por turmas de policiais, no horário de seis horas, por dezoito de folga, como nos policiamentos extraordinários, os servidores da Divisão da Guarda Civil cumpriram sempre com o seu dever de mantenedores da ordem e guardiões da coisa pública.

Tem sido preocupação constante da Chefia de Polícia o aumento do policiamento ostensivo, o que se tem conseguido graças à recente reestruturação da Polícia Civil.

A Divisão da Guarda Civil mantém um serviço de assistência médico-social, prestado ao pessoal da Guarda Civil e da Guarda de Trânsito, bem como aos componentes das respectivas famílias. É-lhes dada assistência médica, clínica e cirúrgica, odontológica, de enfermagem, de obstetrícia, exames de laboratório e radiográficos, aplicações fisioterápicas e fornecimento de produtos farmacêuticos.

Mantém a Divisão da Guarda Civil uma Escola de Instrução Policial, com cursos preparatório e preliminar. O primeiro destinado à formação de candidatos a vagas a serem preenchidas, de cargos iniciais da carreira de guarda civil, e o segundo para aperfeiçoamento da profissão abraçada pelos recém-nomeados.

Nos diversos cursos de instrução, foram submetidos a exame de seleção, no decorrer de 1953, 1.062 candidatos, sendo aprovados 448 e reprovados 614.

A Escola de Instrução Policial manteve, durante os três últimos meses, um curso extraordinário de preparação à prestação de concurso no Departamento do Serviço Público, concorrendo a êle 293 funcionários interinos dessa corporação e 55 da Divisão de Trânsito. O referido curso continuará em funcionamento até às vésperas do citado concurso.

Com a inclusão de 167 novos guardas civis, durante o ano, melhorou, sensivelmente, o serviço de policiamento atribuído àquela corporação. Já estão sendo colocados no patrulhamento de rua quase 300 homens, existindo, ainda, vagas para a inclusão de outros tantos, as quais, uma vez preenchidas, tornarão exequível um serviço de policiamento realmente eficiente.

Sanado ao menos por ora, o problema do pessoal, restam ainda algumas deficiências materiais, entre elas, sobretudo, melhores acomodações para a sede da Divisão da Guarda Civil, que funciona em prédio velho e acanhado, não mais adaptando-se às condições atuais do serviço. Um maior número de veículos auto-motores, para transportes e fiscalização dos policiais em serviço, se faz imperioso, pois, apenas três veículos são insuficientes para atender a essas exigências.

Não obstante as providências tomada, somente em maio do ano findo, após o ato de abertura da concorrência pública levada a efeito em 11 de outubro de 1952, pela Comissão Estadual de Compras, foi assinado, na Secretaria do Interior, o contrato com a firma vencedora para a aquisição e importação do material radioelétrico necessário à instalação e início das atividades do Serviço de Rádio-Patrolha.

Vencidas as notórias dificuldades de importação, em que se despenderam vários meses, já pode agora a Polícia Civil contar com mais êsse serviço de policiamento, que, constituindo velha aspiração da polícia rio-grandense, virá beneficiar bastante todos os setores da segurança pública do Estado, em vista da rapidez das comunicações e a eficiência que se espera desse moderno sistema, já posto à prova em outras cidades do País, com excelentes resultados.

A Divisão de Rádio Patrolha cogitou, simultaneamente, da instalação do prédio adequado para o funcionamento da Estação de Comando e da Direção de Serviço, e de comum acôrdo com os técnicos da firma vencedora da concorrência, especialmente vindos a esta Capital para determinação do local apropriado, opinou-se pela escolha do bairro de Petrópolis para a colocação da torre de irradiação e das instalações centrais, achando-se o local indicado,

já concluídas as obras de adaptação, pronto e em condições de receber os equipamentos.

Além das estações móveis, em veículos patrulheiros, a Rádio-Patrolha de Porto Alegre contará com estações fixas, distribuídas em pontos essenciais, visando o perfeito entrosamento de todos os serviços.

Dessa forma, adiantando-se a suas instalações, a Divisão de Rádio-Patrolha fez colocar, na cidade e alguns municípios vizinhos, sua rede de comunicações radiofônicas, as quais, em número de 26, já se encontram em funcionamento desde a criação da Divisão, com real proveito para os serviços policiais, principalmente no tocante à rapidez das comunicações entre as Delegacias de Polícia da Capital, Postos de Controle, Diretoria de Transportes, Divisão de Trânsito, Delegacia de Acidentes, Hospital de Pronto Socorro, destacamentos policiais e Delegacias dos municípios de Canoas, Niterói, Viamão, São Leopoldo e Guaíba.

Além dos trabalhos normais realizados pelas estações em pleno funcionamento, a Divisão de Rádio-Comunicações tem a registrar no decurso de 1953, a instalação das estações de Iral, Passo Fundo e Getúlio Vargas.

Em face dos recursos de que dispõe esta Divisão, poder-se-á contar, no corrente ano, com a instalação de regular número de estações distribuídas em diversos municípios do Estado, sendo, inicialmente, contemplados os de Camaquã e Torres, assim como a praia da Cidreira, durante o período balneário.

A Estação Central desenvolveu, no ano em referência, intensa atividade, pois constitui o posto de ligação entre o Departamento de Polícia Civil e as demais organizações congêneres do País.

Sem embargo da quase total destruição dos arquivos do Instituto de Identificação, quando do incêndio que sinistrou o prédio da então Repartição Central de Polícia, esse serviço já se encaminha para o ritmo normal das suas atividades prontuárias, o que se comprova pelo montante considerável de individuais datiloscópicas, arquivadas na secção competente, cujo número subia a 111.900, até o dia 30 de novembro do ano findo.

O Instituto Médico Legal registrou, durante o ano, 6.436 operações, entre as quais, 4.398 exames de lesões corporais.

O Laboratório de Toxicologia procedeu a 452 exames toxicológicos (laudos) e a 2.772 reações, e o de Anatomia Patológica a 47 exames anátomo-patológicos e químico-legais (laudos) e a 271 exames histológicos diversos.

O Instituto de Polícia Técnica acusou, através de sua Secção de Perícia Criminalística, o total de 312 operações. Convém esclarecer que, nesses trabalhos periciais - superiores aos dos anos próximos passados, - estão incluídos exames de locais procedidos no interior do Estado, para o que se tornou necessário o deslocamento, em número de 48 viagens, dos técnicos do Instituto, representando quatro viagens mensais, em média.

De outro lado, o serviço de plantão permanente dessa Secção atendeu 750 locais de crime - dentre os quais se destacam os de atentados à propriedade - em razão de solicitação das Delegacias especializadas e distritais desta Capital, como, também, das Delegacias de Polícia dos municípios limítrofes.

O movimento da Secção de Fotografia Criminalística foi de 10.778 cópias e 7.397 fotografias, contra 9.047 cópias e 7.451 fotografias, no exercício de 1952.

A Secção de Papiloscopia - compreendendo em seu âmbito os Arquivos Monodactilar e Palmar - é, praticamente, um empreendimento novo entre nós, visto que os trabalhos até então existentes, neste campo, foram todos inutilizados em consequência do incêndio que lavrou no prédio da antiga RCP. E por não contar, até recentemente, com funcionários próprios, foi obrigada a depender da colaboração de elementos do Instituto de Identificação.

Com o provimento dos cargos de papiloscopistas, criados pela Lei n.º 2.027, as atividades dessa Secção assumiram maior vulto, havendo registrado 3.030 operações em 1953, quase o triplo das de 1952, cujo número foi de 1.080,

**Arquivo
Público**

No fluir do exercício de 1953, não teve esta repartição recursos orçamentários favoráveis que lhe facultassem notáveis realizações.

No entanto, dentro dos limites da nossa lei de meios, prosseguiu a repartição no plano de reforma do antiquíssimo mobiliário de que se servia, substituindo-o, gradualmente, por móveis modernos e práticos.

A contensão de despesas e o encarecimento do material de importação impediram, outrossim, que fôsse adquirida a quantidade necessária de máquinas de escrever, para totalizar a mecanização do serviço de raso.

No que se refere ao serviço burocrático da repartição, a despeito da precariedade numérica dos funcionários do quadro, foi possível enfrentar um volume de expediente cinco vezes maior do que aquêle que o Arquivo registrava, no ano de 1940, com 62 funcionários em trabalho, quando hoje conta, apenas, com 42 servidores em efetivo serviço.

De conformidade com as recomendações emanadas da Secretaria do Interior, realizou aquela repartição metucioso estudo de reforma técnica dos seus serviços, cujo projeto já se encontra em poder da Comissão de Organização, para o devido exame da enquadramento do trabalho apresentado, nas disposições disciplinadoras do Decreto n.º 3.867, de 19-2-1953.

Por Decreto n.º 4.813, de 30 de dezembro de 1953, foi aberto o crédito especial de 140 mil cruzeiros, com vigência durante o corrente ano, destinado à aquisição de aparelhos e acessórios para a montagem de um gabinete fotográfico, recurso que possibilitará imprimir considerável impulso ao serviço de fotocópias, modernizando o sistema de trabalho.

O plano de instalações, com ampla sala de consultas na parte baixa do novo prédio e o serviço de fotocópias, não foi levado a termo por se encontrar o prédio do Arquivo Público, destinado à administração, provisoriamente ocupado pelo Colégio Júlio de Castilhos.

**Junta
Comercial**

Esta instituição possui, sob a sua guarda, o mais valioso arquivo jurídico-comercial do Estado, patrimônio em que se espêlha todo o movimento da nossa riqueza comercial e industrial.

No ano findo, êsse estabelecimento erigiu em norma convidar individualidades de alta projeção social e intelectual a visitarem suas dependências e instalações, para o trato de assuntos relacionados com os interesses oficiais, não somente pertinentes ao registro do comércio, mas ligados à administração em geral.

Foi elevada a arrecadação em estampilhas feita nos documentos registrados e expedidos na Junta Comercial. Consignou ela no ano em resenha as seguintes cifras:

Arrecadação em estampilhas federais	Cr\$ 18.084.825,70
Arrecadação em estampilhas estaduais	Cr\$ 1.489.205,00
Total	Cr\$ 19.574.031,60

Foram registrados e arquivados 12.151 documentos.

O capital declarado na documentação comercial representa um índice econômico de elevada expressão, por onde se pode interpretar o grau de desenvolvimento da produção rio-grandense. Na estatística organizada pela Secretaria da Junta Comercial, consigna-se o capital declarado pelas firmas e sociedades comerciais, sediadas na Capital do Estado. Nela consta, igualmente, o capital registrado pelo comércio e pela indústria do interior do Estado.

Os dados em cifras são os seguintes:

Capital e Município de Porto Alegre	Cr\$ 1.172.121.600,00
Municípios do interior do Estado	Cr\$ 1.299.389.700,00
Total	Cr\$ 2.471.491.300,00

As atividades deste órgão industrial da administração do Estado, malgrado as condições de precariedade em que ainda se encontram instalados os seus serviços, decorreram em ritmo normal de trabalho, durante o ano em relato.

O demonstrativo de receita e despesa realizadas até 31 de dezembro de 1953, reflete em dados concretos a aplicação das dotações orçamentárias votadas, através dos elementos "Pessoal Fixo", "Material Permanente" e "Material de Consumo".

O elemento "Pessoal Fixo" possibilitou atender o pagamento das vantagens conferidas pela Lei n.º 2.020, de 2 de janeiro de 1953, no montante de Cr\$.. 10.604.584,70, parcela esta consideravelmente majorada em confronto com a do ano anterior, que atingiu a Cr\$ 7.064.583,10.

O elemento "Material Permanente" possibilitou elevar o patrimônio do estabelecimento, na quantia de Cr\$ 2.715.997,80, com a aquisição de várias máquinas, inclusive uma estereotípia automática, e o emprêgo de Cr\$ 2.200.000,00 na reconstrução do prédio sinistrado em outubro de 1947. Esta obra permitirá, ainda este ano, a instalação da Imprensa Oficial do Estado, já totalmente reaparelhada com a maquinaria nova adquirida no último biênio.

No elemento "Material de Consumo" foi despendida a importância de Cr\$ 3.285.493,90. Dêste total, a importância de Cr\$ 2.937.252,20 foi aplicada na aquisição de matéria-prima para a elaboração de trabalhos gráficos, tendo sido o saldo restante, em conformidade com o plano de retenção de verbas, entregue à Secretaria da Fazenda. A matéria prima em referência, adquirida no valor de Cr\$ 2.937.252,20, foi acrescida do saldo verificado no exercício de 1952, no montante de Cr\$ 2.217.500,90, perfazendo uma existência de material de consumo no valor de Cr\$ 5.190.753,10.

Tendo a Imprensa Oficial a seu cargo a publicação do "Diário Oficial do Estado", "Diário da Justiça" e "Diário da Assembléia", registrou a Secção de Publicidade e Assinaturas a publicação de 296 edições do jornal, num total de 12.684 páginas, com a inserção em suas colunas de 1.223.677 centímetros de publicações, no valor de Cr\$ 6.043.887,80.

A receita geral da Imprensa Oficial, no exercício passado, atingiu a quantia de Cr\$ 13.346.204,30, superando a do ano anterior em Cr\$ 740.303,30.

Compulsando os elementos que constituem o demonstrativo de receita e despesa realizada até 31 de dezembro do ano findo, registra-se a existência de um saldo, para menos, do valor de Cr\$ 826.361,10. Em contraposição, entretanto, a esta cifra, é de se anotar um saldo, a maior, do valor de Cr\$ 1.985.513,90 correspondente à rubrica "Matéria-prima", o qual se transfere para o exercício de 1954, anulando, assim, o aparente saldo negativo apontado, para ensejar o encerramento do balanço financeiro com o apreciável resultado positivo de Cr\$ 1.159.153,70.

O índice de produção da Imprensa Oficial demonstra o intenso trabalho desenvolvido durante o ano de 1953, nesse importante setor dos serviços industriais do Estado.

OBRAS DA SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

(As obras iniciadas a partir de 1952 são integrantes do Plano de Cadeias e Foros)

Finalidade do prédio	Município	Início	Conclusão	Observações
Foro	Livramento	1945	1948	
"	São Borja	1945	1946	
"	Dom Pedrito	1946	1947	
"	Cachoeira do Sul	1946	1947	
"	Cruz Alta	1947	1947	
"	Santo Angelo	1947	1948	
"	Uruguaiana	1948	1949	
Foro e Exatoria	Lajeado	1949	1950	
Foro	Alegrete	1952	1954	
"	Canoas	1952	1954	
"	Guaíba	1952	1954	
"	Santa Cruz do Sul	1953	1954, presumi- velmente	Ampliação e reforma
"	Erechim	1953	1954, idem	
"	São Francisco de Paula	1953	1954, idem	
"	Caxias do Sul	1953	1954, idem	
"	Passo Fundo	1953	1954, idem	Ampliação e reforma
Cadeia	Cacequi	1953	1954	
"	Cachoeira do Sul	1953	1954	
"	Camaquã	1952	1953	
"	Canela	1953	1954	
"	Carazinho	1952	1953	
"	Dom Pedrito	1952	1953	
"	Encantado	1952	1953	
"	Iraí	1953	1954	
"	São Borja	1952	1954	
"	São Gabriel	1952	1953	
"	Taquara	1953	1954	
"	Três Passos	1952	1953	
"	Uruguaiana	1952	1953	
Foro	Jaguari	1953	1953	Ampliação e reforma

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

O vulto das atividades judiciárias, em constante aumento nesta unidade da Federação, refletiu-se no labor desenvolvido pela Procuradoria Geral do Estado.

Os dados a seguir, referentes ao exercício de 1958, traduzem o movimento que se processou nos diferentes setores judiciários assistidos por aquele órgão.

Dados relativos ao interior do Estado.

I — MOVIMENTO CRIMINAL

Parte Geral:

Denúncias oferecidas, 6.549; número de denunciados, 8.991; processos julgados pelo Juiz de Direito, 8.417; processos julgados pelo Juiz Municipal, 468; processos julgados pelo Júri, 238; processos arquivados, 1.553; processos extintos, 381; processos prescritos, 134; processos para o ano seguinte, 5.404; processos contra menores, 527; contravenções, 410; recursos interpostos, 470.

Parte Especial:

Delito predominante: lesões leves; réus absolvidos pelo Juiz de Direito, 2.465; réus absolvidos pelo Pretor, 333; réus absolvidos pelo Júri, 250; réus condenados pelo Juiz de Direito, 2.267; réus condenados pelo Pretor, 299; réus condenados pelo Júri, 116; contravenção predominante: embriaguez; recursos interpostos das decisões do Juiz de Direito, 361; recursos interpostos das decisões do Pretor, 32; recursos interpostos das decisões do Júri, 85.

II — MATERIA CIVEL

Desquites, 370; interdições, 56; falências, 19; inventários, 1.716; arrolamentos, 1.112; heranças jacentes, 6; valor das sucessões, Cr\$ 577.643.148,13; ações de alimentos, 91; dinheiro de menores e incapazes recolhido ao Banco do Brasil e outros estabelecimentos de crédito, Cr\$ 6.959.097,97.

Número de tutelas:

Nomeações, 805; excusas, 5; exonerações, 19.

Número de curatelas:

Nomeações, 78; excusas, 2; exonerações, 0.

III — ACIDENTES DO TRABALHO

Número de ações iniciadas durante o ano, 257; valor das ações iniciadas durante o ano, Cr\$ 1.254.368,10; número de ações liquidadas, 96; valor das ações liquidadas, Cr\$ 751.545,00, número de ações no ano anterior, 55; valor das a-

ções no ano anterior, Cr\$ 873.587,90; processos arquivados inicialmente, 16; ações julgadas prescritas, 0; ações julgadas improcedentes, 18; acórdos homologados durante o ano, 584; valor dos acórdos homologados durante o ano, Cr\$ 3.380.241,24; valor das indenizações pagas em virtude de sentença, Cr\$ 612.931,50; em virtude de acórdos, Cr\$ 1.696.093,24; inquéritos pedidos pelo Ministério Público, 63.

IV — RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

Reclamações iniciadas pelo Ministério Público, 541; reclamações assistidas pelo Ministério Público, 484; valor total das indenizações pagas, Cr\$ 2.281.723,80.

V — DÍVIDA ATIVA DO ESTADO

Certidões executadas, 81; valor total da dívida arrecadada, Cr\$ 275.569,20.

VI — DÍVIDA ATIVA FEDERAL

Certidões executadas, 534; total da dívida arrecadada, Cr\$ 486.355,30.

¶

Dados relativos à Capital.

I — MOVIMENTO CRIMINAL

Denúncias, 1.519; denunciados, 2.408; processos julgados pelo Juiz de Direito, 624; processos julgados pelo Júri, 18; processos arquivados, 690; processos extintos, 26; processos prescritos, 22; processos em andamento para o ano seguinte, 3.908; recursos interpostos, 35; delito predominante; furto; réus absolvidos pelo Juiz de Direito, 266; réus absolvidos pelo Júri, 12; réus condenados pelo Juiz de Direito, 288; réus condenados pelo Júri, 3; recursos interpostos de decisões do Juiz de Direito, 41; recursos interpostos de decisões do Júri, 8.

II — CURADORIA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Desquites, 263; interdições, 10; falências, 11; inventários, 294; arrolamentos, 26; ações de alimentos, 55; tutelas (nomeações), 180; curatelas (nomeações), 62; deprecados e alvarás, 364.

III — CURADORIA DE ACIDENTES DO TRABALHO

Reclamações encaminhadas, 495; reclamações arquivadas, 185; acórdos homologados, 558; ações propostas, 65; ações julgadas procedentes, 67; ações julgadas improcedentes, 5; minutas de agravo, 4; contra-minutas de agravo, 17; execuções propostas, 3; petições diversas, 15; audiências realizadas, 195.

IV — CURADORIAS DE MENORES

Processos de abandono de menores, 14; tutelas requeridas, 161; ações de alimentos, 144; processos de destituição de pátrio poder, 2; processos de autorização para o trabalho, 401; ofícios expedidos, 140.

Parte penal:

Processos criminais contra menores, 510.

Discriminação dos delitos: processos por delito de furto, 490; processos por delito de sedução, 18; processos por delito de lesões corporais, 2; processos por delito de maus tratos infligidos a menores, 4; processos por delito de abandono material, 4.

Durante o ano, proferiram as quatro Procuradorias 3.202 pareceres escritos. Dêstes, 165 foram emitidos pelo Procurador Geral; 1.818 pelo 1.º Procurador; 917 pelo 2.º e 302 pelo 3.º.

A Consultoria Jurídica emitiu, no mesmo período, 95 pareceres administrativos.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Coube ao Departamento do Serviço Público, durante o exercício passado, o árduo trabalho de atender convenientemente às novas incumbências que lhe foram atribuídas por via dos diplomas legislativos expedidos no fim de 1952 e durante o ano de 1953, e que deram à administração do pessoal a serviço do Estado nova estrutura jurídica e nova organização técnica.

O seu Conselho Deliberativo realizou, em 1953, 141 sessões ordinárias e 2 extraordinárias, tendo submetido à consideração do Chefe do Executivo 287 pareceres. Baixou 16 resoluções e aprovou 414 consultas, prolatadas pela Assessoria Jurídica, e 224, emitidas pelas diversas Divisões.

Ocupou-se o Departamento do Serviço Público, principalmente, no ano em relato, da execução e funcionamento do sistema de classificação de cargos adotados pela Lei n.º 2.020, de 2 de janeiro de 1953, o que, sem dúvida, veio multiplicar a tarefa desse órgão. Enquadrou os servidores no novo regime e procedeu a todas as radicais alterações oriundas da implantação daquele diploma legal, salientando-se entre elas a inovação dos avanços trienais. Tratou, também, da realização das alterações verificadas no quadro do magistério público e no dos servidores policiais, regulados, respectivamente, pelas Leis n.ºs 1.994, de 30 de dezembro de 1952 e 2.027, de 3 de janeiro de 1953.

Para dar fiel cumprimento a esse trabalho, fruto de vários anos de planejamento, e que envolveu as atenções e atividades tanto do Poder Legislativo como do Executivo, viu-se o Departamento na imperiosa contingência de proceder ao equipamento do órgão com maior número de pessoal e material adequado, não só em face da complexidade da tarefa, como do curto lapso de tempo que lhe foi dado, para a sua cabal execução. Local inadequado, pessoal escasso, em relação ao volume do labor, regime intensivo de trabalho; eis como se caracterizou esse período.

Com a evolução dos novos sistemas introduzidos na organização dos quadros de pessoal do Estado, novos encargos vão sendo cometidos ao DSP, fazendo-se sentir, mais do que nunca, a necessidade de estruturação do seu quadro de pessoal, de modo a estar capacitado a desincumbir-se do relevante mister que lhe cabe, como órgão que tem sob sua responsabilidade, além de outras, a incumbência de estudar os problemas de administração geral.

O trabalho desenvolvido na solução das frequentes consultas formuladas pelos órgãos autárquicos, que, gradativamente, vão regendo os seus quadros de pessoal pelo Estatuto do Funcionário Público e adotando as normas técnicas seguidas pelo Estado, é outra tarefa a acrescer ao acervo do DSP, atividade produtiva que vem contribuindo para que se imprima uma orientação una e se dê um tratamento homogêneo aos quadros autárquicos, que, até pouco, sem uma orientação definida, regiam-se uns pela legislação trabalhista, outros pelo Estatuto do Funcionário Público, outros ainda por regulamentos próprios.

A evolução, no tocante a administração de pessoal, no Estado, tem-se feito sentir sob vários aspectos, entre os quais o que diz respeito ao provimento dos cargos públicos.

Deixando para trás os tempos em que a influência político-partidária predominava no preenchimento dos lugares nas repartições públicas, cuida-se hoje da seleção, através de concursos públicos, do pessoal que há de preenchê-

los. Neste intento o DSP, a quem está afeta a tarefa seletiva, tem desdobrado esforços, estando programados, para o ano de 1954, mais de 100 concursos para provimento em cargos integrantes dos diversos grupos em que foram divididos os quadros de pessoal do Estado.

Divisão do Pessoal

Durante o ano de 1953, transitaram por esta Divisão 10.135 expedientes. Entre esses processos, encontravam-se os de efetividade pela Lei n.º 1.104, de 14 de setembro de 1950 e Lei n.º 1.724, de 31 de dezembro de 1951, dos quais foram examinados 108, tendo sido despachados favoravelmente 93 e indeferidos ou devolvidos às repartições 15.

Foram ainda apreciados 459 processos de efetivação com fundamento no artigo 23 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal e artigo 205 da Constituição Estadual, o que eleva para 577 o número de efetivações estudadas nesta Divisão durante o ano.

Foram deferidas, com fundamento nos artigos 23 e 205, já citados, 385 efetivações que, somadas às 93 fundadas nas Leis n.ºs 1.724 e 1.104, perfazem um total de 478 efetivações concedidas.

Foram registradas 1.402 nomeações, tendo sido expedidos 316 ofícios de autorizações para posse, coletivos ou não.

A Divisão do Pessoal emitiu 1.759 informações, sendo registrados 10.528 atos, dos quais 2.038 foram apostilas de avanço e enquadramento.

Divisão de Documentação

A Divisão de Documentação procedeu a inúmeros serviços de pesquisas, operando na Assembléia Legislativa e nos órgãos da Administração do Estado, inclusive autarquias, sempre que, por necessidade da perfeita interpretação de textos legais, se tornasse indispensável o conhecimento do histórico de determinadas leis.

Nesse âmbito de trabalho, a Divisão de Documentação está organizando um dossiê, o qual consubstanciará o elemento histórico de todas as leis que interessam ou possam interessar os encargos afetos ao DSP.

Serviço de Administração de Pessoal

Dos serviços atribuídos ao Departamento, aquêle a que coube mais vultoso e árduo trabalho foi o de Administração de Pessoal, com a publicação das Leis n.ºs 1.994, de 29 de dezembro de 1952, 2.020 e 2.027, de 2 e 3 de janeiro de 1953, respectivamente.

A classificação da totalidade dos funcionários e extranumerários dentro do novo sistema; o exame da situação individual de cada, para o devido enquadramento, em face das funções exercidas; e, posteriormente, as reclamações de revisão do enquadramento que, de março a julho, subiram a 5.357, na maioria relativas à Lei n.º 2.020, e os pedidos de pagamento e avanços criaram para o DSP situações deveras embaraçosas. O acerto das providências tomadas, junto ao esforço de seus servidores, que supriu pela dedicação a insuficiência de seu número, puderam levar a efeito a execução desse volume extraordinário de tarefas.

Para o perfeito desempenho do labor que lhe foi cometido, o Serviço de Administração de Pessoal depende, grandemente, da cooperação de todas as repartições do Estado, no sentido de lhe serem fornecidos, sistematicamente, os elementos diários da vida funcional dos servidores, tais como licenças, efetividade, férias, substituições, remoções e outras ocorrências. Há funcionários que, nos termos da lei, dentro de alguns meses, terão direito a novos avanços por contarem sobre de tempo de serviço. Segundo a própria lei, tais avanços são considerados automáticos, o que só se torna possível mediante assentamentos rigorosos, inteiramente em dia, na ficha individual de cada servidor.

Em 31 de dezembro, havia providos, na Polícia, 2.023 cargos; no Magistério, 8.042, e no Quadro Único dos Funcionários Civis, 8.350.

Dando cumprimento às Leis n.ºs 1.751, de 22 de fevereiro de 1952 e 2.020, de 2 de janeiro de 1953, a Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento planejou a realização de 10 concursos públicos e uma prova de habilitação, abrangendo cargos de variado conteúdo ocupacional. Para a preparação dos programas correspondentes aos editais publicados e para estabelecer as condições de inscrição a serem observadas, foram ouvidas, sempre que necessário, as repartições interessadas e consultada a legislação especial concernente a cada cargo.

Dos concursos planejados, foi realizado apenas o para provimento em cargos iniciais da carreira de Delegado de Polícia, ao qual compareceram 98 dos 226 candidatos inscritos, e cujo resultado final ainda não foi homologado.

Foram, no exercício, abertas inscrições para os concursos, ainda não realizados, para os cargos de Inspetor de Polícia, Escrivão de Polícia, Guarda Civil e Guarda de Trânsito; Oficial Datilógrafo, Oficial Escrevente, Almoxeiro, Revisor, Auxiliar de Administração e Rádio Telegrafista (recrutamento geral e preferencial).

Foram ministrados, durante o exercício, os seguintes cursos:

Curso Extraordinário de Português e Redação Oficial (2 turmas), com 70 alunos inscritos e 28 aprovados; Curso Extraordinário de Português (2 turmas), com 94 alunos inscritos e 34 aprovados; Curso Extraordinário de Matemática e Noções de Orçamento e de Estatística (4 turmas), com 129 alunos inscritos e 33 aprovados; Curso Extraordinário de Legislação Aplicável à Função Pública (2 turmas), com 79 alunos inscritos e 31 aprovados; Curso Extraordinário de Legislação Aplicável à Função Pública (2 turmas), com 58 alunos inscritos e 25 aprovados; Curso Extraordinário de Inglês (Conclusão), com 14 alunos inscritos e 9 aprovados; Curso Extraordinário de Inglês (Continuação), com 18 alunos inscritos e 9 aprovados; Curso Extraordinário de Biblioteconomia (Disciplina: Bibliografia e Referência), com 16 alunos inscritos e 10 aprovados; (Disciplina: História do Livro), com 19 alunos inscritos e 10 aprovados; Curso Extraordinário de Esperanto, com 41 alunos inscritos e 7 aprovados; Curso Extraordinário Intensivo de Especialização em Tuberculose, em colaboração com o Departamento Estadual de Saúde (Disciplinas: Anatomia do Tórax, Fisiopatologia pulmonar, Patologia e Clínica da Tuberculose, Anatomia Patológica, Radiologia, Microbiologia, Terapêutica Clínica, Colapsoterapia médica Terapêutica cirúrgica, Epidemiologia e Profilaxia), com 17 alunos inscritos e 13 aprovados.

Prestaram sua colaboração a esta Divisão 13 funcionários e 21 professores, dos quais dependeram integralmente o êxito das atividades aqui consignadas.

Encontra-se o Departamento do Serviço Público, no momento, equipado com quase todo o pessoal auxiliar necessário à realização de sua tarefa, e com o aparelhamento material, senão completo, mas já possibilitando a feitura do trabalho com maior eficiência e, principalmente, instalado adequadamente em sede própria, solução de um dos maiores problemas, senão o maior que, até pouco tempo, entravava a produção e dificultava o empreendimento de inúmeras atividades de sua competência.

Reconhecem-se-lhe algumas falhas e lacunas a embarçarem o cabal desempenho dos seus misteres, porém, com as alterações necessárias em sua estrutura, de modo a dotá-lo de pessoal técnica e quantitativamente suficiente para corresponder à desenvoltura do progresso, no que respeita à administração de pessoal estará o órgão habilitado para fazer frente às grandes realizações que a lei lhe impõe, neste exercício de 1954.

As leis que alteraram, radicalmente, a estrutura do funcionalismo em geral, trouxeram ao DSP, um amplo programa de atividades, para este ano, já que a ele compete dar execução a todas as normas alteradoras dos antigos sistemas por que até as datas das suas promulgações, a Administração se regia.

Se, com a carência de recursos humanos e materiais com que lutou o DSP até quase o fim do ano de 1953, foi-lhe possível ultrapassar o que dele se poderia esperar, é de presumir-se que, à vista da fase mais promissora por que passa, se desincumba, satisfatoriamente, neste exercício, dos misteres que lhe estão confiados.

Programa de
trabalho pa-
ra o corrente
ano.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Durante o exercício findo, o Departamento Estadual de Estatística prosseguiu com empenho no seu objetivo de proporcionar à Administração Pública e a todos a quem interessam as estatísticas, índices e elementos de real significação referentes à vida política, econômica, social e administrativa do Rio Grande do Sul.

As constantes alterações na classificação das indústrias brasileiras determinadas pelos órgãos centrais, a par de outros empecilhos, têm retardado a apuração dessa estatística, que abrange cerca de 18 mil estabelecimentos industriais. Providências foram tomadas no sentido da pronta realização do trabalho referente a esse importante setor da economia do Estado.

Estatística
Industrial

O recenseamento de 1.º de janeiro de 1950 arrolou no Rio Grande do Sul 13.861 estabelecimentos industriais, com 99.026 operários e 9.929 empregados. Apenas São Paulo apresentou maior número de estabelecimentos (24.519). O total destes recenseados no Brasil em 1950 atingiu a 89.088, com 1.256.807 operários.

As estatísticas demográficas no Rio Grande do Sul continuam com as apurações perfeitamente em dia, pois, além do "Anuário Demográfico de 1952" a sair breve do prelo, já foram entregues ao Serviço Hollerith os dados do primeiro semestre de 1953. Pode-se afirmar, com toda a isenção, que tais estatísticas, no Estado, constituem trabalhos dos mais bem elaborados do Brasil.

Estatística
Demográfica

Segundo dados publicados pelo "Anuário Estatístico do Brasil — 1952", a população do Rio Grande do Sul, apurada pelo recenseamento de 1.º de setembro de 1940, era de 3.321.000 habitantes, e, pelo de 1.º de julho de 1950, de 4.165.000, alcançando o total de 4.361.000 em 1.º de julho de 1952 (números redondos). Houve, portanto, um acréscimo absoluto de 844.000 pessoas entre os dois recenseamentos referidos, representando 25,41% de aumento.

A população do Estado, em 1952, equivalia a 8% da população total do Brasil.

O "Anuário da Estatística Judiciária do Estado", relativo a 1952, estará em breve circulando. Já se acham, também, em apuração os dados do primeiro semestre do ano findo.

Estatística
Judiciária

Propriedade imobiliária. — O "Anuário Estatístico do Brasil — 1953", no que se refere a transcrições de transmissões de imóveis e de inscrições de hipotecas, registra as que se efetuaram nas capitais dos Estados. Segundo esse órgão de publicidade, foram transcritas em 1940, em Porto Alegre, 2.279 transmissões, 3.842 em 1945 e 5.729 em 1952, no valor, respectivamente, de 59.118, 191.307 e 755.824 milhares de cruzelros.

Superaram o Rio Grande do Sul, nessas transmissões, em 1952, apenas São Paulo com 36.458 e o Distrito Federal com 15.893.

**Estatísticas
Sociais e
Administra-
tivas**

Durante o ano de 1953, foram apuradas tôdas as estatísticas do ano anterior, referentes a melhoramentos urbanos, previdência e assistência social, assistência médico-sanitária, e outros setores.

Melhoramentos urbanos. — Informa o "Anuário Estatístico do Brasil — 1953" que, no Rio Grande do Sul, em 1951, foram arroladas 825 localidades (cidades, vilas e povoados), existindo entre as mesmas 134 logradouros pavimentados, 184 arborizados ou ajardinados. Figuram, com abastecimento d'água 57; com esgôto sanitário 17; com iluminação pública e domiciliária 322; e somente com iluminação domiciliária, 63.

Em todo o Brasil foram arroladas 13.067 localidades, cabendo a Minas Gerais 2.836, a Bahia 1.867, a São Paulo 1.397, figurando o Rio Grande do Sul, com as 825 já referidas, em quarto lugar entre os Estados, nesta estatística.

Caixas Econômicas. — Existiam em 31 de dezembro de 1952, funcionando no Rio Grande do Sul 37 Caixas Econômicas Federais (filiais, agências, etc.) contra 416 em todo o Brasil. No Estado do Rio, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, no Paraná e em São Paulo encontra-se o maior número de Caixas Econômicas.

Cooperativas. — A mesma fonte acima indicada informa que, em 1952, foram registradas no Ministério da Agricultura, 217 Cooperativas de tôdas as finalidades, sendo 50 no Rio Grande do Sul, 30 em São Paulo, 25 em Minas Gerais, 24 na Paraíba, e em menores números noutros Estados.

Organização Sindical. — Em 1952 existiam no Rio Grande do Sul 279 entidades sindicais, enquanto o total existente no Brasil era de 2.085, vindo em primeiro lugar São Paulo com 408, depois o Rio Grande do Sul, e em seguida o Distrito Federal com 230.

**Estatística
Agrícola**

Há dois anos vem aplicando o Departamento, a título experimental, o sistema de inquérito agrícola pela amostragem, cujos primeiros resultados levam a concluir pela praticabilidade do método. Coube ao Estado a iniciativa dessa arrojada experiência, que tem atraído a atenção de outras Unidades da Federação. Funcionários estatísticos de outros Estados foram designados para observar na prática a aplicação do método em aprêço. Para a coleta agrícola por esse sistema, estão sendo distribuídos mais de 30 mil questionários para cada inquérito anual.

Conforme estimativas feitas pelo SEP, em 1952, a área cultivada no Brasil atingiu a 18.792.113 ha, contribuindo o Rio Grande do Sul com 12%, ou sejam 2.311.784 ha. O Brasil produziu 70.275.988 toneladas de produtos agrícolas e o Rio Grande do Sul 5.703.885, que correspondem a 8% da produção total. Quanto ao valor, a contribuição do Rio Grande do Sul foi de Cr\$ 6 132.052 000,00 ou 9% de Cr\$ 68.043.488.000,00, valor alcançado pela produção agrícola no Brasil.

O Rio Grande do Sul concorreu com 19% para a área e para a produção total de milho produzido no País. Para o trigo, a percentagem foi de 75% da área, 73% da produção e 71% do valor. Para o arroz, a contribuição foi de 12% da área e 20% da produção. Com referência ao feijão, as percentagens são as seguintes: área 8%, produção 9%. É o Rio Grande do Sul o Estado de maior produção de fumo, bem como de uva, do País. Para o primeiro, a sua contribuição foi de 27% da área e 35% da produção, e para a segunda, de 70% da área e 63% da produção.

**Estatística
da Pecuária**

Os efetivos dos rebanhos de 1952 já foram divulgados e os de 1953 estão sendo estimados. Fêz-se a apuração do número de cabeças abatidas, bem como do resultado das matanças de animais para consumo público e próprio.

O DDE vem apurando e divulgando, mensalmente, as quantidades de lã classificadas pelos classificadores oficiais da Secretaria da Agricultura, havendo sido publicados os resultados de toda a lã classificada na safra de 1952/1953.

Segundo estimativas feitas pelo SEP, a população pecuária do Brasil em 31 de dezembro de 1952, era a seguinte:

a) Gado maior: bovinos, 55.853.990; equinos, 7.110.750; asininos, 1.611.058; muares, 3.214.840.

b) Gado menor: suínos, 30.915.640; ovinos, 16.263.570; caprinos, 8.821.810.

Na espécie bovina, os Estados que possuem os maiores rebanhos são Minas Gerais com 12.261.800, ou sejam, 21,9% do rebanho nacional; Rio Grande do Sul com 8.999.300, ou 16,11%, e em terceiro lugar São Paulo com 7.790.900, representando 13,95%.

Na espécie equina, é a mesma a ordem dos Estados: Minas Gerais com 1.232.470, ou sejam, 17,33%; o Rio Grande do Sul com 1.116.870, representando 15,71% e São Paulo com 829.880, ou 11,67% do total do País.

Quanto aos suínos, ainda permanece a mesma ordem: Minas Gerais com um rebanho de 5.109.440, o Rio Grande do Sul com 4.530.000 e São Paulo com 3.938.900 cabeças, representando, respectivamente, 16,53%, 14,65% e 12,73% da população suína.

Já na criação de ovinos o nosso Estado aparece em primeiro lugar e bastante distanciado dos demais. O Rio Grande do Sul figura com 9.966.150 cabeças, representando 61,28% do rebanho nacional dessa espécie, cuja produção de lã atingiu o elevado índice de 97,78% sobre o total do País. Vem a seguir a Bahia com 1.587.470 cabeças, ou sejam, 9,76%, e, em terceiro lugar, o Estado do Ceará, com 1.027.320, ou 6,32%.

Os índices do custo da vida continuam a ser solicitados, constantemente, por empregados e empregadores. Trata-se de uma estatística bastante desenvolvida e perfeitamente atualizada. É feita mensalmente para todos os municípios, abrangendo uma relação numerosa de utilidades.

Indicam as estatísticas do custo da vida, nas capitais do País, que o menor índice verificado, de 1948/52, registrou-se em Porto Alegre: 128 para todas as despesas. O maior índice foi o do Distrito Federal, 213, seguindo-se Porto Velho com 209.

Estatística
do Custo da
Vida

Conforme foi exposto na Mensagem anual anterior, as estatísticas do nosso comércio importador e exportador sofreram modificações, em virtude dos convênios instituídos entre o Departamento e o Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

O interesse que essas estatísticas sempre despertaram nos meios econômicos e comerciais, tem merecido atenção especial do Departamento.

O Rio Grande do Sul, exportou em 1952, 1.662.568.211 quilos de mercadorias no valor de Cr\$ 11.109.825.906, representando 59% e 147%, respectivamente, da quantidade e valor registrados em 1947. Desses totais, destinaram-se aos Estados 1.235.530.103 quilos no valor de Cr\$ 10.033.921.952, e ao Exterior 427.038.108 quilos no valor de Cr\$ 1.075.893.954.

Estatística
da Exportação e Importação

Conforme o "Anuário Estatístico do Brasil — 1953" existiam em 1952 no Rio Grande do Sul 235 estabelecimentos bancários, representando 7,76% do total de 3.027 em funcionamento no Brasil. Nesse setor de atividade, o Rio Grande do Sul está em quinto lugar quanto ao número de estabelecimentos.

O movimento de depósitos no Estado elevou-se de Cr\$ 1.148.777.517, em 1940, para Cr\$ 5.516.635.000, em 1952, experimentando um aumento de 380%. Ainda maior foi o movimento de empréstimos que, de Cr\$ 1.202.685.577 em 1940, passou para Cr\$ 7.547.713.000 em 1952, equivalendo a 528% de aumento.

Estatística
Bancária

Estatísticas Militares

O Serviço de Estatística Militar, além das apurações regulares, prestou ao Escalão Territorial da 3.^a Região Militar todos os dados estatísticos em conformidade com o que dispõe o Decreto-Lei n.º 4.181, de 18 de março de 1942 e a Resolução n.º 126 do Conselho Nacional de Estatística.

Serviços Mecanizados Hollerith

Os Serviços Mecanizados Hollerith continuam apurando as estatísticas de exportação e demográfica do DEE. Durante o ano de 1953, foram perfurados 1.490.000 cartões, sendo 1.020.000 referentes às estatísticas de exportação e de importação; 410.000 às do registro civil (índices demográficos) e 60.000 para o Tesouro do Estado.

Divulgação Estatística

Os trabalhos elaborados pelo Departamento são divulgados através de comunicados avulsos fornecidos à imprensa, de boletins, tabelas, monografias ou sinopses municipais, impressos nas suas próprias oficinas. Além desses trabalhos, têm sido publicados regularmente os Anuários Demográfico, Judiciário, das Finanças e da Exportação, impressos em tipografias particulares.

No decorrer do ano passado, foram impressos, nas oficinas do DEE, 41 questionários para inquéritos agrícolas, pecuários, de acidentes do trabalho, custo da vida e outros assuntos, num total de 188.350 exemplares. Foram feitas, ainda, 31 publicações referentes às estimativas agropecuárias, à classificação de lãs, e outros assuntos, atingindo 14.880 exemplares, bem como 18 trabalhos relativos a material de expediente e 20 avulsos diversos, num total, respectivamente, de 24.930 e 31.855 exemplares.

O Departamento mantém, ainda, um serviço permanente e gratuito de informações sobre diversos aspectos estatísticos para atender às classes conservadoras e aos interessados em geral, constituindo esse serviço um verdadeiro anuário estatístico, tal o número de grades ou peças informadas.

Cooperação com outros órgãos

Tem sido constante preocupação do Departamento intensificar o labor de cooperação dos seus órgãos técnicos com outros setores da vida pública e particular do Estado, a fim de poder melhor revelar, dentro das suas possibilidades, o desenvolvimento crescente das atividades econômicas, sociais e administrativas do Rio Grande do Sul.

Continua o Departamento apurando e publicando mensalmente, em colaboração com a Secretaria da Agricultura, as quantidades de lãs classificadas pelo Serviço de Ovinotécnia daquela pasta.

Em julho de 1953, o DEE apresentou um trabalho sobre a "Festa Nacional do Milho" realizada em Santa Rosa, e em novembro, outro referente à "3.^a Festa Nacional do Trigo", efetuada em Erechim.

Para o Tesouro do Estado, o Serviço de Hollerith cooperou no cadastro dos funcionários enquadrados na Lei n.º 2.020, bem como estudou e executou vultoso trabalho sobre a situação dos Créditos Especiais. A fim de atender ao setor estatístico do Plano de Obras, o Departamento providenciou na remoção para a Secretaria das Obras Públicas de dois destacados Estatísticos do seu corpo funcional.

Em fins de 1953, em virtude de solicitação dessa egrégia Assembléia, determinou o Poder Executivo fosse feito o recenseamento demográfico do Distrito de Estelo no Município de São Leopoldo, trabalho esse executado pelo Departamento Estadual de Estatística, em face da Lei n.º 2.116, de 24-9-53, que dispõe sobre a alteração da divisão territorial do Estado.

O DEE vem prestando também valiosa colaboração no estudo dos problemas submetidos à apreciação da Comissão Coordenadora da Produção e do Consumo na qualidade de órgão assessor da mesma.

Tal como tem ocorrido todos os anos, realizou-se em julho de 1953, na Capital da República, a Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, à qual compareceu, como delegado do Governo do Estado e dos órgãos regionais de Estatística, o Diretor Geral do DEE.

Importantes deliberações foram tomadas nesse conclave, visando ao aprimoramento das estatísticas nacionais e regionais cumprindo destacar dentre as mesmas as seguintes:

Resolução n.º 562 ("Manifesta interesse pela realização, no Brasil, do III Centro Latino-Americano de Treinamento em Estatísticas Agrícolas, promovido pela Organização das Nações Unidas"); Resolução n.º 564 ("Recomenda ao estudo dos estatísticos brasileiros o plano de implantação do método de amostragem na estatística agrícola do Rio Grande do Sul"); Resolução n.º 567 ("Dispõe sobre o auxílio financeiro aos órgãos centrais regionais"); Resolução n.º 568 ("Dispõe sobre o Estatuto da Escola Brasileira de Estatística"); Resolução n.º 572 ("Estabelece diretrizes para a implantação do método de amostragem no levantamento das estatísticas agrícolas").

A verba suplementada pela Resolução n.º 567 atinge a 4 milhões de cruzeiros e destina-se ao levantamento da estatística judiciária, ao aperfeiçoamento das estatísticas de ensino primário e das estatísticas agro-pecuárias, bem como ao levantamento e elaboração de estatísticas do comércio interestadual.

Além das sessões de Assembléa Geral do CNE, realizaram-se outras reuniões com a finalidade de debater temas e problemas da estatística agrícola brasileira. Nessas reuniões, tomaram parte técnicos do nosso Departamento, ao lado de técnicos nacionais de renome. A opinião do Rio Grande foi acatada até por críticos na exequibilidade do método de amostragem nas estatísticas agrícolas do Brasil.

O plano elaborado pelo Departamento, para a aplicação do método de amostragem, mereceu publicação integral anexa à Resolução n.º 564.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Durante o exercício findo, a Secretaria de Educação e Cultura prosseguiu com afincos em seu labor em prol da obra educacional, através de seus múltiplos e complexos setores. No correr deste capítulo, serão salientadas diversas medidas e empreendimentos que, pela sua significação, merecem destaque especial na resenha de suas atividades.

Aos órgãos da Reparação Central, que coordena e fiscaliza todos os serviços administrativos da Secretaria, vem ter sem solução de continuidade volumoso expediente, cujos índices numéricos atestam expressivamente a intensidade do seu trabalho.

Na Diretoria do Pessoal foram informados 27.301 processos e na do Expediente elaborados 27.728 atos. No Serviço de Comunicações, protocolaram-se 39.119 processos.

No Serviço de Prédios, a que está afeta a conservação e ampliação da extensa rede de edificações utilizadas pelas unidades escolares do Estado, registrou-se apreciável atividade. Foram reparados 52 prédios, mediante prévia concorrência administrativa, nos municípios de Porto Alegre, São Luiz Gonzaga, Itaqui, Canoas, Lagoa Vermelha, Sarandi, São Francisco de Paula, Nova Prata, Flores da Cunha, Cachoeira do Sul e Osório e concluídos 20 prédios para Grupos Escolares nos municípios de Taquari, Lajeado, Estréla, Taquara, Montenegro, Encantado, Garibaldi, Santo Antônio, Caxias do Sul, Gravataí, Cachoeira do Sul, Soledade, Arrolo Grande, Ijuí e Erechim. Aham-se em construção 12 prédios de alvenaria para Grupos Escolares nos municípios de Montenegro, Soledade, Palmeira das Missões, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Itaqui, São Sepé, Eneruzilhada do Sul, Guaíba, Canguçu, Ijuí e Erechim. Em outubro do exercício findo, foram iniciados os trabalhos constantes do Plano de Obras. A Secretaria de Educação pretende pôr em funcionamento, até julho do corrente ano, 100 prédios de madeira, completamente equipados. É preciso referir que todas essas unidades dispõem de residências para professores.

Foram concluídos em 1953 os prédios de alvenaria destinados aos Grupos Escolares das seguintes localidades: Rincão de São José, em Taquari; Cruzeiro do Sul, em Lajeado; Glória, em Estréla; Parobé e Igrejinha, em Taquara; Barão, em Montenegro; Putinga, em Encantado; Alfândega, em Garibaldi; e Pitangueiras, em Santo Antônio.

A Secção de Arquitetura elaborou 102 projetos destinados a unidades escolares e a Secção do Planejamento e Cadastro efetuou o levantamento do número de menores em idade escolar, nas sedes dos municípios, calculando o déficit proporcional das unidades escolares das mesmas cidades, mediante dados fornecidos pelos Prefeitos Municipais.

O Serviço de Orçamento encaminhou, para autorização de pagamento, 17.678 processos. A sua Secção de Subvenções e Auxílios esteve confiado o cumprimento da parte educacional e cultural de que trata a Lei n.º 2.037, de 26 de fevereiro de 1953. O total da verba distribuída foi de 17 milhões de cruzeiros, conforme a dotação fixada na Lei em aprêço, aos quais se acrescentou a soma de Cr\$ 7.504.573,30, proveniente de créditos especiais, abertos durante o exercício.

Mediante prévia concorrência regulamentar e em regimen de coordenação com a Comissão Estadual de Compras, o Serviço de Material adquiriu móveis escolares e de escritórios, no valor de Cr\$ 4.687.930,00 bem como livros e material escolar e de expediente, no valor de Cr\$ 1.685.507,00.

Ensino Primário

No decurso do ano findo, apresentaram-se à Superintendência do Ensino Primário numerosos problemas referentes à reorganização das Delegacias de Ensino, direção das unidades escolares, provimento de vagas, revisão das categorias das escolas, fuga do magistério ao 1.º estágio, reforma das obrigações e deveres dos professores e outros muitos.

Com o fim de resolver algumas dessas relevantes questões, a SEP formulou várias propostas, que estão sendo objeto de consideração, entre as quais a criação de cargos nas novas Delegacias Regionais e ampliação do quadro do pessoal das Delegacias existentes; a criação de mais 580 cargos de professores de carreira e de 157 professores contratados; a criação, transformação e incorporação de unidades escolares; a encampação de unidades municipais; a classificação das escolas isoladas de difícil provimento, de acordo com o art. 12 da Lei n.º 1.904, de 24 de dezembro de 1953.

Em fins de 1953, mantinha o Estado, no setor do ensino primário, 656 grupos escolares e 311 escolas isoladas, pertencendo um total de 967 unidades. A matrícula geral era de 161.786 escolares e a real de 130.846. Em comparação com o ano letivo de 1952, o de 1953 apresenta um aumento de 7.848 alunos matriculados. O efetivo de professores, distribuídos pelas 15 Regiões Escolares, atingiu o número de 7.441.

As escolas particulares em funcionamento, no Estado, são representadas pelos seguintes números. Na Capital: Ensino Primário, 100; Ensino Profissional, 152. No interior: Ensino Primário, 1.429; Ensino Profissional, 232. Há 5.973 professores particulares leigos e 2.142 religiosos registrados.

Os Serviços de Educação de Adolescentes e Adultos mantem 476 professores designados por verba estadual e 623 por verba federal, sendo de 455 o número de cursos em funcionamento.

Ensino Normal

No exercício findo, a Superintendência do Ensino Normal instalou mais uma de suas unidades, a Escola Normal Elisa Ferrari Vals, em Uruguaiana, sendo criada a Escola Normal Juvenal Müller, de Rio Grande, a Escola Normal Regional de Piratini e a Escola Normal 1.º de Maio desta Capital, que entraram em funcionamento no corrente ano. Pela Secretaria das Obras Públicas, foi iniciada a construção dos prédios destinados às Escolas Normais Anes Dias, de Cruz Alta, e Oswaldo Cruz, de Passo Fundo.

Juntamente com o Instituto de Educação, o número das Escolas Normais oficiais, correspondentes ao 2.º ciclo do Ensino Normal, sobe atualmente a doze. As Escolas Normais regionais, destinadas a formar regentes do Ensino Primário, são em número de sete, quatro das quais foram instaladas em 1953, em São Francisco de Paula, Santa Rosa, Soledade e Guaporé.

Há 32 unidades de estabelecimentos particulares de Ensino Normal, com estrutura correspondente ao 2.º ciclo desse ensino, e 3, com estrutura correspondente ao 1.º ciclo.

A matrícula geral (compreendendo os cursos pré-primário, primário, ginasial e de formação de professores primários) nas Escolas Normais oficiais de 2.º grau, foi de 12.454 e a real de 12.178. Nas de 1.º grau, a matrícula geral foi de 9.104, e a real de 2.892. Nas Escolas Normais particulares de 2.º grau, a matrícula total foi de 19.289.

Em 1953, o número de professores primários diplomados foi o seguinte: pelo Instituto de Educação, 115; pelas Escolas Normais oficiais, 136; pelas Escolas Normais particulares, 474.

E' de 626 o efetivo de professores do Ensino Normal, inclusive os professores fiscais das Escolas Normais particulares, pagos pelo Estado.

Propôs a Superintendência do Ensino Normal, em trabalho de colaboração com o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, uma reforma de programa do Ensino Normal do Estado.

A iniciativa, submetida à apreciação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério de Educação e Cultura, foi classificada de necessária e urgente.

Visa, de modo geral, o plano de reforma: dotar o Estado de um estabelecimento de nível superior, que prepare professores de Ensino Normal, professores-fiscais, técnicos de educação, superintendentes, diretores de Escolas Normais e Primárias, orientadores educacionais, etc.; reestruturar o regimen escolar, substituindo a unidade letiva anual pela semestral, permitindo o término de cursos, assim como matrícula e promoção, duas vezes ao ano; distribuir os cursos, — classificados em obrigatórios e facultativos —, segundo a afinidade apresentada com os problemas que constituirão a estrutura de organização do currículo do Ensino Normal; possibilitar sempre, ao aluno, oportunidade de certa especialização, de modo que o educando possa satisfazer aos seus interesses profissionais e dar realização às suas aptidões.

A Superintendência do Ensino Secundário, além de atender ao regular funcionamento das unidades já existentes, providenciou sobre a instalação dos seguintes novos estabelecimentos de Ensino Secundário: Colégio Estadual de Santa Maria, Ginásio Estadual de Bagé, Colégio Estadual de Caxias do Sul, Ginásio Noturno de Uruguaiana e Ginásio Noturno de São Leopoldo.

Ensino
Secundário

O efetivo de professores subordinados à SES atinge a 325.

Estão subordinadas à Superintendência do Ensino Profissional as seguintes escolas: a Escola Técnica de Agricultura, em Viamão; a Escola Técnica Parobé, a Escola Técnica Senador Ernesto Dornelles, o Instituto Evarista Flores da Cunha, a Escola Especial Darcy Vargas, a Escola Técnica de Comércio Protásio Alves, todas nesta Capital; a Escola Artesanal Dr. Cylon Rosa, em Santa Maria, e a Escola Agrícola de Bagé. Deverão ser em breve criadas as Escolas Técnicas da Indústria do Frio e a Escola de Pesca, em Rio Grande.

Ensino
Profissional

Na Escola Técnica de Agricultura, matricularam-se 294 alunos, dos quais 117 no Curso de Iniciação Agrícola, 65 no de Maestria Agrícola e 111 no de Agrícolas Técnicos.

A Escola Técnica Parobé, em que se matricularam 447 alunos nos cursos técnicos e industriais, realizou proveitosas visitas e excursões, nesta Capital e no interior, a estabelecimentos técnicos, estabelecimentos industriais e usinas elétricas.

A Escola Técnica Senador Ernesto Dornelles ministrou os seguintes cursos: Técnicos: Artes Aplicadas com Oficinas de Metal, Encadernação, Couro e Madeira, Decoração e Interiores. Industriais: Corte e Costura, Rendas e Bordados, Confecção, Chapéus, Flores e Ornatos.

Em 15 de novembro último, essa Escola realizou uma Exposição-Feira, onde ficou demonstrado, através de numerosos trabalhos, o notável grau de aproveitamento de seus alunos.

A Escola Artesanal Dr. Cylon Rosa, cuja matrícula foi de 145 alunos, ministrou os Cursos de Corte e Costura, Renda e Bordados e de Aperfeiçoamento.

As aulas do Instituto Evarista Flores da Cunha funcionaram em 3 turnos diários, nos quais tiveram curso regular, tanto as classes de letras (1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos primários), como as classes especializadas (Corte e Confecção, Trabalhos Manuais, Datilografia e Flores). A matrícula geral se elevou a 784 alunas. Apesar disso, grande número de candidatas não pôde ser atendido, por falta de vagas.

Dispensou-se atenção especial à educação cívica, moral e social, no decurso dos trabalhos escolares ora mencionados.

O número de alunas diplomadas pelos diferentes cursos, em 1933, foi o seguinte: 48 alunas em Corte e Confecções; 11 alunas em Trabalhos Normais; 29 alunas em Datilografia; 15 alunas em Flores.

Receberam o certificado de conclusão do Curso Primário 9 alunas.

A Escola Especial Darcy Vargas tem por objetivo principal formar donas

de casa e ministrar às alunas, além do Curso Primário completo, conhecimentos de Arte Culinária, Corte e Costura, Artes Aplicadas e Economia Doméstica.

Sua matrícula real atingiu, em 1953, a 227 alunas.

Os diversos cursos funcionaram em três turnos diários, no horário compreendido entre 18,30 e 21 horas. No turno da noite, funcionou o Curso de Iniciação Profissional, custeado pela verba federal do Ensino Supletivo, o qual despertou grande interesse entre as alunas.

Em 19 de novembro, foi realizada uma exposição de trabalhos das alunas dessa Escola, alcançando completo êxito.

A Escola Técnica de Comércio Protásio Alves funcionou com dois cursos: Comercial básico e Técnico de Contabilidade. No primeiro, foram matriculados 75 alunos, e no segundo, 42.

Ao findar o ano letivo passado, foram encaminhados estudos para a instalação de três novos Cursos Técnicos, a saber, de Administração, de Estatística e de Secretariado, cada um com a duração de três anos e integrados no 2.º ciclo de Ensino Comercial médio.

Originada pela encampação do patrimônio da Sociedade Assis Brasil de Educação Rural, a Escola Agrícola de Bagé contou com a matrícula média de 50 alunos, em 1953.

Foram promovidas reuniões de agricultores, por parte de sua direção, a fim de instruí-los na prática de novos métodos e culturas.

No setor da Horticultura, a Escola possui 9 hectares de terras cultivadas, abastecendo, parcialmente, 3 bancas do Mercado Público. Quanto à Triticultura, foram plantados 32 sacos de trigo, dos quais 30 da variedade Frontana, um de variedade Bagé e um da espécie "Triticum durum L".

No tocante à Fruticultura, foi plantado um pomar de 2 hectares, com plantas cítricas.

Está em estudos e em vias de organização a Escola de Técnicos na Indústria do Frio junto ao Frigorífico do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, na cidade de Tupanciretá.

Ensino Rural

A Secretaria de Educação desobrigou-se, no exercício passado, dos acórdos firmados com o INEP relativos aos anos de 1948, 1949 e 1950, para a construção de prédios destinados a Escolas Rurais.

Em 1952, foi autorizada a construção de muitos prédios, com uma ou duas salas de aula; dessas construções, algumas foram ultimadas no mesmo ano, outras concluídas em 1953.

Do orçamento aprovado pela Secretaria para a construção de cada unidade escolar, em número de 125, é elaborado pelas Prefeituras Municipais, que executaram as obras por administração, coube ao Governo Federal a parcela de Cr\$ 80.000,00 por unidade, ficando o restante, no valor de Cr\$ 17.050.000,00, por conta exclusivamente do Estado.

Executados os acórdos celebrados com o INEP, elaborou a Secretaria, com a participação das Prefeituras Municipais, o plano geral de construções para 1952 e 1953. O INEP não só aprovou esse plano como prometeu ampará-lo financeiramente, tornando-o viável em 1954. O plano citado visa à criação de 673 Escolas Rurais, 61 Grupos Escolares Rurais e 17 Escolas Normais Rurais.

Em 31 de dezembro de 1953, funcionavam 298 unidades escolares rurais.

Durante os meses de janeiro e fevereiro, realizou-se o Curso de Revisão que abrange tanto a parte pedagógica como a agrícola no setor primário.

O Curso Intensivo de Formação de Professores Rurais contratados funcionou em quatro localidades: Viamão, Santa Cruz do Sul, Osório e Cêrro Largo com um total de 290 alunos.

Existem sete convênios firmados entre a Secretaria e entidades particulares, mantenedoras de Escolas Normais. Para a execução dos mesmos, foi aberto crédito especial no montante de Cr\$ 1.115.623,00.

Durante o ano, remeteram-se fogões Wallig n.º 1, esmaltados, sem calda

deira, a 64 escolas rurais e distribuiu-se material escolar a 132 novas escolas, tendo sido a remessa do material agrícola adiada para fevereiro último, em vista de dificuldades invencíveis na ocasião.

Foi promulgado decreto estabelecendo o "Plano de Ensino Rural do Estado" e está em organização o Instituto de Educação Rural.

Múltiplas foram as atividades da Superintendência de Educação Artística. O seu Serviço de Orientação promoveu 65 reuniões, deu orientação individual a 63 professores, visitou 185 escolas públicas e 417 particulares, fez 15 visitas especiais e 28 ensaios de Orfeão de Professores.

Educação Artística

Os serviços auxiliares da Superintendência compreendem Bibliotecas especializadas em Música e Canto Orfeônico, em Desenho e em Artes Aplicadas, bem como Discoteca, Arquivo Musical, Museu Didático, Modelos e Fichários.

Realizaram-se 5 demonstrações orfeônicas, das quais participaram 5.390 orfeonistas e foram ministradas 28 aulas de Apreciação Musical em 5 Grupos Escolares.

Realizou-se o II Concurso de Desenho Infante-Juvenil ao Ar Livre, no Parque Farroupilha, em que tomaram parte 717 alunos.

Fizeram-se 20 exposições internas de Desenho e Artes Aplicadas em 16 Grupos Escolares da Capital.

Foram promovidos 8 concêrto educativos, sendo 5 na Capital e 3 no interior.

Foram aplicadas provas objetivas de Desenho, em 27 escolas da Capital, a 8.084 alunos, havendo uma percentagem de promoção de 99,3%; de Música, em 49 Grupos Escolares de 4.º e 5.º estágios, a 7.923 alunos, com aprovação de 94,9%; de Artes Aplicadas, em 27 escolas, a 5.928 alunos, com 98,70% de promoção.

Para as aulas de Apreciação Musical e gravações de coros orfeônicos, dispõe a SEA de 2 aparelhos toca-discos portáteis, com alto-falante, 1 gravador de fita metálico e 1 gravador de fita.

Dentre as realizações da Divisão de Educação Física, no ano passado, sobressaem o Campeonato Infantil de Voleibol entre os escolares da Capital, em que tomaram parte 1.200 crianças, num total de 90 jogos; o grande desfile da Semana da Pátria, de que participaram 12.000 alunos das escolas do Estado; e os IV Jogos Sul Rio-Grandenses Ginásio-Colegiais, que reuniram 12 dos Colégios e Ginásios da Capital.

Educação Física e Assistência Educacional

Foram atendidos pelos médicos da SEFAE, nos Grupos Escolares da Capital, 48.088 crianças, e nos do interior, 10.038, sendo imunizados pelo BCG 8.921 escolares.

Mais 4 gabinetes médicos foram instalados.

Os Gabinetes Odontológicos atenderam 12.230 escolares.

O Serviço de Alimentação e Vestuário instalou mais 6 cozinhas e distribuiu sopa a 10.624 escolares.

A confecção de peças de vestuário destinadas à distribuição gratuita entre as crianças dos Grupos Escolares e Colônias de Férias, utilizou 5.708 metros de tecido. Foram também distribuídos àquelas 2.000 pares de sandálias.

A Farmácia aviou 4.465 receitas e distribuiu muitos medicamentos para as Colônias de Férias.

Pelo Serviço Radiológico foram atendidas 2.921 crianças.

O Serviço de Oftalmologia atendeu em todo o Estado 1.681 escolares e o de Otorrinolaringologia 1.188 casos.

Dentre as atividades assistenciais da Superintendência, a concernente as Colônias de Férias tem proporcionado ótimos resultados de recuperação física e de desenvolvimento psicológico. A seleção dos escolares para as Colônias é feita pelos médicos da SEFAE e pelo Serviço Social, que processa o levantamento econômico-social das respectivas famílias.

Durante o ano, estiveram em funcionamento Colônias de Férias em Torres, São Francisco de Paula, Belém Novo, Guaíba e Cassino, cada uma com 4 turmas, e em Iralá, com 3 turmas, acolhendo um total de 2.430 escolares.

Terminaram o curso da Escola Superior de Educação Física, em 1953, 7 licenciados, 1 normalista, 2 técnicos desportivos, 9 especializados em Ginástica Rítmica e Danças, 1 recreacionista, 7 instrutores e 6 mestres de armas.

A Secretaria de Educação tomou as providências preliminares para a construção da sede da Escola Superior de Educação Física, em terreno pertencente ao Estado. Dentro de breves dias será aberta concorrência para a execução das obras.

Pesquisas e Orientação Educativas

Cumprindo uma de suas funções precepuas, procurou o Centro de Pesquisas e Orientação Educativas estimular o aperfeiçoamento e a renovação da cultura profissional do professor, não só através de cursos, estágios e reuniões, mas, também, solucionando os problemas de ordem técnica que lhe têm sido apresentados.

Foram promovidos os seguintes cursos:

1 — Curso Intensivo de Preparação e Aperfeiçoamento para professores rurais contratados.

2 — Curso Intensivo de Aperfeiçoamento Pedagógico para professores primários contratados.

3 — Sessões de estudo e preparação pedagógica, destinadas a professores de Cursos Secundários.

4 — Estágio dos orientadores de educação primária do interior do Estado.

5 — Estágio de Professores do Curso Primário e Normal, bolsistas do INEP.

6 — Curso de Orientação Psicopedagógica.

7 — Curso de Psicodinâmica das relações no grupo familiar.

Outras atividades de assistência técnica aos professores foram desenvolvidas pelo CPOE, tais como elaboração de planos de trabalho, programas, comunicados, circulares, instruções, bibliográficas, que muito os auxiliaram no desenvolvimento do trabalho docente.

A cada uma das seções especializadas do CPOE — a de Orientações, a de Provas e a de Pesquisas — coube uma larga e variada série de trabalhos peculiares a sua especialidade, com real proveito para a orientação educacional e profissional.

Departamen- tos Culturais

Foram realizados, no Teatro São Pedro, 206 espetáculos, o que, descontado o período estival, significa ter esta casa aberta suas portas quase que diariamente, contribuindo de maneira decisiva para a movimentação e amparo do ambiente artístico da Capital do Estado.

A qualidade dos espetáculos, proporcionados por artistas e empresas, esteve à altura das tradições desse Teatro.

No ano passado, procedeu-se à reforma do prédio e ao trabalho de conservação das coleções do Museu Júlio de Castilhos.

Comemoraram-se, com solenidade, em 1953, o cinquentenário do Museu, criado por Decreto n.º 589, de 20 de janeiro de 1903; o centenário do falecimento do sábio francês Augusto de Saint-Hilaire e o cinquentenário da morte de Júlio de Castilhos, patrono do Museu.

Para assinalar a efeméride farroupilha, foram expostos objetos e documentos de seus líderes.

Na "Semana de Caxias", promovida pelo Comando da Zona Sul, expôs o Museu autógrafos, officios, ordens do dia, livros de campanha e objetos do Condestável do Império.

Adquiriu-se para a sala "Aécides Maia", que guarda o material de Arqueologia ameríndia, um painel com a localização das atuais populações indígenas do Rio Grande.

O Museu recebeu, a título de doação, uma preciosa tela do famoso pintor rio-grandense Pedro Weingärtner.

Foram dados ainda ao Museu 266 boletins, 89 jornais, 5 separatas, 14 catálogos, 30 anais, 225 revistas, 74 livros, 6 impressos e 70 objetos.

Foram adquiridas e expostas ao público 40 miniaturas, obras de arte em escultura, representando tipos e cenas gaúchas.

A revista do Museu, que não circulava há mais de vinte anos, foi publicada com apreciáveis estudos e documentário inédito.

A frequência na Biblioteca Pública foi de 86.062 leitores, havendo sido consultados 77.429 livros.

A Biblioteca possui, atualmente, 75.575 volumes.

No ano passado, foram adquiridas por esta repartição 1.827 obras em 1.987 volumes, sendo-lhe doadas 122 obras em 129 volumes.

INSTITUTO TECNOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL

Durante o ano findo, todos os setores de trabalho do Instituto Tecnológico funcionaram satisfatoriamente, tendo havido um apreciável aumento das solicitações dirigidas a essa autarquia.

Embora não hajam sido alteradas as taxas, prosseguindo-se, de outro lado, com a acertada norma de não sofrer lucro da resposta a consultas e execução de estudos requeridos pela indústria, a renda própria do ITERS ultra passou a do ano anterior.

Em resumo, foram as seguintes as atividades das diversas seções:

Além de várias atividades relativas a sondagens do subsolo e em rocha, identificação de rochas, amostras ensaiadas em laboratório, esta seção executou os seguintes trabalhos: Conclusão da sondagem do Rio Guaíba e delta do Jacuí e do Taquari; sondagem no Arroio D. Marcos, Arroio Divisa, Arroio Mata-Sede e Rio Jacuí em Cêro Chato; sondagem no Rio Ibirapuitã; sondagem para barragem no Arroio da Querência em São Francisco de Paula; sondagem para a Escola Normal de Cruz Alta e Palmeira; sondagem na Usina de Alcool (IAA) em Osório.

Seção de
Solos e
Fundações

Dentre os trabalhos executados por esta seção, merecem especial referência os seguintes: Complementação do estudo sobre a distribuição de tensões na zona do dente no vão suspenso da viga Gerber da estrutura da ponte sobre o Arroio dos Ratos, na ER Guaíba-Urugualana; estudo da estrutura da ponte sobre o Rio das Antas e do viaduto de acesso à margem esquerda da mesma.

Seção de
Estruturas

Também foram realizados outros trabalhos como o estudo experimental do coeficiente de Cross; o cálculo de uma fundação sob ação dinâmica; a aplicação da série de Mac Laurin em uma viga elástica sob suporte elástico; o estudo experimental de uma viga contínua com momento de inércia variável

Bastante significativa foi a atividade desta seção. No ano findo, iniciaram-se as atividades no setor da borracha, estando o mesmo em fase de organização. Como medida preliminar, admitiu-se uma novo tecnologista que, depois de estagiar no IPT de São Paulo e INT no Rio de Janeiro, visitou as grandes indústrias da borracha do centro do País, bem como as existentes no Estado.

Seção de
Química

No setor de combustíveis, além dos trabalhos de rotina, foram realizados outros de pesquisa relacionados com os carvões sul-rio-grandenses. Foi apresentado à X Reunião Geral da ABNT, realizada em Curitiba, um ante-projeto do método de determinação do poder calorífico, a volume constante, de carvão mineral e coque. Foi igualmente estudada a adoção de um método de determinação rápida de enxofre em carvão, nos carvões nacionais.

Constituiu o ponto alto das atividades no setor de couros e materiais tanantes, o funcionamento de um curso de curtimento, ministrado a curtidores, químicos diplomados e estudantes.

No setor de produtos cerâmicos, além dos trabalhos de rotina, foram atendidas consultas da indústria cerâmica não só deste Estado como de Santa Catarina, tendo sido visitados periodicamente os estabelecimentos industriais desse ramo. Entre os estudos em andamento, dedicou-se especial atenção à seleção de argilas para areias de moldagem, argilas para a fabricação de produtos cerâmicos estruturais de acabamento (tijeletas, tijolos prensados) e estudo de refratários isolantes com aproveitamento de serragem, casca de arroz, etc.

Além das análises de rotina de terras e fertilizantes, foi apresentado à X Reunião da ABNT um ante-projeto de método de análise química de adubos fosfatados, iniciando-se, assim, a normalização num setor tão importante como o dos fertilizantes e corretivos.

Foram atendidas consultas referentes às indústrias do couro, mandioca, aguardente e álcool de cana, incluindo a distribuição de levedos para a fermentação alcoólica (Contribuição ao Instituto do Açúcar e do Alcool). Iniciou-se um estudo da composição das variedades de cana cultivadas no Estado, tendo em vista a fabricação de aguardente, trabalho este que está sendo feito em colaboração com a Estação Experimental de Osório. O Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes solicitou um estudo sobre a produção de charque no Rio Grande do Sul, havendo o mesmo sido iniciado.

Foi concluído um estudo sobre óleo de mamona desidratado, dando-se começo a um outro sobre as características das principais matérias primas para a indústria de tintas e vernizes.

Em colaboração com a Comissão de Carvões Sul-Rio-Grandenses, foi iniciado um estudo sobre a existência de germânio em carvões brasileiros.

Secção de Madeiras

No estudo sistemático das espécies do Sul do Brasil, foram coletadas 14 toras, parte do nosso Estado, parte de Santa Catarina. Para os estudos feitos neste setor, confeccionaram-se 6.046 corpos de prova, sendo ensaiados 5.092, representando 7.571 determinações.

Um programa de estudo em peças de dimensões estruturais foi elaborado, com o objetivo de proceder a determinações tendentes a verificar a propriedade dos coeficientes de segurança fixados na Norma Brasileira para estruturas de madeira.

Foi concluído o estudo solicitado pela VFRGS sobre a possibilidade de emprego de diversas espécies de madeira em dormentes. Para isso, confeccionaram-se 72 corpos de prova com um total de 108 determinações.

Também foram realizados diversos ensaios de ligação de peças de madeira, de sua preservação e resistência natural ao ataque de fungos, bem como estudos sobre moluscos marinhos com atividade destrutiva nesses materiais.

Outras Secções

Em outras secções, como as de Botânica Tecnológica, de Aglomerantes e Concretos, de Metais e de Metrologia, as atividades se processaram com apreciável rendimento, tendo sido realizados importantes trabalhos e pesquisas.

Movimento Financeiro

A renda proveniente de ensaios, orçada em Cr\$ 1.600.000,00, elevou-se a cerca de Cr\$ 2.516.213,50, isto é, 57,2% mais do que a previsão. Em relação à do ano anterior, representada por Cr\$ 2.039.485,00, o aumento foi de, aproximadamente, 23%.

Tal resultado é bastante expressivo, pois representa realmente um au-

mento de solicitações, visto não ter havido alteração na tabela de taxas. Aliás, os preços constantes desta última, fixados já há alguns anos, devem ser atualizados, dado o enorme aumento do preço da mão de obra e do material. Tal atualização, entretanto, será feita depois de um estudo acurado, e ainda no decorrer do presente exercício.

O Instituto admitiu como estagiários distribuídos pelas várias secções, um número de interessados bem maior que o do ano anterior, o que demonstra o interesse que vêm despertando os seus trabalhos. O número de alunos-assistentes, que lhe emprestaram colaboração durante o ano passado, foi de 28.

Fizeram estágios ou cursos os tecnologistas Casemiro J. Munarski, n. "Bureau of Reclamation", em Denver, nos Estados Unidos; Eládio Petrucci, no Instituto de Cimento Portland, em Buenos Aires; e Milton Formoso, Arthur W. Schneider, Carlos Arnt, Nelson Guthell e Nelson Brasil de Oliveira em instituições congêneres ou em estabelecimentos industriais do País.

O ITERS fez-se representar, contribuindo com trabalhos de seus técnicos, nos seguintes congressos: IV Jornadas de Engenharia Estrutural, realizadas no Chile; X Reunião Geral da ABNT, em Curitiba; V Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Curitiba; IX Congresso da Associação Brasileira de Metais, no Rio de Janeiro.

Foram publicados vários estudos de marcado interesse tecnológico, de autoria dos tecnologistas Eládio Petrucci, Danilo C. Smith, Werner Grunzig, Franklin Jorge Gross e Frederico Ponte Filho.

Fatos
diversos

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

No plano normativo e executivo da política de bem-estar social, as atividades do Departamento Estadual de Saúde alcançaram um movimento à altura das possibilidades dos recursos existentes

O campo de trabalho inerente ao trato da preservação da saúde, pela natureza, vulto e significação social dos problemas que abarca, supõe e exige um órgão administrativo e um aparelhamento sanitário em integral correspondência com as exigências de caráter técnico e administrativo.

Embora vultosos, os recursos votados em lei escassamente suprem as necessidades globais de um serviço de variadas e imprevisíveis exigências, cujas fronteiras, por confundirem-se com as da assistência social, são quase sempre movediças e infixáveis.

Foi essa, entre outras justificativas, a razão do convênio firmado entre o Governo do Estado e o Serviço Especial de Saúde Pública, em 15 de agosto de 1953, para a intensificação e melhoria dos serviços de saúde e saneamento na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Dessa conjugação de esforços e da planificação das atividades sanitárias em prol da higiene rural, a ser experimentada em 15 municípios das nossas regiões pastoris, não de resultar, pela intensificação da assistência à saúde e promoção do saneamento, benefícios que envolvem cerca de meio milhão de pessoas, compreendendo a defesa, aproveitamento e fixação do homem à terra, e, por conseguinte, a sua valorização.

As atividades executadas pelo DES, nos diferentes setores técnico-administrativos e na rede das unidades sanitárias, foram das mais produtivas. Nos serviços de higiene pré-natal e infantil, higiene pré-escolar e escolar, oftalmo-oto-rino-laringologia, higiene dentária, exames de saúde e tuberculose, o número de inscrições, nesta Capital e no Interior do Estado, foi de 128.195, com 392.020 comparecimentos subsequentes. Procedeu-se a 328 026 imunizações contra a varíola, a 24.775 contra a difteria, a 221.624 contra as febres tifóides, a 41.309 contra a tuberculose e a 11.321 contra a coqueluche. Realizaram-se, ainda, 497.973 visitas de polícia sanitária.

O quadro abaixo nos demonstra a progressão dos dispêndios com os serviços de saúde, a partir de 1940, verificando-se a expressiva ascensão da despesa "per capita" em relação à população total do Estado.

Saúde e Política Social

Rendimento

Progressão da despesa com os serviços de saúde

Ano	População do Estado	Despesa com Saúde Pública	"Per capita"
1940	3.320.889	Cr\$ 11.547.246,30	Cr\$ 3,48
1945	3.651.150	Cr\$ 28.991.258,70	Cr\$ 7,83
1950	4.164.821	Cr\$ 103.186.788,20	Cr\$ 24,78
1951	4.265.980	Cr\$ 123.623.962,00	Cr\$ 28,98
1952	4.397.060	Cr\$ 149.412.640,50	Cr\$ 32,16

**Diretoria dos
Serviços
Distritais**

A Diretoria dos Serviços Distritais manteve contacto continuo e direto com as unidades sanitárias através de visitas de inspeção. Seis Postos de Higiene foram elevados a Centros de Saúde: Uruguaiana, Cruz Alta, Passo Fundo, Cachoeira do Sul, Alegrete e Caxias do Sul e seis Postos de Higiene de segunda classe foram elevados à primeira classe: Canoas, Carazinho, Erechim, Rosário do Sul, Santo Angelo e Santa Cruz do Sul.

Consoante o que fôra planejado no sentido de completar a rede das unidades sanitárias, foram dados os primeiros passos para a instalação de 12 novos Postos de Higiene. É assim que a Lei n.º 2.296, de 31 de dezembro de 1953, criou os cargos necessários à instalação de Postos de Higiene nos 17 únicos municípios ainda não dotados de unidades sanitárias: Antônio Prado, Cacequi, Candelária, Canela, Encantado, Farroupilha, Flores da Cunha, Marcelino Ramos, Sarandi, São Pedro do Sul, Três Passos e Veranópolis.

Pelo que significará de futuro, esse fato, só por si, constitui motivo de justificada ufania. A par dos imediatos benefícios de caráter médico-assistencial, de que se beneficiarão as respectivas populações, a instalação de há muito almejada, dos Postos de Higiene com que se ultimará a complementação da rede de unidades sanitárias, a cobrir toda a área administrativa do Estado, colocará o Rio Grande do Sul em situação, senão de primazia certamente de igualdade com os Estados que mais se salientam, no Brasil, em matéria de organização sanitária.

**Unidade
móvel**

Em entendimento mantido entre o DES e a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ficou estabelecida a criação duma unidade médico-sanitária instalada em composição ferroviária, denominada "Trem Sanitário". Constituída de 4 carros, poderá visitar 54 municípios do Estado (59%), prestando assistência à população rural daquelas comunas. Pelo Decreto n.º 4.700, de 27 de novembro de 1953, foi aberto o crédito de um milhão e 200 mil cruzeiros, destinados à aquisição do aparelhamento para a instalação dessa unidade.

Lotação

No estudo da distribuição do pessoal para as unidades sanitárias, tomou-se como base o número de dois médicos para 10.000 habitantes na sede, bem como um médico de serviço de higiene escolar para cada grupo de 5.000 crianças de 6 a 14 anos.

Em conformidade com as normas que padronizam os serviços administrativos, a categoria da unidade sanitária, em função da densidade da população na sede dos municípios e o número de funcionários administrativos, corresponderá à seguinte lotação:

Categoria de unidade	Funcionários administrativos
C. S. da Capital (mais de 100.000 habitantes)	6
C. S. do interior (mais de 50.000 na sede)	4
C. S. do interior (mais de 20.000 na sede)	3
P. H. de 1.ª classe (mais de 10.000 na sede)	2
P. H. de 2.ª classe (mais de 10.000 na sede)	1
P. H. Especial	2

A Diretoria dos Serviços Distritais estabeleceu um dentista por 25.000 habitantes e um fiscal para cada 2.000 prédios.

**Serviços Téc-
nicos Centrais**

O número de pacientes atendidos foi de 3.380, na profilaxia das cardiopatias, com 36 casos de enfermidade e 11 de cirurgia cardíco-vascular; de 114.818 na profilaxia da tuberculose, com 42.037 calmetizações (B. C. G.), sendo 30.071 em recém-nascidos, 11.206 em outras idades e 760 vacinações concorrentes; de 29.657

na profilaxia das doenças venéreas Na profilaxia da lepra, foram fichados 145 doentes, dos quais 106 contagiantes Tiveram alta, do leprosário para os dispensários, 136, e dos dispensários, em caráter provisório, 35. Achavam-se internados na Colônia Itapuã, em 31 de dezembro de 1953, 418 doentes, sendo o número de hansenianos conhecidos no Estado de 1.618. Na Secção de Enfermagem, o número de visitas foi de 45.104 Na profilaxia do tracoma, foram examinadas 15.279 pessoas com 1.440 casos confirmados, distribuindo-se 64.373 comprimidos de sulfá. No Serviço de Polícia de Focos, houve o seguinte movimento: inspeções de prédios 463.112, focos larvários destruídos 5.576, focos pupários destruídos 1.420, poços inspecionados 50.875, bocas de lobo inspecionadas 62.895, ralos inspecionados 49.435; número de valas limpas em m² 17.222, focos de mosquitos destruídos 8.132, doses de ratocidas distribuídas 33.924, visitas a cocheiras 1.380, cocheiras pulverizadas 48, estrumeiras pulverizadas 100. Na Secção de Engenharia Sanitária, elaboraram-se 24 projetos e 5 processos de concorrência para execução de obras, emitiram-se 2.994 pareceres e executaram-se 3.000 fotocópias de projetos de construções diversas.

Na fiscalização do exercício das profissões médica, farmacêutica, odontológica e de enfermagem, o movimento foi, entre outras atividades, de 92 diplomas registrados, 180 licenças para o exercício da profissão, 3.821 receitas de entorpecentes e 23.379 medicamentos apreendidos.

Na Educação Sanitária, afixaram-se 9.062 cartazes de propaganda, distribuíram-se 620 folhetos e 60 dispositivos, realizaram-se 13 sessões cinematográficas educativas na Capital e 12 no interior do Estado e foram ministradas aulas de educação sanitária em coletividades.

A Secção de Demografia Sanitária, além de acompanhar e analisar a variada ocorrência dos fatos vitais, elaborou as respectivas tabelas e gráficos, bem como duas monografias sobre o comportamento da mortalidade infantil: Mortalidade néo-natal em Porto Alegre, no quinquênio 1948-1952, e mortalidade primo-hebdomadária no Município de Porto Alegre, no mesmo período. A publicação do boletim mensal de bioestatística do DES não sofreu solução de continuidade. O crescimento da população vai referido no quadro que segue, consignando os diferentes recenseamentos nacionais, a partir do primeiro, realizado em 1872.

Biode-
grafia

POPULAÇÃO DO ESTADO E DE PORTO ALEGRE

Anos	Estado	Porto Alegre	
		Município	Cidade
1872 +	446.962	43.998	34.183
1890 +	897.455	52.421	42.012
1900 +	1.149.070	73.674	59.395
1920 +	2.182.713	179.263	153.586
1940 +	3.320.689	272.232	259.246
1950 +	4.164.821	394.151	379.901
1951 =	4.265.930	407.250	387.560
1952 =	4.397.060	417.040	396.480
1953 =	4.475.890	430.500	408.810

(+ anos de recenseamento)

(= Departamento Estadual de Estatística)

São apresentados, a seguir, os dados bioestatísticos sobre nupcialidade, natalidade, mortalidade, mortalidade infantil, natimortalidade, câncer e tuberculose.

NUPCIALIDADE NO ESTADO E NA CAPITAL

Anos	Estado			Município de Porto Alegre		
	População	N.º de casamentos	Nupcialidade	População	N.º de casamentos	Nupcialidade
1939	3.263.700	25.957	7,9	266.700	2.487	9,3
1940	3.320.689	22.290	6,7	272.232	2.265	8,3
1941	3.395.310	20.797	6,1	277.480	2.248	8,1
1942	3.444.055	26.231	7,6	288.270	2.589	9,0
1943	3.511.830	22.785	6,5	299.480	2.256	7,5
1944	3.578.620	27.374	7,8	311.180	2.618	8,4
1945	3.651.150	28.284	7,7	323.230	3.092	9,6
1946	3.723.690	31.020	8,3	335.800	3.473	10,3
1947	3.809.730	34.297	9,0	348.860	3.759	10,8
1948	3.902.540	32.653	8,4	362.430	3.656	10,1
1949	3.991.490	35.108	8,8	376.530	4.121	10,9
1950	4.160.130	32.145	7,7	397.500	3.884	9,8
1951	4.265.930	35.796	8,4	407.250	4.251	10,4
1952	4.367.060	33.856	7,8	417.040	4.269	10,2

Como se vê do quadro acima, a nupcialidade tem-se mantido estacionária.

NATALIDADE NO ESTADO E NA CAPITAL

Anos	Estado			Município de Porto Alegre		
	População	N.º de nascidos vivos registrados	Natalidade por mil habitantes	População	N.º de nascidos vivos registrados	Natalidade por mil habitantes
1939	3.263.700	80.521	24,7	266.700	5.108	19,1
1940	3.320.689	78.090	23,5	272.232	5.762	21,2
1941	3.395.310	79.898	23,5	277.480	6.028	21,7
1942	3.444.055	90.750	26,3	288.270	6.447	22,4
1943	3.511.830	96.230	27,4	299.480	6.536	21,8
1944	3.578.620	103.470	28,9	311.180	6.754	21,7
1945	3.651.150	105.881	29,0	323.230	7.427	23,0
1946	3.723.690	106.848	28,7	335.800	7.640	22,8
1947	3.809.730	114.127	30,0	348.860	8.108	23,2
1948	3.902.540	116.521	29,9	362.430	8.644	23,9
1949	3.991.490	120.352	30,1	376.530	9.207	24,5
1950	4.160.130	120.371	28,9	397.500	9.465	23,8
1951	4.265.930	125.741	29,5	407.250	10.130	24,9
1952	4.367.060	126.862	29,0	417.040	10.540	25,3
1953				430.500	12.140	28,2

A natalidade, ou número de nascidos vivos no Estado e em Porto Alegre, vem aumentando firmemente nos últimos 15 anos, como mostra a tabela acima.

MORTALIDADE NO ESTADO E NA CAPITAL

Anos	Estado			Município de Pôrto Alegre		
	Popu- lação	N.º de óbitos gerais	Mortali- dade por mil ha- bitantes	Popu- lação	N.º de óbitos gerais	Morta- lidade por mil habi- tantes
1939	3.283.700	35.223	10,8	266.700	5.672	21,3
1940	3.320.689	35.410	10,7	272.232	5.499	20,2
1941	3.305.310	39.100	11,5	277.480	5.990	21,6
1942	3.444.055	42.035	12,2	288.270	5.984	20,8
1943	3.511.830	39.048	11,1	299.480	5.485	18,3
1944	3.578.620	37.220	10,4	311.130	5.442	17,5
1945	3.651.150	40.008	11,0	323.230	5.728	17,7
1946	3.723.690	36.341	9,8	335.800	5.371	16,0
1947	3.809.730	35.360	9,3	348.860	5.192	14,9
1948	3.902.540	36.454	9,3	362.430	5.605	15,5
1949	3.991.490	36.549	9,2	376.530	5.563	14,8
1950	4.160.130	34.577	8,3	397.500	5.589	14,1
1951	4.265.930	37.617	8,8	407.250	5.898	14,5
1952	4.367.060	37.536	8,6	417.040	5.835	14,0
1953				430.500	5.633	13,1

A tabela acima mostra que, tanto no Estado como em Pôrto Alegre, tem baixado a mortalidade ou número de óbitos por 1.000 habitantes.

MORTALIDADE INFANTIL NO ESTADO E NA CAPITAL

Anos	Estado			Município de Pôrto Alegre		
	N.º de nascidos vivos registrados	Óbitos de 1 ano	Morta- lida- de in- fantil	N.º de nascidos vivos registrados	Óbitos de 1 ano	Morta- lida- de in- fantil
1939	80.521	9.127	113,3	5.106	1.277	250,0
1940	78.090	9.218	119,0	5.762	1.267	219,8
1941	79.816	10.517	131,6	6.026	1.407	233,4
1942	90.750	11.652	128,3	6.447	1.375	213,2
1943	96.230	10.757	111,7	6.536	1.150	175,9
1944	103.470	9.386	90,7	6.754	957	141,6
1945	105.881	10.612	100,2	7.427	988	133,0
1946	106.848	9.116	85,3	7.640	939	122,9
1947	114.127	9.059	79,3	8.108	887	109,3
1948	116.521	9.680	83,0	8.644	1.158	133,9
1949	120.352	10.208	84,8	9.207	1.142	124,0
1950	120.371	9.380	77,9	9.465	1.217	128,5
1951	125.741	10.446	83,0	10.130	1.381	136,3
1952	126.862	10.698	84,3	10.540	1.373	130,2
1953				12.140	1.287	106,0

É notável a baixa verificada no coeficiente da mortalidade infantil em Pôrto Alegre, no ano de 1953. De 250, em 1939, desceu a 106, que representa a menor mortalidade infantil até hoje observada no município de Pôrto Alegre.

NATIMORTALIDADE OU MORTALIDADE FETAL NO ESTADO E NA CAPITAL

Anos	Estado			Município de Pôrto Alegre		
	N.º de nascidos vivos e mortos	N.º de nascidos mortos	Nati-mortalidade	N.º de nascidos vivos e mortos	N.º de nascidos mortos	Nati-mortalidade
1939	82.205	1.689	20,4	5.408	300	55,4
1940	80.099	2.009	25,0	6.108	344	56,8
1941	81.903	2.007	24,5	6.372	346	54,3
1942	92.554	1.804	19,8	6.700	258	37,7
1943	98.302	2.072	21,5	6.813	277	40,6
1944	105.454	1.984	18,8	7.021	267	39,4
1945	108.112	2.231	20,6	7.770	343	44,1
1946	109.195	2.347	21,4	7.976	336	42,1
1947	116.699	2.572	22,0	8.446	338	40,0
1948	119.841	2.820	23,6	9.118	474	51,9
1949	123.148	2.796	22,7	9.655	448	46,4
1950	123.146	2.775	22,5	9.905	440	44,4
1951	128.545	2.804	21,8	10.542	412	39,0
1952	129.663	2.801	21,6	11.003	463	42,0
1953				12.618	478	37,8

Enquanto a nati-mortalidade no Estado é moderada, na Capital ainda é alta, se bem que decrescente.

MORTALIDADE POR CANCER NO ESTADO E NO MUNICÍPIO DE PÔRTO ALEGRE

Anos	Estado		Município de Pôrto Alegre	
	N.º de óbitos	Mortalidade por 100.000 habitantes	N.º de óbitos	Mortalidade por 100.000 habitantes
1939	1.057	32	266	100
1940	1.078	32	268	98
1941	1.155	34	286	100
1942	1.202	34	310	104
1943	1.241	35	292	95
1944	1.184	32	332	103
1945	1.219	33	357	107
1946	1.188	31	308	89
1947	1.239	32	368	103
1948	1.343	34	389	105
1949	1.429	35	408	107
1950	1.548	37	467	118
1951	1.625	38	457	112
1952	1.670	39	477	113
1953			505	117

A melhoria do diagnóstico e o aumento de vida média, que eleva o número de pessoas com a idade de maior incidência da doença, são fatores que estariam contribuindo para o maior obituário.

**MORTALIDADE POR TUBERCULOSE NO ESTADO E NO MUNICÍPIO
DE PÓRTO ALEGRE**

Anos	Estado		Município de Pôrto Alegre	
	N.º de óbitos	Mortalidade por 100.000 habitantes	N.º de óbitos	Mortalidade por 100.000 habitantes
1939	3.164	97	1.027	385
1940	3.122	94	980	360
1941	3.354	98	1.091	384
1942	3.247	96	1.100	371
1943	3.364	94	1.189	385
1944	3.305	90	1.194	372
1945	3.401	91	1.322	397
1946	3.363	88	1.241	359
1947	3.126	80	1.161	325
1948	3.056	78	1.144	309
1949	2.807	69	1.102	288
1950	2.570	62	1.041	264
1951	2.807	61	1.020	251
1952	1.998	46	859	205
1953			579	134

É animador o que se passa com a tuberculose, o maior inimigo da saúde do povo gaúcho. O número de óbitos pela peste branca vem diminuindo de ano para ano. No Estado, em 1952, decresceram bastante tanto o obituário como a mortalidade por 100.000 habitantes. Em Pôrto Alegre, foi notável a baixa do obituário de tuberculose que, de 1.020 em 1951, caiu a 859 em 1952 e a 579 em 1953. A mortalidade por 100.000 habitantes, de 251, caiu a 205 em 1952 e a 134 em 1953. Esta foi a menor mortalidade verificada em Pôrto Alegre em todos os tempos, espelhando essa significativa baixa a um tempo a eficácia tanto das medidas sanitárias, como do aparelhamento médico-social de combate.

O rendimento médico-sanitário-assistencial, verificado nos setores da maternidade e infância, levando em conta a diversidade de fatores decorrentes da deficiência econômica, do desajustamento social e da carência de pessoal técnico, comprova a eficiência da ação sanitária atribuída ao DES. Do mérito da assistência sanitária prestada à mãe e à criança, no Rio Grande do Sul, vale, como elemento de apreciação, entre outros, o comportamento da mortalidade infantil.

Maternidade
e Infância

É claro que tão só a luta contra as causas finais desse fenômeno não constitui a única arma para combatê-lo. Sua origem e extensão procedem de causas sociais, cifradas na ignorância e na miséria, que ficam para além da direta interferência dos serviços de saúde. Do combate às causas propriamente médicas ou finais, não se poderá esperar que a mortalidade infantil desça a coeficientes residuais. Entretanto, necessário é se continue a intensificar as atividades puerícolas de caráter médico-sanitário, até ao ponto em que satisfaçam as exigências do combate àquelas causas, de modo a influir em maior grau na redução do obituário de menores de um ano.

Em virtude da ação conjugada dos serviços puerícolas do DES e dos pertencentes a outras iniciativas, vem-se verificando um gradativo decréscimo nessa mortalidade que, não obstante, ainda registra cifras excessivamente altas. Esta baixa mostra a eficiência da assistência médico-sanitária, apesar do agravamento das causas sociais adversas. Assim, na Capital do Estado onde

a mortalidade infantil, há poucos anos, atingia a altíssima cifra de 250 por mil, no ano findo desceu a 106 por mil, ou seja, o mais baixo coeficiente registrado em Porto Alegre, até hoje. Sobre desfazer previsões menos otimistas, dadas as contingências apontadas, o fato é de tal eloquência que fala melhor que qualquer outro depoimento em abono da eficiência da medicina sanitária, na proteção materno-infantil, pondo em relevo a ação específica do DES e do aparelhamento em mãos da iniciativa para-oficial e particular.

Mortalidade infantil — A seqüência de coeficientes do obituario de Infantes no Estado apresenta uma rápida baixa seguida por flutuações acusando progressivo declínio, como comprova o gráfico da linha da tendência secular referente à cidade de Porto Alegre.

No quadro que se segue, vê-se que permaneceu elevado o número de óbitos de menores de um ano para 1.000 nascidos vivos. Em Porto Alegre, porém, a mortalidade infantil baixou ao coeficiente de 106, já referido.

Anos	Estado			Município de Porto Alegre		
	N.º de nascidos vivos registrados	Óbitos de 1 ano	Mortalidade infantil	N.º de nascidos vivos registrados	Óbitos de 1 ano	Mortalidade infantil
1939	80.521	9.127	113,3	5.106	1.277	250,0
1940	78.090	9.218	119,0	5.762	1.267	219,8
1941	79.816	10.517	131,6	6.026	1.407	233,4
1942	90.750	11.652	128,3	6.447	1.375	213,2
1943	98.230	10.757	111,7	6.536	1.150	175,9
1944	103.470	9.386	90,7	6.754	957	141,8
1945	105.881	10.612	100,2	7.427	988	133,0
1946	106.848	9.116	85,3	7.640	939	122,9
1947	114.127	9.059	79,3	8.108	887	109,3
1948	116.521	9.680	83,0	8.644	1.158	132,9
1949	120.352	10.208	84,8	9.207	1.142	124,0
1950	120.371	9.380	77,9	9.465	1.217	128,5
1951	125.741	10.446	83,0	10.130	1.381	136,3
1952	126.862	10.698	84,3	10.540	1.373	130,2
1953				12.140	1.287	106,0

Na relação abaixo, vão agrupados os dez municípios onde se verificaram os maiores e os menores coeficientes de mortalidade infantil.

Municípios de maior mortalidade infantil — 1952

Municípios de menor mortalidade infantil — 1952

	Coeficiente de mortalidade infantil (Óbitos de menores de 1 ano por 1.000 nascidos vivos)		Coeficiente de mortalidade infantil (Óbitos de menores de 1 ano por 1.000 nascidos vivos)
Bagé	197,5	Garibaldi	24,8
Camaquã	187,1	São Sepé	26,3
Uruguaiana	179,8	Piratini	32,8
São Gabriel	162,0	Santo Antônio da Pa- truiha	33,2
Santa Vitória do Pal- mar	153,6	Encantado	33,3

Tapes	149,3	Flores da Cunha	33,8
Rio Grande	148,5	Pinheiro Machado ..	36,4
São José do Norte ..	146,0	Caçapava do Sul ...	38,7
Jaguarão	141,4	Três Passos	40,4
Dom Pedrito	141,1	Arroio do Meio	40,9

Na assistência alimentar à criança distribuíram-se 2.182.932 mamadeiras; 442.459 litros de leite e 5.905 quilos de leite em pó.

Em conformidade com os recursos constantes do Plano de Obras, serão construídos na Capital os Postos de Puericultura projetados pelo DES.

Em sua fiscalização técnica a Diretoria dos Serviços de Proteção à Maternidade e à Infância, pela Secção de Orientação e Contrôlo realizou, entre outros trabalhos, inquéritos e estudos sobre: contrôlo do movimento das cozinhas dietéticas das unidades sanitárias; planificação do contrôlo dos serviços de higiene pré-natal, infantil, pré-escolar, escolar e dentária; obituário de crianças menores de um ano de idade, em Porto Alegre; nati-mortalidade em Porto Alegre; mortalidade materna em Porto Alegre; criação de jardim de infância na Vila dos Comerciantes, desta Capital; avaliação das atividades desenvolvidas pelas unidades sanitárias no setor materno-infantil, durante o ano de 1952; Inquérito sobre menores abandonados e transviados; óbitos de infantes menores de um ano de idade.

Sob os auspícios da Diretoria dos Serviços de Assistência Médico-Social, realizou-se o 1.º Curso Extraordinário Intensivo de Especialização em Tuberculose, com frequência obrigatória (155 horas de aula), tendo recebido certificado de aprovação 13 médicos do DES. Foi organizada a Escola de Auxiliar de Enfermagem, de acordo com a Lei federal 755 de 5 de agosto de 1949, e que deverá funcionar, no corrente ano, com a duração de 18 meses e turmas de 20 alunos.

Assistência
Médico-Social

O Serviço de Consultoria Social desenvolveu grande atividade; internou 285 tuberculosos no Hospital Sanatório Parthenon, sendo 277 com estudo social; fez 724 visitas, 965 entrevistas e 62 reuniões de serviço; julgou os pedidos de auxílios aos tuberculosos e leprosos; realizou 101 estudos sociais em casos de lepra, 298 entrevistas com clientes, 48 visitas e 20 reuniões de serviço; ampliou a assistência médico-social aos tuberculosos e portadores de outras doenças contagiosas.

O DES conta com o Hospital Sanatório Parthenon, para 464 tuberculosos, um pavilhão para outras doenças transmissíveis com 34 leitos e um pavilhão para triagem de leprosos, com 10 leitos. Estão em construção um pavilhão para 32 crianças tuberculosas e um de cirurgia para o serviço aberto. Dispondo de 110.000 cruzeiros para subsídios a tuberculosos em tratamento nos Centros de Saúde e Postos de Higiene, o DES atendeu 133 pacientes com auxílios de 20 até 3.700 cruzeiros. A diária-leito no Hospital Sanatório Parthenon foi de 37,60 cruzeiros em 1948 e o "per capita" de alimentação de 17,97 cruzeiros. Nesse sanatório, houve 1.667 baixas, 1.216 altas e 99 óbitos. Vieram de 1952, 330 doentes e encontram-se em tratamento, atualmente, 343. A despesa total do Hospital Sanatório Parthenon, em 1953, atingiu a Cr\$ 9.866.952,00, sendo 2.589.965,00 de alimentação e 7.286.986,00 de manutenção.

Outro sério problema médico-social é o da assistência aos alienados. O total de pacientes recolhidos ao Hospital São Pedro, no último dia de 1953, atingiu a 3.131, o que patenteia a gravidade do problema da superlotação do único hospital para psicopatas do Estado.

Vários melhoramentos, em obras e instalações, foram introduzidos no velho nosocômio. Na Divisão de Higiene Mental (Serviço de Profilaxia), o número de doentes superou o verificado no ano anterior.

Quanto à assistência hospitalar prestada diretamente à gestante pelo DES, na maternidade instalada, há mais de um decênio, no Posto de Higiene de Torres, baixaram, em 1953, 185 parturientes, perfazendo 1.130 diárias-leito. A despesa do serviço foi de Cr\$ 139.560,00, à razão de Cr\$ 80,81 a diária-leito, e de Cr\$ 42,36 o "per capita" de alimentação.

No que toca à organização hospitalar, o Rio Grande do Sul se destaca entre os outros Estados, pois possuindo 315 hospitais com 23.153 leitos para 4.367.000 habitantes, apresenta o índice de 5,37 leitos por 1.000 habitantes, que é considerado satisfatório. Dos 92 municípios do Estado só 4 ainda não possuem nosocômios em funcionamento (Canguçu, Cacequi, General Câmara e General Vargas). Em todos eles, entretanto, constroem-se hospitais, cujas obras estão em fase de conclusão.

Subvenções e Auxílios

A assistência financeira prestada pelo Governo Estadual às instituições hospitalares, da iniciativa particular, mediante subvenções e auxílios, atingiu a soma de Cr\$ 19.180.000,00.

Higiene e Alimentação

A par das atividades de rotina, este setor realizou cursos práticos e demonstrações educativas referentes à divulgação de conhecimentos em matéria de higiene alimentar.

Na Seção de Inquéritos e Estudos, foi o seguinte o movimento: instituições fiscalizadas, 13; visitas a instituições, 322; cardápios elaborados, 14; inquéritos alimentares, 30; cursos práticos de alimentação, 22; sacas de café em grão cru classificadas, 3.720; sacas de café apreendidas, 1.710; amostras fraudadas, 54; análises efetuadas, 2.211; multas, Cr\$ 64.000,00.

Na Seção de Controle da Indústria Alimentícia: visitas de polícia sistemática, 4.389; outras visitas, 545; manipuladores de gêneros alimentícios inspecionados, 249; gêneros alimentícios apreendidos, 4.340 quilos, inutilizados, 4.327; amostras remetidas ao Laboratório, 276; autos de multa por falta de asseio, 21, e por outros motivos, 19; valor das multas, Cr\$ 11.977,00.

Na Seção de Controle de Carnes e Derivados: animais inspecionados: bovinos 238.200, suínos 92.924, ovinos 150.060; animais condenados: bovinos 1.705, suínos 1.701, ovinos 287; número de firmas inspecionadas 853, de fábricas inspecionadas 154; aves inspecionadas 464.768, condenadas 6.822.

Na Seção de Controle de Leite e Derivados: visitas de polícia sistemática, 3.271; gêneros alimentícios apreendidos, 6.428 quilos e inutilizados, 6.428; amostras de leite examinadas, 3.631; amostras fraudadas, 503; leite apreendido, 1.349.141 litros; autos de multa, 383; multas pagas, Cr\$ 167.200,00.

Na Seção de Controle de Outros Alimentos: visitas pelos fiscais, 16.469; gêneros alimentícios apreendidos, 803.103 quilos, e inutilizados, 16.282 quilos; amostras remetidas para análise, 11.979; aves examinadas na importação, 283.503; aves inutilizadas na importação, 6.612; autos de apreensão e inutilização lavrados, 309; valor de multas, Cr\$ 2.600,00.

Biometria Médica

Com a instalação do gabinete radiológico, o Serviço Médico da Diretoria de Biometria completou o aparelhamento indispensável à pronta e completa execução de suas tarefas, resultando disso maior conforto para o funcionário.

O Serviço registrou o seguinte movimento em 1953: inspeções para ingresso, 4.572; inspeções para licenças, 13.468; inspeções para aposentadorias, 139; exames diversos, 12.143.

Nas atividades de rotina o movimento no Instituto foi o seguinte: exames microbiológicos, parasitológicos, anatomopatológicos, químicos e bromatológicos, 122.121; doses de vacinas preparadas, 593.293; outros produtos, 8.410; número de pessoas que terminaram o trabalho anti-rábico, 1.144.

Instituto de
Pesquisas
Biológicas

Como trabalho experimental, efetuaram-se pesquisas sobre o soro diagnóstico da hidatidose, dosagens de iodo, segundo método original, em amostras de águas provenientes de vários pontos do Estado, investigações sobre a filariose e estudos de antibióticos extraídos de plantas regionais.

Intensificaram-se as medidas visando à construção do novo edifício do Instituto, que reunirá os laboratórios centrais do DES em prédio com instalações técnicas adequadas. Após concorrência pública, foi entregue a uma firma especializada o cálculo de concreto do projeto já aprovado e ultimam-se as providências para a pronta efetivação destas obras, que virão resolver problemas relevantes e prementes dos serviços estaduais de saúde.

Entre o

Ministério da

Entre o Ministério da Saúde e o Estado do Rio Grande do Sul, foram celebrados dois convênios, no exercício passado: para a intensificação da assistência psiquiátrica no Estado, cabendo à União a quota de 700 mil cruzeiros e ao Estado a de 730 mil, e para a execução de obras sob regime de cooperação, destinadas à construção do Centro de Saúde de Passo Fundo, devendo contribuir a União com a quota de 1 milhão e 400 mil cruzeiros e o Estado com o restante do valor total da obra, orçada em 2 milhões e 500 mil cruzeiros.

Convênios

Também foi firmado o convênio, a que já se aludiu, entre o Governo do Estado e o Serviço Especial de Saúde Pública, para dilatar e melhorar os serviços de saúde e saneamento nos seguintes municípios que integram a região da fronteira Oeste: São Borja, Santiago, Jaguarí, General Vargas, São Francisco de Assis, Itaqui, Uruguaiana, Alegrete, Cacequi, São Gabriel, Rosário do Sul, Quaraí, Livramento, Dom Pedrito e Bagé.

Para o cumprimento dos compromissos do convênio entre o Governo do Estado e a União para o combate da doença de Chagas no Rio Grande do Sul, já foi aberto o crédito de 1 milhão de cruzeiros, a completar-se com a importância de 1 milhão e 500 mil no presente exercício, perfazendo o total de 2 milhões e 500 mil, constantes do Plano de Obras.

Além dos recursos votados pela Lei n.º 2.060, de 23 de março de 1953, dispõe o DES da quota de 59 milhões de cruzeiros, consignada no Plano de Obras e destinada à construção do edifício para o Instituto de Pesquisas Biológicas (10 milhões); à construção e aparelhamento de Centros de Saúde e Postos de Higiene e da unidade de Assistência à Criança (5 milhões); ao atendimento das despesas decorrentes do acordo celebrado com o Ministério da Educação e Saúde, para o combate à doença de Chagas (2 milhões e 500 mil); à construção e aparelhamento do Serviço de Higiene de Alimentação (2 milhões); à contribuição ao setor da Assistência Médico-Social (9 milhões e 500 mil) e à construção da primeira sub-etapa da Colônia Agrícola para Alfenados (30 milhões).

Construções

Por empreitada global, conforme contrato lavrado entre o Estado e a Firma Segalla e Rossi Ltda., foi iniciada a construção do Centro de Saúde de Caxias do Sul.

No Hospital Sanatório Parthenon, iniciou-se a construção do Pavilhão Infantil, com a capacidade de 56 leitos, bem como a reconstrução do Pavilhão de Cirurgia Bonifácio Costa.

Na Colônia Itapoã, entre outras obras de menor porte, deu-se começo à construção do Pavilhão de Serviços Médicos, de um grupo de casas geminadas para doentes e do parque de visitas.

A Secção de Engenharia Sanitária elaborou os projetos e respectivos orçamentos para construção dos Postos de Higiene de Flores da Cunha, Canguçu, São José do Norte e Rio Pardo.

Em 19 de setembro de 1953 foi inaugurado o Centro de Saúde de Uruguaiana, unidade padrão construída com a cooperação da União e do Município, que será constituída de magnífico prédio provido de tôdas as instalações.

Nos diferentes serviços, particularmente no setor médico-hospitalar, foram introduzidas substanciais melhorias no que respeita a novas instalações.

SERVIÇO SOCIAL DE MENORES

O problema do menor desamparado ou transviado é um dos mais graves que se apresentam ao Estado, reclamando providências que não admitem dilação. Para atender às necessidades imperiosas que se fazem sentir em sua órbita administrativa e assistencial, propiciando-lhe maior presteza e flexibilidade de ação, foi o Serviço Social de Menores desligado do Departamento Estadual de Saúde e diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo. Dentro dessa finalidade, o Plano de Obras, Serviço e Equipamentos atribuiu-lhe a dotação de 40 milhões de cruzeiros, que deverão ser dispendidos na ordem de prioridade determinada pelas exigências dos respectivos serviços.

Não obstante a escassez dos recursos de que dispôs o SESME no exercício passado, foi-lhe possível concluir as obras de acabamento do bloco principal da Escola Profissional Padre Cacique, cujos serviços já haviam sido previamente contratados com firma construtora local, depois da devidamente empenhada a verba para este fim. Ultimadas as obras de terraplenagem e urbanização já iniciadas, espera-se inaugurar essa Escola, que funciona em caráter experimental, dentro do primeiro semestre do corrente ano.

No Instituto Infantil de Ipanema, projetara-se a construção de mais uma Casa Lar. Não se dispondo de recursos específicos suficientes para a execução dessa obra, procurou-se aproveitar uma das residências já existentes, destinada a funcionários. Foi a mesma adaptada e aparelhada para aquele fim e, em 14 de outubro de 1953, oficialmente inaugurada.

Durante o exercício, foram realizados vários serviços de menor vulto, entre os quais a limpeza interna e externa do bloco principal do Instituto Central de Menores, possibilitando, deste modo, um ambiente mais sadio aos menores ali recolhidos.

As unidades assistenciais do SESME, atualmente, abrigam cerca de 1.000 menores, vivendo num constante regime de superlotação, o que tem prejudicado grandemente o seu funcionamento.

Em 23 de dezembro último, o Estado firmou convênio com a Fundação Ana Jobim, no sentido do aproveitamento do próprio existente no km 13 da estrada de Viamão, para ali instalar uma instituição destinada a educar menores em idade escolar, com capacidade para 500 leitos. Ficará, assim, ampliada a atual lotação do Educandário Pré-Vocacional São Joaquim que, dentro de curto prazo, deverá ser transferido para aquele novo imóvel, que está sendo convenientemente aparelhado.

Está incluída no plano de trabalho do SESME a utilização do prédio ocupado pelo Educandário São Joaquim, para a instalação do Centro de Pesquisa e Seleção, que funciona presentemente em salas inadequadas, no Instituto Central de Menores.

A rede assistencial do SESME será, ainda, melhorada com o aproveitamento do imóvel em construção, cedido pela Comissão Pró-Construção do Hospital para Criança Tuberculosa Anita Rosa, localizado dentro da área que pertenceu à Fundação Imperial Padre Cacique, e onde estão instalados a Escola Padre Cacique e o Educandário São Joaquim.

Realizações e
projetos

Também está prevista a realização de convênios de cooperação assistencial com entidades particulares, as quais deverão pôr à disposição do SESME determinado número de vagas, que possibilitarão melhor distribuição dos menores encaminhados pelo Juizado de Menores.

Assistência Social

No exercício de 1953, foram beneficiadas 192 famílias com subsídio familiar, sendo amparados 799 menores, havendo-se dispendido, com essa forma de assistência, Cr\$ 550.000,00, enquanto no exercício anterior, o número de famílias fora de 144, o de menores de 300 e a despesa de Cr\$ 157.770,00.

Outra forma de assistência prestada pelo SESME consistiu na colocação familiar de 176 menores, com uma despesa de Cr\$ 50.000,00, contra 154 colocados no exercício de 1952, com uma despesa de Cr\$ 60.000,00.

No setor da assistência jurídico-social, registrou-se um movimento bem maior que o do exercício anterior.

Em 31 de dezembro último, existiam 934 menores internados nas instituições do SESME. Em quatro instituições particulares, porém, foram internados 131 menores, mediante convênio, havendo-se dispendido a importância de Cr\$ 701.499,80.

Auxílios distribuídos a pessoas físicas para tratamento social

	Verba distribuída		N.º pessoas beneficiadas	
	1952	1953	1952	1953
Desajustados físicos:				
Auxílios para aquisição de aparelhos ou instrumentos	120.624,00	134.806,00	25	19
Passagens para retorno de desajustados sociais	25.120,60	31.127,10	156	141
Auxílios de emergência	30.000,00	30.000,00	259	273

Auxílios distribuídos a entidades particulares

	Verba distribuída		N.º pessoas beneficiadas	
	1952	1953	1952	1953
Assistência ao menor	4.400.000,00	5.400.000,00	90	101
Assistência a senis	710.000,00	850.000,00	61	69
Entidades classistas	630.000,00	670.000,00	66	70
Total	5.740.000,00	6.920.000,00	217	240

Construções projetadas

A rede de serviços e unidades assistenciais do SESME deverá sofrer completa remodelação, assegurada pela verba de 40 milhões, a que já se aludiu, consignada no Plano de Obras.

Diretoria do Serviço Social de Menores — O órgão central desse Serviço está instalado provisoriamente em prédio locado pelo Estado, com instalações deficientes e por preço bastante oneroso. Urge a construção ou aquisição de outro imóvel que atenda a suas necessidades, preferentemente no perímetro central.

Instituto Central de Menores — Atualmente este Instituto vem funcionando em prédio com capacidade máxima para 150 menores. Torna-se necessário ampliar sua lotação, tendo em vista o movimento crescente de recolhimento de menores, determinado pelo Juizado, onde ficam aguardando o encaminhamento à triagem.

Não sendo aconselhável a construção de monoblocos, resolveu-se construir casas-lares em sua substituição, a exemplo de que está sendo realizado em outros centros do País. Trata-se de construções econômicas, dispondo de maiores facilidades para a administração, além de mais eficientes para a recuperação do menor.

Abrigo Feminino — Funciona em prédio locado pelo Estado, e que não apresenta condições favoráveis ao tipo de menores ali recolhidas, quer pelas condições precárias de suas instalações, quer por sua localização. Estuda-se, por isso, a possibilidade da aquisição de um imóvel em zona mais adequada.

Escola Profissional Padre Cacique — Carece esta Escola de prédios residenciais para a administração, de outros para a instalação de lavanderia, almoxarifado, depósito, padaria, torrefação e moagem de café, fábrica de sabão e parqueteria, de uma usina Caterpillar com a respectiva instalação e muro de arrimo, e de obras de acabamento da oficina e garagem.

Instituto Infantil de Ipanema — Dando continuação ao plano de desenvolvimento desta pequena comunidade infantil, projetou-se a construção de mais duas casas-lares, que possibilitarão maior amplitude às instalações deste setor.

Educandário Pré-Vocacional São Joaquim — Como já foi referido, a população deste educandário será transferida para o Preventório Escola Ana Jobim e suas instalações readaptadas e aproveitadas para a instalação do Centro de Pesquisas e Seleção.

Hospital Anita Rosa para Menores — Dar-se-á prosseguimento imediato às obras de adaptação e acabamento deste hospital, onde será instalado um serviço completo de ambulatório para os menores carentes de tratamento.

Preventório Escola Ana Jobim — Para completar as instalações desta instituição, elaborou-se um projeto de construção de lavanderia, leitaria, galpões e três prédios geminados para funcionários. Posteriormente, serão executados os serviços de urbanização. O aparelhamento indispensável ao seu funcionamento está sendo adquirido.

Escola Vocacional Agro-Industrial de Novo Hamburgo — Embora esta instituição venha funcionando normalmente, carece, ainda, de algumas construções complementares, tais como: acabamento da casa residencial, muro de arrimo, obras de reparação no almoxarifado, construção de estábulos, estrumeiras, pocilgas e aviários, reforma das oficinas e substituição do estuque rasgado, restauração da casa residencial da granja e uma nova rede de esgotos de, aproximadamente, 500 metros.

Aprendizado Agrícola de Gravataí — Este Aprendizado, que funciona junto à Estação Experimental do Arroz, necessita de um depósito isolado para combustíveis e lubrificantes, da construção de um novo aviário, estábulo e pocilga e ampliação do galpão para máquinas e instalação de esgoto.

Aprendizado Visconde de São Leopoldo — Quando da construção do prédio destinado às oficinas, época da transferência da Colônia 10 de Novembro de Caxias do Sul para São Leopoldo, não foi prevista a construção de casas-lares e outras instalações indispensáveis ao completo funcionamento do serviço, razão pela qual se pretende iniciar, de imediato, a construção daquelas casas, bem como de aviário, estábulos, pocilgas e estrumeiras, além da perfuração de mais um poço arteziano.

Aprendizado Agrícola de Candelária — O prédio onde funciona esta instituição, e que pertencia ao antigo Sínodo Rio-Grandense, foi adquirido pelo Estado, em 1949. Carece de obras complementares, como estábulo, aviários, pocilgas e galpões rurais, sendo insuficiente para estes fins a área de terras existentes. Há toda a conveniência em adquirir novas glebas, junto ao local.

Para poder desempenhar cabalmente as suas complexas atribuições, o Serviço Social de Menores não dispõe ainda do pessoal técnico e administrativo necessário, principalmente do primeiro. O levantamento, a que está procedendo, de suas condições atuais e reais necessidades, visa preencher esta séria lacuna.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO

Além de manter o seu equilíbrio econômico e financeiro, o que é medida fundamental, o Instituto de Previdência do Estado atendeu regularmente os encargos previdenciais, ampliando as realizações no campo assistencial.

As principais ocorrências do exercício passado, embora enumeradas sucintamente, evidenciam a assertiva e indicam os progressos alcançados.

As finalidades previdenciárias, que são as primordiais do Instituto, são traduzidas pelas seguintes cifras:

Benefícios pagos em 1953:

Pensões (Estado e Prefeituras)	Cr\$ 8.811.296,50
Abonos (Lei n.º 180 — 16-11-1950)	Cr\$ 2.756.748,40
Pecúlios	Cr\$ 152.444,20
Total	Cr\$ 11.720.489,10

Supera esse total o de 1952 em Cr\$ 1.008.062,00.

Com os pagamentos apontados, somaram os benefícios aos herdeiros de contribuintes falecidos, no período 1932-1953, a considerável importância de Cr\$ 71.972.415,80.

Tais cifras explicam o que significa o IPÊ para grande número de lares rio-grandenses.

Em 1952, contava o Instituto com 4.342 beneficiários. Em 1953, foram habilitados 457 e excluídos 215, inclusive os que tiveram suas pensões revertidas em favor de outras pessoas que já as recebiam, passando, assim a ser de 4.584 o número de pensionistas com pensões em vigor, a 31 de dezembro de 1953, sendo, nessa data, de 6.786 o número de pessoas contempladas pelos planos de previdência da eutarquia.

Os processos ultimados no exercício atingiram a 243, sendo de pensões do Estado, 151; de pensões de Prefeituras, 13; e de pecúlios, 79.

Processaram-se, outrossim, 165 reversões, 63 transferências de tabela e 8 modificações de cálculos de pensões.

A responsabilidade mensal que, em 31 de dezembro de 1952, era de Cr\$ 824.306,70, passou a ser, em 31 de dezembro último, de Cr\$ 1.001.366,20, havendo, assim, um acréscimo de Cr\$ 117.059,50 sobre a responsabilidade do exercício anterior.

No exercício passado, em razão do encerramento temporário das operações imobiliárias, não houve concessão de créditos novos para aquisição da casa própria. Atenderam-se, entretanto, os casos de créditos já concedidos em 1952, cuja importância se elevou a Cr\$ 7.358.625,70.

Seção
Imobiliária

**Seccão de
Empréstimos
e Fianças**

A Carteira de Empréstimos Sucessivos, a mais movimentada do Instituto, processou 8.132 propostas de empréstimos e pagou 7.153, no total de Cr\$ 69.882.846,60, havendo, portanto, um acréscimo de Cr\$ 20.158.621,90 em relação aos empréstimos concedidos no ano de 1952. Inverteu o Instituto nessa modalidade de investimento, no período 1950-1953, a considerável soma de Cr\$ 100.321.219,30.

Concedeu ainda o IPE, em 1953, 442 fianças para aluguel de casa, no valor de Cr\$ 876.538,50.

**Diretoria de
Seguros de
Vida**

O seguro de vida oferecido pelo IPE, em face da modicidade de tarifas e acerto de seus planos, vem tendo larga aceitação no Estado, conforme o atestam os significativos índices de produção, obtidos no decorrer do exercício de 1953.

A produção aceita de novos seguros, em duas modalidades, elevou-se a Cr\$ 165.210.000,00, a saber:

a) apólices individuais	Cr\$ 85.300.000,00
b) apólices de seguro em grupo	Cr\$ 79.910.000,00

A receita, comparativamente com a realizada em 1952, sofreu um acréscimo de Cr\$ 3.407.107,90:

1952	Cr\$ 19.827.498,50
1953	Cr\$ 23.234.606,40,

ou 17,18% a mais.

A despesa que, em 1953, atingiu a Cr\$ 14.740.360,60, cresceu de Cr\$ 5.748.987,40 relativamente à de 1952, que atingiu a Cr\$ 8.991.373,20:

1952	Cr\$ 8.991.373,20
1953	Cr\$ 14.740.360,60,

ou 63,94% a mais.

Evolução dos encargos de seguros:

1952	Cr\$ 4.065.367,20
1953	Cr\$ 8.380.397,90

Houve, portanto, um aumento de Cr\$ 4.315.030,70, ou sejam 106,14%

Progressão dos resultados econômicos:

1952 (superavit econômico — efetivo)	Cr\$ 10.772.281,10
1953 (superavit econômico — efetivo)	Cr\$ 8.426.148,20

Verificou-se, pois, um decréscimo de Cr\$ 2.346.132,90.

As reservas da Diretoria de Seguros de Vida atingiram a vultosa cifra de Cr\$ 70.142.671,60, em 31 de dezembro de 1952, sendo estimado em Cr\$ 8.426.148,20 o resultado econômico efetivo do exercício, o que representa uma reserva de Cr\$ 78.568.820,10.

1952:		
Receita (orçamentária)	Cr\$	47.845.373,20
Receita (extraorçamentária)	Cr\$	77.280.454,70
		<u>Cr\$ 125.125.827,90</u>

1953:		
Receita (orçamentária)	Cr\$	65.650.011,60
Receita (extraorçamentária)	Cr\$	89.795.122,80
		<u>Cr\$ 155.445.134,40</u>

Efetivou-se, assim, um aumento de Cr\$ 30.319.306,50, isto é, 24,23%, em relação ao exercício anterior.

1952:		
Despesa (orçamentária)	Cr\$	20.974.040,70
Despesa (extraorçamentária)	Cr\$	105.261.765,00
		<u>Cr\$ 126.235.805,70</u>

1953:		
Despesa (orçamentária)	Cr\$	29.512.185,50
Despesa (extraorçamentária)	Cr\$	100.894.364,10
		<u>Cr\$ 130.406.549,60</u>

significando, destarte, entre os dois exercícios, um aumento de Cr\$ 4.170.743,90, isto é, 3,30%.

Saldos econômicos

Exercícios:

1952	Cr\$	25.724.266,70
1953	Cr\$	35.587.882,80

sendo, portanto, de Cr\$ 9.863.616,10, a diferença verificada entre os exercícios focalizados.

As reservas da autarquia atingiram em 31 de dezembro de 1953 a Cr\$.. 325.098.774,40, assim distribuídas:

Instituto	Cr\$	248.529.954,30
Diretoria de Seguros de Vida	Cr\$	76.568.820,10
		<u>Cr\$ 325.098.774,40</u>

Saldos financeiros

Instituto:

1952	Cr\$	31.536.689,00
1953	Cr\$	56.675.283,80

Diretoria de Seguros de Vida:

1952	Cr\$	38.548.134,20
1953	Cr\$	48.758.396,80

Pelos aspectos de ordem econômico-financeira expostos, pode-se verificar a solidez dos negócios do Instituto de Previdência, que vem cumprindo com pleno êxito as etapas requeridas por suas finalidades sociais

POLÍTICA ECONÓMICO-FINANCEIRA

SECRETARIA DA FAZENDA

Uma das primeiras providências da Secretaria da Fazenda, logo depois que assumi o cargo de Chefe do Poder Executivo, foi proceder ao levantamento geral da situação financeira do Estado.

As deficiências financeiras acumuladas até o fim da Administração passada atingiam cerca de 500 milhões de cruzeiros, incluída a Viação Férrea. O orçamento votado para aquele exercício de 1951 previa um deficit de Cr\$... 463.620.208,40, o maior da história administrativa do Rio Grande do Sul. O serviço da dívida pública, de um modo geral, encontrava-se bastante atrasado. A dívida flutuante subia a 580 milhões de cruzeiros, aproximadamente, sem computar os dados atinentes à Viação Férrea. Feita essa conjugação, elevava-se a cerca de 960 milhões. Intenso era o retraimento do mercado monetário, naquela época, tornando-se extremamente difícil a consecução de empréstimos para os empreendimentos de maior porte. Decorridos os três primeiros anos do atual Governo, bem diversa é a realidade financeira.

Com efeito, ao invés de uma insuficiência financeira, apresentam as contas superavit, cujo montante exato será evidenciado no encerramento do balanço geral. Aliás, o índice de liquidez financeira, já no balanço relativo ao exercício de 1952, se apresentava positivo.

A lei de meios em vigor, orçando a receita em Cr\$ 3.615.956.000,00 e fixando a despesa em Cr\$ 3.660.562.130,00, prevê um deficit de Cr\$ 44.604.130,00, que vem sendo facilmente contornado na fase de execução.

Relativamente ao serviço da dívida pública, devo declarar que o mesmo se acha rigorosamente em dia, já quanto aos empréstimos contratados, já no tocante aos de lançamento.

Ao término do exercício financeiro de 1953 a dívida flutuante do Estado, já de um todo normalizada, estava reduzida a 380 milhões de cruzeiros, aproximadamente, incluindo-se nesse montante a parcela relativa ao excesso de arrecadação da taxa de eletrificação, que só pôde ser apurado exatamente após o encerramento do exercício. A dívida flutuante da Viação Férrea ascendia a cerca de 375 milhões.

Várias e vultosas operações de crédito foram concertadas nesses três anos de gestão, as quais asseguraram a realização do amplo programa de obras e serviços elaborado pelo Governo.

O saneamento das finanças do Estado foi alcançado precipuamente através da política do equilíbrio orçamentário, uma das diretrizes fundamentais do atual Governo.

Neste particular, importa ressaltar a valiosa colaboração emprestada por esta colenda Assembléia ao programa de recuperação financeira traçado pelo Poder Executivo.

Promulgada com o alto deficit de Cr\$ 463.620.208,40, a lei de meios para 1951 foi executada sob o mais rigoroso controle. Encerrado o balanço, apurou-se um superavit de Cr\$ 116.545.436,50, ao invés de deficit.

A proposta orçamentária para o exercício de 1952 foi elaborada em posição de equilíbrio, pela Secretaria da Fazenda, tendo sido votada com o inexpressivo

Política
Financeira

deficit de Cr\$ 6.457.812,00. Na execução do orçamento, entretanto, foi obtido o elevado superavit de Cr\$ 223.393.351,10, o maior da vida administrativa do Estado.

No preparo do projeto de orçamento para o ano de 1953, teve o Governo a preocupação de apresentá-lo superavitário, de forma a possibilitar o atendimento da majoração de vencimentos do funcionalismo público. Foi previsto, em tais condições, um superavit de Cr\$ 192.000.000,00, no referido projeto.

Embora votada com o superavit de Cr\$ 1.975.696,00, a lei orçamentária para 1953 se encontrava, na realidade, altamente deficitária, quer por insuficiência de verbas destinadas a gastos compulsórios de pessoal, quer por superestimação da receita oriunda da devolução de déficits da Viação Férrea, pela União.

Malgrado as deficiências apontadas, a execução orçamentária de 1953 encerrou-se ainda com um superavit de, aproximadamente, 23 milhões de cruzeiros, graças à inúmeras providências postas em prática e à sólida situação econômica do Estado.

Para o corrente exercício financeiro, elaborou a Secretaria da Fazenda uma proposta geral de orçamento equilibrada, seguindo a diretriz governamental. No decurso da fase legislativa, porém, sofreu ela a incidência de várias leis referentes a pessoal, causa principal do deficit de Cr\$ 44.604.130,00, com que foi promulgada a lei de meios.

Levando em consideração o vulto da receita e despesa orçamentárias, verifica-se ser possível eliminar, na execução, aquêle deficit, através de medidas adequadas, já postas em prática.

Paralelamente à adoção da política do equilíbrio orçamentário, inflexivelmente mantida durante toda a minha gestão, diversas outras providências correlatas foram tomadas, visando ao saneamento financeiro.

Assim, um dos primeiros cuidados da Fazenda constituiu o levantamento de todos os créditos em vigor, para verificar quais os que não tinham base em efetiva cobertura financeira. Cancelados estes últimos, como se fazia mister, deliberou-se só proceder a abertura de novos créditos com recursos realmente disponíveis.

Teve grande importância no programa de recuperação financeira a aplicação dada aos saldos apurados nos balanços relativos aos exercícios de 1951 e de 1952.

Concordando com proposta da Secretaria da Fazenda, deliberou o Poder Executivo utilizar o primeiro daqueles saldos no resgate da dívida flutuante não inscrita e o segundo no reforço das verbas destinadas ao atendimento da majoração de vencimentos do funcionalismo público. Assim, ao invés de serem aplicados em novas despesas, permitiram tais saldos, o cumprimento de compromissos preexistentes.

Relativamente ao saldo apurado no balanço referente ao exercício financeiros de 1953, totalizando aproximadamente 113 milhões de cruzeiros, entendeu-se que só deverá ser o mesmo aplicado depois que for dada efetiva cobertura aos créditos abertos, com recurso em apólices, para atendimento das despesas do Plano de Obras de 150 milhões de cruzeiros, de iniciativa desta Assembléia, e bem assim aos primeiros créditos abertos, no valor de 150 milhões e também com recurso em apólices, para fazer face aos gastos do Plano de Obras, Serviços e Equipamentos.

Outra medida de significativo alcance no saneamento das finanças foi a rigorosa pontualidade com que sempre se atendeu o serviço da dívida pública, cumprindo assinalar que, ao término do primeiro ano da atual gestão, estavam já regularizadas todas as prestações em atraso, com as consolidações levadas a efeito.

E' de se salientar, outrossim, como providência saneadora, a normalização da dívida flutuante, que sofreu substancial redução nesses três anos de Governo, pois está sendo ela atendida, como se impunha, com a mais absoluta regularidade.

Deve-se frisar também que os empréstimos realizados pelo Estado não con-

tribuíram para o pagamento de dívidas, havendo sido aplicados na execução de obras e serviços de mais alta reprodutividade. Por exceção, na Viação Férrea, uma pequena parcela foi destinada à amortização da dívida respectiva.

Entre os principais problemas da Secretaria da Fazenda, figuram, em posição de relevo, os de natureza tributária.

A vista do diminuto rendimento dos impostos diretos, entendia aquela Secretaria que se deveria proceder imediatamente à revisão do valor venal das terras, com assento no qual é feito o pagamento do imposto territorial, uma vez que os lançamentos fiscais se encontravam profundamente desatualizados.

Sugeriu, outrossim, a conveniência de se estabelecer a progressividade desse tributo, como medida de justiça social, de forma a compensar as isenções das pequenas áreas de terra com o maior gravame das grandes extensões. Tal política favoreceria, indiretamente, a divisão das terras, sempre que a sua irredutibilidade não decorresse do próprio gênero da exploração.

Dando cumprimento a expressa disposição de Lei, iniciou o Poder Executivo já no exercício de 1951, os trabalhos de revisão do valor venal, para o efeito de corrigir a lotação irreal que vinha prevalecendo no pagamento do imposto.

No ano de 1952 foi duplicado o valor venal constante dos lançamentos de 1951. Esta solução simplista decorreu, de um lado, de expressa solicitação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, de outro, das imensas disparidades encontradas na lotação então em vigor.

Proseguiu o Governo, entretanto, a tarefa de reajustamento dos valores venais, com o fito de aproximá-los da realidade econômica. Todavia as limitações artificialmente estabelecidas nos arts. 9.º e 10.º da Lei n.º 1.931, de 6 de dezembro de 1952, tornaram difícil e complexa a complementação daquele mister.

A taxa progressiva do imposto territorial foi estatuída pela Lei n.º 1.931, acima referida, que determinou fossem considerados, para os efeitos de incidência, o valor, a destinação e a extensão das terras.

Ultimado o serviço de revisão do valor venal, pretende a Secretaria da Fazenda organizar um cadastro das propriedades rurais, onde serão registrados todos os elementos informativos considerados indispensáveis para um perfeito lançamento.

Relativamente ao imposto sobre vendas e consignações, sempre se pensou que seria justa a instituição de taxas diferenciais, de forma que o tributo não gravasse, indistintamente, os gêneros de primeira necessidade e os artigos de luxo. Dado o caráter acentuadamente regressivo da tributação, essa parecia a solução para evitar que, na realidade, fossem oneradas diferentemente as várias classes sociais.

E' verdade que o baixo padrão de vida da população traz sérias dificuldades à adoção do critério de diferenciação das alíquotas, com o intuito de tributar mais fortemente apenas os objetos de luxo, pois diminuto seria o reflexo orçamentário.

Acompanhando a tendência universal, francamente favorável à diferenciação, elaborou-se o projeto, hoje convertido em lei, de elevação da taxa do imposto de 3% para 5%, na primeira operação tributável no Estado, seja venda, consignação ou transferência, de determinadas mercadorias, consideradas de uso supérfluo.

Ao cabo do primeiro ano de vigência da Lei n.º 1.937, de 10 de dezembro de 1952, que estabeleceu essa discriminação do tributo, constatou-se ser pouco apreciável a sua repercussão financeira, como aliás já se previra.

Com objetivo diverso do acima indicado, tenciona a Secretaria da Fazenda propor a instituição de nova discriminação do imposto, reduzindo a alíquota na primeira operação do produtor e elevando-a nas demais.

Visa essa medida mais especificamente proteger a produção e coibir a excessiva intermediação. De fato, do ponto de vista do consumidor, insignificante

será a influência, uma vez que se estabelecerá uma compensação nas taxas sem alterar o fenômeno da repercussão.

Cumpre-nos ainda esclarecer que a Secretaria da Fazenda está devolvendo o imposto sobre vendas e consignações a que tem direito o pequeno produtor.

Com o fito de condensar e atualizar a legislação fiscal vigente no Estado, elaborou a Fazenda um projeto de Código Tributário, que encerra toda a orientação governamental sobre tão relevante matéria. Encaminhado, o mesmo, em 1952, à apreciação desta egrégia Assembléia, é de lastimar não esteja ainda convertido em lei.

Vejam, agora, quais as leis tributárias de maior importância, promulgadas no exercício financeiro de 1953.

Pela Lei n.º 2.096, de 14 de agosto daquele ano, foi fixada a tarifa global para os serviços de água e esgoto, nas cidades que os tenham ou os venham a ter explorados pelo Estado. A vigência dessa lei, entanto, foi suspensa até 31 de dezembro de 1954, pela de n.º 2.327, de 7 de janeiro último.

Com o objetivo de restringir a circulação de publicações imorais e de objetos perigosos, determinou a Lei n.º 2.220, de 17 de dezembro próximo passado, que o imposto sobre vendas e consignações, incidente na primeira operação tributável no Estado, fosse cobrado à razão de 80%. Dessa taxa elevada foram excluídos, pela Lei n.º 2.341, de 28 de janeiro do ano em curso, os fogos de artifício explosivos.

A Lei n.º 2.291, de 30 de dezembro de 1953, isentou de impostos e taxas os fertilizantes empregados por agricultores no território do Estado.

Tal como nos anos anteriores, no decurso de 1953 intensa foi a atividade desenvolvida pela Secretaria da Fazenda no setor da exação e fiscalização de tributos.

Malgrado a deficiência numérica do quadro de fiscais e a diminuta frota de veículos automotores à disposição desses agentes, notáveis foram os resultados obtidos com a ação fiscalizadora.

Com a criação de mais trinta cargos de fiscal, feita pela Lei n.º 2.340, de 8 de janeiro do corrente ano, e a aquisição de novas unidades automotoras, já providenciada, espera-se atingir um elevado grau de eficiência na execução desse importante serviço.

Dívida Pública

No decurso do exercício financeiro de 1953 o serviço da dívida pública foi atendido com rigorosa pontualidade.

Uma das primeiras preocupações da Secretaria da Fazenda constituiu a regularização das prestações de vários empréstimos públicos, que o atual Governo encontrou em sensível atraso.

Efetivamente, procedido o levantamento do montante desses débitos, encetaram-se de imediato as demarches tendentes à obtenção de sua consolidação, as quais foram coroadas de pleno êxito. Ao término do exercício de 1953, munido das competentes autorizações legislativas, contratava já o Poder Executivo com os credores as diversas unificações de dívidas.

Normalizados os compromissos do Estado nesse setor, com a consolidação de mais de 154 milhões de cruzeiros de débitos vencidos, impunha-se a adoção de uma política de fortalecimento do crédito público, através, sobretudo, do fiel atendimento do serviço da dívida.

Já ao que se refere aos empréstimos contratados, já ao que respeta aos empréstimos de lançamento, dedicou a Secretaria da Fazenda os mais sérios cuidados, a fim de assegurar sempre a pontual satisfação dos encargos deles decorrentes.

Tal como no ano passado, em 1951 e em 1952 as responsabilidades atinentes a amortização, juros e despesas diversas de todas as operações de crédito foram atendidas com a indispensável pontualidade.

Os títulos da dívida pública estadual mantiveram-se com boa cotação du-

rante todo o exercício financeiro de 1951. O mesmo não ocorreu nos últimos dois anos, em que os seus preços sofreram uma queda sensível.

Contribuiu para essa baixa registrada no valor dos títulos, entre outros fatores, a forma de lançamento das apólices do "Empréstimo Obras e Investimentos".

De fato, grande número dessas apólices foi entregue, ao par, em pagamento de dívidas, indenizações e auxílios, nos termos dos respectivos diplomas legais. Interessados na obtenção de numerário, seus portadores as ofereciam a preço mais baixo do que o normal, provocando assim uma queda de cotação, que se refletia também nos demais títulos, embora com menor intensidade.

Impende registrar, ainda, que o dilatado prazo de resgate das apólices em questão concorre para deixá-las em posição de inferioridade, máxime frente a títulos de entrega compulsória, a curto prazo.

Cessada a outorga de auxílios e o pagamento de dívidas e indenizações, mediante a entrega de apólices, é de se esperarem melhorias nas cotações, a partir do corrente ano.

No que tange à dívida flutuante, seu atendimento se fez com absoluta normalidade, no exercício financeiro de 1953.

A regularização da dívida flutuante operou-se mui rapidamente, tendo cessado, ao cabo do primeiro ano da atual gestão, a impontualidade na satisfação desses compromissos, de efeitos tão perturbadores do crédito público.

No exercício de 1951, contratou o Estado com o Banco do Brasil, S. A., uma operação de crédito de 400 milhões de cruzeiros, destinada ao atendimento de obras e investimentos e ao resgate parcial da dívida flutuante. A parcela reservada a esta última aplicação, totalizando 30 milhões de cruzeiros, foi posteriormente redistribuída para outros investimentos e serviços.

Com o objetivo de atender o reaparelhamento da Viação Férrea, em material rodante, de tração e linha, foi ainda contratado no Banco do Brasil, S. A., naquele mesmo ano, um empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, nos termos da Lei n.º 1.511, de 2 de agosto de 1951, modificada pela de n.º 1.540, de 19 do mês seguinte.

Pela Lei n.º 1.733, de 12 de fevereiro de 1952, alterada em parte pela de n.º 1.798, de 13 de agosto do mesmo ano, foi o Poder Executivo autorizado a contrair um empréstimo interno na importância de 100 milhões de cruzeiros, ao juro máximo de 9% ao ano e pelo prazo mínimo de dez anos, para ser aplicado em obras rodoviárias.

Embora iniciadas em 1952, somente a 5 de junho do ano seguinte foram ultimadas as negociações referentes a essa operação de crédito, com a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, mediante a assinatura do respectivo contrato de mútuo, aos juros de 8% e prazo de dez anos.

Na forma da legislação em vigor, entregou o Estado, sob forma de contribuição, ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, que é a autarquia encarregada da execução daquelas obras, o montante do empréstimo realizado.

Cumpra esclarecer que o Estado recebeu 70 milhões de cruzeiros até o encerramento do exercício de 1953 e os restantes 30 milhões no decurso deste ano.

A Lei n.º 2.188, de 26 de outubro do ano findo, aprovou o Plano de Obras, Serviços e Equipamentos, no montante de 3 bilhões de cruzeiros, cujo financiamento será feito parte por meio de empréstimos e parte através de recursos ordinários.

Visando assegurar a realização de tão importantes empreendimentos, concertou o Estado com o Banco do Brasil, S. A., no início deste exercício, uma operação de crédito de 500 milhões de cruzeiros, que serão recebidos parceladamente.

Consigna a vigente lei orçamentária, de outro lado, uma dotação de 250 milhões de cruzeiros para serem aplicados em idêntica finalidade.

Dispõe assim o Governo de vultosos recursos financeiros para prosseguir na execução do seu programa de investimentos, acelerando o ritmo de desenvolvimento econômico do Estado.

Dois outros empréstimos foram ainda realizados, durante minha gestão, por autarquias estaduais; o primeiro, no valor de 25 milhões de dólares, foi contratado pela Comissão Estadual de Energia Elétrica com o "International Bank for Reconstruction and Development" e se destina ao atendimento das obras e serviços do Plano de Eletrificação, e o segundo, totalizando 120 milhões de cruzeiros, foi contratado pelo Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes com o Banco do Brasil, S. A., e teve por finalidade a cobertura de deficiências financeiras do Departamento da Carne Verde, decorrentes do abastecimento da carne à população do Estado.

Referentemente aos empréstimos em apólices, importa mencionar que, nos exercícios de 1951 a 1953, foram lançados em circulação títulos em valor superior a 200 milhões de cruzeiros

Emitiu a Secretaria da Fazenda, nesse período, apólices do "Empréstimo para a Eletrificação do Rio Grande do Sul — 2.^a emissão", do "Empréstimo Obras e Investimentos" e do "Empréstimo Consolidação Parcial da Dívida Flutuante do Estado, Resultante da Exploração da Viação Férrea".

Execução orçamentária de 1953

Em cumprimento ao que estabelece o art. 1.^o, inciso V, da Lei n.^o 521, de 28 de dezembro de 1948, a Contadoria Geral do Estado está ultimando o levantamento daquele balanço, que deverá ser encaminhado ao colendo Tribunal de Contas até 31 de maio vindouro.

Segundo reza o art. 87, inciso XIX, combinado com o art. 125, § 4.^o, da Carta Estadual, terão de ser enviadas à egrégia Assembléia Legislativa, até 30 de junho próximo, as contas afinentes ao referido exercício, acompanhadas de parecer daquela Corte de Contas.

Os dados referentes ao balanço financeiro, abaixo mencionados, ficam sujeitos a confirmação, uma vez encerrado o mesmo. Todavia, as alterações a que ficam expostos os elementos em foco não modificarão sensivelmente o resultado apresentado.

Acham-se conjugadas na receita tôdas as operações de crédito realizadas no decorrer do exercício, assim como, na despesa, os gastos atendidos com o produto de empréstimos. Foram inseridas, também, a receita e a despesa da Viação Férrea. O reflexo financeiro de tôdas essas inclusões será devidamente analisado, para permitir uma exata interpretação do balanço.

A execução orçamentária de 1953 pode ser assim sintetizada:

R E C E I T A

Orçada	Milhões de Cr\$
Receita ordinária	2.432
Receita extraordinária	487
Total	2.919
Arrecadada	
Receita ordinária	2.678
Receita extraordinária	493
Total	3.171
Maior receita	252

D E S P E S A

Autorizada	Milhões de Cr\$	
Orçamento		2.917
Anulações de dotações orçamentárias		1.228
		<hr/>
Orçamento líquido		1.689
Créditos suplementares	1.305	
Créditos especiais do exercício	554,5	
Créditos especiais de exercícios anteriores, transferidos	273	
Créditos extraordinários	8,5	2.138
		<hr/>
Total		3.827
Realizada		
Orçamento e créditos suplementares		2.825
Créditos especiais e extraordinários		323
		<hr/>
Total		3.148
Menor despesa		679

R E S U M O

Previsão		
Despesa autorizada		3.827
Receita orçada		2.919
		<hr/>
Deficit previsto		908
Execução		
Receita arrecadada		3.171
Despesa realizada		3.148
		<hr/>
Superavit verificado		23

R E S U L T A D O

Deficit previsto:		
Créditos adicionais do exercício	1.865	
Créditos adicionais de exercícios anteriores	273	
	<hr/>	
	2.138	
Superavit orçamento (excluídas as anulações de dotações orçamentárias)	1.230	908
Deficit recuperado:		
Maior receita	252	
Menor despesa	679	931
	<hr/>	<hr/>
Superavit verificado		23

Não obstante haver sido votada com o superavit de Cr\$ 1.975.606,00, a lei de meios para 1953 era, em verdade, altamente deficitária, já por insuficiência de verbas destinadas a gastos compulsórios de pessoal, já em virtude de superestimação da receita proveniente da devolução de deficits da Viação Férrea, pela União.

Encerrou-se o exercício financeiro em aprêço, como se viu, com um superavit de, aproximadamente, 23 milhões de cruzeiros, a despeito daquelas deficiências.

Computadas que foram, na receita e na despesa orçamentária, as operações de crédito e sua aplicação, respectivamente, cumpre examinar o reflexo dessa inclusão, na execução do orçamento.

No decurso do exercício de 1953, foram realizados empréstimos no montante de Cr\$ 322.166.000,00, sendo Cr\$ 62.166.000,00 através de lançamento de apólices e Cr\$ 260.000.000,00 mediante contratos firmados com estabelecimentos de crédito.

As despesas efetuadas com recurso de operações de crédito, naquele exercício, elevaram-se, por outro lado, a Cr\$ 273.000.000,00, aproximadamente.

Postas em confronto tais receitas e despesas de caráter extraordinário, constata-se ter havido uma diferença positiva de Cr\$ 49.000.000,00, em números redondos, que se refletiu de forma favorável na execução orçamentária. De fato, colocadas à parte essas receitas e despesas, te-se-ia, ao invés de um superavit financeiro de Cr\$ 23.000.000,00, um deficit de Cr\$ 26.000.000,00.

É fenômeno normal, na dinâmica financeira, a inexistência de sincronismo entre os recebimentos de recursos oriundos de empréstimos e as correspondentes aplicações. Rara seria a ocorrência de um equilíbrio entre ambos, dentro de um mesmo exercício.

Contudo, se se considerarem englobadamente os vários exercícios em que aquela receita extraordinária e a correlata despesa foram realizadas, fatalmente chegar-se-á a um equilíbrio, por força da compensação entre as diferenças positivas e negativas.

A partir do exercício financeiro de 1951, passou a Contadoria Geral do Estado a conjugar na receita orçamentária, e não na extra-orçamentária, como até então se procedia o produto de todas as operações de crédito realizadas, quer previstas em orçamento, quer não. É acertada essa orientação e se harmoniza perfeitamente com as normas de direito financeiro em vigor.

Tendo sido conjugadas no balanço geral a receita e a despesa da Viação Férrea, importa analisar sua repercussão na execução do orçamento.

Inicialmente é preciso registrar uma anomalia existente na situação da Ferrovia. Embora sua receita e despesa figurem na execução orçamentária, como decorrência da inclusão na lei de meios, os elementos ativos e passivos que compõem o patrimônio administrado pela Rede não se encontram incorporados ao balanço geral.

Em face de tal irregularidade, determinou a Secretaria da Fazenda providências para essa incorporação, que não chegou a se concretizar tão somente pela circunstância de haver o Governo, a princípio, decidido restituir a exploração do serviço à União, e, mais tarde, resolvido transformar aquele órgão em autarquia, com atendimento integral do deficit pelo Governo Federal.

No exercício financeiro de 1953 a despesa da Viação Férrea elevou-se a Cr\$ 783.000.000,00, tendo a receita alcançado somente Cr\$ 471.000.000,00, donde um deficit financeiro de Cr\$ 312.000.000,00, que se projetou desfavoravelmente na execução orçamentária.

Na verdade, se se excluísse do balanço a Viação Férrea, o superavit verificado no exercício de 1953 elevar-se-ia de Cr\$ 23.000.000,00 para Cr\$ 335.000.000,00. É de se considerar, entanto, que uma parte das despesas de custeio da Rede, no valor de Cr\$ 55.000.000,00, foi atendida com recursos, em igual montante, do empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, de conformidade com o Decreto-lei n.º 1.438, de 18 de junho de 1947.

O resultado financeiro acusado na Via-Férrea provém não só da exploração industrial, mas também da administração dos fundos instituídos para o atendimento de inversões patrimoniais e da conjugação de despesas de exclusiva responsabilidade do Estado.

Todo movimento financeiro atinente a esses fundos e sua utilização se processa em regimen de equilíbrio cíclico. Dificilmente, dentro de um mesmo

exercício, as receitas específicas igualariam as correspondentes despesas.

Para fins de partilha do prejuízo verificado na exploração da Rede com a União, entretanto, deve ser levado em consideração apenas o déficit industrial, montando a cerca de Cr\$ 340.000.000,00, acrescido do resultado negativo das contas de gestão e de lucros e perdas, totalizando aproximadamente Cr\$ 3.600.000,00.

Feita a aglutinação dessas duas parcelas, verifica-se que, para aquele efeito, o prejuízo total da exploração dos serviços da Viação, no exercício de 1953, atingiu Cr\$ 343.600.000,00, em números redondos. Em face do que estabelece o contrato de arrendamento em vigor, responde a União pela metade desse déficit.

Cumpra assinar, entretanto, que, de acordo com projeto de lei federal, em fase final de tramitação no Senado, que autoriza a revisão daquele contrato, será atribuída à União a responsabilidade total do déficit de exploração, a partir de 1.º de janeiro de 1953.

A despeito disto, o déficit registrado na Estrada repercutiu integralmente no resultado financeiro do exercício de 1953. A execução orçamentária de 1954, contudo, será beneficiada com a devolução, a ser feita pela União, do déficit daquele exercício, de sua responsabilidade, antecipado pelo Estado, estabelecendo-se, em tais condições, a indispensável compensação.

Examinados os aspectos mais significativos da interpretação do balanço financeiro, faz-se necessário apresentar os quadros comparativos, referentes ao exercício financeiro de 1953, da receita orçada com a arrecadada, segundo sua natureza, e da despesa fixada com a realizada, por órgãos administrativos, incluídos os créditos adicionais e excluídas as anulações de dotações orçamentárias.

Eis os elementos, em milhões de cruzeiros:

R E C E I T A

Natureza	Orçada	Arrecadada	Maior receita	Menor receita
Impostos	1.770	2.067	297	—
Taxas	102	61	—	41
Patrimonial	8	12	4	—
Industrial	552	538	—	14
Extraordinária	487	493	6	—
Total	2.919	3.171	307	55

D E S P E S A

Órgãos administrativos	Fixada	Realizada	Maior despesa	Menor despesa
Assembléia Legislativa	28	18	—	10
Tribunal de Contas	12	10	—	2
Governo do Estado	64	57	—	7
Secretaria do Interior	468	428	—	40
Secretaria da Fazenda	795	666	—	129
Secretaria das Obras Públicas	1.259	955	—	304
Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio	205	141	—	64
Secretaria de Educação e Cultura	494	445	—	49
Departamento Estadual de Saúde	213	185	—	28
Justiça	54	53	—	1
Contribuições para Autarquias	190	190	—	—
Fundo de Obras e Investimentos	45	0	—	45
Total	3.827	3.148	—	679

Cumprе assinalar que a maior receita verificada nos impostos, totalizando Cr\$ 297.000.000,00, se deve principalmente aos de vendas e consignações e sobre transmissão de propriedade imóvel "inter vivos", que contribuíram, respectivamente, com Cr\$ 249.000.000,00 e Cr\$ 45.000.000,00, em números redondos.

Quanto à menor receita registrada no grupo das taxas, no montante de Cr\$ 41.000.000,00, provém ela, precipuamente, da circunstância de não terem sido arrecadadas as taxas de melhoria de proventos de inativos e de cooperação para construção de silos e armazéns. A primeira, prevista em Cr\$ 28.000.000,00, foi declarada inconstitucional, e a segunda, estimada em Cr\$ 20.000.000,00, não pôde ser cobrada, face a disposição legal, por não estarem iniciadas as obras de construção dos silos elevadores.

Relativamente à despesa, constata-se que, em nenhum órgão administrativo, ocorreu o "dépassement de crédit".

Cabe esclarecer que o orçamento para 1953 continha uma dotação de Cr\$ 85.000.000,00 destinada à execução do Plano de Obras e Investimentos e compensada na receita, com operação de crédito. Para atendimento de tais gastos, foram abertos créditos especiais no valor de aproximadamente Cr\$ 85.000.000,00, naquele ano, com recurso na redução da citada verba. O saldo de Cr\$ 45.000.000,00, que figura no quadro acima por não ser diretamente aplicável, deixou de ser utilizado.

Os créditos adicionais abertos em 1953 tiveram como recurso o superavit financeiro do exercício de 1952, o excesso de arrecadação previsto para o próprio exercício, a anulação de dotações orçamentárias e de créditos adicionais e o produto de empréstimos.

O vultoso montante que atingiram os créditos adicionais abertos no ano passado encontra explicação, entre outras, nas seguintes causas: a retificação do orçamento na parte referente à Viação Férrea, com o objetivo, plenamente alcançado, de evitar o já crônico excesso de despesa; a distribuição da verba global destinada a atender o aumento de vencimentos do funcionalismo público pelas diferentes unidades administrativas, através de suplementações com redução daquela; a necessidade de abrir créditos especiais para os gastos do Plano de Obras e Investimentos, com anulação da respectiva dotação orçamentária, para evitar sua caducidade no encerramento do exercício; e, finalmente, o fato de terem sido atendidos por créditos especiais, como é normal, os demais programas de obras e serviços em andamento.

A execução orçamentária de 1953, como foi referido, encerrou-se com um superavit de, aproximadamente, Cr\$ 23.000.000,00 que se deve à política financeira e tributária adotada pelo Governo, e, bem assim, à sólida situação econômica do Estado.

Os recursos disponíveis do exercício de 1953, apurados segundo a fórmula técnica, ascenderam, no entanto, a Cr\$ 113.000.000,00, que só deverão ser aplicados depois que for dada efetiva cobertura aos créditos abertos, com recurso em apólices, para atendimento das despesas do Plano de Obras de iniciativa desta Assembléia, aprovado pela Lei n.º 2.060, de 23 de março de 1953, e bem assim aos créditos abertos pelo Decreto n.º 4.450, de 9 de novembro do mesmo ano, no montante de Cr\$ 150.630.000,00 e também com recurso em apólices, para fazer face aos gastos do Plano de Obras, Serviços e Equipamentos.

A proposta geral de orçamento para o exercício financeiro de 1954 foi elaborada em posição de equilíbrio.

Encaminhado à apreciação da egrégia Assembléia Legislativa, em tais condições, a 31 de julho do ano findo, nos termos constitucionais, sofreu o projeto orçamentário várias alterações, formais umas, substanciais outras. Algumas dessas alterações foram provocadas por iniciativa do Poder Executivo, constante de mensagens ulteriores, enquanto as demais surgiram no próprio seio desta Casa.

Na proposta geral de orçamento enviada ao Poder Legislativo fora in-

erita uma dotação global de Cr\$ 439.289.984,00, destinada a atender as despesas com a reclassificação de cargos e revisão de estipêndios dos servidores públicos. Motivou tal procedimento a circunstância de não possuir a Secretaria da Fazenda, àquela época, os dados necessários à previsão de tais gastos em cada unidade administrativa, pois recém fôra incluído o serviço de enquadramento dos funcionários nos novos cargos instituídos pelas diversas leis de reajustamento.

Com o objetivo de distribuir pelas rubricas próprias do projeto orçamentário os encargos nele previstos englobadamente, organizou a Secretaria da Fazenda, já então de posse dos elementos de que carecia, novas tabelas discriminativas da despesa de pessoal, as quais foram pelo Poder Executivo submetidas ao exame desta egrégia Assembléa, que as acolheu, em mensagem de 31 de outubro do ano passado.

Sentindo a necessidade de retificar algumas previsões de receita constantes da proposta geral de orçamento, e, bem assim, de inserir na mesma despesas compulsórias ou inadiáveis, elaborou o Executivo outra mensagem, propondo fossem levadas em consideração, na votação da lei de meios, todas essas modificações. Enviada à Assembléa Legislativa também em 31 de outubro mereceu essa nova mensagem a esperada acolhida.

Importa frisar que as alterações ao projeto de lei de meios propostas pelo Executivo não afetaram o equilíbrio orçamentário, uma vez que a soma das despesas supervenientes igualou o montante do acréscimo de receitas.

O orçamento foi votado com um déficit de Cr\$ 44.804.130,00, oriundo, em sua maior parte, da inclusão de verbas para atendimento de vantagens concedidas aos servidores públicos por leis promulgadas no decurso do mês de novembro.

Se atentarmos para o vulto da receita e despesa orçamentárias, verificaremos ser relativamente pouco ponderável aquêle déficit de previsão, e, em consequência, fácil de eliminar, na fase de execução, através de medidas adequadas, já postas em prática.

No primeiro trimestre do exercício em curso a receita se processou de forma amplamente satisfatória, graças à intensificação dos serviços de arrecadação e fiscalização tributária e à solidez da situação econômica do Estado.

Referentemente à despesa, sua realização vem-se operando com cautela, de molde a evitar um desequilíbrio na execução orçamentária.

A discriminação de rendas estabelecida pela Constituição Federal começou a ser integralmente observada, no Estado, a partir do exercício de 1948, em face do disposto na legislação estadual complementar.

De acôrdo com a nova distribuição das rendas públicas, portanto, vem o Estado entregando aos municípios, exceto o da Capital, 30% da diferença entre a arrecadação estadual de impostos, salvo o de exportação, e o total das rendas municipais de qualquer natureza.

A contribuição do Estado aos municípios encontra-se regulada pela Lei n.º 208, de 2 de julho de 1948, modificada, em parte, pela de n.º 1.306, de 21 de dezembro de 1950.

Segundo critério fixado no primeiro desses diplomas legais, deveria ser tomada por base, para o cálculo da diferença entre a arrecadação estadual e a municipal, a execução orçamentária do último exercício financeiro, tanto para o Estado como para os municípios. A contribuição atinente ao ano de 1948, por exceção, seria calculada com base na execução orçamentária desse mesmo exercício.

Com o advento da Lei n.º 1.306, acima mencionada, o cálculo da diferença de arrecadação passou a ter apóio na execução orçamentária do penúltimo exercício financeiro.

Nos orçamentos de 1948 a 1951, as quotas a que fizeram jus os municípios,

Contribuição
do Estado aos
Municípios

em virtude do excesso de arrecadação, figuraram por estimativa e englobadas numa única consignação.

Sòmente a contar do ano de 1952 tornou-se possível discriminar por municípios, na lei de meios, a contribuição devida pelo Estado, que começou a aparecer pelo seu exato valor.

Veja-se, agora, o montante a que se elevaram tais quotas, nos diferentes exercícios. Eis os dados:

Exercícios	Quotas devidas
1948	113.075.770,00
1949	113.075.770,00
1950	106.823.107,00
1951	106.823.107,00
1952	115.106.915,00
1953	153.662.472,00
1954	190.801.994,00

A contribuição a que têm direito os municípios, por força da diferença de arrecadação, vem sendo integralmente paga dentro do respectivo exercício financeiro, a partir de 1951.

Levantado o balanço geral relativo ao exercício de 1950, verificamos que as Prefeituras figuravam com um saldo credor de Cr\$ 60.211.173,70, proveniente de quotas dos anos de 1948, 1949 e 1950, não recebidas em tempo hábil. No decurso de 1951 liquidou o Estado integralmente esse vultoso débito.

Feita essa regularização, faltava entregar aos municípios, ainda, uma parte da contribuição relativa ao exercício financeiro de 1948, no montante de Cr\$ 18.075.770,00, dependente de abertura de crédito especial. Utilizando o superávit financeiro do exercício de 1951, providenciou o Governo a abertura daquele adicional e efetuou o pagamento devido no decorrer de 1952.

Nos anos de 1951 e 1952 foram realizados encontros de contas com todos os municípios, normalizando-se, deste modo, a situação contábil do Estado e das Prefeituras, em suas recíprocas relações. Dessas operações resultou o recebimento, pelo primeiro, de Cr\$ 79.243.072,70.

A arrecadação municipal, de uma maneira geral, processa-se com ritmo mais acentuado em determinados períodos do exercício, enquanto a estadual manifesta relativa regularidade. Tal fato tem originado o adiantamento das quotas trimestrais, pela Secretaria da Fazenda, sempre que solicitado pelas Prefeituras, em face de necessidades prementes de numerário.

Na aplicação das Leis n.ºs 206 e 1.306, que regulam a matéria referente à contribuição de que estamos tratando, não considera o Estado como renda municipal o produto de empréstimos. Da mesma forma, não é arrolada entre as rendas municipais, para efeito do cálculo da diferença de arrecadação, a quota entregue pelo Estado no exercício em exame.

Impende registrar que o Estado vem cumprindo com absoluta fidelidade as disposições do art. 29 da Constituição Federal, segundo as quais devem ser consideradas como rendas dos municípios, além daquelas por eles mesmos arrecadadas, sòmente as quotas de combustíveis e lubrificantes e do imposto de renda, recebidas da União, e os impostos que lhes vierem a ser transferidos pelo Estado.

Criado em janeiro de 1951, o Gabinete de Orçamento e Finanças teve seu regulamento expedido pelo Decreto n.º 1.824, de 15 de junho do mesmo ano.

Por esse ato do Poder Executivo, foram instituídas as Divisões de Orçamento e de Estudos Financeiros, através das quais o Gabinete vem desempenhando suas funções.

Ao Gabinete de Orçamento e Finanças, que é, no Estado, o órgão central

da administração orçamentária, incumbe, como tarefas principais, a elaboração da proposta geral de orçamento, o acompanhamento da execução da lei de meios e o assessoramento técnico, em matéria financeira, ao Secretário da Fazenda.

Como órgão central de orçamento, o Gabinete orienta tecnicamente os diferentes setores administrativos que, nas Secretarias e Departamentos, desempenham funções orçamentárias.

Visando à melhor estruturação do sistema orçamentário estadual, o Gabinete promoveu os estudos necessários à criação de órgãos permanentes de orçamento nas Secretarias de Estado. No exercício de 1952, tais órgãos foram instituídos nas Secretarias de Educação e Cultura, Fazenda e Obras Públicas.

São deveras alentadores os resultados colhidos do funcionamento daqueles órgãos, resultados esses que se objetivam especialmente no maior grau de certeza das previsões orçamentárias parciais, bem como nas alterações orçamentárias que se realizam através de mensagens retificativas da proposta geral encaminhada ao Poder Legislativo ou mediante abertura de créditos adicionais.

Disposições legais baixadas em 1953 determinaram a reorganização dos serviços administrativos estaduais. Assim, os órgãos de orçamento das Secretarias e Departamentos que ainda não os possuem deverão ser previstos nos respectivos planos de reorganização.

O aprimoramento do processo orçamentário, no Estado, está dependendo da existência de órgãos que dele cuidem permanentemente e de novas disposições legais e regulamentares. A expedição de um código de orçamento e contabilidade é providência que se vem mostrando cada vez mais necessária.

Em 1953, o Gabinete de Orçamento e Finanças procedeu a uma revisão dos títulos designativos da despesa orçamentária, visando simplificá-los e atualizá-los. Dêsse trabalho resultou o Decreto n.º 3.957, de 16 de junho daquele ano, que aprovou a padronização das rubricas orçamentárias, a vigorar a partir do corrente exercício.

Com a finalidade de facilitar a classificação dos gastos públicos, sem fugir às regras constitucionais da discriminação e da especificação, está o Gabinete de Orçamento e Finanças estudando, para vigorar já no ano próximo, uma nova apresentação formal da lei de meios estadual.

A coordenação das propostas orçamentárias das autarquias vem sendo feita, a partir de 1951, por êsse órgão técnico. Aquelas propostas muito vêm ganhando em ordem e clareza, como resultado dêsse trabalho de coordenação.

No desempenho de sua atribuição de acompanhar e controlar a execução orçamentária, o Gabinete de Orçamento e Finanças tem efetuado as reestimativas mensais da receita estadual, com base em índices técnicos. Com o mesmo propósito de controle, o processo de abertura de créditos adicionais é coordenado pelo Gabinete.

Como órgão de assessoramento, o Gabinete vem emitindo pareceres sobre assuntos financeiros submetidos ao seu exame, destacando-se, dentre êstes, as análises dos balanços gerais do Estado e propostas de empréstimos públicos.

Importante função vem sendo exercida por êsse Gabinete no que se refere à documentação financeira que interessa à administração e ao público.

Além da organização de bibliotecas e arquivos especializados, êsse órgão vem providenciando a publicação de dados financeiros, destacando-se a série "Finanças do Estado", onde são reunidos os principais documentos da gestão financeira estadual.

A Contadoria Geral do Estado, através da Divisão de Estudos e Orientação, da Divisão de Centralização e das Contadorias Seccionais, vem cumprindo suas atribuições, estabelecidas no regulamento aprovado pelo Decreto n.º 651, de 28 de janeiro de 1948.

Entre elas destacou-se a apresentação, dentro do prazo legal, dos balanços

Contadoria
Geral do
Estado

gerais do Estado, acompanhados de amplas exposições, em que foram analisados os resultados apurados

No exercício de 1953, foi instalada mais uma delegação da Contadoria Geral. Trata-se da Contadoria Seccional dos Serviços de Saneamento, criada pelo Decreto n.º 3.882, de 26 de março de 1953, que, conforme plano traçado pela Divisão de Estudos e Orientação, vem sistematizando a contabilidade dos serviços industriais do Estado, não só sob o aspecto orçamentário, como financeiro, patrimonial e industrial, visando à obtenção do perfeito controle das operações realizadas e à apuração dos resultados em cada unidade industrial.

Com aquela Seccional, estiveram em funcionamento, em 1953, onze delegações da Contadoria Geral que, na consecução de seu objetivo de trabalho, mantiveram com os serviços administrativos dos órgãos junto aos quais funcionam, o mais perfeito entendimento.

Como tarefa especial, as Seccionais realizaram o controle da aplicação das verbas orçamentárias, dentro dos duodécimos ou quotas trimestrais, em cumprimento ao plano de compressão de despesas, traçado pelo Governo.

Em concordância com o Tribunal de Contas, a Contadoria Geral baixou normas para o processamento da despesa com auxílios e sobre a obrigatoriedade das coletas de preços ou das concorrências administrativas nas compras de material e na execução de serviços.

Durante o exercício de 1953, através de elementos de seu quadro técnico, a Contadoria Geral continuou prestando colaboração a algumas autarquias estaduais.

Pela Lei n.º 2.237, de 21 de dezembro de 1953, foram restabelecidos quatorze cargos de guarda-livros e sete de contador, que haviam sido extintos pela Lei n.º 2.020, de 2 de janeiro de 1953. Essa medida propiciará a solução do problema da falta de pessoal técnico naquele órgão, a qual se vem agravando em virtude do desenvolvimento dos serviços contábeis, resultante do natural crescimento das receitas e das despesas e do maior volume de verbas, criado para a execução do Plano de Obras, Serviços e Equipamentos.

Para alcançar-se, em parte, o objetivo da Lei n.º 2.237, vêm de ser tomadas, junto ao Departamento do Serviço Público, providências para a abertura de concurso para o cargo de guarda-livros.

Continuando a execução do plano de implantação de seus serviços, a Contadoria Geral, contará, em 1954, com mais uma Contadoria Seccional, que funcionará junto à Comissão Estadual de Compras.

O plano de organização dessa Contadoria prevê a implantação de um sistema de controle do material, a ser também exercido pelas demais Seccionais que funcionam junto a órgãos que possuem almoxarifado.

Encontra-se em estudo na Contadoria Geral um projeto de decreto, estabelecendo normas especiais para regularizar-se o recebimento de rendas resultantes da exploração de serviços industriais pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, e o respectivo recolhimento ao Tesouro do Estado.

Do plano de trabalho da Contadoria Geral, para 1954, constam ainda, entre outras, as seguintes atividades:

a) transferência da contabilização das verbas do Serviço Social de Menores para a Contadoria Seccional do Governo, em virtude de ter sido aquele Serviço desligado do Departamento Estadual de Saúde;

b) transferência da contabilização das verbas da Diretoria de Presídios e Anexos para a Contadoria Seccional da Secretaria do Interior e Justiça, por ter sido aquela repartição desligada do Departamento de Polícia Civil;

c) empenho prévio, nas Exaltorias, das despesas com vencimentos e funções gratificadas, para evitar-se que sejam excedidas as respectivas dotações, principalmente a de vencimentos, agora passível de grandes alterações, em consequência do sistema implantado pela Lei n.º 2.020, de 2 de janeiro de 1953, e por outras que reestruturaram os quadros de pessoal do Estado; e, finalmente,

d) estudo do plano de organização de uma Contadoria Seccional junto à Diretoria de Presídios e Anexos.

Na execução da política financeira e tributária do Governo reside a função primordial do Tesouro do Estado.

Para desincumbir-se de tão relevante missão, o Tesouro, por muito tempo e em face a deficiências do sistema administrativo estadual, teve de estabelecer um forte mecanismo de fiscalização interna, aplicada de modo especial à despesa.

Alterando-se, posteriormente, a estrutura administrativa do Estado, inúmeras funções, antes legalmente atribuídas ao Tesouro, foram deferidas a novos órgãos.

Mostrou-se necessária, por isso, uma revisão na estrutura e no funcionamento do Tesouro, para evitar o paralelismo inútil de atividades, bem como para libertá-lo de tarefas que cada vez mais se avolumam, em consequência, principalmente, da legislação de pessoal.

Algumas providências, determinadas no início da atual gestão, reduziram sensivelmente os trabalhos a cargo dessa repartição.

O exame dos processos de concessão de vantagens ao funcionalismo, antes centralizado no Tesouro, passou a ser feito nos órgãos de pessoal das Secretarias e Departamentos.

Foi implantado o Serviço de Mecanização, através do qual passaram a ser executadas as tarefas de cálculo, impressão e expedição de cheques, bem como os assentamentos referentes à efetividade dos servidores em exercício na Capital.

Uma comissão foi designada para elaborar o projeto de Regulamento Geral da Fazenda, trabalho esse que provocou valiosos estudos sobre a atual organização dessa Secretaria de Estado, dos quais resultou um anteprojeto de reorganização.

Expedido, entretanto, o Decreto n.º 3.867, de 19 de fevereiro de 1953, foi constituída a Comissão de Organização nêle prevista, a qual, com base nos elementos já disponíveis, concluiu um projeto de reorganização da Secretaria em aprêço.

Presentemente, o mencionado projeto está sendo submetido à crítica dos responsáveis pelos diversos setores da administração fazendária, com o objetivo de verificação de sua exequibilidade e para recebimento de sugestões que possam aperfeiçoá-lo.

As tarefas a cargo do Tesouro do Estado vêm sofrendo grandes embaraços, causados pela deficiência numérica de pessoal, pelo acréscimo de atribuições decorrente da legislação ordinária, e pelas restrições legais impostas à prestação de serviços extraordinários. Tal situação poderia ser regularizada, lotando-se no Tesouro servidores em exercício noutras repartições, ou mediante novas admissões de pessoal.

A relocação de pessoal foi tentada, sem resultado positivo, já que as demais repartições opõem à medida a sua própria carência de elemento humano. Resta, pois, recorrer-se à admissão de pessoal, providência que está intimamente relacionada com a reorganização dos serviços do Tesouro.

No exercício de 1952, foram iniciadas as providências para dotar de instalações apropriadas todos os serviços fazendários sediados na Capital. Resolveu-se construir mais dois pavimentos no atual prédio-sede da Secretaria da Fazenda.

Após a realização de concorrência pública, as obras foram iniciadas em novembro daquele ano e serão entregues no decorrer do presente exercício.

A Lei n.º 827, de 21 de dezembro de 1949, deu nova organização às Exatarias, no tocante à sua classificação e ao seu quadro de pessoal.

Exatarias

No exercício findo, onze Exatarias foram elevadas de categoria, por haverem ultrapassado, no triênio 1950/1952, o limite de arrecadação fixado naquela lei, com a consequente promoção automática do pessoal nelas lotado.

No corrente ano, maior será o número de Exatorias a se beneficiarem com as disposições da Lei n.º 827.

O pessoal em exercício nas estações fiscais do Estado foi distribuído em dois quadros, um ordinário e outro suplementar, os quais, em 1951, contavam com 321 e 235 servidores, respectivamente.

Atualmente, o quadro ordinário conta com 380 cargos, reduzindo-se para 160 o número de funcionários do quadro suplementar, constituído pelos cargos excedentes.

O quadro ordinário do pessoal das Exatorias foi criado com apreciável número de cargos vagos. Na presente data, praticamente inexistem claros no mesmo quadro, devido às efetivações determinadas por lei e às nomeações decorrentes do concurso público realizado para ingresso na carreira, do qual resultou o provimento de 35 cargos de escriturários.

A Inspetoria Geral da Fazenda vem providenciando para que, anualmente, e dentro dos recursos orçamentários, grupos de Exatorias sejam reaparelhados com móveis e máquinas, tendo em vista a eficiência dos serviços. O mesmo órgão apresentou um programa de construção de prédios para as Exatorias, o qual foi incluído no Plano de Obras, Serviços e Equipamentos.

Será dado início, imediatamente, à primeira etapa das construções, na qual estão incluídos nove municípios, cujas necessidades se apresentam mais prementes.

Paralelamente à construção de prédios, a Secretaria da Fazenda vem cuidando, de modo sistemático, da readaptação e reparação dos próprios estaduais ocupados pelas Exatorias.

Em outubro do ano próximo findo, foi instalado em Gaurama, no Município de Erechim, um posto de arrecadação, que está funcionando para atender a arrecadação dos impostos de exportação, selo e vendas e consignações. Atendido por dois servidores, esse posto de arrecadação vem correspondendo plenamente aos objetivos visados. No ano em curso, estuda-se a instalação de outros postos de arrecadação tanto em distritos do interior como nesta Capital.

A Inspetoria Geral da Fazenda e a Inspetoria do Imposto sobre Vendas e Consignações têm exercido intensa atividade de fiscalização e inspeção em todos os municípios, a qual se vem refletindo positivamente quer nos índices de arrecadação, quer nos serviços a cargo das Exatorias.

CONSELHO ESTADUAL DE CONTRIBUENTES

As atividades inerentes ao Conselho Estadual de Contribuintes assumiram maior vulto no exercício passado.

Foram realizadas 153 sessões, 39 a mais que no ano de 1952, sendo 118 ordinárias e 35 extraordinárias, julgados 1.788 recursos, 738 a mais que no período anterior, e lavrados 1.788 acórdãos.

Grande parte dos processos examinados, no ano em relato, foi constituída de recursos "ex-officio" sobre isenções de imposto de transmissão "inter vivos", pleiteados e concedidos com base no Decreto-lei n.º 1.016, de 22-12-45, revogado pela Lei n.º 430, de 13-12-48, e nas Leis n.ºs 1.346, de 22-12-50 e 1.365, de 27-12-50, alterada pelas Leis n.ºs 1.477, de 25-5-51, e 1.643, de 3-12-51.

A dotação orçamentária para esse órgão consignada no orçamento de 1953, na importância de Cr\$ 661.173,00, esteve muito aquém de suas necessidades, apesar das suplementações que lhe foram concedidas em algumas verbas.

O vigente orçamento, com pequenas majorações, segue as mesmas linhas do anterior, não afastando, portanto, os embaraços que se antepõem ao cumprimento de suas finalidades.

Um dos sérios problemas desse Tribunal Misto Administrativo é o de pessoal, notoriamente insuficiente para o desempenho de suas importantes tarefas, impondo-se a criação de um quadro próprio.

No decorrer do ano findo, conseguiu o Conselho dar maior elasticidade e eficiência aos serviços afetos à sua Secretaria, permitindo assim, com um diminuto corpo de funcionários, fossem julgados um maior número de processos e lavrados os conseqüentes acórdãos, embora o número de recursos interpostos a esse Tribunal venha crescendo consideravelmente.

Organiza-se, paulatinamente, uma biblioteca especializada, para consultas, por parte dos Conselheiros e contribuintes, a fim de facilitar o estudo da matéria fiscal, carecendo, entretanto essa iniciativa de uma consignação orçamentária.

A par dessas atividades, está em fase de elaboração um Ementário de decisões fiscais, que virá constituir um valioso elemento na orientação jurisprudencial do Conselho, não só para o fisco, como para os próprios contribuintes.

BOLSA DE VALORES DO RIO GRANDE DO SUL

A Bolsa de Fundos Públicos de Porto Alegre teve sua denominação alterada para Bolsa de Valores do Rio Grande do Sul, pela Lei n.º 2.286, de 29 de dezembro de 1953.

A despeito de haver contado sempre com escassos recursos, provenientes quase exclusivamente de emolumentos, devidos, em sua maior parte, pelos próprios corretores, membros da corporação, vem a Bolsa, desde sua criação, em 1931, procurando desincumbir-se a contento de sua importante missão, que é a organização e a disciplina do mercado de valores.

E' de esperar que as novas tabelas de emolumentos, aprovadas pela referida Lei n.º 2.286, propiciem uma receita que permita um maior desenvolvimento aos diferentes departamentos da entidade.

O quadro dos corretores oficiais de valores manteve-se completo e sem alteração, durante todo o ano de 1953. Relativamente ao quadro de funcionários, que desde a criação da Bolsa se compunha de apenas cinco servidores, teve de ser o mesmo inopinadamente duplicado, em outubro do ano passado, em face das novas tarefas a ela cometidas, como fruto das alterações introduzidas no mercado de câmbio e no comércio exterior do País, de conformidade com a instrução n.º 70, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Além das operações de compra e venda de câmbio e de títulos, que têm constituído o movimento normal das Bolsas de Valores do Brasil, desde a sua criação, nova modalidade foi introduzida nas mesmas, com o advento da já citada instrução n.º 70, da SUMOC, passando a existir, a partir de 9 de outubro de 1953, uma espécie de título até então desconhecida, a saber, o certificado de promessa de venda de câmbio, emitido pelo Banco do Brasil, S. A., em favor do importador que venha a comprá-lo na Bolsa. O preço desse novo título é precisamente o ágio recolhido pelo Banco do Brasil, S. A., que se computa com base na taxa oficial do câmbio.

As operações que se realizam na Bolsa, sobre esses certificados, assumem o caráter de leilão, distinguindo-se do público pregão normal de títulos por vários detalhes técnicos, inclusive pelo fato de existir apenas um vendedor: o Banco do Brasil, representado pelo corretor, contra a pluralidade de compradores: os importadores, representados por seus corretores. Enquanto nessas operações há concorrência apenas na procura dos certificados, no pregão comum de títulos existe concorrência, normalmente, tanto na procura como na oferta, em vista da pluralidade não só de compradores mas também de vendedores.

Entre os novos encargos que aquelas operações criaram para a Bolsa, figura o de expedir comprovantes nominativos aos importadores, comitentes dos diversos corretores. No pregão normal de títulos ficam registrados na Bolsa apenas a espécie, a quantidade e o valor, sendo atribuição dos corretores, que fazem guardar segredo profissional quanto aos nomes dos comitentes, o registro dos demais elementos em seus livros legais.

O serviço que vem de ser atribuído às Bolsas de Valores exige ingentes esforços na execução, uma vez que o importador deve apresentar-se no Banco do Brasil, munido do comprovante por elas fornecido, dentro de 48 horas contadas do pregão.

Em 1953, no curto espaço de tempo em que foi posta em prática a referida

instrução n.º 70, da SUMOC, foram vendidos, na Bolsa de Valores do Rio Grande do Sul, certificados de promessa de venda de câmbio num total de Cr\$ 292.806.160,00, ágio recolhido ao Banco do Brasil, tendo a entidade fornecido aos importadores 2.707 comprovantes, extraídos em três vias. Graças à atuação da Bolsa, conseguiu-se para Porto Alegre a quota de 11% das disponibilidades cambiais do País.

No decurso do exercício de 1953 foi registrada na Bolsa a compra e venda de 132.326 títulos comuns, na importância de Cr\$ 71.271.471,30, contra 164.980 títulos por Cr\$ 81.867.999,70, do ano anterior.

A cotação média dos títulos, no exercício passado, foi um pouco inferior à que se verificou em 1952. A das apólices estaduais também registrou queda.

Relativamente ao movimento de câmbio, as operações registradas em 1953 subiram a Cr\$ 1.966.779.860,00, contra Cr\$ 1.207.569.395,00 em 1952, constando-se, assim, um aumento de Cr\$ 759.210.465,00.

Durante o ano de 1953, foram admitidas à cotação ações representativas do capital de 32 sociedades anônimas sediadas no Estado, assim como duas emissões de debênturas, uma de letras hipotecárias e uma de partes beneficiárias, e ainda averbados 116 aumentos de capital de sociedades por ações já inscritas e uma redução de capital.

Quanto a títulos da dívida pública, foram inscritas duas emissões de apólices da Prefeitura de Porto Alegre.

Em virtude da criação da Bolsa de Valores de Santa Catarina, muitas das sociedades por ações sediadas naquele Estado pediram o cancelamento de suas inscrições aqui, enquanto outras preferiram mantê-las.

No que respeita à situação financeira da Bolsa, importa referir que o exercício de 1953 se encerrou com um saldo de Cr\$ 393.706,80. A receita arrecadada atingiu Cr\$ 936.331,70 e a despesa realizada somente Cr\$ 542.624,90.

Carece a Bolsa de Valores do Rio Grande do Sul de uma sede própria, localizada de acordo com a natureza da instituição. Alcançado esse desiderato, tornar-se-á mais fácil reorganizar, aperfeiçoar e desenvolver os seus serviços.

cício em relato e deverão ser, agora, grandemente intensificados com os recursos consignados no Plano de Obras.

Dependendo embora de um maior acervo de observações, já que as condições climáticas do Estado são por demais variáveis, pod-se assegurar, entretanto, que é viável e econômica a obtenção de sal em nosso litoral, particularmente na referida Lagoa nas proximidades de Mostardas, no Município de São José do Norte, onde repetidas observações têm revelado, em certas épocas do ano, concentração três vezes superiores à da água do mar, com a conseqüente destruição de toda a sua fauna. Por outro lado, e apesar das condições de clima bem mais desfavoráveis que se registraram entre outubro de 1952 e abril de 1953, época até então considerada a melhor para a concentração, obtiveram-se salmouras correspondentes a 10 kg. de sal por metro quadrado.

Tudo indica, entretanto, que os trabalhos de produção experimental ou semi-industrial terão de obedecer a um sistema misto, parte sob concentração solar e parte sob cristalização térmica em instalações a vácuo, que deverão permitir, também, a produção de sal refinado e subprodutos, tais como sais potássicos, magnesianos e bromo.

Produção pesqueira

Representando a pesca, no Estado, atividade de grande parte da população litorânea, tem merecido também a melhor atenção, principalmente visando dotar o Porto de Rio Grande de um moderno entreposto-frigorífico, que, com a colaboração pecuniária do Governo da União, foi instalado no ano em relato e entregue à administração do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais.

Não obstante os percalços enfrentados e as não pequenas despesas que uma obra de tal vulto exige, a concretização desse empreendimento veio dar solução radical aos velhos problemas de natureza econômico-social com que se debatia o pescador rio-grandense.

Assistência pedagógica ao produtor

Particularmente eficazes vê-se mostrando nestes últimos anos, e muito especialmente no de 1953, as múltiplas formas de assistência pedagógica dispensada ao produtor, quer em seu próprio setor de atividade, pela orientação que lhe proporcionam os agrônomos e veterinários sediados nas regiões de produção, quer, principalmente, pela organização de cursos especiais, que estão habilitando tecnicamente bons contingentes de trabalhadores rurais, nas mais diversas lides da lavoura e da criação.

Entre estes merecem especial menção os cursos práticos de laticínios, de classificadores de lãs, de ovicultura, de suinocultura — iniciado em 1953 no Posto Zootécnico da Serra, com a expressiva matrícula de 29 filhos de colonos interessados em racionalizar suas criações — os cursos práticos de cooperativismo e, muito especialmente, o de treinamento e mecanização da lavoura, que no ano findo, diplomou, em sete turmas, 79 novos aradores-tratoristas, que já formam na linha da frente da campanha empreendida em benefício da mecanização da lavoura rio-grandense.

Como assistência pedagógica indireta ao produtor, devem ser citados os cursos ou estágios de aperfeiçoamento ou especialização proporcionados aos técnicos encarregados da orientação direta do nosso homem do campo. Dispondo-se embora de recursos relativamente reduzidos, conseguiu-se, em 1953, em parte com a colaboração do "U. S. Department of Agriculture" e da "Rockefeller Foundation", promover o aperfeiçoamento de 19 técnicos, sendo 9 Engenheiros-Agrônomos, 3 Zootecnistas, 2 Veterinários, 2 Químicos, 1 Economista, 1 Cartógrafo e 1 Técnico-Rural, que estagiaram, por períodos que vão de 2 a 15 meses, em instituições especializadas nos Estados Unidos, na Nova

SISTEMA DE MATERIAL DO ESTADO

A carência de pessoal que defrontou a Comissão Estadual de Compras, órgão integrante do Sistema de Material do Estado, não impediu que as suas atividades se processassem num ritmo intenso, procurando vencer as resistências que se lhe deparavam, para atingir os objetivos que lhe assinou a lei, em relação ao material utilizado pelos serviços estaduais.

No exercício passado, a Comissão de Compras realizou 4 concorrências públicas, destinadas à aquisição de móveis escolares para a Secretaria de Educação, de grupos-bomba e um grupo Diesel-gerador para a Secretaria das Obras Públicas, e 184 concorrências administrativas. As primeiras importaram em Cr\$ 9.691.765,10 e as últimas em Cr\$ 20.273.857,50, compreendendo as compras de "Material permanente" Cr\$ 14.372.642,10, e as de "Material de consumo" Cr\$ 5.901.215,40.

Também procedeu a coleta de preços, num total de Cr\$ 9.085.650,10.

Nos termos do art. 38 da Lei n.º 2.058, de 21 de março de 1953, que proveu sobre a estruturação e funcionamento dos órgãos componentes do Sistema de Material do Estado, foram liberadas 557 notas de empenho para diversas repartições e 134 para a cobertura de despesas feitas pela Comissão e registraram-se 1.550 requisições de material.

Até 16 de dezembro último, a Comissão de Compras controlou apenas nove rubricas, o mesmo número do exercício de 1952, ficando sob o seu controle, a partir daquela data, a totalidade das verbas referentes a material, dentro da órbita referida na Mensagem anterior.

Todos os servidores da Comissão que exercem quaisquer cargos de chefia fizeram, por sua livre e espontânea vontade, declaração de bens, registrada em cartório.

O reduzido corpo de servidores da Comissão em aprego não permitiu se apurasse, a rigor, por meio de índices estatísticos, e economia resultante da centralização de compras, a enfrentar preços em contínua ascensão. Pode-se afirmar, porém, que os seus resultados foram positivos. Na parte de pneus e gasolina, por exemplo, conseguiu-se o desconto de 8% sobre os preços do primeiro artigo e o de Cr\$ 0,15 por litro sobre os do último. Durante o ano, foram comprados 955.830 litros de gasolina com uma economia de Cr\$ 148.374,50 e adquiridos pneumáticos em uma importância de Cr\$ 1.034.836,90 com uma economia real de Cr\$ 82.786,50.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

O exercício de 1953 foi um período de profícuas realizações para a Secretaria da Agricultura, Grande, sem dúvida, foi a acervo de problemas que se lhe apresentaram. Alguns, desses, porém, por sua natureza ou pelo aspecto de que se revestiram, exercendo decisiva influência na vida econômica do Estado, serão comentados de um modo especial nesta exposição.

Problema fundamental a exploração racional e econômica das atividades rurais, o da conservação e melhoramento do solo mereceu da Secretaria a mais acurada atenção.

Em relação ao levantamento pedológico global do Rio Grande a que se aludiu nas anteriores Mensagens, é preciso referir que já se acha concluído a litografia o grande mapa agrogeológico do Estado, prosseguindo as análises complementares, segundo o plano elaborado. Em futuro não remoto, poder-se-á proporcionar a todos aqueles que se dedicarem à cultura da terra a orientação técnica fundamental ao uso racional do solo.

Preocupada com os funestos efeitos da improvisação e do empirismo com que era explorada a maior parte das terras de cultura, a Secretaria iniciou um plano de conservação e melhoramento das propriedades do solo. Antes, porém, promoveu a especialização de alguns técnicos que ora dirigem os trabalhos de conservação, principalmente no setor do combate à erosão, que — diretamente, com a proteção já assegurada, no ano findo, de uma área inicial de 340 hectares mediante o estabelecimento de 101.560 metros de curvas de nível, quer indiretamente, pela orientação, adotada por não poucos agricultores, no uso não só da curva de nível, como das faixas de proteção e terraços preventivos contra os incalculáveis efeitos da erosão.

Ainda com a finalidade de conservar e melhorar as propriedades do solo agrícola, a Secretaria, em cooperação com o Ministério da Agricultura, procedeu a uma larga distribuição de adubos fosfatados, com o real benefício de incentivar, entre não poucos, a prática racional da adubação. Nada menos de 20.769 agricultores, de 61 municípios diversos recebendo 20.86 toneladas de adubo, particularmente apropriado à lavoura tritícola, tiveram, talvez, assim, a primeira demonstração palpável das vantagens da adubação, em suas próprias terras, com não pequenos reflexos imediatos na recente safra, que apresentou expressivos índices de produtividade.

Outra iniciativa de alcance para o melhoramento das condições do solo, já que grande parte deste é acentuadamente ácido, foi a da montagem de moinhos de calcáreo, que, segundo as observações já realizadas com o primeiro deles, instalado em Carazinho, poderão proporcionar esse produto, aos agricultores, por 40% menos do que o preço atual de mercado.

O solo — sua
conservação e
melhoramento

Defesa florestal e florestamento

Responsáveis pela conservação de um bom número de propriedades do solo e até mesmo pela manutenção do equilíbrio biótico, as nossas já depauperadas ou devastadas florestas devem ser conservadas ou restauradas à custa de quaisquer sacrifícios, que, infelizmente, não serão bastantes para cobrir o grande déficit que nos tem legado a imprevidência dos devastadores do nosso patrimônio florestal.

Com essa preocupação, e ciente de que os cálculos mais otimistas fazem prever para pouco mais de vinte anos a extinção completa dessa riqueza, a Secretaria procurou equacionar tão importante problema, não só com providências locais, mas também com outras de natureza mais ampla, como a reforma do código florestal, que, na prática, está a requerer mais objetividade, e a obtenção de delegação de competência para que o Estado possa, em seu território, exercer a fiscalização e o controle da exploração das florestas.

Particular importância teve, em benefício da melhoria de nossas condições florestais, o convênio celebrado, recentemente, com o Instituto Nacional do Pinho e pelo qual o Estado receberá a contribuição de um milhão de cruzeiros para a reconstituição das reservas de valor econômico.

Embora seja modesta a sua expressão concreta imediata, o referido convênio assinala, por certo, o início de uma fase de intensa cooperação entre aquela autarquia federal e a Secretaria, visando ao interesse comum, que é o do urgente reflorestamento de nossas terras, cada vez mais depauperadas pela ação dos devastadores das matas.

Assistência ao agricultor

Constante, e sob os mais variados aspectos, continua sendo a assistência proporcionada ao agricultor, até mesmo em sua própria lavoura.

Com a divisão do Estado em 13 setores e 49 regiões agrícolas, que abrangem 54 municípios, em toda, praticamente, a totalidade da área que se aplica à exploração agrícola, muito mais eficiente se tornou a assistência aos milhares de agricultores, que vêm sendo ajudados, diretamente, nos trabalhos de suas próprias lavouras e, sobretudo, na proteção destas contra as mais diversas pragas e enfermidades dos vegetais. No ano findo, só pelo setor da trilha dos cereais, feita diretamente pelos agrônomos ou seus auxiliares foram, assim, assistidos 5.400 agricultores.

Nesse mesmo período, foram particularmente eficazes os trabalhos de defesa sanitária da lavoura, especialmente da do trigo, duramente atingida pela maior praga de lagartas de que há memória na história econômico-agrícola do Estado. Ocorrendo nas mais diversas regiões sul-rio-grandenses, a praga teve a favorecerá-la adversas condições de tempo que impossibilitaram, na maior parte das vezes, o simples transporte rápido do material de combate e do inseticida adquirido em quantidade jamais registrada.

Nos 47 municípios atingidos, empregaram-se, então 1.374.000 kg de canfeno clorado e 7.500 kg de isca envenenada, com o auxílio de 887 polvilhadeiras manuais e 83 motorizadas, 3 turbinas e 3 aviões, que possibilitaram o polvilhamento da apreciável área de 83.360 hectares de lavoura, com uma produção avaliada em um milhão de sacos, que estariam irremediavelmente perdidos, não fosse a presteza e eficiência de combate, que evitou, aliás, o alastramento da praga a uma área três ou quatro vezes maior.

§. 2.º - 1954

Mecanização da lavoura

Imperativo econômico resultante da escassez e do alto preço da mão de obra, a mecanização da lavoura mereceu, desde início, o melhor das atenções e esforços da atual Administração.

Não obstante a situação anormal do mercado cambial, que embaraçou a utilização do empréstimo de 35 milhões de cruzeiros, que, de acordo com a

autorização da Lei n.º 1.712, de 28 de dezembro de 1951, fora contratado com o Banco do Brasil, muito já foi possível fazer, neste setor, em 1953.

Primeiro, graças ao financiamento obtido junto a bancos norte-americanos, conseguiu-se tornar realidade a importação de 180 "jeeps", viaturas de grande utilidade para o transporte no meio rural e, bem assim, nos serviços internos das propriedades agrícolas. Quarenta e quatro Prefeituras Municipais, quarenta e cinco Cooperativas e oito entidades oficiais de assistência rural, foram, assim, favorecidas com o recebimento de uma ou mais unidades, a preço de custo, isto é, a menos de 50 mil cruzeiros, quando, na praça, o mesmo veículo, com muito empenho, se poderia obter pelo dobro ou mais.

Simultaneamente, os serviços da Secretaria se reequiparam com mais 77 unidades, que trouxeram ponderável desafogo aos serviços assistenciais à lavoura e à criação.

Depois, além da revenda que já foi possível efetuar a 133 agricultores, de 44 municípios, de 4 conjuntos agrários, 38 tratores, 48 arados, 46 — 53 semeadeiras, 31 colheitadeiras e ceifadeiras, 34 trilhadeiras, 46 enxadas rotativas e 10 carretas e reboques agrícolas, logrou-se objetivar, com o citado empréstimo de 35 milhões, mais as seguintes aquisições de máquinas agrícolas destinadas à revenda, numa expressiva colaboração ao movimento que ora se verifica no Estado pela mecanização da lavoura:

15 conjuntos agrários, compostos alguns de trator, arado, grade, semeadeira adubadeira, lâmina e cultivador; 108 tratores de 18 a 51 H.P.; 300 arados de discos e alvecas; 94 grades de discos; 533 semeadeiras e plantadeiras; 15 distribuidores de calcário; 47 colheitadeiras e ceifadeiras; 100 debulhadeiras despalhadeiras; 54 enxadas rotativas; 22 carretas e reboques agrícolas.

Além disso, foi negociada a aquisição, num montante de quase 50 milhões de cruzeiros, das seguintes novas máquinas de importação:

150 tratores de 44 H.P.; 181 arados de 4 discos; 160 grades de 35 discos; 150 semeadeiras adubadeiras de 17 linhas; 58 ceifa-trilhas automotrizes para trigo; 10 ceifa-trilhas automotrizes, com esteira, para arroz; e 20 motores estacionários de 120 H.P.

Esta é, na verdade, a mais importante contribuição que, não obstante todas as dificuldades de importação, já se objetivou em prol da mecanização da agricultura no Estado.

Especial contribuição ao surto promissor da mecanização, vem dando o Centro de Treinamento e Mecanização da Lavoura, inaugurado em julho de 1952 e que, no ano findo, diplomou, em sete turmas sucessivas, 79 novos aradores-tratoristas, além de proporcionar um curso especial de férias aos novos agrônomos diplomados pela Universidade.

Os trabalhos de experimentação e pesquisa constituem, sem dúvida, a estrutura básica em que se apoiam as atividades de fomento e assistência direta à agricultura, condicionando-se, assim, a eficiência destes ao progresso daquêles.

A Diretoria da Produção Vegetal conta com uma rede de estabelecimentos e serviços de experimentação e pesquisas agrícolas que, a despeito de algumas deficiências, alinha-se entre as primeiras do País, figurando o Rio Grande do Sul em posição de destaque no cenário agrônomico nacional.

Com onze estações experimentais, um campo de produção de sementes e dois campos de cooperação municipais, além de serviços especializados nesta Capital, estão praticamente servidas todas as regiões ecológicas do Estado.

Os trabalhos com o trigo continuaram a merecer especial destaque nos programas da maior parte das nossas estações experimentais.

As Estações Experimentais Fitotécnicas da Fronteira, da Serra e das Colônias prosseguiram a condução dos projetos de melhoramento visando à

Experimentação e pesquisa

obtenção de novas combinações genéticas, que somem mais qualidades positivas que as atuais variedades cultivadas na grande lavoura. Além dessas estações, também as de Encruzilhada do Sul e São Borja colaboraram eficazmente nos trabalhos de experimentação, realizando apreciável número de experimentos com trigo.

No que se refere ao melhoramento propriamente dito, deve ser mencionado o programa, já em franco andamento, que vem desenvolvendo a EEFC, de Veranópolis. Esse trabalho, projetado e conduzido em íntima colaboração com o Setor de Imunologia da Seção de Defesa Sanitária Vegetal, visa corrigir as principais deficiências das variedades em cultivo, nelas introduzindo fatores desejáveis por meio de um racional programa de "Back-crosses".

No campo da experimentação de variedades, cabe consignar que foram introduzidas várias modificações no Ensaio Estadual de Trigo, que foi desdobrado, no ano em curso, em dois grupos: competição entre variedades tardias e competição entre variedades precoces. Ambos os grupos estão integrados por 16 variedades ou linhagens e foram conduzidos, em duas épocas de plantio, em todas as estações já citadas e mais ainda em uma propriedade particular no Município de Passo Fundo.

No que respeita às qualidades industriais do trigo, foram lançadas bases para um trabalho de colaboração dos mais promissores, que, com o emprêgo já iniciado da aparelhagem "Brabender", promoverá a execução de diversos testes referentes ao valor industrial dessa gramínea.

É inegável que todo desenvolvimento da triticultura nacional repousa sobre o trabalho fitotécnico conduzido paciente e silenciosamente por nossas estações experimentais. Mas o próprio desenvolvimento da lavoura de trigo e sua expansão, através de novas regiões, traz, a cada instante, novos problemas, cuja solução só pode ser alcançada nos campos experimentais, casas de vegetação e laboratórios dos institutos de pesquisa.

A lagarta dos trigais, cuja incidência avulta de ano para ano, constitui sério problema não só para a entomologia agrícola como para a fitotecnia, pois está sobejamente comprovado que as variedades precoces apresentam muito maiores possibilidades de escapar ao ataque do que as tardias.

Com relação às ferrugens também há grandes obstáculos a superar. A frequência das diferentes raças fisiológicas na população dessa espécie de patógeno, varia consideravelmente no espaço e no tempo, o que tem ocasionado sérios ataques a diversas lavouras nestes dois últimos anos. Na verdade, deve-se consignar, especialmente com relação às ferrugens do colmo, que não dispomos de nenhuma variedade que apresente resistência combinada às raças mais frequentes, o que não permite encarar com tranquilidade o futuro de nossas variedades.

Os trabalhos fitotécnicos conduzidos com a batata americana, embora praticamente confiados à Estação Experimental de Horticultura, em Rio Grande, experimentaram no decorrer de 1953 considerável impulso. Como decorrência do estágio realizado pelo geneticista do estabelecimento nos principais centros de estudo de batata dos Estados Unidos da América do Norte, a coleção de variedades e espécies afins foi grandemente aumentada, com material genético de excepcional valor para os projetos de "breeding".

Em relação ao milho, que, sob o aspecto econômico-social, é uma das principais culturas no Estado, pouco se tem podido fazer, no campo da experimentação e de melhoramento. Disso têm sido causas não só fatores de ordem pessoal, já que diversos técnicos, depois de especializados em sua cultura, trocaram os quadros funcionais da Secretaria por posições mais vantajosas, mas também uma conseqüente ausência de planificação de trabalho.

Com a recente especialização de um outro técnico, que, depois de estagiar em Minas e São Paulo, já se pôs em contacto com todas as regiões produtoras de milho no Rio Grande coletando material e observações, pode-se alimentar a convicção de que os trabalhos ora concentrados na Estação Experimental de Encruzilhada do Sul, venham a proporcionar, em curto prazo,

populações homogêneas adaptadas às principais regiões produtoras, sanando, assim, a falta quase absoluta de milho-semente. A seguir, dar-se-á execução à segunda etapa do plano, que visa à criação de novas variedades, melhoradas, estabilizadas, sintetizadas ou, mesmo, híbridas.

O linho constitui uma das espécies pioneiras na lavoura de campo no Estado. Há poucos anos atrás, apresentava-se até como séria concorrente da cultura do trigo.

Nossas estações experimentais, notadamente as de Júlio de Castilhos, Bagé e São Borja, realizaram trabalho de vulto, chegando à criação de variedades para óleo de apreciável valor, tais como a Serrano, a Minuano, a Taperajú e a Nhu-Porã. Modificações ocorridas no mercado de preços, porém, têm desestimulado muito a cultura do linho para óleo cujo rendimento econômico dificilmente lhe permite competir com o trigo.

O mesmo, porém, não ocorre com a cultura do linho textil, razão por que se têm incrementado os trabalhos experimentais nesse setor.

Os trabalhos de experimentação e melhoramento da mandioca, instalados agora na Estação Experimental de Taquari, continuam em franco desenvolvimento. A principal preocupação nas atividades em torno desta cultura é a obtenção de variedades resistentes à bacteriose. Com tal objetivo, vem-se procedendo à seleção de "clones" e à comparação destes, ao mesmo tempo que se recorre à obtenção de "seedlings" e de híbridos entre as variedades que melhor se comportam perante àquela moléstia.

Os trabalhos do último ano revelaram, entre os "clones" e cruzamentos em observação, indivíduos portadores de alta resistência à bacteriose, além de apreciável riqueza em amido.

Várias outras espécies de importância econômica vêm sendo objeto de experimentação e melhoramento.

A cebola continua merecendo atenção especial da Estação Experimental de Horticultura, que se esforça para produzir novas variedades, que superem as qualidades das já lançadas ao grande cultivo, como a Rio Grande, a Luzitana e a Farrroupilha, a primeira delas precoce e as duas outras tardias.

Os trabalhos em aveia prosseguem satisfatoriamente nas Estações Fito-técnicas da Fronteira e da Serra, as quais já possuem informações seguras sobre o comportamento de variedades, épocas de plantio, densidade de semeadura, rendimentos e valor industrial.

Os trabalhos iniciais de experimentação e melhoramento de feijão foram ampliados nas Estações Experimentais de Encruzilhada do Sul e Veranópolis.

Os trabalhos com a soja tiveram prosseguimento normal na Estação Experimental da Serra, Julio de Castilhos, onde apresentaram maior desenvolvimento. As competições entre variedades têm já indicado quais as variedades que apresentam maior produção em grão e as que mais convêm para a produção de massa verde. As principais variedades para esses dois fins estão sendo multiplicadas.

Os trabalhos com a cana de açúcar encontram-se estacionários, aguardando a instalação da nova Estação Experimental de Osório, no distrito de Maquiné. As coleções de variedades vêm sendo mantidas e foram ampliadas, no ano em relato, com material recebido do Norte do País.

Outros trabalhos, relativos a amendoim, cevada, girasol, centeio, batata doce, alho, tomate e outras hortaliças foram continuados em menor escala, devido às deficiências de recursos materiais e, sobretudo, de pessoal técnico.

Visando à melhor orientação do fruticultor e o melhoramento da produção, em três estações experimentais — Estação de Pomicultura em Taquari, Estação de Viticultura e Enologia, de Caxias, e Sub-Estação de Fruticultura em Farrroupilha — diversos trabalhos de experimentação e pesquisa vêm sendo conduzidos com as principais espécies frutícolas de importância econômica no Estado.

Criada em 1947, como órgão relativamente autônomo, a Comissão de Estudos e Fomento da Cultura da Oliveira e Industrialização das Azeitonas, cessou

oficialmente suas atividades, por força da Lei n.º 2.206, de 8 de dezembro último, para que, consoante proposta oriunda da Secretaria, o Serviço Oleícola se entrosasse no plano geral da Diretoria da Produção Vegetal, com não pequenas vantagens para seu desenvolvimento, em sintonia com os próprios interesses do Estado. A pesquisa e a experimentação tiveram lugar não apenas no setor da olivicultura, onde prosseguiram ensaios de adubação, enxertia e sua época mais propícia, escolha de porta-enxertos, etc., mas também no setor industrial, com a colaboração da Diretoria de Indústria e Comércio, que efetuou diversas pesquisas em azeites produzidos no Estado, bem como estudos sobre o comportamento de azeitonas verdes e maduras em diversas concentrações de soda e salmoura, particularmente em relação à fermentação.

Ainda no setor da pesquisa e da experimentação, foram realizados numerosos trabalhos sobre pragas, moléstias e defensivos, bem como sobre inoculantes para leguminosas.

Por sua vez, os trabalhos experimentais da Diretoria da Produção Animal têm tido a dupla finalidade de obter melhores e mais eficientes condições para o desenvolvimento racional de nossos rebanhos e proporcionar a estes uma segura defesa contra as zoonoses que afetam não apenas seu rendimento econômico, mas até suas razoáveis condições de vida.

Para satisfação da primeira finalidade, suas atividades se desenvolvem nos setores zootécnico e agrostológico, por intermédio dos Postos Zootécnicos de Montenegro, Tupanciretã e Uruguaiana e das Estações Experimentais de Agrostologia, em São Gabriel e Vacaria, e, agora, em virtude do acordo firmado com o Governo Federal, por intermédio também, da Fazenda Experimental de Bagé, representativos, em seu conjunto, das mais diversas condições ecológicas das regiões de criação bovina, ovina e porcina do Estado.

A segunda finalidade, a de proporcionar segura defesa contra as mais diversas zoonoses, vem sendo satisfatoriamente objetivada pelo Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor, em Guaíba, cujos trabalhos, especialmente no que diz respeito à produção de vacinas antiaftosas e contra a peste suína, com recursos autóctones, têm já ponderável significação na balança econômica nacional, promovendo uma apreciável economia de divisas, além de salvaguardar os rebanhos bovino e suíno contra as duas mais temíveis viroses de que são vítimas.

Na consideração de que, da boa semente, depende fundamentalmente o êxito da lavoura, não foram descurados os problemas que se ligam à sua produção, em prosseguimento, aliás, ao valioso acervo de realizações que, neste particular, honram sobretudo as administrações que antecederam à atual. Sem dúvida alguma, o trigo nacional, com seu problema agrônomo praticamente resolvido, de forma assás satisfatória, muito deve aos pertinazes e bem orientados trabalhos fitotécnicos de nossos estabelecimentos de experimentação, onde se criaram as variedades que hoje representam a garantia de seguro progresso da cultura do cereal-rei.

Semelhante solução vem tendo o velho problema da batata americana, e deverão ter as outras principais culturas de exploração econômica no Estado.

A boa semente, criada, assim, nos estabelecimentos experimentais fitotécnicos e multiplicada nos campos de multiplicação oficiais e, hoje, principalmente, em campos de cooperação mantidos entre a Secretaria e agricultores capazes, inscritos no Registro de Produtores de Sementes e Mudas Certificadas, permitiu que, juntamente com a que se adquiriu de outros agricultores idôneos, se promovesse a seguinte distribuição de mudas e sementes à lavoura rio-grandense, em 1953:

40.430 sacos de trigo, classificado e expurgado, das variedades Frontana, Bagé, Colônias, Trintani e Rio Negro, todas de criação própria; 253.760 quilos de batata americana, em grande parte importadas; 25.476 quilos de ramas de

mandioca e alpim; 1.200 sacos de feijão soja; 818 de milho; 350 de feijão preto e 34 de miúdo; 115 sacos de linho; menores quantidades de aveia, azevém e girassol, além de 11.294 coleções de sementes de hortaliças; 337.160 mudas de espécies frutícolas; 39.914 mudas de oliveira; 189.893 mudas e 5.150 gramas de sementes de espécies ornamentais e florestais.

Como salientei na anterior Mensagem anual constituiu este um dos problemas fundamentais da atual Administração, pois pouco produtivo seria qualquer política de fomento, se a não acompanhassem providências relativas à estocagem e conservação das safras, dificilmente escoáveis com a rapidez que seria de exigir.

Após detalhados e amadurecidos estudos, que levaram à conclusão de que urge a construção de uma rede de silos elevadores, com uma capacidade total inicial de 86.000 toneladas, vimos coroada de êxito a primeira etapa do plano então elaborado, com a promulgação da Lei n.º 1.938, que, aos 10 de dezembro de 1952, criou a Comissão Estadual de Silos e Armazéns, entidade autárquica que tem a seu cargo a construção e a exploração dos silos e da rede de armazéns celeiros, que simultaneamente, estão sendo construídos no Estado.

Vencidos os percalços que, infelizmente se opuseram à provisão imediata de recursos para instalação daquela autarquia, pôde ela iniciar os seus trabalhos aos 25 de novembro último, publicando já aos 27, dia da III Festa Nacional do Trigo, o edital que chama concorrentes à construção e equipamento da referida rede de silos elevadores, obras que poderão ser atecadas ainda no fluente exercício, não obstante as dificuldades decorrentes da situação anormal que atravessa o comércio do Brasil, em relação aos mercados abastecedores dos materiais mais indispensáveis a um empreendimento de tal magnitude.

Entretanto, ultimada a montagem dos armazéns-celeiros de Santa Bárbara do Sul, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul, Santa Rosa, Cruz Alta e Bento Gonçalves, e construído um outro armazém metálico para atender, em Dom Pedrito, a florescente produção tritícola de boa parte da região da Campanha, bem como ultimada a construção e equipamento do silo subterrâneo de Erechim, iniciou aquela Comissão o armazenamento e, mesmo, a ensilagem de expressiva produção de grãos, obedecendo às instruções do seu Conselho Deliberativo, integrado por representantes dos principais órgãos e classes ligados ao relevante problema.

Não obstante toda esta série de providências em favor da produção, ocorrem, quase todos os anos, fenômenos, mormente climatéricos, de difícil ou impossível controle pelo esforço humano. Ora chuvas e inundações, ora geadas e granizos, ou ainda estiagens prolongadas, têm constituído ultimamente fatores de incalculáveis prejuízos para a lavoura e a pecuária rio-grandenses.

Enquanto não se objetiva a solução definitiva, que nos dará, para tanto, o seguro agrícola, recentemente instituído, por oportuna iniciativa do Executivo Federal, compreendeu o Governo que não seria lógico deixar que a agricultura flagelada se recuperasse, tão somente, por seu próprio e frágil esforço. Instituiu, assim, a prática das indenizações, que, no ano findo ascenderam a Cr\$ 4.500.000,00, total dos recursos pecuniários de que foi possível lançar mão e que, infelizmente, mal chegaram para cobrir 58 % das indenizações que seria justo proporcionar a 1.862 agricultores, de 23 municípios, esperamente castigados pelo granizo em suas lavouras de milho, fumo, parreira, mandioca, feijão, linho, aveia, batatinhas e outras de menor expressão.

Armazena-
mento e con-
servação da
produção

Proteção das
safras contra
fenômenos
adversos

**O flagelo das
sêcas e seu
combate**

Dentre os fenômenos climatéricos adversos que, com relativa periodicidade, têm sido o flagelo da lavoura e da pecuária, desde que o homem, irracionalmente, considerou supérflua a abundância das matas, sobressaem as sêcas, quer pela extensão de seus prejuízos, quer pela dificuldade em lhes evitar ou corrigir os efeitos, com providências imediatas. Embora, nesse sentido, 1953 não houvesse sido dos períodos mais calamitosos, ainda assim ocorreram não pequenos prejuízos, mórmente na região da Fronteira-Oeste, onde a natureza do solo e a acentuada deficiência de recursos para irrigação, contribuem para agravar a situação criada por uma estiagem relativamente prolongada.

Independendo a solução radical das possibilidades e atribuições da Secretaria, seus esforços têm-se limitado a reduzir os efeitos das sêcas, quer pela perfuração de poços artesianos ou semi-surgentes, quer pelo fomento das pastagens artificiais, que, constituídas de espécies resistentes, constituem, na pecuária, uma das melhores soluções contra o flagelo em questão.

Estudou, simultaneamente, a Secretaria o reflorestamento do vale do Uruguai, cuja devastação é, em grande parte responsável por êsse estado de coisas. Tal reflorestamento deverá representar, junto à futura barragem do Ibirapuitá, a solução fundamental para o importante problema.

Para a perfuração de poços, vinte e cinco sondas perfuratrices têm estado constantemente em serviço, mórmente naquela região.

Especial contribuição, entretanto, para prevenir os efeitos deletérios das sêcas, nas zonas de criação, vem sendo proporcionada pelo fomento da organização de pastagens artificiais, iniciativa que já mereceu o mais franco apoio desta Assembléia, com a elaboração das Leis ns. 1.583 e 1.931, e que é objeto das maiores preocupações, mórmente no setor experimental, a fim de que se possa, oportunamente, dar aos criadores eficiente orientação. Continuaram, por isso nos estabelecimentos experimentais agrostológicos, de São Gabriel e Vacaria, os trabalhos de obtenção de variedades forrageiras resistentes à seca e ao pisoteio, bem como os estudos sobre a possibilidade de obter um aumento econômico de lotação dos campos, numa época em que o valor das terras de pastagens é bastante superior ao do que elas estão produzindo.

A experiência, iniciada nesse sentido em 1951, está-se revelando plenamente vitoriosa, pois, enquanto poteiros de pastagem nativa, mesmo limpos e adubados, puderam manter um único animal por hectare, e ainda com quebra de peso, poteiros de pastagem artificial adequada mantiveram lotação três vezes maior, oferecendo ainda o apreciável aumento diário de 300 gramas por cabeça, com a vantagem de um engorde médio de 115 quilos "per capita", num lote de dezoito novilhos, base da referida experiência.

**Proteção dos
rebanhos rio-
grandenses**

Situam-se, indiscutivelmente, no primeiro plano da colaboração da Secretaria à pecuária rio-grandense, os serviços de profilaxia animal, eficientemente desenvolvidos, graças não só à bem organizada rede de 52 Inspectores Veterinários, que atendem a totalidade dos municípios criadores, mas também às pesquisas e à larga produção do Instituto Desidério Finamor.

Pode-se afirmar que a êsses dois fatores essenciais se deve o bom estado zoossanitário do Rio Grande do Sul, que melhor ainda poderia ser não fôsse a falta de compreensão e de colaboração de alguns criadores, especialmente no combate à peste suína, virose que, por isso mesmo, em 1953, registrou ainda vários focos, e uma diminuição na prática da vacinação, cuja obrigatoriedade, oportunamente posta em vigor, continua a ser dificultada pela luta surda de alguns e por uns poucos insucessos, devidos a falta de prática de alguns vacinadores. Procura-se adestrar eficientemente êsse grupo na prática do meio mais seguro de evitar o terrível flagelo da suinocultura, a fim de que a Secretaria possa colher os resultados alcançados em 1946, quando

dizimada a quase totalidade do rebanho suíno dos demais Estados criadores, o Rio Grande, pela vigilância e a vacinação, viu-se praticamente protegido contra aquela virose.

Em relação à febre aftosa e à brucelose, 1953 foi um ano de marcada eficiência. Os focos da primeira foram imediatamente isolados pela prática da vacinação intensiva, o que se tornou possível graças à coleta de epitélio virulento, que acusou um acréscimo de quase 60 % sobre a produção do ano anterior. A segunda, pela primeira vez, foi combatida sistematicamente, havendo-se registrado, apenas nos oito municípios em que o plano teve início, a apreciável vacinação de 23.888 animais, testando-se 27.682, com a incidência de 8,6 % de reações positivas.

Com a mesma tradicional eficiência, salientou-se em 1953, o serviço de erradicação da sarna ovina, que ampliou sua área de ação a mais quatro municípios, somando já sob seu controle um rebanho de 8.401.008 ovinos, ou sejam 95 % do que possui o Estado.

Do que representa esse utilíssimo serviço, para a economia laneira, diz o índice de apenas 0,1 % de incidência média de sarna constatada nos rebanhos em erradicação, que equivale a uma incidência 55% menor que a de 1952, e a apreciável qualidade das lãs comercializadas no Estado, que, num total de 23.053.899 quilos, revelaram 45,09 % de lãs especiais contra 31,85 % registrados cinco anos atrás.

No que diz respeito à defesa sanitária animal, merece ainda especial menção o combate às helmintoses ovinas e suínas, com o fornecimento aos criadores de mais de 100 toneladas de Fenotiazina e 100 mil doses de helmintocidas, e o tratamento direto de 893.887 ovinos, 200.000 suínos e 800 bovinos; à tuberculose bovina, cuja incidência se conseguiu fazer baixar para 4%, quando, em 1951, era de 7,2%; à raiva desmodina, debelada pela vacinação perifocal de 60.861 animais e pelo combate sistemático ao morcego hematófago, até mesmo no território catarinense; aos carbúnculos hemático e sintomático, com as vacinações de, respectivamente, 241.626 e 85.177 animais; e às pneumo-enterites dos leitões e dos bezerros, com a aplicação de 17.753 e 9.049 vacinas; ao paratifo dos porcos, com a aplicação de 83.981 doses de vacina; contra a tifoze, o cólera e a varíola aviárias, com o uso de, respectivamente, 76.632, 13.391 e 8.243 vacinas.

Há ainda a registrar, além de outros serviços profiláticos de menor expressão, os de premunicação contra a tristeza parasitária, que beneficiaram 2.560 bovinos, com 100 % de eficiência, a inspeção sanitária de 44.858 reprodutores procedentes do estrangeiro, e, principalmente, o expressivo número de 359.406 estabelecimentos rurais visitados pelos Inspetores Veterinários e seus auxiliares.

Desde o primeiro ano de sua gestão, preocupou ao atual Governo o problema do abastecimento do sal, normalmente oneroso para a pecuária e atividades saladeiras e, por vezes, bem precário, quando se registram dificuldades no transporte oriundo do Norte do País.

Com o concurso de técnicos especialmente contratados, iniciaram-se, em junho de 1951, os estudos concretos sobre a viabilidade de sua obtenção no litoral rio-grandense. Os resultados foram, desde logo, os mais promissores, pois a Lagoa do Peixe, segundo observações diárias que se estenderam por mais de um ano, revelou-se um local altamente apropriado àquele fim, apresentando, em certas épocas do ano, um grau de salinidade superior em 40 % ao da própria água do mar.

A difícil acessibilidade ao local, aliada à deficiência de recursos orçamentários específicos, dificultaram, entretanto, o incremento sistematizado dos estudos e observações, que, não obstante, prosseguiram durante o exer-

O sal e sua
produção no
Estado

cício em relato e deverão ser, agora, grandemente intensificados com os recursos consignados no Plano de Obras.

Dependendo embora de um maior acervo de observações, já que as condições climáticas do Estado são por demais variáveis, pode-se assegurar, entretanto, que é viável e econômica a obtenção de sal em nosso litoral, particularmente na referida Lagoa, nas proximidades de Mostardas, no Município de São José do Norte, onde repetidas observações têm revelado, em certas épocas do ano, concentração três vezes superiores à da água do mar, com a conseqüente destruição de toda a sua fauna. Por outro lado, e apesar das condições de clima bem mais desfavoráveis que se registraram entre outubro de 1952 e abril de 1953, época até então considerada a melhor para a concentração, obtiveram-se salmouras correspondentes a 10 kg. de sal por metro quadrado.

Tudo indica, entretanto, que os trabalhos de produção, experimental ou semi-industrial terão de obedecer a um sistema misto, parte sob concentração solar e parte sob cristalização térmica em instalações a vácuo, que deverão permitir, também, a produção de sal refinado e subprodutos, tais como sais potássicos, magnesianos e bromo.

Produção pesqueira

Representando a pesca, no Estado, atividade de grande parte da população litorânea, tem merecido também a melhor atenção, principalmente visando dotar o Porto de Rio Grande de um moderno entreposto-frigorífico, que, com a colaboração pecuniária do Governo da União, foi instalado no ano em relato e entregue à administração do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais.

Não obstante os percalços enfrentados e as não pequenas despesas que uma obra de tal vulto exige, a concretização desse empreendimento veio dar solução radical aos velhos problemas de natureza econômico-social com que se debatia o pescador rio-grandense.

Assistência pedagógica ao produtor

Particularmente eficazes vê-se mostrando nestes últimos anos, e muito especialmente no de 1953, as múltiplas formas de assistência pedagógica dispensada ao produtor, quer em seu próprio setor de atividade, pela orientação que lhe proporcionam os agrônomos e veterinários sediados nas regiões de produção, quer, principalmente, pela organização de cursos especiais, que estão habilitando tecnicamente bons contingentes de trabalhadores rurais, nas mais diversas lídeas da lavoura e da criação.

Entre estes merecem especial menção os cursos práticos de latifícios, de classificadores de lãs, de ovinocultura, de suinocultura — iniciado em 1953 no Posto Zootécnico da Serra, com a expressiva matrícula de 29 filhos de colonoos interessados em racionalizar suas criações — os cursos práticos de cooperativismo e, muito especialmente, o de treinamento e mecanização da lavoura, que, no ano findo, diplomou, em sete turmas, 79 novos aradores-tratoristas, que já formam na linha da frente da campanha empreendida em benefício da mecanização da lavoura rio-grandense.

Como assistência pedagógica indireta ao produtor, devem ser citados os cursos ou estágios de aperfeiçoamento ou especialização proporcionados aos técnicos encarregados da orientação direta do nosso homem do campo. Dispondo-se embora de recursos relativamente reduzidos, conseguiu-se, em 1953, em parte com a colaboração do "U. S. Department of Agriculture" e da "Rockefeller Foundation", promover o aperfeiçoamento de 19 técnicos, sendo 9 Engenheiros-Agrônomos, 3 Zootecnistas, 2 Veterinários, 2 Químicos, 1 Economista, 1 Cartógrafo e 1 Técnico-Rural, que estagiaram, por períodos que vão de 3 a 15 meses, em instituições especializadas nos Estados Unidos, na Nova

Zelândia, em Pôrto Rico, no México, na Argentina, no Uruguai e em diversos Estados brasileiros, trazendo valioso acervo de novos conhecimentos para aplicação em nosso meio.

Sob a direção do Diretor Geral da Secretaria da Agricultura e com a cooperação da Secretaria de Educação e Cultura e do Departamento Estadual de Saúde, a Missão Rural de Osório, que resultou de um acôrdo celebrado, aos 7 de agosto de 1952, com a Campanha Nacional de Educação Rural, em apenas um ano de realizações, tem obtido resultados que surpreendem e não podem ser suficientemente traduzidos na simples linguagem dos algarismos.

Operando inicialmente nos distritos de Maquiné e Marquês do Herval, a Missão Rural de Osório, que representa o marco inicial de uma grande obra de elevação do nível social e econômico do nosso homem rural, já alcançou seu primeiro objetivo, qual o de conquistar a integral confiança de uma população praticamente à margem de qualquer progresso econômico ou social e sujeita ao enfraquecimento orgânico resultante da ausência dos mais rudimentares princípios de higiene e alimentação, condições de vida, infelizmente, de grande parte da população nordestina do Estado. Atestam-no dois simples inquéritos realizados pelo médico da Missão: mediante 1.283 questionários e ovo-helminoscópias, chegou-se à dolorosa conclusão de que as verminoses são generalizadas e endêmicas na região e de que a alimentação, em regra inadequada e insuficiente, é ali, a responsável por abundantes estados subcarenciais quotidianamente observados.

O programa da Missão que obedece à superior orientação da Campanha Nacional de Educação Rural, foi, desde início, subdividido pelos seguintes setores: o agrícola, o médico, o social, o educacional e o de educação doméstica, devendo-se referir que, segundo o atestado espontâneo das principais autoridades e elementos mais representativos do Município, em apenas um ano de atividades, a Missão já modificou a vida da população. Enquanto se dedica ao trabalho da terra, com mais entusiasmo, demonstra essa, visivelmente, maior confiança na ação dos Poderes Públicos, não se eximindo, por exemplo, da prestação de declarações aos agentes de estatística.

Mais eloqüente testemunho, entretanto, da obra que a Missão vem realizando, graças, em grande parte, à dedicação inexcedível de seus membros, dão os seguintes algarismos:

No setor agrícola, destacam-se a organização de 52 lavouras e 25 pomares demonstrativos, estes já com 2.370 mudas ou enxertos de espécies e variedades agora introduzidas; a instituição de 13 florescentes clubes agrícolas e de um sem número de hortas domésticas; a campanha pela prática de conservação do solo e da rotação de culturas, já francamente adotada por alguns agricultores; a criação de suínos em colaboração; o incentivo do plantio do trigo, com dez agricultores, que já colheram ótimos resultados; e, como coroamento de todo o programa de trabalhos agrícolas, a organização de um plano para a obtenção de tomates fora da época normal, aproveitando as condições de certas regiões menos sujeitas à geada e aos ventos frios.

O setor médico, que presta assistência a 26 localidades, encetou uma louvável campanha de educação sanitária, inclusive com filmes apropriados, a fim de vencer os hábitos arraigados que constituem o maior obstáculo ao progresso nesse setor. Com a colaboração da 7.ª Inspecção de Terras, instalou já 115 fossas, em 13 localidades. Estabeleceu, simultaneamente, 19 caixas de socorro de urgência e criou pelotões de saúde em duas localidades e centros de enfermagem em outras duas. Sua atividade revelou-se, ainda, pela realização de 86 palestras públicas, 20 aulas de enfermagem, puericultura, obstetrícia e socorros de urgência, projeções cinematográficas, distribuição de folhetos, realização de 1.389 imunizações anti-variólicas, anti-tíficas e contra coqueluche, e 29 reuniões, além de um sem número de atendimentos de enfermos.

O setor social, que ativamente trabalha pela melhoria das condições sociais e econômicas do Município, está influenciando decisivamente na organização da Associação Rural, criação de um jornal, que deverá circular imediatamente, instalação de uma rádio emissora, construção de um cinema moderno, organização de uma associação de professores, construção de uma praça infantil, campanha pró-construção de sedes de clubes sociais nos distritos e reconstrução de escolas municipais. Realizou cerca de 200 círculos de estudos, tendo por tema central o associativismo e seus benefícios; promoveu inúmeras reuniões sociais; colaborou ativamente na organização da festa da padroeira do Município; realizou 21 festas de Natal, em que distribuiu presentes a mais de 1.500 crianças, comemorações da Semana da Pátria em 27 localidades, da Páscoa em 7 e do Dia das Mães em 6, além de haver organizado 18 clubes femininos, um masculino e 2 infantis.

O setor educacional, por sua vez, cuidou especialmente da organização e funcionamento dos clubes agrícolas e infantis, estes já com 115 sócios e aqueles com um número que varia de 35 a 110 elementos; ministrou orientação pedagógica às professoras municipais, num curso de férias, de 5 dias, com 79 inscritas; promoveu reuniões pedagógicas semanais e a organização de associações de pais e mestres.

O setor de educação doméstica desenvolveu atividades de orientação de corte e costura, em 12 clubes femininos, com a frequência de 180 moças; orientou, em 16 clubes, 250 moças em vários trabalhos manuais; em 9 clubes, ministrou aulas de arte culinária a 130 moças; e proporcionou ensinamentos sobre administração do lar a 25 destas.

Mercados e preços

Referidas as principais formas de assistência proporcionadas à produção e ao produtor, cumpre dizer da contribuição que, através dos órgãos supervisionados pela Secretaria da Agricultura, tem sido dada à solução dos problemas que se situam entre os da produção e os do consumo, ou, mais especificamente, os dos preços e mercados, visando ao racional equilíbrio entre os interesses do produtor e os do consumidor.

É fundamental, para todos nós, conservar, a todo custo, a feição característica da produção rio-grandense, que é a da policultura. Graças a ela, é no Rio Grande que se verificam os menores contrastes social, sendo ínfimo o número dos potentados e pequena a percentagem de miseráveis, em relação aos demais Estados da Federação. E as terras, em sua quase totalidade, se acham divididas entre pequenos e médios proprietários, que trabalham seu próprio pedaço de solo.

No entanto, é preciso ter em mente que a proteção artificial a determinados produtos e a compressão sistemática de outros, como preconizam alguns, e já se notam em certos setores, são providências que tendem à inversão de quele salutar estado de coisas, favorecendo a monocultura e o latifúndio, altamente prejudiciais à própria economia nacional.

Salvaguardar, por isso, aquêle justo equilíbrio entre os interesses da produção e os do consumo, manter e estimular a policultura e, sobretudo, evitar o abandono da produção de gêneros alimentícios essenciais, em favor da produção de matérias primas para a indústria, têm sido, assim, o principal objetivo perseguido pelo Governo.

Nem sempre, ou melhor, muito raramente compreendidos, pelos interessados, aos responsáveis pela coisa pública anima a convicção de haver cumprido o seu dever em benefício dos interesses gerais, ferindo, embora, por vezes, os de grupos ou classes que só visam ao próprio proveito.

Das lutas enfrentadas, em questões de mercados e preços, mórmente por intermédio das autarquias que se coordenam com a Secretaria, já se podem tirar inludíveis conclusões sobre quem estaria com a razão.

Assim, por exemplo, no caso da lã, do arroz, do trigo, da carne e do leite;

para só citar alguns já postos em equação, em que se teve sempre em mira os interesses gerais.

Contrária à excessiva alta da lã, convencida de que estimularia sua produção em detrimento da produção de carne, bem mais necessária aos mercados rio-grandense e nacional, a orientação governamental foi repelida pelos fazendeiros, que, atraídos pela alta referida, começaram a superlotar seus campos com ovinos. As recentes mortandades de gado no período hibernar, entretanto, são, sem dúvida, uma consequência daquele procedimento, que se procurou evitar. Fomentou-se a produção de lã à custa da de carne.

Coerente com o justificado propósito de não permitir o desenvolvimento artificial de algumas culturas em detrimento de uma bem orientada policultura, procurou o Governo impedir a elevação do preço mínimo do arroz. Foi, por isso, acerbamente combatido. O atual violento enjôo do mercado, com a queda dos preços, depois de um longo período de dificuldades para o consumidor modesto, veio mostrar ao lado de quem estava a razão.

Em relação ao trigo, na mesma linha de coerência, também foi o Governo contrário à elevação do preço mínimo. Convenceu-se, entretanto, de que era justo permiti-la, tendo em vista a situação internacional, que veio possibilitar maior amparo ao triticultor, sem maior ônus para o consumidor, já que a farinha, produzida simultaneamente com trigo nacional e estrangeiro, poderia ser vendida ao mesmo preço anterior.

Para o problema do leite, que envolve os interesses de toda a população, encontrou-se, felizmente, solução na industrialização das sobras e, simultaneamente, em outras medidas postas em prática pelo DEAL, tais como as de mais íntima colaboração com os produtores, pela distribuição de rações balanceadas, o que foi viável com a colaboração da Comissão de Abastecimento e Preços que delegou à Secretaria da Agricultura competência para a distribuição das forragens; pela manutenção de conjuntos agrários que fazem o preparo das terras dos produtores, para a organização de boas pastagens; e, sobretudo, pelo estabelecimento de um plano de aquisição e revenda de boas vacas, para o que foi autorizado um empréstimo de Cr\$ 5.000.000,00. Tais providências permitiram que, com uma majoração relativamente insignificante no preço do produto ao consumidor, se proporcionasse um aumento de quase 40% nos preços pagos ao produtor, e provocaram um considerável acréscimo de quase 10 milhões de litros sobre o beneficiamento total do leite em 1952.

O problema da carne, embora continue a ser dos mais complexos, mormente em razão da tradicional orientação recebida das administrações anteriores — a manutenção dos preços ao consumidor, com a contribuição dos cofres públicos, e, assim, indiretamente, do próprio consumidor — encontrou uma racional solução parcial na elevação dos preços das carnes de primeira qualidade, sem ônus, portanto, para o consumidor de menores recursos. Outra contribuição valiosa para solução deste problema consistiu na aquisição dos Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros, o que possibilitará a exportação dos trazeiros excedentes para outras praças consumidoras.

Deve-se acrescentar, finalmente, como coroamento de toda essa preocupação em encontrar o justo equilíbrio entre os interesses da produção e os do consumo, a atividade desenvolvida pelo incremento sempre maior da prática cooperativista, solução racional de grande parte do problema, e, ao mesmo tempo, a intervenção do Estado diretamente nas atividades do comércio de gêneros alimentícios, com o fim de o regular e condicionar aos razoáveis níveis de lucro e de higiene. Nesse sentido, em que pesem os argumentos dos que a combatem, a CAMPAL S. A., Companhia Reguladora de Comércio, obteve franco êxito, atestado não só pelo crescente volume de vendas e sensível baixa dos preços, como sobretudo pelo exemplo de disciplina que representa para o comércio, impedindo ou mitigando a especulação.

Articulada por três Seções: a de Assistência ao Cooperativismo, a de Classificação e Fiscalização e a de Fomento Industrial e Comercial, as atividades da Diretoria de Indústria e Comércio consistiram em trabalhos de ex-

perimentação e pesquisa, de assistência direta ou indireta à produção, além de diversos outros, entre os quais a assistência pedagógica.

A experimentação e a pesquisa se processaram no setor industrial e no econômico. Em relação ao primeiro, foram efetuados pelo Laboratório Central da Diretoria, entre outros, os seguintes estudos e pesquisas: Estudo sobre cloretos nos vinhos rio-grandenses; estudos da composição química de cebolas e alhos cultivados no Estado, objetivando a seleção dos de maior valor industrial; estudos do comportamento de culturas de fermentos lácticos, empregados na maturação dos cremes; determinação dos limites de variabilidade e precisão do viscosímetro "Hoppler"; estudos sobre a conservação de azeitonas, obedecendo a diversos processos de tratamento; estudo sobre o comportamento da folha de Flandres, de várias procedências, no enlatamento de frutas; determinação dos teores de óleo e índices de iodo em 28 linhagens de linho; determinação fenotípica de 24 amostras de azeitonas colhidas no Rio Grande do Sul.

No setor econômico, promoveu-se com a cooperação do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais e a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, a organização de séries estatísticas da exportação e importação de bens de consumo e de matérias-primas, juntamente com o registro mensal de sua circulação, bem como estudos e planificação de inquéritos, de modo a permitir a organização de um cadastro industrial.

A Secção de Classificação e Fiscalização, substancialmente reestruturada e atendendo 68 municípios do Estado, agrupados em 13 regiões, prosseguiu em suas pesquisas estatístico-econômicas em relação à exportação de produtos padronizados, que registrou, em 1953, os montantes de 572.702.351 toneladas para o comércio interestadual e apenas 16.087.148 toneladas para os mercados do Exterior. Por tal resultado, foi responsável principalmente o arroz, que, havendo contribuído com 96% da exportação total para o estrangeiro, em produtos padronizados, em 1952, não teve qualquer significação no movimento de exportação de 1953, em razão da baixa produção registrada em outras regiões do País.

A assistência direta à produção processou-se no setor industrial, onde, entre outros trabalhos, foi orientada a instalação de uma fábrica de farinha de mandioca, tipo exportação, com capacidade para 2 mil quilos horários, e a extração de citronelal de óleo essencial de eucalipto, pelo Colégio Cristo Rei, de São Leopoldo; no setor da organização econômica da produção, por meio da assistência permanente às 462 cooperativas em funcionamento no Estado e a organização de 54 novas entidades desta espécie, das quais 26 de consumo e 20 de produção; no setor da classificação e fiscalização da produção exportável, onde foi proporcionada permanente assistência técnica de orientação à racional classificação dos produtos, segundo os padrões oficialmente organizados, e em sintonia com as exigências do mercado de consumo.

A assistência indireta à produção é, pela natureza de suas atribuições, a principal forma de assistência proporcionada pela Diretoria. Por meio de uma fiscalização sempre mais eficiente é, não apenas reprimida a fraude, mas valorizado o bom produto, e, assim, tornada mais acreditada a produção do Estado junto aos mercados de consumo.

O Serviço do Vinho, por seus laboratórios sediados na região vitivinícola, recolheu 16.352 amostras de vinho, aguardente, grapa, suco de uva e vinagre, fazendo 110.646 determinações analíticas e expedindo, para desembaraço regular dos produtos assim fiscalizados, em um volume de 92.047.676 litros, 4.072 certificados de análise e 51.094 guias de exportação para o comércio intermunicipal e interestadual.

Os Serviços de Classificação e Fiscalização da exportação, numa rigorosa e permanente vigilância sobre a qualidade e padronização dos produtos exportáveis, procederam ao exame de 18 260 amostras de um total de 588.789.499 toneladas de produtos agrícolas e matérias-primas padronizadas, das quais apenas 16.087.148, ou sejam, pouco mais de 10% do que em 1952, se exportaram para o estrangeiro, devido principalmente, à ausência de exportação

do arroz, que teve de ser, por deficiência de outras zonas de produção, integralmente destinado aos mercados nacionais. Em consequência do referido exame, foram expedidos 19.227 certificados de classificação, ordenando-se a remarcação de 274 lotes de produtos diversos.

A assistência pedagógica se desenvolveu sob várias formas, particularmente nos setores de assistência ao cooperativismo, não só junto às instituições escolares, como, sobretudo, na formação e especialização de técnicos em assuntos cooperativos, através de cursos intensivos. Graças à assistência às instituições escolares, organizaram-se imediatamente duas novas cooperativas desse gênero, estando mais 4 em organização.

A organização de cursos intensivos de cooperativismo despertou o mais promissor entusiasmo, principalmente por parte das entidades cooperativas no Estado. Em dois cursos, com a duração aproximada de dois meses, se diplomaram, na técnica cooperativista, 38 alunos de várias regiões. Eficiente assistência pedagógica foi dada, também, através de conferências e palestras realizadas em congressos rurais, na semana do cooperativismo, no Instituto de Educação, Faculdade de Filosofia e outras instituições educacionais.

Com o escopo de divulgar o que, no Rio Grande, vem sendo realizado, nos setores econômico e tecnológico em benefício da produção agrícola, organizou-se uma revista especial na Diretoria de Indústria e Comércio, que se encarrega, simultaneamente, da doutrinação do cooperativismo. As solicitações da mesma, que já circulou, normalmente, nos doze meses do ano, têm sido de tal monta que forçaram o aumento da tiragem, elevada a 2.000 exemplares mensais, quase totalmente entregues a sindicatos, cooperativas, associações rurais e comerciais, Prefeituras, jornais, instituições bancárias e educacionais e repartições públicas, quer dêste, quer de outros Estados e até mesmo do Exterior.

Tendo por objetivo essencial a fixação do homem ao solo agrícola, a Diretoria de Terras e Colonização prosseguiu em seus trabalhos de discriminação, demarcação, divisão, concessão e legitimação das terras públicas e, paralelamente, nos de construção de estradas coloniais, caminhos vicinais e obras de arte, de modo a permitir, na região das colônias, o mais rápido e econômico escoamento da produção rural.

Durante o exercício, encerraram-se 47 processos de legitimação de terras, dos quais 38 com sentenças governamentais favoráveis, que asseguraram aos interessados a posse, por legitimação, de 15.137.851 m², e, por concessão especial, de 787.574 m², e foram expedidos 35 títulos de legitimação de posses, com a área total de 12.408.201 m².

O trabalho das dez Inspetorias de Terras, estando a 11.^a por instalar-se em Camaquã, consistiram em levantamentos topográficos para o aproveitamento de uma área de 16,227 ha e a formação de 1.861 lotes rurais, 175 chácaras e 485 lotes urbanos; na concessão de 836 lotes rurais, 94 chácaras e 8 lotes urbanos; na expedição de 836 títulos de propriedade, correspondentes a concessões já feitas; na construção de 55 km de estradas novas e no revestimento de 14 km de outras existentes, bem como na construção de diversas obras de arte. A arrecadação da dívida colonial, resultante da venda de terras públicas, ascendeu a Cr\$ 7.136.940,30, correspondendo, assim, à receita orçamentária.

Na medida de suas possibilidades e dos seus reduzidos recursos orçamentários, continuaram as Inspetorias a proporcionar assistência aos silvícolas dos Toldos de Água Santa, Ventarra, Votouro, Guarani, Inhacorá e Serrinha, com a área total de 15.700 hectares e uma população de 979 almas, uma vez que os Toldos de Nonoai e Guarita, de maior população, passaram a ser administrados pelo Serviço de Proteção aos Índios, do Governo da União.

Exercendo as funções de delegada da Comissão Especial da Faixa das Fronteiras, do Conselho de Segurança Nacional, a Secção da Faixa das Fronteiras tem a atribuição de velar pelo cumprimento da legislação sobre o re-

gistro de propriedades e o estabelecimento de firmas industriais e comerciais na faixa de 150 km ao longo das fronteiras do Rio Grande do Sul. No desempenho dessas atribuições, a Secção estudou, em 1953, 841 processos, reexaminou 182 e encaminhou à decisão da Comissão Especial 66 expedientes, expedindo, nesse período, 670 autorizações para operar na referida faixa.

Integra, também, a Diretoria de Terras uma Secção de Geografia, que trabalha em íntima colaboração com o Conselho Regional de Geografia.

A assistência pedagógica às atividades rurais continuou a ser prestada, pela Secção de Informações e Publicidade Agrícola, através de uma permanente divulgação de ensinamentos sobre o racional aproveitamento das riquezas da terra, feita pela imprensa, pelo rádio, pelo cinema e, de modo especial, com a colaboração das Diretorias de Produção Vegetal e Animal, pela realização de palestras e demonstrações práticas, bem como por uma farta distribuição de publicações técnico-práticas.

Distribuiu a Secção à imprensa e ao rádio 126 notícias ou instruções de útil divulgação no meio rural.

O serviço cinematográfico ambulante, equipado com novos filmes, visitou, durante o ano, 18 municípios, onde fêz 396 exhibições, com uma assistência superior a 45.000 pessoas, em sua maioria do meio rural. Simultaneamente, o Gabinete de Cinegrafia, vencendo não pequenas dificuldades, conseguiu confeccionar 5 filmes documentários, que estão sendo exibidos em todo o território nacional, dando a conhecer não poucas atividades rurais rio-grandenses, e proporcionando apreciáveis instruções aos que os assistem.

Foram feitas palestras e demonstrações, por ocasião de duas semanas ruralistas, promovidas pela SIPA em Santa Cruz do Sul e Candelária, bem como no Congresso de Ação Social Rural, promovido, em Faxinal do Soturno, pela Ação Católica de Santa Maria.

Entre boletins, circulares e folhetos instrutivos, bem como plantas, cartazes e gráficos, foram distribuídas 65.852 publicações, sendo a expressiva maioria, ou sejam 48.580, constituída de folhetos de divulgação prática.

Múltipla e variada foi também a assistência indireta às atividades rurais. Tendo em vista a grande utilidade dos folhetos de cunho prático e impressão barata, elaboraram-se dez novos trabalhos dessa natureza, para breve impressão e distribuição. Além da referida distribuição de notas, comentários e instruções, que são divulgados pelos órgãos da imprensa e do rádio, no Estado, a Secção iniciou, em 1953, com os maiores recursos materiais e pessoais de que ora dispõe, a preparação de seu antigo periódico, que agora, sob forma de jornal, custeado em parte por anúncios comerciais idôneos, passou a circular no fluente ano, com farta matéria de útil divulgação no meio rural.

Com uma bem montada oficina tipográfica, dotada de linctipo, impressoras elétricas e dobradeira automática, imprimiram-se, para divulgação, 212.995 exemplares de publicações diversas, que exigiram 560.930 impressões.

Para a ilustração de publicações e documentários, fizeram-se 49 revelações de filmes com 1.078 poses, 1.673 ampliações e cópias e 387 fotocópias e para boletins, cartazes, cartões e gráficos, mais de 600 diferentes desenhos.

O Serviço de Registro, cuja finalidade não é apenas estatística, mas também a de habilitar os interessados à percepção de vários benefícios proporcionados pela Secretaria, acusou o movimento de 2.520 novas inscrições, fazendo subir a 51.636 o número de inscritos.

Com economia e rapidez, as oficinas gráficas da SIPA fazem a impressão e encadernação de quase todo o material requerido pela Secretaria. No ano em relato, confeccionaram, assim, para os diversos serviços, 1.046.564 exemplares dos mais diferentes impressos, com um total de 2.077.569 impressões, em oito meses de atividade, já que os primeiros quatro meses do ano foram empregados com a montagem e aparelhamento das mesmas oficinas.

Na Biblioteca da Secção, que reúne a maior coleção de publicações agrícolas existentes no Estado, foram consultadas 4.755 publicações, das quais 2.863 em português, 935 em inglês, 657 em espanhol e as restantes em francês, italiano, alemão e latim.

Com as publicações adquiridas ou doadas no ano passado, subiu o patrimônio da Biblioteca a 14.704 volumes, dos quais 5.069 livros, 8.018 folhetos e 1.617 periódicos encadernados.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DE LEITE

As atividades do DEAL, em 1953, foram intensas e proveitosas para o normal abastecimento do leite à população.

Todos os setores da autarquia sofreram, nesse período, radicais reformas, destinadas a proporcionar um melhor abastecimento do produto.

Não obstante os percalços com que teve de lutar, sua Diretoria promoveu, com êxito, diversas realizações, que influíram decisivamente, não apenas no aumento e melhoria da produção, mas também na radical transformação da situação financeira da autarquia, que, deficitária de 1946 a 1950, passou depois a apresentar superavit, embora pagando mais ao produtor, por um produto que não encareceu na mesma proporção ao consumidor.

A produção leiteira experimentou em 1953, um vigoroso impulso, com um acréscimo de quase 10 milhões de litros sobre a do ano anterior. Esse auspicioso resultado decorreu, sem dúvida, da adoção das seguintes providências:

**Produção
leiteira**

1 — Ampliação dos serviços de distribuição de rações balanceadas aos fornecedores do DEAL (Distribuíram-se, neste período, 237.836 sacos de rações, não tem sido viável maior distribuição, em vista da escassez de farelos e tortas oleaginosas).

2 — Observância de rigorosa pontualidade nos pagamentos dos fornecedores, em dias prefixados.

3 — Manutenção de conjuntos agrários, destinados ao preparo das terras para o plantio de forrageiras, nas propriedades dos fornecedores de leite, mediante simples indenização das despesas com pessoal e combustível, descontáveis por ocasião do pagamento do leite (Prepararam-se, deste modo, 200 hectares de terras de 63 fornecedores).

4 — Estabelecimento de um justo preço pelo leite entregue ao DEAL (Registrou-se a majoração de 36% sobre os preços pagos em março de 1951, sem que isso importasse em grande oneração de preço ao consumidor).

5 — Instalação de usinas de coleta e resfriamento do leite nas zonas produtoras mais distanciadas do Entreposto (Instalou-se uma usina em Osório, uma outra esteve em funcionamento em Gramado, e uma terceira em construção em Montenegro).

6 — Estabelecimento de um plano de revenda de vacas leiteiras aos fornecedores (Considerando a má qualidade do rebanho leiteiro que abastece os nossos principais centros de consumo, e a conseqüente necessidade de o melhorar, o DEAL promoveu a efetivação de um empréstimo de 5 milhões de cruzeiros, destinado a financiar a aquisição de vacas para a revenda. Tal iniciativa foi acolhida pelo Poder Legislativo convertendo-se na Lei n.º 2.268, de 28-12-53).

Em relação ao auspicioso aumento registrado na quantidade de leite entregue ao beneficiamento, oportuno é referir que, embora, anteriormente, mantivesse o Entreposto o monopólio da distribuição do produto, sendo vedado o comércio de leite não pasteurizado, não conseguiu registrar uma entrada superior a 26.788.595 litros, ao passo que, com o leite crú à venda na Capital, chegaram à usina pasteurizadora, em 1953, 33.619.022 litros, ou sejam, 25% a mais.

Beneficiamento e acondicionamento

A par do aumento quantitativo do leite, o seu beneficiamento e acondicionamento continuaram a experimentar consideráveis melhorias, proporcionando à população um produto cada vez mais higiênico e nutritivo.

Esse resultado foi conseguido não só em virtude da instalação de um novo e eficiente pasteurizador de 15 mil litros por hora, como da adoção do encapsulamento metálico das garrafas, o qual, impedindo a adulteração, promoveu um surto de maior confiança no leite pasteurizado.

Distribuição

Em substituição ao velho e prejudicial sistema de sacrificar o consumidor, obrigando-o a permanecer em filas por longas horas ou a sujeitar-se à ação de intermediários gananciosos, continuou o DEAL na organização de postos de distribuição, inclusive a domicílio, sob contrato com o Entrepasto. Estes postos assim oficializados já sobem a 80, tendendo a aumentar, até serem atendidas tôdas as exigências do consumo, nas mais diversas zonas da Capital.

Consumo

Em consequência de tais providências, subiu consideravelmente o consumo do leite pasteurizado, pois as vendas que, em 1949, na vigência do monopólio, foram de 21.362.348 litros e haviam decrescido, logo depois, para 18.706.797 litros anuais, passaram a ser, em 1953, de 29.498.405 litros, podendo-se assegurar que, se não fôra a livre concorrência do leite crú, o Departamento estaria distribuindo mais 20 mil litros diários.

Industrialização

Uma das principais preocupações da atual administração do DEAL tem sido a de desenvolver a industrialização das sobras do consumo e do leite considerado de acidez imprópria ao consumo "in-natura", proporcionando, simultaneamente, garantidos produtos lácteos a um mercado que, como o nosso, se ressenete da falta de bons laticínios.

Para alcançar este objetivo, no entanto, o Departamento de Leite foi obrigado a reformar completamente o seu parque industrial, durante o ano em relato.

Em consequência, a produção da manteiga DEAL, que é, sem dúvida, no gênero, uma das melhores do País, foi, em 1953, de 378.516 quilos, contra 267.306 em 1952.

Com a remodelação sofrida, está o Departamento atualmente capacitado a empregar 3 mil litros de leite, diariamente, na fabricação de queijo. A produção, em 1953, foi de 25.094 quilos, contra apenas 9.836 em 1952.

Além de um considerável aumento na produção de caseína, doce de leite, requeijão e nata doce, cabe referir, de modo especial, a produção da tradicional coalhada "Yoghurt" que amentou de 63.614 litros, em 1952, para 103.716 litros

Situação financeira

A execução orçamentária da autarquia, que, só em 1951, pela primeira vez, começou a oferecer superavit, em contraposição a um déficit médio anual de Cr\$ 3.919.399,30 que, até então, se verificava, continuou satisfatória, com lucros não inferiores aos de 1952, quando a conta de resultado acusou o lucro de Cr\$ 10.921.049,30.

INSTITUTO RIO-GRANDENSE DE ARROZ

Fatores econômicos oriundos de várias fontes, que, apesar dos esforços despendidos, para atender os interesses da economia crízicola do Estado, não puderam ser controlados pela autarquia, fizeram do ano de 1953 um período pródigo de problemas para o Instituto do Arroz. O fracasso das safras nos Estados Centrais, a corrida de preços que, então, se alastrou, a despeito de ter o Rio Grande produção suficiente para abastecer todo o mercado nacional, o tabelamento e a retenção de produto, geraram um abastecimento irregular no próprio mercado rio-grandense. Daí a corrida em busca do denominado arroz popular, que o Instituto, com não pequenos prejuízos, pôs à venda nas feiras livres, procurando evitar, por várias iniciativas, como a do recenseamento das famílias verdadeiramente necessitadas do produto de mais baixo preço, que o arroz em questão caísse em mãos de comerciantes inescrupulosos. Não poucas vezes, estes o adquiriam para revender aos preços comuns no mercado, relativamente proibitivos aos menos aquinhoados.

Essas circunstâncias que, praticamente, observaram as atenções da autarquia, não impediram que desse execução às seguintes realizações, mórmente através do seu Departamento de Obras e Assistência Técnica.

Nada menos de 3.421 quadras de lavouras foram niveladas pelo pessoal técnico, que ainda locou açudes para uma capacidade total de 77.500.000 metros cúbicos de água. Os agrônomos regionais, em número de cinco, prestaram assistência técnica a 976 lavouras. Criou-se mais uma região agrícola, com sede em Cachoeira do Sul. Promoveu-se o estágio de seis funcionários em cursos de mecanização da lavoura. Realizaram-se diversos ensaios de adubação, por intermédio dos agrônomos regionais. Incrementou-se a produção de boa semente, com a inscrição, no respectivo serviço, de mais 43 lavouras, com um total de 2136,5 quadras distribuídas em 19 municípios. Instalou-se um laboratório de química agrícola, com a finalidade de realizar análises de terras, adubos, águas, etc, numa obra de assistência ao orizicultor. Prosseguiram os trabalhos experimentais da Estação Experimental do Arroz, executando-se um ensaio de assimilação de fosforita pernambucana. Em cooperação com o Instituto Agronômico do Sul, de sua produção, financiada pela autarquia, distribuiram-se 1.300 sacos de semente, além de 764 sacos de produção da Estação Experimental. Iniciaram-se as construções de três grupos escolares em regiões orizícolas, além de uma escola rural na Barragem do Capané.

Particular importância terá para o desenvolvimento da orizicultura rio-grandense o plano estabelecido, com a cooperação do Ministério da Agricultura, para importação de máquinas agrícolas destinadas à revenda aos plantadores de arroz. Com a integralização já feita, pelo Instituto, de US\$ 1.009.937,25, deverão ser recebidos 137 tratores, 68 arados de disco, 69 arados de aiveca, 137 grades de disco, 23 distribuidores de adubos e 80 combinadas-autometrizes, que serão entregues, a preço de custo, aos agricultores do Estado.

Empreendimento deficitário para o orçamento da autarquia, que se vê impossibilitada de cobrar pela água sequer o seu preço de custo, continua a referida barragem, no entanto, a prestar relevantes serviços à orizicultura de uma vasta região, exigindo, porém, custosas obras de conservação.

Barragem do
Capané

**Colônias
Rizícolas**

Criadas, há anos, em Osório e Uruguaiana, e mantidas, também, em regime deficitário, as Colônias Rizícolas puderam, no entanto, graças a uma safra melhor, oferecer um lucro regular, que já permitiu amortizar parte dos vultosos débitos dos lavoureiros que as constituem. Para que pudesse dispor de um normal abastecimento d'água de irrigação, a Colônia Orizícola n.º 1 solicitou, com grande sacrifício orçamentário para o IRGA, a contribuição de 3 locomóveis e 3 motores de explosão, que lhe asseguraram força motriz no total de 1.022 H. P.

Outras iniciativas e atividades

Por intermédio de seu Departamento Comercial e Industrial, que, praticamente, quase não teve necessidade de efetuar aquisições do produto para regularizar o mercado, tal a avidez com que o arroz rio-grandense foi solicitado em todos os mercados nacionais, a autarquia promoveu junto às companhias de navegação mais rápido escoamento da produção, que subiu a 3.466.718 sacos, notadamente para o Rio e São Paulo. Ao mesmo tempo, forneceram-se às feiras livres locais quase 50 mil sacos de arroz e doaram-se, a instituições beneficentes e aos flagelados do Nordeste brasileiro, 3.611.

Pelo Serviço de Estatística e Divulgação, foram visitadas 6.120 lavouras grandes e pequenas, de 58 municípios, onde se colheram dados para a elaboração do "Anuário Estatístico" cujo oitavo volume foi distribuído nos últimos dias do ano em relato. Prosseguiu a circulação da revista "Lavoura Arrozeira" e, com o intuito de melhor orientar o orizicultor, elaborou-se, para ampla distribuição, um calendário orizícola.

Continuou satisfatoriamente, não obstante percalços resultantes do irregular fornecimento de certos materiais de construção, a edificação de um grande depósito, com a área de 6.580 metros quadrados, que deverá abrigar, já nos primeiros meses, toda a grande quantidade de arroz que o IRGA vai adquirir, ante a abundante produção nos demais Estados, a fim de reprimir o fluxo de nossa produção até o momento em que se depare uma aplicação compensadora.

Organização de uma frota mercante

Com a responsabilidade de dar escoamento a uma das mais volumosas safras anuais, e tendo em vista os impecilhos que têm surgido para a obtenção de praça na navegação de cabotagem, o Instituto do Arroz, em harmonia com a Administração do Estado, o comércio e a indústria rio-grandenses, dispensou imediato apoio à louvável iniciativa de organização de uma frota mercante estadual, contribuindo com a quota-parte de Cr\$ 2.000.000,00.

Companhia Rio-Grandense de Adubos

O IRGA é o principal acionista da Companhia Rio-Grandense de Adubos, organização do maior interesse para a lavoura rio-grandense e, muito especialmente, para a cultura do arroz.

Seu principal produto, o hiperfosfato, de que se venderam, em 1951, 8.000 toneladas, passou a ser fornecido, em 1953, num montante de 48.000 toneladas, 500% a mais que naquele ano. O considerável aumento do consumo tornou insuficientes as instalações industriais da empresa, em Rio Grande, exigindo uma maior capacidade de produção e a construção de dois novos armazéns para a estocagem do produto.

Fêz-se necessária uma nova chamada de Capital, a que prontamente acorreu a autarquia, com a subscrição de mais 2.739 ações, subindo a 5.838 o total de suas ações, além de haver proporcionado a subscrição de 190 de seus funcionários.

INSTITUTO SUL-RIO-GRANDENSE DE CARNES

O problema da carne continua, infelizmente, por sua complexidade, a ser dos que mais preocupam a Administração rio-grandense. Não que, em seu total, haja diminuído o rebanho bovino, o que acontece, entretanto, infelizmente, nas regiões do Estado que se vêm transformando de pastoris em agrícolas e, bem assim, nas propriedades que ainda não adotaram a prática racional das pastagens artificiais, a fim de obter mais altos índices de produtividade o engorde. Em média, o rebanho bovino se tem situado, há mais de dez anos, entre oito e nove milhões de cabeças e, ainda em 1952, era de 8.999.300 bovinos.

A raiz do problema reside por certo no fator preço. Muito baixo, de um lado, para o produtor, ante o encarecimento geral das utilidades e em razão da baixa produtividade oferecida pelas condições atuais da criação. Bastante alto, de outro lado, para o consumidor, que tem na carne o produto básico de sua alimentação. O problema, como é sabido, não é de hoje. Recebeu-o esta da anterior Administração.

Mas, se é difícil sustar um natural aumento de preço do boi, à vista de sua grande procura por mercados de outros Estados, onde é vendido a preços bem mais elevados, não seria justo onerar ainda mais a bolsa do modesto consumidor, que luta contra a presente carestia da vida.

Dai o complexo problema, que, há anos, vinha sendo parcialmente resolvido, com a contribuição onerosa, diretamente dos cofres públicos, mas indiretamente de todos os contribuintes.

Com a providência, há pouco adotada, de aumentar o preço do boi, e, simultaneamente, as carnes consideradas de primeira qualidade, procurou-se, sem dúvida, a solução mais acertada no momento, pois não onera o consumidor de menores recursos pecuniários.

Ao mesmo tempo, porém, buscam-se, por todos os meios, soluções mais radicais, que residem, de um lado, no aumento do índice de produtividade, pela melhoria técnica dos métodos de criação e, particularmente, pela adoção de pastagens artificiais, que permitam o aumento de lotação dos campos; e, de outro, na maior eliminação possível de intermediários, no comércio do produto, pela instalação dos chamados açougues populares, mantidos pelo próprio Instituto de Carnes.

Ponderável influência para a solução do problema da carne terá, por certo, a iniciativa, há pouco concretizada, de aquisição dos Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros, que permitirá a exportação dos trazeiros que excederem do consumo normal para outros mercados consumidores, por preços que poderão contribuir para a manutenção dos que vigoram no mercado rio-grandense.

O ano de 1953 registrou, segundo o quadro que encerra este capítulo, apurado até 31 de outubro, uma acentuada baixa na aquisição e abate de gado pelo Serviço de Marchantaria do Instituto. Essa baixa, entretanto, pode ser compensada, em boa parte, pelo suprimento de 30.000 rês em carnes congeladas, feitas pelos estabelecimentos frigoríficos, dentro do plano de abastecimento de inverno. Os preços médios da carne verde subiram, no segundo semestre, em Cr\$ 0,75 por kg, passando, assim, a Cr\$ 7,85.

O Departamento da Carne Verde, que arrecadou em taxas e cobrança da

divida ativa, até 3^o de novembro, Cr\$ 30.068.614,00, fez, simultaneamente, indenizações pelo sobre preço de inverno, sendo Cr\$ 4.038.779,90 aos marchantes do interior e Cr\$ 3.388.405,40 à marchantaria da Capital.

As matanças para charque, no Estado, segundo o serviço de estatística do Instituto, subiram, durante o período em relato, a 468.411 rézes, superior em 125.000 à safra de 1952. Ao mesmo tempo, subiram, também, as matanças para frio e conservas, que foram de 113.008 contra 94.762 em 1952.

A exportação do charque atingiu, em 1953, a 366.090 fardes com 34.726.422 kg calculando-se, em 31 de dezembro, a existência de 152.400 rézes nas charqueadas e 26.375 nos portos de embarque. Interessante é observar, em relação ao charque, a marcha ascensional de seu preço médio nos principais mercados consumidores do País: de Cr\$ 9,92, em 1947, passou a Cr\$ 22,19, em 1953.

Valiosa colaboração para a solução de vários aspectos do problema da carne no Estado, vem prestando o Gabinete de Engenharia do Instituto, que, responsável pelos projetos das principais obras de engenharia especializada requeridas pela autarquia, elaborou, no ano passado, entre outros, um projeto completo para o Matadouro Frigorífico de Algrete e um outro para a Cooperativa Rural de Caçapava do Sul, incluída uma fábrica de conservas alimentícias.

Serviço de Marchantaria

	Ano de 1950	Ano de 1951
Gado adquirido	176.969 rézes	199.904 rézes
Gado abatido	175.243 rézes	196.556 rézes
Carne verde produzida	35.666.479 kg	37.965.974 kg
Couros produzidos	175.243 unidades	196.556 unidades
Sêbo produzido	2.158.033 kg	2.197.955 kg
Volume de vendas	Cr\$ 215.681.612,00	Cr\$ 241.074.435,70
	Ano de 1952	Ano de 1953
Gado adquirido	178.559 rézes	102.566 rézes
Gado abatido	178.559 rézes	102.566 rézes
Carne verde produzida	34.198.773 kg	20.022.189 kg
Couros produzidos	178.559 unidades	102.566 unidades
Sêbo produzido	1.972.498 kg	1.191.500 kg
Volume de vendas	Cr\$ 251.262.624,10	Cr\$ 232.602.427,10

OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS

No decorrer do exercício passado, a Secretaria das Obras Públicas prosseguiu com êxito na série de empreendimentos de largo alcance econômico e social, que vem executando.

Para a execução desse programa, contou com o saldo existente do empréstimo de 400 milhões, bem como a parcela que lhe coube no empréstimo de 150 milhões, além dos créditos abertos por conta do Plano de Obras.

A Secretaria das Obras Públicas, além de prosseguir nas diversas obras em andamento, iniciou inúmeras outras, quer no setor de saneamento, quer no de construção de novos edifícios públicos ou, ainda, no de aerovias.

Uma das medidas que exigem especial destaque, no período em aprêço, foi sem dúvida a elaboração do "Plano de Obras, Serviços e Equipamentos", aprovado pela Lei n.º 2.136, de 26 de outubro de 1953, no montante de 3 bilhões de cruzeiros.

É esse o maior plano de obras da história administrativa do nosso Estado, sendo fundado na sistematização dos estudos que as diversas repartições vinham, há longo tempo, realizando. A fim de acompanhar o desenvolvimento desse plano, foi criado, em outubro último, na Secretaria das Obras Públicas, o Gabinete de Administração do Plano de Obras.

O ritmo intenso por que se processaram as atividades na Secretaria refletiu-se, antes de tudo, em sua Diretoria Administrativa, cujo encargo é centralizar, orientar e executar todos os serviços propriamente administrativos.

**Diretoria Ad-
ministrativa**

As diversas seções que compõem essa Diretoria deram cabal desempenho a suas inúmeras atribuições, a despeito do grande volume de trabalho determinado, quer pela desenvolvimento e andamento das obras atacadas, quer pela evolução administrativa da Secretaria.

Esta Diretoria tem a seu cargo a construção, conservação e reparação dos próprios do Estado, além de avaliações, estudos e projetos das obras em geral.

**Diretoria
de Obras**

No exercício passado, continuou-se a execução de 18 obras que estavam em andamento e iniciaram-se 16 novas. Das 34 obras em construção, 3 foram completamente concluídas, 14 achavam-se em fase de conclusão, das quais 9 ultimadas no início deste ano, e as restantes tiveram um sensível desenvolvimento.

A despesa com tais obras atingiu a Cr\$ 21.051.692,00, contra Cr\$..... 7.418.613,00 do ano anterior, o que demonstra o vulto das realizações neste campo de trabalho.

No setor de prédios escolares, foi completamente concluído o Pavilhão Sanitário do Ginásio Estadual de São Borja, achando-se em fase de conclusão os Grupos Escolares de Palmeira, Cel. Pilar de Santa Maria e o de Alegrete, enquanto o de Panambi encontra-se na parte das alvenarias.

Nos setores de toros e cadeias, foi mantida e continuada a cooperação en-

tre essa Diretoria e a Comissão de Reparcelamento Penitenciário. Foram terminados, no correr deste ano, os foros de Guaíba e Canoas, encontrando-se em fase de conclusão o foro de Alegrete. Foram também concluídas as cadeias de Camaquã, Carazinho, Encantado, Dom Pedrito, São Borja, São Gabriel, Três Passos e Uruguaiana, achando-se em andamento os foros de Passo Fundo (reforma), Santa Cruz do Sul, São Francisco de Paula e Caxias do Sul, bem como as cadeias de Iraí, Cacequi, Taquara, Canela e Cachoeira do Sul.

Quanto às Inspetorias Veterinárias, está em fase de conclusão a de Estrela e nas alvenarias a de Veranópolis.

No edifício do Palácio do Governo, continuaram-se os serviços de pinturas internas. Encontram-se em andamento as obras do Parque e Balneário Oswaldo Cruz. Foram, também, atendidas as obras de construção e reforma do Manicômio Judiciário, de restauração e ampliação da Imprensa Oficial, ficando completamente concluídos o prédio do Paradoiro Morro Reuter e a Estação de Passageiros do Aeroporto Salgado Filho.

Na parte de estudos, foram elaborados 35 projetos, destacando-se, dentre estes, os das sedes das Inspetorias Veterinárias, do aproveitamento do prédio sinistrado da Imprensa Oficial, do Manicômio Judiciário, da ampliação do edifício da Secretaria das Obras Públicas, do Quartel do Corpo de Bombeiros, do Ginásio Estadual Júlio de Castilhos, do Palácio da Justiça, de Foros e Cadeias, além de 5 ante-projetos, 10 estudos e 8 avaliações.

Sob a forma de assistência técnica, prestou a Diretoria valiosa colaboração nas obras do Hospital da Colônia do Leprosário Itapoá e no prédio destinado à sede da Associação Comercial de São Leopoldo.

No setor de reforma e conservação dos prédios públicos, foram despendidos Cr\$ 9.234.403,00, contra Cr\$ 4.385.903,00 do ano anterior.

Diretoria de Saneamento e Urbanismo

Dispondo dos recursos orçamentários e dos créditos abertos durante o ano de 1953, num total de Cr\$ 66.730.000,00, além do saldo dos anos anteriores, pôde a Diretoria de Saneamento e Urbanismo continuar e iniciar diversas obras, visando principalmente o abastecimento d'água.

Atualmente, das 92 sedes municipais do Estado, 34 possuem serviços de abastecimento d'água, sendo 25 mantidas pelo Estado, 8 pelos municípios e 1 pelo Arsenal de Guerra. De tais sedes, 15 possuem rede de esgoto, das quais 8 mantidas pelo Estado e 7 pelos municípios.

O Plano de Saneamento, aprovado pelo Plano de Obras, consignou uma dotação de 380 milhões, a fim de serem construídas hidráulicas em todos os municípios que ainda as não possuem, havendo aberto o Decreto n.º 4.450, de 9-11-1953, um crédito de 20 milhões da verba referida, para início e andamento das obras nas cidades que mais carecem do abastecimento de água potável. Outrossim, já foi celebrado o contrato do empréstimo de 180 milhões com a Caixa Econômica Federal, em convênio com as Prefeituras de 27 municípios, para atender localidades que já contam com projeto elaborado.

Na parte de construção de hidráulicas, prosseguiram as obras anteriores e foram iniciadas diversas outras, em Canoas, Torres, Rio Pardo, São Luiz Gonzaga, São Jerônimo, São Francisco de Paula, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar, Guaíba, Palmeira das Missões, Gravataí, Guaporé, Lajeado, Carazinho, Sarandí, Capão da Canoa, Santa Cruz do Sul, Erechim, Tramandaí, Colônia Penal General Daltro Filho e Barragem do Val da Serra. As obras de esgoto prosseguiram, estando em fase adiantada as de Santa Cruz do Sul e Passo Fundo.

Com o objetivo de prosseguir o andamento das obras atacadas, foram empenhados 53 milhões de cruzeiros, dos quais já se empregaram Cr\$ 17.920.262,00, assim discriminados:

OBRAS	Despesa em Cr\$ em 1953	OBRAS	Despesa em Cr\$ em 1953
Hidráulicas:		Hidráulicas:	
Canoas	1.567.666	São Francisco de Paula ..	398.829
Capão da Canoa	719.262	São Jerônimo	626.459
Carazinho	238.047	São Lourenço do Sul	871.219
Col. Penal Daltro F.º	2.296	São Luiz Gonzaga	1.943.895
Erechim	595.876	Sarandi	45.000
Gravataí	541.350	Tórres	646.212
Guaíba	672.261	Tramandaí	378.931
Guaporé	584.235	Santa Maria	2.649.400
Lajeado	498.193	Esgôto:	
Rio Pardo	1.925.294	Santa Cruz do Sul	2.150.058
Santa Cruz do Sul	283.202	Passo Fundo	1.150.571

No setor dos Serviços Industriais da Diretoria, a receita proveniente de operação, até novembro de 1953, foi de Cr\$ 15.896.968,90, e a despesa de Cr\$ 13.551.825,80.

O número total de economias atendidas pelos serviços a cargo do Estado foi, até novembro último, de 37.004 com água e 11.012 com esgoto, contra 30.494 e 9.000, respectivamente, no ano anterior.

Foram levadas a efeito diversas obras de melhoramento e reforço na estação do tratamento d'água de Santo Angelo, tendo sido também encampados os serviços de água e esgoto de Alegrete, os quais estão sofrendo as reformas necessárias.

As atribuições do Laboratório Central dizem respeito ao controle físico-químico e bacteriológico das estações de tratamento d'água e de esgoto nos diversos serviços em operação, bem como ao estudo das qualidades das águas para fins de projeto. Além do controle laboratorial das 26 cidades em operação pela Diretoria de Saneamento, o Laboratório Central efetuou ensaios e pesquisas sobre as fontes de abastecimento d'água de 21 outras cidades. As suas instalações, em 1953, foram ampliadas em cerca de 40 m², o que permitirá um mais cabal desempenho dos seus encargos.

Na parte de projetos, foram elaborados pela seção competente 12 projetos, 7 levantamentos topográficos e 7 estudos diversos de abastecimentos d'água.

No setor de Topografia e Urbanismo, o movimento não foi menos intenso, tendo sido terminados os trabalhos de levantamento topográfico das cidades de Alegrete, Livramento, Cruz Alta e Farroupilha; os desenhos de plantas topográficas de Uruguaiana, General Câmara, Carlos Barbosa e Chuí. Foram feitas coletas de dados nas cidades de Garibaldi e Iraí e concluíram-se os Planos Diretores das cidades de Rosário do Sul e Guaporé, bem como a locação dos Planos Diretores das cidades de Iraí e Ijuí.

Foi prestada assistência técnica às Prefeituras de Viamão, Guaíba, Livramento, General Câmara, Bom Jesus, Piratini, Jaguarão, São Jerônimo, Arroio do Meio, Gravataí, Taquara e São Sepé.

**Diretoria de
Eletricidade
e Forças
Hidráulicas**

Procedeu essa Diretoria, no que se refere aos serviços estaduais, a 45 trabalhos, compreendendo estudos, projetos, orçamentos e fiscalização de instalações elétricas, eletro-mecânicas e de usinas.

Entre esses trabalhos, cumpre destacar a execução, orientação e fiscalização das instalações elétricas e eletromecânicas do Aeroporto Salgado Filho; a instalação de um grupo Diesel elétrico na usina do Hospital da Colônia de Itapoã; o projeto e orçamento das instalações eletromecânicas e iluminação da Hidráulica de Rio Pardo; o estudo, projeto e execução da reforma da rede de distribuição e instalação de um grupo Diesel-elétrico de 100 H. P., no Balneário de Capão da Canoa; o projeto e orçamento das instalações elétricas e de para-raios para as Inspetorias Veterinárias de Estrela e Veranópolis, e o Fôro de Santa Cruz do Sul; o projeto e orçamento das instalações elétricas da habitação coletiva e da residência tipo 1-A, para as Minas de Candiota, em Bagé.

Executou ainda a Diretoria um apreciável número de ampliações e reparações em redes elétricas e grupos motor-bombas nesta Capital, Venâncio Aires, São Francisco de Paula, Guaíba, Gravataí, Santa Cruz do Sul, Torres, Canoas, Carazinho, São Jerônimo, Rio Grande, Jaguarão, Osório, Taquara, Nova Prata, Canela, Santo Ângelo, Candelária, Lavras do Sul, Vacaria, Encruzilhada do Sul, São Luiz Gonzaga, Passo Fundo, Iraí, São Sepé, Santo Antônio, Garibaldi, Viamão, Flores da Cunha, Tapes, São Borja, Rio Pardo, São Leopoldo, São Pedro do Sul, Soledade, Veranópolis, Pelotas e Alegrete, devendo-se ressaltar que a maioria destes trabalhos foi realizada em unidades escolares.

No setor de assistência técnica, foram atendidos os municípios de Guaporé, São Pedro do Sul, Tapes, Santa Vitória, Itaquí, Rosário do Sul, Arroio Grande, São Sepé, Soledade, Osório (Capão da Canoa), São Gabriel, Santiago, Lagoa Vermelha, Caçapava do Sul e Lajeado.

**Departamento
Aeroviário**

A situação de desequilíbrio que se tem criado, nos últimos anos, entre o material de voo e as organizações de terra, em consequência do crescente tráfego aéreo no País, vem preocupando não só as entidades privadas do Rio Grande do Sul como o seu Governo.

Foi essa preocupação que levou os Poderes Públicos a criarem o Departamento Aeroviário, incumbido de dotar o Estado de aeroportos, aeródromos e vias de acesso que permitam se processarem de maneira eficiente as comunicações e os transportes aéreos.

No exercício passado, que foi de intensa atividade para esse Departamento, foram realizados os seguintes trabalhos, em cumprimento ao plano previamente aprovado pelo Conselho Aeroviário e dentro do sistema de co-operação com as Prefeituras Municipais, Aeroclubes, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Inspetoria de Terras e a VARIG, tudo de conformidade com as normas traçadas pela 5.ª Zona Aérea:

Em Canoas: Reforma e melhoramentos nos hangares e sede do campo do Aero clube do Rio Grande do Sul (Cr\$ 50.000,00).

Em Carazinho: Ante-projeto e projeto para a construção do novo aeroporto; início das obras (Cr\$ 571.400,00).

Em Cruz Alta: Manutenção das pistas de pouso e conservação da estrada de acesso à cidade (Cr\$ 20.000,00).

Em Dom Pedrito: Conclusão do ensaibramento da pista 07-25 e construção da cerca de contorno do campo; ceifamento geral e pintura das marcações (Cr\$ 100.928,00).

Em Frederico Westphalen: Manutenção da pista e desmatamento de uma das cabeceiras; construção do hangar do aeroclube (Cr\$ 20.000,00).

Em Garibaldi: Ampliação da pista de pouso para 1.300m de comprimento (Cr\$ 112.168,00).

Em Iraí: Continuação da terraplenagem da primeira pista de pouso do aeroporto; construção de uma pista de emergência, junto ao Rio Uruguai (Cr\$ 278.568,40).

Em Jaguarão: Conclusão do ensaibramento da pista de pouso 08-26 (Cr\$ 450.000,00).

Em Novo Hamburgo: Projeto para o prolongamento da pista de pouso e ampliação do hangar do aeroclube (Cr\$ 31.500,00).

Em Capão da Canoa: Manutenção da pista (Cr\$ 12.000,00).

Em Tramandaí: Prolongamento e ensaibramento da pista de pouso 05-23 para 1.350 m; ensaibramento do "taxi-way" e da plataforma de estacionamento de aviões, em colaboração com a VARIG e a Prefeitura Municipal (Cr\$ 202.976,00).

Em Palmeira das Missões (sede): Terraplenagem do prolongamento da pista NS e conclusão da pista NE/SW (Cr\$ 150.000,00).

Em Passo Fundo: Manutenção das pistas do campo atual e diversos melhoramentos na estação de passageiros; ante-projeto e início das obras do novo local destinado ao aeroporto da cidade (Cr\$ 503.500,00).

Em Pelotas: Ensaibramento das pistas de pouso 05-23 e 14-32, inclusive o "taxi-way" de acesso à plataforma de estacionamento de aviões; levantamento plano-altimétrico do campo, para elaboração do projeto de pavimentação das pistas (Cr\$ 369.969,20).

Em Rio Grande: Espessamento da camada de cinza em toda a pista 05-23 e dos "taxi-ways"; ligação telefônica com a cidade, em colaboração com a Rádio Minuano, SAVAC e VARIG (Cr\$ 76.899,20).

Em Santa Rosa: Continuação da terraplenagem da primeira pista, em colaboração com a Prefeitura (Cr\$ 100.000,00).

Em Santo Angelo: Diversos melhoramentos na estação de passageiros, calçamento da plataforma de estacionamento de aviões e da estrada de acesso, ligação telefônica, instalação de motor para o fornecimento de luz e água, manutenção das pistas (Cr\$ 149.908,60).

Em São Francisco de Paula: Início da construção do aeroporto (Cr\$.. 200.000,00).

Em Soledade: Conclusão da terraplenagem da primeira pista de pouso, com a colaboração da Inspetoria de Terras e Prefeitura Municipal (Cr\$ 100.000,00).

Em Veranópolis: Terraplenagem da área de estacionamento dos aviões e o respectivo acesso à pista (Cr\$ 166.000,00).

Em Viamão: Construção da pista de pouso para aeroclube (Cr\$ 60.000,00).

Em Porto Alegre: Ampliação da nova pista de pouso 09-27; construção de "taxi-ways" e ampliação da plataforma de estacionamento de aviões — início das obras (Cr\$ 1.261.932,80).

Os trabalhos acima referidos foram executados por conta da dotação de Cr\$ 5.000.000,00, consignada no Orçamento de 1953, atingindo o seu custo exatamente o da aludida dotação.

Além das obras mencionadas, procedeu o Departamento Acroviário a diversos serviços, custeados por verbas já empenhadas em 1952, em Alegrete, Caxias do Sul, Encruzilhada do Sul, Guaporé, Ijuí, Livramento, Quaraí, Rosário do Sul, São Gabriel, Sarandi, Três Passos e São Leopoldo.

Também foram escolhidos os locais e feitos os estudos para a construção de aeroportos, aeródromos ou campos de pouso em Canela, Encantando, General Vargas, São Borja, Sobradinho, Bento Gonçalves, Candelária, Marcelino Ramos, Santiago, Jaguarí, São Francisco de Assis, Três Passos e Venâncio Aires.

Dentro dos empreendimentos realizados pelo Departamento, todos do maior interesse público, merecem destaque especial, no exercício passado, a inauguração da nova estação de passageiros do Aeroporto Salgado Filho, que veio corresponder ao grande movimento aeroviário que se processa nesta Capital, bem como o início das obras de ampliação da nova pista de pouso 09-27, a construção dos "taxi-ways" e a ampliação da plataforma de estacionamento de aviões do mesmo aeroporto.

Dando cumprimento à valiosa parte que lhe cabe na execução de obras de relevante interesse econômico e social para o Estado, levou a cabo a CEOL, durante o exercício de 1953, os seguintes serviços peculiares à sua especialidade.

Comissão
Especial de
Obras de
Irrigação

Serviços de Topografia. — Conclusão dos trabalhos de levantamento topográfico do Arroio Ribeiro, no Município de Guaíba; levantamento de detalhes do Banhado do Colégio, em Camaquã, para efeitos de drenagem; levantamento da bacia vertente e da área irrigável do Arroio Santa Bárbara, em Pelotas, constante de cálculos, confecções de desenhos e plantas.

Serviços Agronômicos — Constaram as atividades em referência de planejamentos agronômicos para a área irrigável do Arroio Divisa, cujo projeto prevê a criação de um Campo Experimental destinado à organização e fomento da agricultura intensiva e seu desenvolvimento nessa região.

Embora a área desse campo seja de 33 ha, a insuficiência de dotações não permitiu o seu total aproveitamento. Por isto, a sua cultura está sendo feita gradualmente, sendo de 5,768 ha, a superfície explorada no ano passado. As culturas, que abrangem milho, feijão, soja, batata inglesa, feijão preto, amendoim, girassol e culturas hortícolas, apresentaram bom desenvolvimento, apesar da plantação ter-se processado tardiamente.

Reservatórios. — Prosseguiram os estudos dos reservatórios dos Arroios Divisa, Duro e Iruí, a fim de completar os projetos já elaborados em anos anteriores pela Comissão. Foi ainda, intensificado o projeto do Reservatório do Passo do Rocha, sobre o Rio Vacacal.

Para dar andamento às obras do Reservatório do Ibirapuitã, aprovou o Governo Federal uma verba de 30 milhões de cruzeiros, tendo sido criado o Sistema Irrigatório e Hidroelétrico de Ibirapuitã (SIHI), com escritórios, oficinas e turmas de serviço de campo localizados em Alegrete e com chefia na sede da CEOI.

Em face do exposto, foi possível o prosseguimento dos estudos para a localização definitiva das barragens, procedendo-se a levantamentos topográficos, sondagens geológicas, estudos agronômicos e outros.

Por solicitação da Prefeitura de Pelotas, a Comissão fez estudos de aproveitamento de um reservatório para irrigação no Rio Piratini, concluindo ser o mesmo inconveniente por deficiência de condições topográficas. Foi, então, estudado e projetado um reservatório no Arroio Santa Bárbara, na cidade de Pelotas, com a finalidade de irrigar terras, na maior parte recuperadas deste arroio, e abastecer a cidade de água potável.

Assistência aos pequenos açudes. — Foram estudados dois projetos de pequenos açudes, com capacidade para 2.200.000 m³ e 1.600.000 m³ respectivamente, com descarregador de superfície de tipo econômico e eficiente, tomadas de água constituídas por tubos de chapa ondulada e comportas de ferro. Esses açudes-tipo terão capacidade para irrigar cerca de 85 quadras de arroz. O custo de uma dessas obras foi orçado em Cr\$ 340.000,00, tendo sido feitas as especificações para a construção, rendimento anual bruto e cálculos de amortização do capital.

Foram ainda estudadas, em todo o Rio Grande do Sul, as diversas zonas onde é possível e conveniente a construção de pequenos açudes.

Açude do Arroio Ribeiro. — Cumprindo determinações do Governo, a Comissão de Irrigação prestou assistência técnica na reconstrução de um açude no Município de Guaíba, o qual foi duas vezes destruído pelas enchentes.

Serviço de Rádio-Comunicação

A Secretaria conta com um Serviço de Rádio-Comunicação, a fim de manter entendimentos fáceis e rápidos entre ela e os seus órgãos subordinados, localizados no interior, bem como para as transmissões diárias e imediatas de dados hidrológicos e pluviométricos, e a comunicação com as embarcações que operam nos trabalhos de drenagem e balisamento, espalhadas pela Lagoa dos Patos e rios navegáveis.

Durante o exercício de 1953, instalaram-se novas estações, inclusive, a título precário, quatro para a CEEE (São Jerônimo, São Leopoldo, Usina dos Bugres, em Canela e sub-estação de Porto Alegre), além de uma em Alegrete para a CEOI e outra em Santa Maria, para a DSU, enquanto as

oficinas se mantiveram em intensa atividade, quer para a manutenção, quer para a ampliação da rede.

Atualmente, a rede consta de uma estação central nesta Capital e 29 estações transmissoras e receptoras, das quais sete instaladas em embarcações.

As atividades deste órgão se restringiram, no decorrer do exercício, às providências para a ultimação dos trabalhos de acabamento do Paradoiro do Morro Reuter, obra levantada à margem da estrada federal Porto Alegre-Caxias do Sul, quilômetro 60, e que se destina ao descanso e pernoite dos viajantes dessa rodovia.

A carência de recursos financeiros, decorrente da extinção da taxa de turismo, não permitiu qualquer nova atividade nesse setor.

**Conselho
Estadual de
Turismo**

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

O exercício de 1953, o segundo da existência do Departamento de Portos, Rios e Canais, caracterizou-se pela consolidação dos princípios hidroviários, que devem nortear as suas atividades, a fim de que o Rio Grande do Sul possa usufruir maiores benefícios do seu sistema portuário e hidroviário em geral.

Para firmar essa orientação, faz-se necessário, no setor técnico, o estudo detalhado da hidrologia das correntes superficiais, o projeto dos melhoramentos fluviais, e sua execução, quer quanto à regularização quer quanto à canalização; e, no setor industrial ou de operação portuária, o estudo permanente das massas de transporte, para que os processos de tais operações possam estar em contínuo aperfeiçoamento.

Também se impõe ao Departamento de Portos fixar princípios básicos para o aproveitamento, uso e gozo de correntes superficiais. A natureza limitada dos recursos de água superficial levou os técnicos de diversas nações a estudarem os meios de aproveitá-la no maior número de atividades humanas, a partir de uma só obra. É o que se traduz pelo conceito de maximalização. Tem-se em vista obter da água superficial o máximo rendimento econômico, por meio de obras hidráulicas de que resulte o aproveitamento hidroelétrico; a criação de hidrovias, com seus baixos fretes, constituindo um volante aos fretes dos outros ramos de transporte; o controle de ondas de cheias; a irrigação; o abastecimento de água às cidades, terras e indústrias; a criação de lagos, no interior das diversas regiões, os quais são fonte fornecedora de peixe e locais de esportes; e a criação de condições mais regulares de clima.

Essa Diretoria tem a seu cargo a manutenção dos canais do Rio Guaíba e o seu balisamento, bem como a conservação do material naval e do equipamento portuário do Porto da Capital.

Diretoria Técnica. — Durante o exercício, foi dragado um volume total de 807.535 m³ correspondentes a operações na bacia do Porto Velho desta Capital, no canal de acesso ao Porto Novo de Navegantes, no cais Marcellio Dias e no canal do Campista.

Foram atendidos, pela oficina da Diretoria Técnica, os serviços de conservação do material flutuante, material rodante e de operação do Porto da Capital, bem como edifícios e instalações em geral, dentro de sua órbita de ação, e os serviços de cábrea e rebocadores requisitados pela Diretoria Industrial.

Diretoria Industrial. — O Porto da Capital do Estado, o maior centro de trocas do sul do País, apresentou apreciável movimento, embora com deficiência de extensão acostável.

Movimento geral de embarcações:

	1952	1953
a) Embarcações marítimas e pequena cabotagem	1.963	2.161
b) Embarcações fluviais e lacustres	36.706	37.267
Total	38.669	39.428

Divisão de
Portos e Ca-
nais de Porto
Alegre

Intercâmbio de mercadorias:

Total: 3.045.523 toneladas

Discriminação do intercâmbio total:

a) Longo curso			
Importação	305.235		
Exportação	181.151	486.389 toneladas	
b) Cabotagem			
Importação	715.384		
Exportação	442.604	1.157.988 toneladas	
c) Fluvial e lacustre			
Importação	1.257.230		
Exportação	143.916	1.401.146 toneladas	

Variação de tonclagem:

1952	1953	Para menos
3.067.955	3.045.523	22.432 toneladas

Durante o exercício, o Entrepósito Frigorífico recebeu para depósito 263.913 volumes com o peso de 7.134.496 quilos.

Os caminhões do Porto movimentaram 172.219 volumes com o peso de 12.207.457 quilos; os vagões, 291.405 volumes com o peso de 17.994.949 quilos e os auto-guindastes, 10.983 volumes com o peso de 4.150.425 quilos.

Movimento financeiro
Receita para 1953:

Orçada	Arrecadada	A menor
Cr\$ 78.000.000,00	Cr\$ 64.000.000,00	Cr\$ 14.000.000,00

Além da receita própria do Porto, arrecadaram-se Cr\$ 56.355.516,90, provenientes de impostos e taxas devidos ao Estado.

Despesa em 1953:

Orçada	Realizada	A maior
Cr\$ 53.785.480,00	Cr\$ 55.000.000,00	Cr\$ 1.214.520,00

Resultado financeiro do exercício:

Receita arrecadada	Despesa realizada	Saldo
Cr\$ 64.000.000,00	Cr\$ 55.000.000,00	Cr\$ 9.000.000,00

Esta Divisão tem sua sede na cidade de Pelotas, cabendo-lhe realizar a exploração do Porto da mesma cidade e dragar os canais de acesso ao Rio São Gonçalo, canais da Coróia do Meio, Setia, Feitoria e outros de menor significação.

Diretoria Técnica - Esta Diretoria efetuou, durante o exercício, a dragagem de 171.490 m³ em 2.251 m.

O balisamento manteve-se rigorosamente em dia, existindo a cargo dessa Diretoria 215 sinais, dos quais 85 são luminosos e 130 cegos.

A construção do Porto de Pelotas prosseguiu normalmente a despeito da escassez de materiais, tais como cimento e ferro. Foram confeccionados e lançados 30 caixões de concreto armado, preparada a cava de fundação de 120,0 m. de cais, o assentamento de 70 metros de novo muro de cais, o enchimento dos 3 primeiros caixões com concreto ciclópico, prossequindo as obras do armazém n.º 3 de 20x100 metros. Foram despendidos Cr\$ 9.374.364,40. A despesa total empregada nessa obra atingiu, ao findar o exercício, a importância de Cr\$ 15.208.330,60.

Diretoria Industrial. — A despeito das restrições impostas pela construção da nova amurada de cais, prosseguiram com êxito os trabalhos de operação portuária.

Movimento geral de embarcações:

	1953	1952
Embarcações marítimas	801	987
Navegação fluvial e lacustre	971	1.299
Total	1.772	2.286

Movimento de mercadorias:

a) Longo curso		
Importação	26.229	
Exportação	—	26.229 toneladas
b) Cabotagem		
Importação	69.440	
Exportação	95.902	165.342 toneladas
c) Fluvial e lacustre		
Importação	118.777	
Exportação	20.528	189.806 toneladas

Total Geral: 330.876 toneladas

Variação de tonclagem:

1952	1953	Para menos
414.631	330.876	83.755 toneladas

Receita portuária

Receita do exercício de 1953:

Orçada	Arrecadada	A menor
Cr\$ 8.500.000,00	Cr\$ 8.080.521,60	Cr\$ 419.478,40

Despesa do exercício de 1953:

Orçada	Realizada	A maior
Cr\$ 9.159.560,00	Cr\$ 8.874.806,20	Cr\$ 284.753,80

Resultado financeiro do exercício:

Receita arrecadada	Despesa realizada	Saldo
Cr\$ 8.080.521,60	Cr\$ 8.874.806,20	— Cr\$ 794.284,60

A Divisão de Portos e Canais de Rio Grande, com sede na cidade de Rio Grande, tem por objetivo a exploração do Pôrto de Rio Grande e conservação dos molhes e canais de acesso a esse pôrto.

Diretoria Técnica. — No exercício de 1953 empregaram-se no molhe Leste 706,00 m³ de concreto. A extensão de plataforma do molhe foi de 465,40, sendo 183,00 numa largura de 3,00 e 282,40 m numa largura de 5,00 m. A espessura da camada de consolidação foi uniforme: 0,50 m, cobrindo uma superfície total de 1.412,00 m². A consolidação já atingiu ao P.K. 1.958,00 m, faltando ainda 1.000,00 m para completar os serviços do molhe Leste.

Os serviços de conservação de linhas nos molhes prosseguiram, tendo sido empregados 1.802 dormentes de madeira de lei em 1.632,00 m de trilhos de 37 kg/m.

Continuou a conservação da ponte do Saco da Mangueira, tanto em sua própria estrutura como no enrocamento dos pilares e encontros.

Pelos Serviços de Fixação de Dunas foram semeados 18 kg de sementes de eucalipto, acácia, pinheiro e casuarina e transplantadas 180.000 mudas de diversas espécies.

Foram dragados 447.709 m³ na bacia portuária e no canal de acesso à mesma.

Estiveram em andamento obras de reparação geral nos rebocadores e obras parciais em barcos e dragas.

Foram fundidos 37.397,5 kg, sendo 27.290 de ferro e 10.107,5 de bronze.

A pedreira do Capão do Leão forneceu 4.000 toneladas de pedra em geral.

Os serviços gerais de construção e conservação mantiveram-se em nível satisfatório, devendo-se destacar a conservação do material portuário, calçamento, linhas férreas do pôrto, ampliação dos armazéns B-5 e B-6, retelhamento do armazém 5 no Pôrto Velho.

Foram realizadas 2.778 visitas a enfermos e aplicadas 11.021 injeções, além de 397 curativos.

O refeitório forneceu 365.887 refeições, realizando uma despesa do Cr\$ 2.758.033,01 a um custo médio de Cr\$ 7,60, só para o material.

Diretoria Industrial. — Para o Pôrto de Rio Grande o exercício foi auspicioso, pois em 1953 foram iniciadas as obras de construção do "pier" para operação exclusivamente com petróleo, bem como o cais de ligação do Pôrto Novo com o Cais Swift. Tais obras estão sendo executadas com recursos federais, pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

Movimento de embarcações:

	1953	1952
Embarcações marítimas (Longo curso e cabotagem) e navegação fluvial e lacustre..	7.808	8.311 unidades

Movimento de mercadorias:

a) Longo curso		
Importação	737.491	
Exportação	50.912	788.403 toneladas
b) Cabotagem		
Importação	91.628	
Exportação	327.759	419.382 toneladas
c) Fluvial e lacustre		
Importação	108.523	
Exportação	402.140	508.663 toneladas
Total Geral		1.716.443 toneladas

Variação de tonelagem:

1952	1953	Para menos
1.835.598	1.716.448	119.150 toneladas

Movimento financeiro e orçamentário:

Receita para 1953:

Orçada	Arrecadada	Variação a maior
Cr\$ 50.000.000,00	Cr\$ 54.172.746,20	Cr\$ 4.172.746,20

Além das taxas portuárias, arrecadou a Divisão de Rio Grande Cr\$ 53.188.942,90, provenientes de impostos estaduais, dívida ativa, etc.

Despesa de 1953:

Orçada	Realizada	Variação a maior
Cr\$ 44.020.780,00	Cr\$ 50.828.899,10	Cr\$ 6.808.119,10

Resultado financeiro do exercício:

Receita arrecadada	Despesa realizada	Saldo
Cr\$ 54.172.746,20	Cr\$ 50.828.899,10	Cr\$ 3.343.847,10

O Serviço de Vigilância e Policiamento na Divisão de Rio Grande manteve rigorosa repressão aos roubos e contrabandos.

Movimento de embarcações:

Portos	Marítimas	Fluviais e lacustres	Total	Porcentagem
Porto Alegre	2.161	37.267	39.428	81,0%
Rio Grande	—	—	7.308	15,0%
Pelotas	801	971	1.772	4,0%
Total			48.508	100,0%

Resumo da
atividade dos
três Portos

Movimento geral de cargas em toneladas:

Portos	Longo curso	Cabotagem	Fluvial e lacustre	Total	Porcentagem
Porto Alegre ...	486.389	1.157.988	1.401.146	3.045.523	60,0%
Rio Grande	788.403	419.382	508.663	1.716.448	33,4%
Pelotas	26.229	165.342	139.305	330.876	6,6%
Totais	1.301.021	1.773.712	2.049.114	5.002.847	100,0%

Movimento financeiro em cruzeiros:

Portos	Receita	Despesa	Saldo	Porcentagem da receita em relação ao total
--------	---------	---------	-------	--

Pôrto Alegre ..	64.000.000,00	55.000.000,00	-	9.000.000,00	51,0%
Rio Grande ...	54.172.746,20	50.626.899,10	+	3.545.847,10	43,0%
Pelotas	8.080.521,60	8.874.806,20	-	794.284,60	6,0%
Total	126.253.267,80	114.501.705,30	+	11.751.562,50	100,0%

**Divisão de
Portos e Vias
Fluviais**

Esta Divisão tem por objetivo cuidar das condições de navegabilidade dos rios, portos fluviais e estudo dos recursos de água superficial do Estado.

No setor de levantamentos topo-hidrográficos, foram concluídos os serviços de levantamento do Rio Jacuí, de Pôrto Alegre até Dona Francisca, numa extensão de 362 km de rio. Foi executada ainda a linha de levantamento de uma provável ligação entre os Rios Jacuí (pelo Vacacaí) e Ibicuí.

Deu-se início aos estudos do Rio Jacuí, nas proximidades da Estação Umbú, e do cordão lacustre entre Osório e Tôrres.

Proseguiram os estudos de hidrologia nos postos já em funcionamento, alguns há mais de dez anos. A instalação de novos postos e a colocação de mais aparelhos em postos já existentes prosseguiram normalmente, devendo-se destacar a atenção que mereceu a bacia do Rio Ibicuí, com o projeto de um Setor Hidrológico em Alegrete.

O Estaleiro de Triunfo executou variados serviços de reparação naval e construção em pequena escala, havendo sido adquiridas maquinarias para as oficinas e levada a efeito a construção de casas para moradias dos servidores em terrenos do próprio estabelecimento.

Os terrenos adjacentes ao Estaleiro foram adquiridos, ficando esta unidade em condições de ser aumentada, a fim de atender convenientemente às necessidades do Departamento.

Recebida já no final do exercício, a draga de colherão ("dipper-dredge"), comprada na Escócia, foi transportada para o Estaleiro, onde se encontra em montagem.

No setor de melhoramentos fluviais, entrou em funcionamento a primeira draga da série comprada pelo Governo do Estado para o Departamento. Esta unidade, a draga de sucção e recalque "Rio Pardo", de 12", dragou em menos de 10 meses um volume de 104.841 m³. As restantes unidades "Eng. Azevedo", "Eng. Gaffrée" e "Mauá", em conjunto dragaram 65.045 m³. Vê-se, pois, que só aquela nova unidade fez 160% do trabalho das três outras juntas.

O total da dragagem no Rio Jacuí foi de 169.886 m³. Os serviços de derrocamento prosseguiram com normalidade neste rio, onde foram quebrados ... 6.438 m³ de rochas resistentes aos recursos de dragagem.

Os serviços de dragagem no Rio Taquari sofreram redução em seu ritmo pelo fato de terem sido retiradas de serviço as dragas "Stotter Pitt" e "Figue": a primeira para reparos no Estaleiro de Triunfo e a segunda para auxiliar a construção do Pôrto de Pelotas. Por essa razão somente uma unidade, a draga "Grafton", trabalhou efetivamente no citado rio. O volume de dragagem foi de 25.143 m³.

Ao todo foram dragados pela Divisão de Vias Fluviais 197.638 m³. Desse total, uma única draga, a "Rio Pardo", dragou 104.841 m³, ou 53%. Pelos dados comparativos apresentados, verifica-se o que representa a aquisição de novas dragas, cujo rendimento é consideravelmente maior, permitindo afastar do serviço unidades já obsoletas.

Manteve o Departamento a barragem Rio Branco, no Rio Cai, em perfeito funcionamento. Por ela cruzaram, no ano de 1953, 885 embarcações.

Foram derrocados 14.404 m³, sendo 6.938 m³ no Rio Taquari, 6.512 m³ no Rio Jacuí e 954 m³ em Pôrto Alegre, no armazém A-7.

**Serviço de
Transporte
entre Tôrres
e Palmares**

A navegação entre Osório e Tôrres, em 1953, esteve quase paralisada. Entregue ao tráfego a rodovia entre aquelas duas localidades, numa extensão de 94 km, as cargas antes vindas por via lacustre passaram a ser transportadas por caminhões, o que se explica pela pequena extensão da linha de navegação e

pelo transbordo em Osório e novo transbordo em Palmares, encarecendo sobremaneira o transporte hidro-ferroviário entre Torres e Palmares.

A estrada de ferro entre Osório e Palmares manteve seu ritmo normal de transporte de cargas e passageiros.

Serviços em fase de extinção, os de transporte entre Torres e Palmares, vem procurando o Departamento apenas mantê-los em condições de serem suprimidos sem causar qualquer embaraço à região que servem.

Assistência Social. — Prossegue o Departamento prestando a seus servidores a melhor assistência possível, tanto no que se refere aos casos de acidentes, como nos de cuidados médicos e alimentação em geral. Na parte de assistência médica, somente aos órgãos com sede em Porto Alegre foram encaminhados 14.413 casos de acidentes, curativos, injeções, atestados, visitas, operações, etc.

No setor de assistência alimentar, foi o seguinte o movimento:

Portos	N.º de refeições	Despesa*	Custo da refeição	Mão de obra	Gêneros
Porto Alegre ...	548.203	5.829.041,22	12,07	5,05	7,02
Rio Grande	365.887	2.758.033,01	—	—	7,54
Pelotas	82.806	1.109.715,40	12,86	5,97	0,99
Total	996.896	9.696.789,63			

No quadro acima, para o Porto de Rio Grande, não foi computada a despesa de mão de obra.

Prestou inestimável serviço ao Departamento o Serviço de Rádio-Comunicação da Secretaria das Obras Públicas, através das estações situadas nas Divisões portuárias.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE CARVÃO MINERAL

As dificuldades de ordem financeira enfrentadas pelo Departamento Autônomo de Carvão Mineral, em 1953, como já acontecera anteriormente, entravaram o desenvolvimento dos serviços e determinaram medidas restritivas no seu programa administrativo.

Até abril, principalmente, essas dificuldades foram mais acentuadas em consequência dos atrasos de pagamentos por parte da Viação Férrea, provenientes de fornecimento de carvão, num montante aproximado de 23 milhões de cruzeiros.

A partir de maio do mesmo ano, em face das providências tomadas pelo Executivo, a situação que pesava sobre o DACM foi minorada, em parte, com o suprimento mensal de Cr\$ 1.185.000,00, entregues pelo Tesouro do Estado, como amortização do débito da Rede Ferroviária.

As principais atividades do órgão carvoeiro do Estado, em 1953, foram as seguintes:

No exercício findo, o DACM encaminhou ao Departamento de Produção Mineral, na Capital da República, o Plano de Lavra referente à Concessão E, localizada no Município de São Jerônimo, com uma área de 439,9792 ha, autorizada pelo Decreto n.º 27.333, de 19 de outubro de 1949. Obteve, ainda, renovação de prazo para efetuar a pesquisa autorizada para a Concessão de Pantano Grande, no Município de Rio Pardo, medindo uma área de 592,7140 ha, conforme o Decreto n.º 33.714, de 2 de setembro de 1953. Quanto à Concessão B, medindo uma área de 962,50 ha, no Município de São Jerônimo, foi o respectivo relatório aprovado em 2 de junho de 1953. Na impossibilidade de concluir os trabalhos de pesquisas referentes à Concessão A-3, medindo 85,24 ha, no mesmo município, o DACM requereu ao Departamento Nacional de Produção Mineral a prorrogação do prazo, para apresentação do relatório.

Pesquisas e
sondagens

Nas minas administradas pelo DACM, foram tomadas diversas providências tendentes a melhorar a execução de serviços, bem como a sua localização. Assim, os escritórios das minas foram transferidos e instalados em prédio novo, junto às oficinas, nas proximidades da Vila Operária. A centralização dos serviços mineiros possibilitou melhores resultados e as facilidades desejadas, para a solução mais rápida dos assuntos relacionados com a administração das minas.

Minas do
Leão

As oficinas do Leão foram reconstruídas, quase que totalmente, em consequência de desabamento ocasionado por violento tufão que assolou as minas, no período de inverno. Nesta quadra do ano, igualmente, as fortes chuvaradas caídas na região de céu aberto, no Leão, prejudicaram grandemente os serviços de extração de carvão, havendo-se interrompido a mineração por muitos dias, com inevitáveis prejuízos para a produção das minas, que decaiu bastante.

Removidas as dificuldades, para obtenção de peças necessárias às escavadeiras, que se achavam inativas, por avarias sofridas, estas máquinas foram reformadas e passaram a funcionar, com proveitosos resultados para os serviços de mineração.

O desenvolvimento do Plano de Eletrificação, com a conclusão da montagem da grande Usina Termoelétrica de São Jerônimo, para funcionamento em primeira etapa, abriu ao DACM um novo mercado, para consumo de seu carvão. Muito embora a usina da CEEE esteja funcionando em caráter experimental, a partir de setembro do ano findo, o DACM entregou ao seu novo consumidor uma média mensal de 2.500 toneladas de carvão. Tão logo entre em pleno funcionamento, a Usina de São Jerônimo deverá consumir 5.000 toneladas mensais de carvão a ser fornecido pelas Minas do Leão, para execução do programa correspondente à primeira etapa, que prevê um aumento de 10.000 kw em sua potência.

Para atender aos futuros suprimentos da usina, o DACM já iniciou os estudos no sentido da abertura de um poço de profundidade, nas minas referidas, onde se acha em operação uma sonda mecânica, cedida pelo Departamento Nacional da Produção Mineral. O custeio da instalação do futuro poço do Leão será atribuído à verba consignada no Plano de Obras, num montante de 17 milhões de cruzeiros.

Outra iniciativa levada a efeito em colaboração com a CEEE, foi o projeto para a construção de uma rede elétrica destinada às minas em apreço, através da qual será possível reaparelhar e mecanizar o seu parque mineiro, com o suprimento da energia indispensável à execução de todos os serviços industriais e iluminação da Vila Operária. Os estudos iniciais já foram concluídos com o levantamento da zona por onde deverão passar os postes de alta tensão da futura rede elétrica, numa extensão de 34 km.

A fim de solucionar o problema de abastecimento de combustível líquido, para consumo em veículos auto-motores, pertencentes às minas referidas, foi construído ali um depósito para gasolina, de chapas corrugadas, com capacidade de 10.000 litros.

Visando ampliar as suas áreas de extração a céu aberto, o DACM entrou em entendimentos com o proprietário da Jazida Boa Vista, nas proximidades das Minas do Leão, para iniciar os trabalhos de mineração naquela jazida, mediante convênio firmado entre as partes interessadas.

A produção de carvão do DACM, em 1953, foi a seguinte, em toneladas:

Minas de encosta	33.599,890
Céu aberto	24.455,090
	<hr/>
	58.054,980

Aspecto financeiro

Além dos recursos oriundos de operações industriais, o DACM, em 1953, contou com a contribuição do Estado, num montante de 3 milhões de cruzeiros.

No último trimestre de 1953, a situação financeira do DACM era a seguinte: Direitos a receber: Cr\$ 23.800.000,00; obrigações a pagar: Cr\$ 2.200.000,00.

Quadro do Pessoal

Em 1953, a Direção do DACM determinou se procedesse a um levantamento de cargos, funções, atribuições e vencimentos dos seus atuais servidores técnicos e administrativos, bem como a elaboração de um quadro definitivo, para enquadramento e reestruturação dos atuais servidores pertencentes aos Escritórios Centrais de Porto Alegre e Escritórios das Minas do Leão. O trabalho elaborado obedeceu aos mesmos moldes da Lei 2.020, de 2 de janeiro de 1953, e foi aprovado pelo Poder Executivo, em agosto do ano findo. O aumento de despesa decorrente desse enquadramento foi de Cr\$ 40.940,00 mensais ou Cr\$ 491.280,00 anuais. Também para o pessoal de superfície, em atividade nas Minas do Leão, foi organizado um quadro especial, que entrou em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1953.

Ficou, assim, atendida uma antiga aspiração dos servidores do DACM, que desde há muito pleiteavam sua equiparação aos servidores estaduais.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem encetou, no decorrer de 1953, uma série de empreendimentos de largo alcance social, destinados a imprimir considerável impulso ao desenvolvimento rodoviário do Estado.

Destaca-se, em primeiro lugar, o problema da travessia do Guaíba, cujos estudos foram levados a termo, com ampla divulgação e exaustivo debate, quanto à solução adotada. Trata-se de uma obra de vulto rodoviário sem igual no País, considerando-se as grandes estruturas em pontos e viadutos que compreende, na extensão de 6 km. A sua tão reclamada realização está em vias de ser iniciada, uma vez que já se efetuou, com notório sucesso, a concorrência pública para projeto e execução das obras correspondentes, estando em fase final de julgamento os 12 projetos apresentados por 5 firmas concorrentes de renome.

Travessia do
Guaíba e ou-
tros empreen-
dimentos

Outra travessia que vem merecendo cuidadosa atenção do DAER, em vista do vertiginoso crescimento do tráfego na estrada federal Pelotas-Rio Grande e dos não poucos problemas que envolvem sua solução, é a do Rio São Gonçalo, cujos estudos preliminares estão em fase de conclusão.

Também obra de vulto, cuja concorrência foi amplamente divulgada, é a ponte sobre o Rio Jacuí, próxima à cidade de Rio Pardo e com 647 m. de comprimento, já iniciada, em fins do ano em relato, pela firma vencedora.

No sentido de bem suprir seus diversos setores de atividade com o necessário equipamento e material de construção, o DAER procurou efetuar grandes aquisições, mediante concorrência pública, na maior parte.

Foi aprovada a aquisição de 12 escavadoras auto-transportadoras, 90 tratores de esteiras, 150 motoniveladoras, 200 caminhões e outras máquinas, no valor de Cr\$ 135.692.260,40. Das quantidades referidas, das quais uma parte menor destina-se aos municípios, já foram recebidas, até princípios do corrente ano, 36 motoniveladoras, 13 tratores e 7 escavadoras transportadoras, apesar da exiguidade reinante de cambiais para importação.

No sentido de minorar a grave carência de materiais, indispensáveis à execução de obras de arte, realizaram-se concorrências para a aquisição de 50 mil sacos de cimento e de 360 toneladas de ferro de construção, destinados às obras executadas por administração direta.

Convém assinalar, como decorrência da situação atual, que, nos serviços por empreitada, a quase totalidade das obras foram bastante retardadas devido à extrema dificuldade encontrada pelas firmas tarefeiras para se suprirem de materiais de construção, notadamente o ferro.

Em meio das atuais restrições de importação, o DAER, independente dos suprimentos de origem nacional, levou a cabo a compra de grande partida de asfalto que, na quantidade de 10 mil toneladas, virá concorrer para solver um problema que tolhia a programação das pavimentações asfálticas.

Outra importante iniciativa foi a recente aquisição de uma aeronave de características especiais para, dentre outros serviços complementares, efetuar levantamentos aerofotográficos, com o objetivo de imprimir maior rapidez e eficiência aos serviços de campo para o estudo de trações e conseqüente pro-

jeto de rodoviais, tendo em vista o aumento ponderável de obras novas em programação.

A criação da Polícia Rodoviária foi medida que obedeceu a premente necessidade, à vista do extraordinário desenvolvimento do tráfego rodoviário. A primeira turma ficou constituída de 36 guardas rodoviários, escolhidos após os mais acurados exames dentre 120 candidatos já pertencentes ao quadro do DAER, na categoria de motoristas. A primeira atividade da Polícia Rodoviária consistiu em ordenar e disciplinar o tráfego às nossas praias balneárias do Atlântico. Concluído o período de veraneio, serão encaminhados, a diferentes zonas do Estado, diversos elementos dessa Polícia, com o objetivo de prosseguir na tarefa de orientar o tráfego em nossas estradas.

Além da organização da Polícia Rodoviária, cumpre registrar outras iniciativas referentes à sinalização e ao embelezamento das estradas, e que também contribuem de forma decisiva para o eficiente aproveitamento das nossas rodovias.

As obras rodoviárias propriamente ditas tiveram andamento regular, tanto no setor federal como no estadual, não obstante os freqüentes e prolongados períodos chuvosos e a exiguidade e deficiência do equipamento rodoviário, inclusive o da totalidade das firmas empreiteiras de terraplanagem.

No setor estadual, deve ser salientada a conclusão das estradas Viamão-Palmares, Riozinho-Marquês do Herval-Maquiné, Jaguarí-Santiago, Nhú Porã-Manoel Viana, Itaqui-Entroncamento, Ramona-Dom Pedrito, Harmonia-Livramento e Palma-Santa Izabel, o que significa uma extensão a mais de cerca de 600 km totalmente utilizável pelo tráfego.

Proseguiu a construção das ER Feliz-BR-2, Sinimbú-Quatro Léguas, Candelária-Camobi, Cruz Alta-Panambi-Palmeira, Hulha Negra-Mina do Camaquã, Cêro do Marco-Quaraí, Uruguaiana-Itaqui e Rincão do Cascalho-Montenegro.

O ano de 1953 assinalou o início da construção de novas e importantes rodovias, como Osório-Palmares, Ramal para Pinhal, Casta-Nova Prata, Santa Cruz-General Câmara, Entroncamento-Santiago e Pinheiro Machado-Pedras Altas-Herval.

Houve ainda apreciável movimento na reconstrução de estradas já existentes, do Plano Rodoviário Estadual, umas de origem pioneira, afora os melhoramentos gerais e correntes. Assim, foram reconstruídos cerca de 75 km nas estradas Erechim-Getúlio Vargas, Carazinho-Sarandí, Encruzilhada-Camaquã, Santa Cruz-Candelária e Palmeira-Chapada-Carazinho.

No que respeita às rodovias federais delegadas ao DAER, tiveram prosseguimento as obras correspondentes, em ritmo compatível com os recursos destinados e meios disponíveis.

Em consequência, considerando os 68 km construídos no ano transato, conta o Estado com cerca de 640 km executados nas estradas do Plano Rodoviário Nacional: Porto Alegre-Jaguarão, Porto Alegre-Uruguaiana, Livramento-Rosário do Sul, Pelotas-Pinheiro Machado-Bagé-Livramento, Bagé-Aceguá, Rio Grande-Santa Vitória do Palmar-Chuí e Uruguaiana-Barra do Quaraí.

Em estradas federais, ficaram concluídas as pontes sobre os Arroios Sanga Funda, Capão do Leão, Ribeiro, Ribeirinho, Evaristo e Francisquinho, bem como dois viadutos na várzea do Arroio Ribeirinho e a ponte sobre a Sanga do Beto, num comprimento total de 478 m.

Além das obras de arte citadas, foram iniciadas as pontes sobre os Arroios Araçá, Teixeira e Duro, na ER Federal Porto Alegre-Jaguarão; sobre o Rio Negro e os Arroios Minuano e Cinco Salsos, na rodovia Bagé-Aceguá; a ponte e viaduto sobre o Rio Itapitocaí; e as pontes sobre os Arroios Polidoro e

Rodovias dos
setores fede-
ral e estadual

Pontes dos
setores fede-
ral e estadual

Salsinho, na Uruguaiana-Barra do Quaraí; sobre as Sangas da Eira e das Pedras, na Pelotas-Pinheiro Machado-Bagé; e sobre o Arroio Tabatingá, na BR-37, Porto Alegre-Uruguaiana.

No tocante às obras de arte estaduais, foram concluídas as pontes sobre os Arroios Moreira e Sabão, sobre os Rios Ijuí Grande e Jacuí, no Passo do Espumoso, e os viadutos sobre o Rio Botucaraí e sobre os trilhos da VFRGS, na estrada de Santa Cruz, perfazendo este conjunto de obra um comprimento total de 420 m.

Estiveram em construção as pontes sobre os Rios da Várzea, Buricá e Tramandaí e sobre os Arroios Boa Vista, São Pedro e Barracão, sem contar também uma quantidade apreciável de pontes, pontilhões de madeira e bueiros, bem como as reparações de estruturas, dentre as quais se destacam as efetuadas nas pontes metálicas sobre os Rios Forqueta e Ijuí e Arroio Duro.

Como melhoramento especial de estradas, em correspondência com a evolução do transporte rodoviário, em intensidade, velocidade e capacidade de carga, tem sido incrementada a pavimentação das estradas Gravataí-Osório-Tramandaí, São Leopoldo-Cai, Porto Alegre-Viamão, Carazinho-Não Me Toque, Rincão do Cascalho-Montenegro e Pelotas-Rio Grande. O avanço dos respectivos serviços tornou-se função dos recursos programados e das condições climáticas que, como já foi mencionado, revelaram-se bastante desfavoráveis.

Com o dispêndio de cerca de 40% dos recursos previstos em seu orçamento, o DAER, manteve, em 1953, a conservação de, aproximadamente, 7.500 km da rede estadual. Tal conservação, abrangendo regularizações e pequenos melhoramentos gerais, vem-se tornando cada vez mais intensa e exaustiva, em consequência da crescente utilização das estradas, conjugada ao desenvolvimento do tráfego, nos moldes acima referidos.

Sem embargo das programações anuais, e regularmente executadas em função das verbas orçamentárias normais, as atividades do Departamento serão quase que redobradas em consequência das numerosas obras previstas no Plano de Obras assim como as previstas no crédito especial de 100 milhões de cruzeiros, as quais estão assumindo um ritmo acelerado em seu andamento.

Com referência ainda ao Plano de Obras, deve ser assinalado que cerca de três dezenas de rodovias estão sendo paulatinamente atacadas, em função do equipamento disponível e à medida que são concluídos os respectivos estudos. A estes trabalhos se somam aqueles que os municípios rio-grandenses estão realizando, graças à colaboração eficiente do DAER, quer no setor estritamente técnico, quer pela cooperação financeira no sentido da obtenção de máquinas rodoviárias e na construção de pontes e estradas.

O Governo do Estado, através do seu órgão rodoviário, tem evidenciado, pelas obras que vem realizando nos setores federal e estadual, e nas de cooperação aos municípios, o seu firme propósito de dotar o Rio Grande do Sul de vias de comunicação que possibilitem o escoamento fácil da produção, concorrendo, desta sorte, de maneira decisiva, para a criação do ambiente de estímulo, que se faz necessário, ao trabalho e às iniciativas em geral.

**Pavimentação
e conservação**

**O DAER e o
Plano de
Obras**

COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Para resolver a questão do fornecimento de energia elétrica na base do preço de custo e com tarifa uniforme, a Comissão Estadual de Energia Elétrica tem levado em consideração: o aproveitamento racional dos potenciais hidráulicos; o aproveitamento das reservas carboníferas; a potencialidade econômica das regiões a serem servidas com procedência; a criação de facilidade aos consumidores do interior.

Tal como referi na Mensagem anterior, a carência de recursos técnicos e financeiros iniciais e a grande deficiência de energia, então verificada em tôdas as regiões do Estado, impuseram a necessidade de destacar as obras de construção mais simples e mais rápida, para integrar uma etapa urgente e realizável.

Constituída por usinas hidráulicas de pequena potência e instalações Diesel de emergência, deveria servir a um grande número de localidades atingidas pelos racionamentos de energia elétrica, conseqüente às dificuldades surgidas após o término da última guerra.

Na segunda etapa, cujas obras se iniciam, incluem-se centrais de porte médio e maior, adequadas às necessidades do Estado para um período mais dilatado.

Paralelamente ao preparo e formação de um corpo administrativo e técnico adequado, outras etapas serão lançadas, com maior ou menor amplitude, de acôrdo com a marcha verificada de crescimento da carga, se não houver limitações nem sempre fáceis de remover.

As obras da primeira etapa, constituídas de 16 usinas com a potência de 40.970 kw, encontram-se nas seguintes fases:

Obras da primeira etapa

Em funcionamento:

Nove usinas hidráulicas: Bugres, 10.800 kw; Guarita, 1.900 kw; Passo do Inverno, 1350 kw.; Ijuizinho, 1.100 kw.; Forquilha, 1.100 kw.; Saltinho, 850 kw.; Ivaí, 740 kw.; Pirapó, 420 kw.; Touros, 210 kw. Total: 18.470 kw.

Cinco usinas termoelétricas, sendo a primeira a carvão e as quatro últimas Diesel: São Jerônimo (iniciais), 10.000 kw; Caxias do Sul, 1.100 kw; Novo Hamburgo, 600 kw; São Leopoldo, 500 kw; Porto Alegre, 7.000 kw. Total 19.200 kw.

Total (em funcionamento): 37.670 kw.

Em fase final de montagem:

Duas usinas hidroelétricas: Santa Rosa, 1.500 kw e Capigui, 1.800 kw. Total 3.300 kw.

TOTAL GERAL: 40.970 kw.

Em relação à potência instalada, verificam-se as seguintes percentagens:

Usinas em funcionamento, 92%; usinas em fase final de montagem, 8%.

Com a finalidade de reforçar o fornecimento de energia elétrica efetuado por empresas particulares ou pelas Prefeituras, providenciou a CEEE na instalação das seguintes usinas Diesel de emergência:

Em Torres: Foi efectuada a montagem de um novo grupo Diesel elétrico de 275 kw, em reforço à capacidade instalada de 150 kw,

Em Pelotas: Construiu-se uma usina de emergência com capacidade de 2.000 kw. Montada a primeira unidade de 1.000 kw, entrou esta em funcionamento em 17 de março de 1952, reforçando assim, o fornecimento de energia efetuado pela "The Light and Power Syndicate".

Em Cachoeira do Sul: Em 23 de junho de 1952, entrou em funcionamento o grupo de 500 kw, destinado a regularizar o fornecimento de energia praticamente interrompido devido ao acidente ocorrido com o grupo de 600 H.P., da Companhia Rio-Grandense de Usinas Elétricas, concessionária dos serviços.

Em Osório: Durante o exercício de 1953, foi terminada a construção da usina dessa localidade, tendo sido instaladas 2 unidades MAN de 290 kw cada uma. Esta usina, que abastece, além de Osório, as praias de Tramandaí e Imbé e, em futuro próximo, abastecerá Capão da Canoa, Cidreira e a cidade de Santo Antônio, ficará, após a ligação com o Sistema do Salto, como usina auxiliar da região.

Em São Leopoldo: Para assegurar melhor fornecimento de energia aos municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Taquara e outros componentes deste sistema, foram instaladas em 18 de fevereiro do ano passado, duas unidades e em 11 de março mais uma, perfazendo, assim, 3 unidades Diesel elétricas, de 1.000 kw cada uma. Com mais duas unidades, dependentes ainda de licença de importação, serão finalmente concentrados na usina de São Leopoldo recursos de emergência que permitirão a retirada das máquinas de pequena potência da Usina de Novo Hamburgo.

Em Rio Grande: Em junho de 1952, foram iniciadas as obras da Usina de Emergência de Rio Grande, com capacidade de 2.000 kw. Apesar dos esforços da Comissão, ainda não foi conseguida a cobertura cambial para efetivar a compra dos grupos destinados a esse estabelecimento, cujo prédio está praticamente concluído.

Em Santa Maria: Está sendo efetuada pela CEEE a montagem de um grupo Diesel de 664 kw, destinado a reforçar o suprimento de energia elétrica à cidade, cujos serviços são explorados pela Companhia Sul-Americana de Serviços Públicos, sociedade anônima brasileira.

Em Bento Gonçalves: Foi instalada, em 1953, na usina de Bento Gonçalves, uma unidade Diesel elétrica de 664 kw, em face da grande crise de energia decorrente da insuficiência da usina municipal em processo de campanha.

Em Santo Antônio: Foi instalado um grupo de 75 kw destinado a suprir de energia elétrica o bairro de Pitangueiras, cujos serviços eram explorados por uma empresa particular.

Em Vacaria: Está sendo instalado um grupo de 440 kw, de emergência, que entrou a funcionar no mês de março último, suplementando a produção da usina hidroelétrica do Saltinho e também a dos municípios de Nova Prata, Veranópolis e Antônio Prado.

No presente exercício, foram instalados 4.390 kw em novas usinas de emergência e estão em montagem mais 2.922 kw.

Recapitulando, constata-se que a potência instalada pela Comissão, até o exercício de 1953, foi de 44.920 kw, assim distribuída:

Usinas de 1. ^a etapa (em serviço)	37.670 kw
Usinas de emergência (exercício de 1953)	4.390 kw
Usinas de emergência (outros exercícios)	2.860 kw
T O T A L	44.920 kw

Dêste último valor, 69%, ou 31.295 kw, corresponderam à potência das instalações acabadas no atual período governamental.

Como a potência total instalada até 1953, no Rio Grande do Sul, para serviços

de utilidade pública, era de 115.542 kw, verifica-se a seguinte situação da CEEE em relação aos outros concessionários:

Potência das usinas já construídas pela CEEE, em mais ou menos 6 anos: 44.920 kw ou 39%.

Potência das usinas construídas por outros, em mais ou menos 40 anos: 70.622 kw ou 61%.

Destas últimas, algumas, com apenas 5.739 kw, foram encampadas. Desta sorte, o sistema de usinas com que opera a Comissão de Energia Elétrica apresenta uma potência duas vezes superior à da Central de Porto Alegre, ou 44% da potência instalada no Estado.

Durante o exercício de 1953 foram construídos 425,4 km. de linhas de transmissão de diversas tensões e 115 km de redes de distribuição.

Além dos trabalhos acima enumerados, prosseguiu a montagem do cabo subterrâneo de 66.000 volts, ligando as linhas de alta tensão provenientes das usinas de Bugres e São Jerônimo à subestação n.º 1, de Porto Alegre, situada nas proximidades da Vila do IAPI.

Em várias cidades servidas pela Comissão, estão sendo executados reforços nas redes de distribuição, de maneira a diminuir as perdas e permitir melhor fornecimento de energia às indústrias. Tais reforços, dada a grande dificuldade na obtenção de cobre, não puderam ser executados no ritmo desejado.

A fim de evitar este inconveniente, a Comissão solicitou uma licença de importação para 200 toneladas de lingotes de cobre e que acaba de ser concedida pelo Banco do Brasil.

Até fins de 1953, a Comissão havia construído 1.265 km. de linhas de transmissão, correspondentes à distância de ida e volta de Porto Alegre a Uruguaiana, e 382,42 km de linhas de distribuição, correspondentes à distância de ida de Porto Alegre a Santa Maria. Estes valores dão idêa dos trabalhos de conservação necessários.

Nesta etapa, excluída a usina de Candiota, de 20.000 kw, que será construída pelo Governo Federal, é prevista a instalação de mais 104.600 kw, assim distribuídos:

Jacuí	46.600 kw
Ernestina	4.200 kw
Canastra	42.000 kw
Capigui (2.ª unidade)	1.800 kw
São Jerônimo (ampliação)	10.000 kw
	104.600 kw

É a seguinte a situação das obras acima enumeradas, nas quais serão investidos cerca de um bilhão e meio de cruzeiros, e a serem concluídas em 5 anos:

Jacuí: Prosseguiu a construção das obras hidráulicas, a cargo do Departamento Nacional de Obras e Saneamento. A Comissão abriu concorrência pública para o fornecimento completo de 2 turbo-geradores de 27.000 KVA cada um, inclusive subestações elevadoras. No mesmo edital, foi solicitada cotação para a terceira unidade, a ser instalada doze meses após às primeiras.

As propostas foram recebidas em 5 de novembro, tendo-se apresentado 18 concorrentes com ofertas de material produzido pela principais fábricas do mundo. O valor dos fornecimentos subirá, aproximadamente, a 150 milhões de cruzeiros.

**Linhas
elétricas**

**Obras da se-
gunda etapa**

Ernestina — Neste local, está sendo construída a barragem que formará a bacia reguladora da Central do Jacuí, com a capacidade de 250 milhões de metros cúbicos. Esta barragem, a cargo também do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, será concluída durante o primeiro semestre do corrente ano.

Em 25 de agosto de 1952, foram recebidas e abertas as propostas de concorrência pública para aquisição do equipamento da usina, constituído de um grupo turbo-gerador de 4.800 kw. Concorreram 13 firmas, que ofereceram material de reputação comprovada, esperando-se um contrato de fornecimento no valor aproximado de 9 milhões de cruzeiros.

Canastra — A barragem de Canastra também está sendo construída pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento. A Comissão prosseguiu executando os trabalhos de instalação do canteiro de serviço e a movimentação de terra no local da usina, bem como os da tubulação adutora de 6 km de extensão e chaminé de equilíbrio. Simultaneamente, foram encomendadas 4.270 toneladas de chapa de ferro para a confecção da tubulação referida. Já foi embarcado o primeiro lote da tubulação forçada, cujo contrato de fornecimento foi feito juntamente com o da maquinaria.

O valor da encomenda, dos equipamentos mecânicos e elétricos, na base do câmbio oficial, será aproximadamente de 83 milhões de cruzeiros. Conforme informação dos fornecedores, o material será embarcado dentro do prazo contratual, devendo entrar, assim, em operação, em 1956.

Capigui. — Prosseguiu a construção das obras hidráulicas, a cargo da Comissão, e foi iniciada, em agosto, a montagem dos dois grupos turbo alternadores. Segundo o programa de serviço, esta usina deverá ficar concluída em julho próximo.

São Jerônimo (Ampliação) — Foram iniciados os trabalhos da ampliação desta usina térmica, já disposta de modo a abrigar novas máquinas até a potência de 40.000 a 50.000 kw.

Segundo informações da fábrica, em princípios de 1954, deverá ser embarcado o primeiro lote de material, constituído do grupo turbo gerador de 10.000 kw e acessórios. A parte de geração de vapor será entregue dentro do prazo fixado em contrato, o que permitirá contar com esse acréscimo de potência no início de 1955. O valor dos equipamentos contratados é de 33 milhões de cruzeiros.

Candiota. — Contratou o Governo Federal a construção desta usina, cuja potência será de 20.000 kw. Tal como a de São Jerônimo, integra o Plano de Eletrificação, substituindo a que fora de começo prevista pela CEEE, com menor potência inicial, junto às Minas do Rio Negro, próximas das de Candiota. Estudos posteriores da Secretaria de Obras Públicas, custeados a princípio pela CEEE, mostraram que o carvão, da nova jazida, oferecerá maior vantagem econômica do que o de Rio Negro, única mina então explorada pelo Estado.

Recapitulando, verificam-se as seguintes potências das usinas já consideradas nas duas etapas iniciais do Plano de Eletrificação:

Usinas hidroelétricas	116.370 kw
Usinas termoelétricas	20.000 "
Usinas de emergência	32.554 "
<hr/>	
Usinas novas a cargo da CEEE	168.924 kw
Usinas novas a cargo do Governo Federal	20.000 "
<hr/>	
TOTAL	188.924 kw

Pode-se concluir, dos dados expostos, que as usinas de emergência representam 17,2% e as duas térmicas a carvão, de São Jerônimo e Candiota, 21% da potência total desse sistema misto, uma das características do Plano de Eletrificação; que, concluída a 2.ª etapa, a Comissão estará operando em

novas usinas com potência 4 vezes maior do que a total disponível em 1.949. Excluindo as instalações de emergência, o acréscimo é proporcionado para o consumo de 2.400.000 habitantes residentes no interior.

Apesar de continuar atacando a construção das obras programadas no Plano e adotando soluções de emergência, a Comissão não tem embaraçado os municípios interessados na construção de suas próprias usinas.

Somente tem feito restrições à iniciativa privada, quanto aos projetos anti-econômicos ou que interfiram na planificação geral, sem a comprovação da conveniência. Assim mesmo, a Comissão age apenas como órgão informativo, já que, no final, o poder de concessão pertence ao Governo Federal.

Na Mensagem anterior, referi-me à valiosa cooperação do Governo Federal no Plano de Eletrificação, tomando a si a construção das obras hidráulicas mais importantes.

**Cooperação
do Governo
Federal**

Essa contribuição foi assegurada pelo Decreto-lei n.º 9.884, de 16 de setembro de 1946, que autorizou o Ministério da Viação a assinar um convênio com o Estado, no qual o Governo da União despenderia a importância de 125 milhões de cruzeiros, em parcelas anuais de 25 milhões, a partir de 1947; pela Lei n.º 1.461, de 26 de outubro de 1951, que prorrogou tal convênio por mais cinco anos, a partir de 1952; pelo Plano Salte, que consignou a verba de 150 milhões destinada à construção das obras hidráulicas da Central do Salto Grande, no Jacuí; pelo Decreto n.º 31.481, de 18 de setembro de 1952, que autorizou recursos no montante de 150 milhões para a construção da usina e exploração das jazidas de Candiota.

A contribuição do Governo Federal, embora represente a quarta parte dos investimentos do Governo do Estado, é de grande importância, pois o valor das obras por ele construídas não será computado no cálculo do preço do kwh.

O contrato de empréstimo entre a Comissão e o "International Bank for Reconstruction and Development", no valor de 25 milhões de dólares, firmado em 27 de junho de 1952, foi declarado efetivo em 17 de janeiro do ano passado.

**Empréstimo
externo**

Tal operação de crédito, conforme referiu a Mensagem anterior, destina-se à compra de material de importação para as obras da segunda etapa do Plano de Eletrificação.

Como o valor das compras no exterior, necessárias à conclusão das obras dessa etapa, é estimado em 45 milhões de dólares, vem cuidando a Comissão de aproveitar o empréstimo em aprêço para obter facilidades de pagamento de modo a assegurar a compra total.

A Comissão principiou a operar como fornecedora de energia elétrica em 1943, quando construiu as linhas de transmissão Frigoríficos Nacionais — São Leopoldo, e Galópolis — Caxias do Sul.

**Serviços
Industriais**

A exploração direta dos Serviços Industriais, entretanto, foi somente iniciada um ano e meio depois de haverem sido outorgadas, em 29 de outubro de 1945, ao Governo do Estado, as concessões para utilização de vários potenciais hidráulicos.

A progressão da potência utilizada foi a seguinte:

Anos	Potência encampada	Potência instalada pela OEEE — kw	Potência total kw
1947	1.700	600	2.300
1948	1.900	2.450	2.650
1949	—	6.500	13.150
1950	—	4.075	17.225
1951	790	1.585	19.600
1952	1.105	13.420	34.125
1953	244	16.290	—
TOTAIS	5.739	44.920	50.659

De conformidade com os dados acima, durante o período estudado, foram encampadas usinas com 5.739 kw e completadas novas instalações no montante de 44.920 kw, valor este superior ao da potência da velha usina que serve Porto Alegre.

Sobre um total de 115.542 kw, a Comissão já explora 50.659, ou 44%.

A produção e o consumo de energia, durante o mesmo período, foram as seguintes:

Ano	Produção kwh	Índice %	Consumo kwh	Índice %
1947	18.136.555	100	14.742.746	100
1948	21.118.502	116	16.033.285	108
1949	34.571.100	190	27.742.809	188
1950	39.987.136	220	32.056.433	217
1951	52.140.595	287	37.719.496	255
1952	70.626.843	389	52.271.218	354
1953	98.185.141	541	76.087.543	516

O número de consumidores atendidos sofreu as seguintes variações:

Ano	Luz	Força	Total	Índice
1947	14.621	1.031	15.652	100
1948	17.167	1.228	18.395	117
1949	21.074	1.458	22.533	143
1950	23.584	1.517	25.501	160
1951	34.085	2.367	36.452	232
1952	45.605	3.033	48.638	310
1953	51.697	3.558	55.255	353

Registrou-se, assim, a seguinte progressão de consumo por cliente:

Ano	Consumo kwh	N.º Clientes	kwh/clientes	Índice
1947	14.742.746	15.652	920	100
1948	16.033.285	18.395	897	98
1949	27.742.809	22.533	1.230	134
1950	32.056.433	25.501	1.250	136
1951	37.719.496	36.452	1.007	110
1952	52.271.218	48.638	1.070	116
1953	76.087.543	55.255	1.377	150

Estes índices não são rigorosos visto que, somente no fim do ano, por dificuldades de importação, foram recebidos os aparelhos para o registro do consumo de 17% dos clientes servidos. Por outro lado, a influência dos intermediários, assim como das instalações encampadas, é bastante sensível.

O movimento financeiro, como se vê do quadro abaixo, mostra que a progressão da receita é maior do que a da despesa:

Anos	Receita faturada	%	Despesa	%	Saldo bruto	%
1947	4.190.192,70	100	4.406.342,30	100	216.149,60	-
1948	9.936.657,70	237	7.568.332,30	172	2.368.325,40	+ 63
1949	12.924.204,10	308	12.599.643,00	287	224.561,10	+ 19
1950	15.831.885,80	378	11.405.521,30	260	4.426.364,50	+ 118
1951	26.521.943,30	630	21.834.859,20	495	4.687.084,10	+ 135
1952	39.764.435,10	953	31.220.808,80	710	8.543.625,30	+ 240
1953	62.583.511,00	1.493	55.753.016,70	1.265	6.810.494,30	+ 228

As indústrias servidas possuem uma carga ligada de 33.738,97 H.P., contra 29.950,98 em 1952, o que representa um acréscimo de 12,6% na zona diretamente explorada pela CEEF.

Enquanto se empenha na construção das grandes centrais elétricas, que trarão a solução adequada ao problema da falta de energia no Estado, a Comissão vem reduzindo os custos de operação e atendendo ao consumo crescente das antigas e novas ligações de luz e força industrial de pequeno porte.

Com a entrada em operação das usinas programadas na primeira etapa, foi possível eliminar o racionamento em mais de 80 localidades servidas diretamente pela CEEF.

Racionamentos

Para alcançar esse objetivo, enquanto construía novas usinas, a Comissão foi obrigada a restringir ao mínimo as novas ligações, em obediência às disposições da legislação em vigor, apesar dos descontentamentos que essa medida, como bem se compreende, causava.

Dentro da mesma orientação, será possível eliminar o racionamento nesta Capital, onde a Comissão já fornece 13.000 kw a cerca de 50.000 consumidores residentes na periferia da cidade.

Está sendo adotada na área de serviço da Comissão a tarifa uniforme, estabelecida de acordo com a Portaria n.º 605, de 17.6.1952, do Ministério da Agricultura.

Tarifas

A venda da energia elétrica pelo custo fez com que baixasse o preço do kwh distribuído na maioria das localidades servidas pelo sistema do Estado, representando esse fato o cumprimento de um dos pontos basilares estabelecidos por ocasião do lançamento do Plano e da Taxa de Eletrificação.

Acrescidos os créditos e deduzidos os compromissos anteriores a 1953, a Autarquia desfruta da seguinte situação:

Balanco Financeiro

A T I V O**DISPONIVEL:**

Em Caixa, Bancos e Tesouro do Estado	95.301.751,30
--------------------------------------	---------------

REALIZAVEL:

Tesouro do Estado, saldo de compromissos anteriores à autarquização	68.210.462,00	
Depósitos	104.602,70	
Diversos	37.072.913,60	105.387.978,30

COMPENSADO:

Cartas de fiança e cauções	905.011,00
----------------------------------	------------

T O T A L	201.594.740,60
------------------------	-----------------------

P A S S I V O

Restos a pagar	125.908.478,40	
Depósitos	5.693.763,50	
Diversos	14.820.833,00	
Compensado	905.011,00	147.328.086,80

SALDO LÍQUIDO DISPONIVEL	Cr\$ 54.266.653,80
---------------------------------------	---------------------------

Este saldo, embora não corresponda ao da Taxa de Eletrificação, que englobadamente rendeu Cr\$ 92.079.445,50, mais do que o previsto, não poderá infelizmente constituir fator de grande relevância para o maior desenvolvimento das obras. Basta, com efeito, ter em vista o encarecimento do material e da mão de obra ou apenas o pagamento, daqui por diante, de ágios cambiais, para sentir a necessidade de reajustar com urgência o quadro financeiro da Autarquia, em face das próximas cumpras de grande vulto.

Encampações

A Comissão de Energia Elétrica continua procedendo ao tombamento dos bens patrimoniais dos serviços de eletricidade, municipais ou particulares, no Estado.

Dentro dos limites dos recursos técnicos e financeiros disponíveis, para aperfeiçoar e ampliar as instalações, cujas transferências são pleiteadas pelos concessionários, a Comissão tem procurado ultimar as encampações, cuidando dos casos de maior urgência e mais próximos dos municípios onde já opera.

No exercício de 1953, foram encampados os serviços de eletricidade de Veranópolis, Tupanciretã e Triunfo, sendo que os dois primeiros já haviam sido ligados em 1951. Foram ligadas, também, as sedes municipais de Bento Gonçalves, Iraí, Palmeira das Missões e São Jerônimo e quatro sedes distritais,

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

Conforme a exposição feita na anterior Mensagem, a situação econômico-financeira da Viação Férrea chegara a um ponto crítico, nos começos do exercício de 1952, pela insuficiência de recursos para a cobertura de seus pesados encargos.

Situação
econômico-
financeira

Apresentara-se, como solução normal, um aumento razoável de tarifas, a fim de que a arrecadação ordinária bastasse para atender ao custeio. Nesse sentido, foi elaborado um projeto de revisão das tarifas e encaminhado aos órgãos federais. O Governo Federal, porém, dentro da orientação que se traçara, não achou oportuna nenhuma majoração de fretes que pudesse influir no custo de utilidades essenciais.

Afastada a solução de retirar recursos dos próprios transportes, e avultando os encargos da rede, cogitara-se da rescisão do contrato de arrendamento, porque ao Estado, na qualidade de arrendatário, não era possível continuar a arcar com a responsabilidade da execução de um serviço, cuja utilidade não reverte unicamente em benefício próprio, mas da comunhão nacional, e que, para a sua manutenção, exige enormes investimentos. Não era, pois, razoável nem justo sacrificar a esse grau o erário estadual, embora se viesse a satisfazer as necessidades de outras unidades federativas.

Nessa conjuntura, promoveram-se providências no sentido de rescindir o arrendamento e entregar a rede à exploração direta da União. Autorizado esse ato pela Lei n.º 1.892, de 14 de novembro de 1952, no ano seguinte foram entabulados entendimentos com o Ministério da Viação e Obras Públicas a respeito da resolução do arrendamento. Porém, o novo titular da pasta, o Ministro José Américo, adotou a política de conservar o regime de exploração por concessão para as estradas de ferro federais arrendadas a Estados, contanto que as ferrovias em apreço se organizem em autarquias, com administração colegiada.

Em face disto, aventou-se a reforma do contrato da Viação Férrea, em moldes que lhe assegurem uma situação estável no tocante à execução normal e satisfatória dos serviços, malgrado os desequilíbrios orçamentários decorrentes dos fenômenos econômicos.

Com esta finalidade, foi elaborado e encaminhado, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei, em 2 de setembro de 1953, ao qual foi oferecido um substitutivo, que, havendo merecido aprovação, subiu ao Senado, onde se encontra em fase final de tramitação.

Tal projeto manda levar os resultados positivos da exploração da rede a crédito do Fundo de Melhoramentos, que custeia as despesas patrimoniais. Os resultados negativos, inclusive os registrados na conta de gestão e de lucros e perdas, serão imputados à responsabilidade da União, devendo o seu montante ser incluído no orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, referente ao exercício correspondente, para ser pago, em duodécimos, a partir do mês de janeiro do exercício em que tiver execução.

Para esse fim, a Viação Férrea apresentará ao Ministério, até o mês de março, a fim de ser aprovado, o orçamento da receita e despesa de custeio e das contas de gestão e de lucros e perdas para o ano seguinte, com os elementos e discriminações necessários.

Na tomada de contas, se o déficit apurado for inferior ao orçado, a Viação Férrea recolherá a diferença à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Rio Grande do Sul. Se a deficiência ultrapassar a prevista no orçamento aprovado, a diferença será atribuída à responsabilidade do Estado.

Assim, decretada que seja essa lei, poderá a Viação Férrea desenvolver-se com normalidade, sem paralisar ou suprimir serviços ordinários, uma das causas das crises que a vêm assoberbando.

Outra providência do projeto em aprêço é a reorganização dos serviços nos moldes de autarquia estadual, com personalidade jurídica própria, sob administração colegiada. A autonomia virá facilitar a rápida adoção de providências normativas, econômicas e financeiras, bem como a concretização de operações no plano de crédito para reaparelhamento da rede, aconselhado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e aprovado pelo Senhor Presidente da República, pois será abreviada a tramitação dos contratos e convênios com estabelecimentos de crédito, para investimentos reprodutivos.

De tal sistema, adotado para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, advieram benéficos resultados, na realização de empréstimos destinados à execução do Plano de Eletrificação.

E' preciso salientar que, transformado em lei o projeto de revisão do contrato de arrendamento, nas bases expostas, ficará a Viação Férrea provida de elementos seguros para desafogar-se e desenvolver-se, na órbita administrativa do Estado. Esta solução é a que melhor consulta por certo os interesses da economia rio-grandense, pois os interessados continuarão a resolver os seus problemas junto à administração estadual, ao invés de terem de ir buscar as decisões na Capital Federal.

A atual Administração do Estado deparou a Viação Férrea numa das mais difíceis conjunturas desde que se encontra arrendada a esta unidade da Federação: o material rodante e de tração e as linhas jaziam em deplorável estado, o que determinou uma inquietante crise de transportes, com incalculáveis prejuízos para economia pública e privada, pela estagnação da produção nos pontos de embarque. Além da precariedade da conservação do material existente, havia falta de locomotivas e de vagões para o escoamento da produção agrícola, pastoril e extrativa.

Esse desequilíbrio entre a produção e o transporte ferroviário foi originado, em parte, pela política de expansão rodoviária, que relegou ao mínimo as cogitações referentes ao desenvolvimento da nossa ferrovia, e, de outra parte, pelo longo período de beligerância que envolveu a Europa e os Estados Unidos, durante o qual a construção de material ferroviário ficou paralisada, privando-nos das importações. As nossas estradas de ferro tiveram de socorrer-se, então, somente da indústria nacional, ainda incipiente e sem capacidade de bastar às necessidades do País, uma vez que sempre dependemos da indústria pesada estrangeira.

Orienta-se, hoje, a política econômica nacional no sentido de incentivar a indústria fabril, para que, dentro do mais breve tempo, possa produzir em qualidade e quantidade suficiente para abastecer o mercado brasileiro de material ferroviário, conquistando-se, afinal, com os nossos próprios esforços, a emancipação da indústria estrangeira.

Eis por que, subordinando-se a essa salutar orientação, tem a atual Administração procurado dar preferência, nas aquisições de materiais para a Viação Férrea, à produção nacional, não só para que esta se firme e desenvolva, como para economisar a evasão de nossas divisas cambiais.

A Viação Férrea, para poder operar com eficiência e servir satisfatoriamente à comunhão rio-grandense, necessita de reformas de base em diversos setores de seu parque industrial.

Elaborou-se, por isto, um plano de conjunto, para um reaparelhamento racionalizado, a realizar-se em um quinquênio. Essas realizações exigiriam a inversão de vultosos fundos, que somente poderiam ser obtidos mediante financiamento.

Procurou-se, então o concurso da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que, juntamente com a administração da rede e os técnicos de mais alto

renome de outras estradas nacionais e da nação amiga, estudou, delidamente, as condições peculiares da ferrovia e as suas necessidades mais urgentes, bem como o desdobramento de suas atividades futuras.

Submetido esse plano à Presidência da República, foi aprovado pelo Senhor Presidente Getúlio Vargas, depois de verificar a conveniência da execução do investimento proposto.

Encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ali foi apreciado pelos seus Departamentos Técnico, Econômico e Financeiro, sob o ângulo da exequibilidade da proposta, quer no que se refere à parte técnica, como no que diz respeito aos recursos para fazer face ao serviço de amortização e juros.

Estudaram-se, então, as bases da operação, sob a garantia dos fundos especiais de Melhoramentos e de Renovação Patrimonial, de que dispõe a rede, sendo elaborado o contrato de financiamento, no montante de Cr\$ 743.659.880,00, para utilização parcelada, à medida da execução dos investimentos, no prazo de cinco anos e para amortização após a utilização total do empréstimo, a qual será efetuada no prazo de 20 anos, a partir de 1959, ao juro de 7% ao ano.

O contrato, celebrado entre o Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, foi assinado, na Capital Federal, pelo Chefe do Executivo Estadual e o Presidente daquele estabelecimento de crédito, no dia 3 de dezembro de 1953.

A receita industrial, proveniente de transportes, realizada até 31 de dezembro de 1953, atingiu a Cr\$ 382.177.273,50.

Receita e
despesa

A despesa de custeio, no exercício findo, montou a Cr\$ 722.991.937,60, ficando dentro da consignação orçamentária.

Houve, pois, com a exploração do tráfego, um deficit de Cr\$ 340.314.664,10, sendo maior que o do exercício anterior.

A esse deficit devem ser acrescidos os prejuizos das contas de gestão e de lucros e perdas que foram de Cr\$ 3.634.457,10, provenientes, principalmente, de juros compulsórios.

O deficit da exploração da estrada, no exercício anterior, foi de Cr\$ 261.151.906,80 e o de 1953 de Cr\$ 344.449.121,20.

O deficit financeiro, entretanto, foi de Cr\$ 291.562.555,10, por isso que, nas contas patrimoniais, como se verá adiante, verificou-se saldo positivo.

A elevação do deficit da exploração da estrada, em 1953, foi motivada não só pelo pagamento de vantagens concedidas aos servidores ferroviários pela Lei n.º 1.750, de 22 de fevereiro de 1952, e conseqüente aumento de contribuições para os institutos de previdência e assistência social, como, também, pela alta do preço do carvão, da lenha e dos materiais diversos, consumidos no serviço.

Essas despesas deverão correr pelas contas de custeio e pelos fundos especiais, mas os encargos referentes ao pessoal dependiam da autorização do Governo Federal, pelo que vinham sendo levados à responsabilidade do Estado. O assunto foi resolvido, há dias, por despacho do Ministro da Viação e Obras Públicas, determinando que sejam aquelas despesas imputadas ao custeio da rede. Cessou, assim, a responsabilidade do Estado com relação às vantagens concedidas aos ferroviários pela lei citada.

É a seguinte a situação das contas patrimoniais:

A receita para constituição do Fundo de Melhoramentos, arrecadada na base de 10% sobre as tarifas, produziu, até 31 de dezembro, a quantia de Cr\$ 34.349.090,40.

Contas pa-
trimoniais

A despesa realizada, por conta desse fundo, foi de Cr\$ 2.067.657,10, havendo um saldo de Cr\$ 32.281.433,30, que abateu uma parte da insuficiência do Fundo de Melhoramentos, ocorrida nos anos em que não figurou como receita especial, por ter sido provisoriamente incluída na receita ordinária,

por determinação do Governo da União, a fim de não se proceder ao reajustamento das tarifas.

A receita para constituição do Fundo de Renovação Patrimonial, arrecadada na base de 10% sobre as tarifas, produziu a quantia de Cr\$ 34.319.090,40.

Por conta desse Fundo, foi feita a despesa de Cr\$ 12.996.856,30, verificando-se um saldo de Cr\$ 21.352.234,10.

A receita proveniente da Subvenção da União, concedida pela Lei nº 272, de 10 de abril de 1948, foi de Cr\$ 20.000.000,00, recolhida diretamente ao Tesouro do Estado.

A débito dessa conta, fizeram-se despesas com obras e aquisições de aparelhamento, no montante de Cr\$ 20.747.101,30, havendo uma insuficiência de Cr\$ 747.101,30.

Atendeu ainda a Viação Férrea, a despesa de vantagens a inativos, no montante de Cr\$ 15.914.107,30, que é de responsabilidade do Estado.

Transporte

O serviço de transporte, apesar de perdurarem obstáculos de ordem material, que ainda não puderam ser removidos, continuou melhorando no exercício de 1953.

Com a chegada, no ano anterior, das locomotivas francêsas e com o fornecimento de carvão selecionado, os transportes se desenvolveram satisfatoriamente até o mês de maio, quando ficou completamente em dia o atendimento das requisições, inclusive as destinadas ao Norte.

Daquela época em diante, entretanto, o mau estado de muitas locomotivas, aliado à deficiência da linha e de pessoal e, sobretudo, à escassez de lenha e carvão, agravado pela sua péssima qualidade, deficiências essas que ainda persistem, vieram desajustar a circulação dos trens, atrasando grandemente o fornecimento de vagões e, em consequência, o atendimento das requisições em geral.

Não obstante tudo isso, depois de tomadas varias providências, para a execução das quais se contou com a dedicação do pessoal e, dispondo-se, ultimamente, do valioso concurso das locomotivas Diesel-hidráulicas, foi possível intensificar o movimento de trens, elevando-se a arrecadação em importância superior a Cr\$ 60.000.000,00 à prevista no orçamento da receita, e obtendo-se, em prazos prefixados, o escoamento de grande quantidade de produtos, principalmente cereais e madeiras.

Apesar das dificuldades apontadas, sendo a principal a carência de combustíveis, que ainda se faz sentir, correram, durante o ano próximo, 65.043 trens no serviço renumerado, enquanto que, no ano anterior, esse número foi de 67.069.

Nesse serviço movimentaram-se 733.085 veículos, sendo: em trens de viajantes, 9.852; especiais de viajantes, 168; mistos, 26.946; animais, 24.537; gradados vasios, 52.532; cargas, 537.055.

A carga bruta transportada atingiu a 17.360.423 toneladas, enquanto que, em 1952, alcançou 17.813.567, tendo havido, portanto, um aumento de 46.808 toneladas no transporte realizado.

Os carregamentos em vagões completos utilizaram: 69.334 veículos, contra 86.919, em 1952, com um aumento de 2.415 vagões.

O serviço de intercâmbio com as estradas de ferro do Norte do Estado foi o seguinte: entraram nas linhas da Viação Férrea 3.255 veículos da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e 1.075 da Estrada de Ferro Sorocabana. Da Viação Férrea viajaram, para as linhas daquelas estradas, 597 veículos.

O transporte rodoferroviário decorreu, normalmente, com o seguinte movimento de cargas: zona de Coxias do Sul, 35.561.758 toneladas, com a receita de Cr\$ 3.453.120,60; da Serra, 17.609.350 toneladas, e receita de Cr\$ 5.862.207,30; de Missões, 809.200 toneladas e receita de Cr\$ 509.932,90; do Litoral, 4.069.090 toneladas, e receita de Cr\$ 1.588.498,00; em tráfego mútuo, 103.520 toneladas, e receita de Cr\$ 73.584,00.

A receita das agências rodoferroviárias teve as seguintes arrecadações: Porto Alegre, Cr\$ 9.832.673,30; Palmeira, Cr\$ 3.039.058,10; Iraí, Cr\$ 894.421,70;

Não-Me-Toque, Cr\$ 332.480,10; Sarandi, Cr\$ 967.311,70; Frederico Westphalen, Cr\$ 347.114,40.

O serviço de entrega a domicilio, executado diretamente pela Viação Férrea, em Porto Alegre, Santa Maria, Caxias do Sul e Carazinho, e, por concessionários, em Livramento, Cruz Alta e Passo Fundo, transcorreu a contento dos expedidores e destinatários.

A extensão da rede, em 31 de dezembro era de 4.137.630, quilômetros, assim discriminada: linhas principais, 3.649,245; linhas duplas, 12,193; linhas de desvios da rede, 409,344; linhas de desvios particulares, 66,648.

Houve um acréscimo de 1,387 quilômetros de desvios da rede e 3,344 de desvios particulares.

Os trilhos existentes nas diversas linhas variam de tipo, desde o de 20 até o de 50 quilos por metro linear, sendo o peso médio de 23,12 quilos por metro corrente.

Foram substituídos trilhos numa extensão de 33,041 quilômetros, no trecho de Caverá-Alegrete, na linha de Porto Alegre-Uruguaiana, e no trecho de Cruz Alta-Júlio de Castilhos, na linha de Santa Maria-Marcelino Ramos.

Acham-se distribuídos, ao longo das linhas, para emprêgo imediato, 400 quilômetros de trilhos e 70.000 talas, do tipo 37 kg por metro corrente, recebidos da Companhia Siderúrgica Nacional.

Foram substituídos, por desgaste, 49.132,40 metros de trilhos e, por fratura, 797 metros de diversos tipos.

Durante o ano, houve deficiência no emprêgo de dormentes, ocasionada pela irregularidade da entrega pelos fornecedores, a qual, de um modo geral, esteve aquém da previsão elaborada. De fato, a previsão fora de 501.000 e o emprêgo foi de 347.202.

O lastramento das linhas, com pedra britada, foi efetuado de acordo com as possibilidades e produção de cinco pedreiras em funcionamento: as de Barão, Volta do Felizardo, Passo Fundo, Severino Ribeiro e Saibro. As quatro primeiras são administradas e exploradas pela Viação Férrea e a última é explorada por empreitada.

Realizou-se o lastramento completo de uma extensão de 27,019 quilômetros e lastramento incompleto de 34,126 quilômetros, nas linhas de Santa Maria-Uruguaiana, Santa Maria-Marcelino Ramos, Cruz Alta-Santa Rosa, Xisto Pereira-São Borja, Uruguaiana-Barra do Quaraí, Dilermando de Aguiar-São Borja, Santiago-São Luiz Gonzaga, Cacequi-Rio Grande, São Sebastião-Livramento e Alegrete-Quaraí.

Construiu-se um aumento nas linhas de desvios da rede, no quilômetro 109 da linha de Santa Maria a Porto Alegre, numa extensão de 1.387,10 metros.

Foram construídos diversos desvios para uso de particulares, nas linhas de Santa Maria-Marcelino Ramos, Cacequi-Rio Grande, Santa Maria-Porto Alegre, ramal de Canguçu e variante do Barreto.

Além da conservação normal dos edifícios da rede, construíram-se, durante o ano, 303 habitações de vários tipos destinadas ao pessoal, nas localidades em que foi necessário acomodar os servidores e suas famílias nas proximidades do serviço, principalmente ao longo das linhas.

Executou-se o serviço normal de abastecimento de água aos trens e dependências da rede e realizaram-se diversas obras no setor de hidráulicas.

Prosseguiu o serviço de reforço de pontes, concluindo-se 11 superestruturas na linha de Santa Maria-Uruguaiana; 6 na linha de Santa Maria-Porto Alegre; 4 na variante de Santa Maria-Arrôio do Só, e 1 na linha de Dilermando de Aguiar-São Borja.

Fêz-se a reparação das pontes sobre o Rio Uruguai, em Marcelino Ramos, e sobre o Rio Santa Maria, no quilômetro 429,920 da linha Cacequi-Rio Grande.

O Governo do Estado encomendou à fábrica nacional Indústrias Reunidas de Ferro e Aço Ltda. (IRFA), sediada em Santíssimo, Distrito Federal, 10 locomotivas Diesel-hidráulicas, dotadas de todos os requisitos alcançados pelo

Via
Permanente

Locomotivas
Diesel-
hidráulicas

técnica mais avançada, indubitavelmente mais aperfeiçoadas, eficientes e econômicas que as locomotivas a vapor e, sob certos aspectos, preferíveis às Diesel-elétricas, por serem de mais fácil conservação e maior rendimento, e as que mais convêm à peculiaridade dos nossos serviços de tração e linha.

A primeira unidade foi oficialmente apresentada ao tráfego no dia 9 de setembro, tracionando um trem especial de passageiros de Porto Alegre a Caxias do Sul, em ato revestido de solenidade, com a presença de altas autoridades civis, militares e eclesiásticas e membros da Assembléia Legislativa.

As suas características principais são as seguintes: número de eixos motores, 6; peso por eixo, 13 toneladas; peso aderente e total, 73 toneladas; motores, 2 MAN; potência dos motores, 950 H.P., cada um, a 900 r.p.m.; esforço de tração máximo no engate, 28.000 quilos; transmissão hidráulica, sistema Voith, com 2 caixas modelo L-36 r., especialmente construídas para essa locomotiva; sistema de comando, pneumático, com controle elétrico.

Os resultados obtidos nas experiências e em operação ordinária, acusam a elevada cifra de economia, em relação às locomotivas a vapor, de 1 para 15.

Constatou-se, no decorrer das experiências, que as capacidades de reboque da nova locomotiva, sob diferentes condições de rampas e velocidades, coincidiam exatamente com os diagramas fornecidos pela fábrica.

As experiências de consumo de combustível conduziram aos mais surpreendentes resultados em comparação com os atuais consumos de carvão, por igualdade de efeito. Assim, enquanto o consumo médio de carvão por tonelada-quilômetro virtual é de 181 gramas, o de óleo Diesel é da ordem de 28 gramas. Daí a economia resultante, em cruzeiro, de Cr\$ 0,065.784 por tonelada-quilômetro virtual.

Cada locomotiva poderá tracionar, por ano, em média, 100.000.000 de toneladas-quilômetro virtuais, resultando, por conseguinte, a economia anual de Cr\$ 6.578.400,00, tão somente em combustível e por locomotiva.

A velocidade comercial elevou-se enormemente com a aplicação desse tipo de locomotiva: enquanto a locomotiva a vapor apresenta a de 7 a 11 quilômetros por hora, a Diesel atinge 25 a 30 quilômetros.

A aquisição das 10 primeiras locomotivas Diesel-hidráulicas foi autorizada pelo Governo do Estado, em encomenda direta à fábrica nacional Indústrias Reunidas de Ferro e Aço, em face da conveniência manifesta em dotar a Viação Férrea desse novo tipo de máquinas, que se propõe a revolucionar os sistemas anteriores e se destina a marcar uma nova era na tração ferroviária continental. A fábrica brasileira é possuidora de patentes das peças e órgãos principais, salvo aparelhos especiais, cuja exploração é reservada aos detentores de marcas de fábricas, o que acontece com a produção de todas as indústrias. A celeridade da execução da encomenda e a economia resultante do afastamento de intermediários aconselharam a dispensa de concorrência, aliás, inoperante, porque outras fábricas não poderiam fornecer uma máquina cujas patentes eram detidas por um produtor brasileiro.

Teve-se além disso, um objetivo de inspiração patriótica — o de apoiar o desenvolvimento, no País, dessa indústria básica especializada, e, ao mesmo tempo, reter a fuga de nossas divisas no exterior.

Prosseguindo nesse programa, outras encomendas serão feitas, dentro do plano de reaparelhamento com os investimentos contratados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para ampliar o nosso parque de tração: mais 13 locomotivas Diesel-hidráulicas de 2.000 H.P., destinadas ao serviço de passageiros e carga e 46 de 400 H.P. para o de manobras.

Com essas aquisições assegurar-se-á, em definitivo, a regularidade de tração e obter-se-á considerável economia no custeio.

Foram encomendadas à mesma fábrica Indústrias Reunidas de Ferro e Aço Lda. 12 trens-unidades Diesel, para o serviço de passageiros.

Cada trem compõe-se de três corpos, ligados com engates e intercomunicáveis por meio de foles ou sanfonas duplas. Comporta, cada um, a lo-

lação de 120 passageiros, tendo ainda compartimentos sanitários, bagagem, cozinha e bar.

Acionados por dois motores Diesel MAN, de 400 H. P. cada um, a 1.000 r.p.m., desenvolvem a velocidade de 120 quilômetros por hora.

Os trens são providos de arejamento, renovando-se o ar por meio de exaustores, e proporcionando um ambiente interior confortável, mesmo à temperatura elevada. Dispõem, também, de aquecimento, para uso na estação fria.

Oferecem o maior conforto e comodidade aos passageiros, representando um grande melhoramento no transporte de pessoas, não só pelas condições acima apontadas como pela celeridade da viagem, bastando dizer que o percurso entre Porto Alegre e Uruguaiana, hoje realizado em 24 horas em trajeto direto ou em dois dias com pernoite em Santa Maria, será alcançado em 12 horas. Sob o aspecto da exploração, proporcionarão êsses trens apreciável rendimento.

Computadas as despesas de combustível e pessoal, bem como as receitas prováveis com os trens-unidades, conclui-se que oferecerão um saldo anual de Cr\$ 106.579.122,62.

Ora, os trens de passageiros, com tração a vapor, atualmente estão ocasionando déficit com o transporte do mesmo número de passageiros-quilômetro, calculado em Cr\$ 4.055.116,51 por ano.

Decorre daí a grande economia que proporcionará o novo sistema de transporte. Considerando o resultado negativo atual, essa será de Cr\$ 110.634.239,23 (Cr\$ 106.579.122,62 + Cr\$ 4.055.116,51) ou sejam Cr\$ 9.219.319,93 por trem-unidade.

A encomenda, dada a urgência de solucionar problema de tanta relevância, e por tratar-se de fornecimento por fábrica nacional, foi autorizada sem concorrência, como se procedeu em relação às locomotivas Diesel-hidráulicas.

A primeira composição, há pouco recebida, acha-se em montagem nas oficinas de Rio Grande e deverá entrar em tráfego nos próximos dias. As demais deverão ser entregues até janeiro de 1955.

No presente período governamental, foi aumentado o parque de material rodante com a aquisição e incorporação de 678 vagões novos, dos quais 300 são vagões fechados, 140 vagões-gôndolas, 44 vagões-frigoríficos, 50 vagões gradeados e 144 vagões-tanques para transporte de combustíveis líquidos.

Vagões novos

No plano de reaparelhamento, que se começará a executar no corrente ano, serão encomendados mais 483, devendo serem recebidos 161 ainda neste ano e 322 nos anos de 1955 e 1956. De modo que, por iniciativa do atual Governo, o parque será aumentado de mais 1.161 vagões para transporte de mercadorias, animais, carnes resfriadas e congeladas, minérios e combustíveis líquidos.

As oficinas mecânicas efetuaram a conservação de locomotivas e de material rodante, manufaturaram peças para suprimento do almoxarifado e outros departamentos, e executaram serviços por conta de terceiros.

Officinas

Nas oficinas mecânicas principais de Santa Maria, na de carros e vagões do Quilômetro Três e nas de Rio Grande, foram reparadas 131 locomotivas a vapor, adaptadas 7 para queima de "fuel-oil", montadas 3 locomotivas Diesel-hidráulicas; reparados e reconstruídos 97 carros de passageiros; reparados 6 carros-motores, 13 autos de linha, 920 vagões fechados, gradeados e gôndolas; adaptados 8 vagões para transporte de trigo a granel; construídos 50 vagões gradeados e 2 vagões-tanques para o transporte de óleo Diesel, além de numerosos outros trabalhos.

A fundição produziu peças na seguinte quantidade em quilos: de aço, 240.000; de ferro, 878.000; de bronze, 360.000; de alumínio, 333; de metal patente, 39.655; de estanho, 3.000.

Foi considerável a produção industrial de peças destinadas ao aparelhamento ferroviário.

Confeccionou-se, nas oficinas de Rio Grande, um modelo de cilindro para locomotiva Mallet, série 621-631, assim como se fizeram soldagens importantes em cilindros de inúmeras locomotivas.

Tração

No setor dos serviços de tração, manteve-se o ritmo normal de conservação das locomotivas, nos diversos depósitos da rede.

Foi construído e instalado, em Cerro Chato, um tanque para depósito de óleo Diesel, destinado às locomotivas Diesel-hidráulicas.

Concluíram-se as instalações do tanque de 1.000 m³ para "fuel-oil", em Santa Maria, o qual já está em pleno funcionamento.

Instalaram-se, em Diretor Augusto Pestana, dois tanques para óleos Diesel, sendo um de 20.000 litros de capacidade, embutido no sub-solo, para receber o óleo diretamente dos carros-tanques. O óleo é, após, centrifugado e recalçado para outro tanque elevado, com capacidade para 15.000 litros.

Essa instalação destina-se ao abastecimento das locomotivas Diesel-hidráulicas, recentemente adquiridas.

Eletricidade

Os serviços de eletricidade executaram uma rede de alta tensão, de 1-620 metros, sendo empregados 41 postes, e a construção de 14.750 metros de rede elétrica aérea, com o emprego de 255 postes em diversas localidades.

Neste setor, vários empreendimentos foram levados a efeito, como reforma de instalações de luz e força, instalação de grupos motor-bomba e motores elétricos, montagem de usinas elétricas, reforma de redes de distribuição e outros, em Bagé, Montenegro, Barreto, Porto do Conde (Estrada de Ferro do Jacuí), Cachoeira, Rio Pardo, Ramiz Galvão, Cacequi, Santiago e Santa Maria.

Engenharia

Foi intensa a atividade do Departamento de Engenharia no desempenho dos serviços de planejamento, levantamentos, estudos e projetos técnicos.

Concluiu-se o projeto da nova estação terminal de Porto Alegre, que será construída com os pátios das linhas de acesso às plataformas, prevista a composição e recomposição de trens e ligações com as linhas do Porto de Porto Alegre, e localizada entre o prolongamento da avenida Farrapos, rua Dona Teodora e dique de saneamento, junto ao Cais Marcílio Dias.

A concretização de tão importante empreendimento está orçada num total de Cr\$ 345.235.057,20, incluindo-se as desapropriações dos terrenos e respectivas benfeitorias.

Previu-se a execução das obras em duas etapas, de dois anos cada uma, podendo estarem concluídas em 1958, uma vez sejam consignados recursos nos orçamentos anuais do Estado.

Distribuíram-se os trabalhos de campo a três turmas, que executaram estudos, exploração e locação de linhas, numa extensão de 124 quilômetros, e procederam ao levantamento de variantes e de linhas existentes, numa extensão de 368 quilômetros.

Os escritórios realizaram o desenho de plantas de locação de 110,5 quilômetros, desenhos de perfis em 80 quilômetros, e desenhos e plantas com levantamento estadimétrico de 117,9 quilômetros.

Executaram-se construções, modificações e ampliações de três estações e o aumento de desvios e modificações de linhas de recinto de seis destas.

Realizaram-se, ainda, 21 projetos de construção e ampliação de estações, edifícios para instalação de serviços e casas para o pessoal, desvios e embarcadouros.

Elaboraram-se especificações técnicas para aquisição de vagões plataformas e fechados de 36 toneladas de lotação, de vagões gôndolas para transporte de minérios e de vagões-frigoríficos para transporte de carnes resfriadas e congeladas.

Fêz-se, no Quilômetro Três, a perfuração de um poço que, depois de atravessar uma camada de 80 metros de tabatinga, atingiu uma camada de arenitos

aquíferos, de 12 metros de espessura, constatando-se uma vazão de 8.000 litros por hora, ou 192.000 litros por dia.

Foram intensificados os trabalhos de construção das variantes de Arróio do Só-Santa Maria-Canabarro e de Capão do Leão, na linha de Cacequi-Rio Grande.

Variantes

Na variante de Arróio do Só, foi executado um movimento de terra de 204.000 metros cúbicos, completando-se uma excavação total de 670.605.718 m³, e construíram-se obras de arte, faltando apenas 12 boeiros. Fez-se um movimento de terras de 100.000 metros cúbicos na variante de Canabarro e de 37.360 metros cúbicos na de Capão do Leão.

Como se pode ver, os trabalhos de preparo do leito, nos atêrros, cortes e obras de arte, encontram-se em fase de grande desenvolvimento, prevendo-se que, com os recursos destinados a essas importantes obras de retificação de traçado, poderão as variantes em aprêço ser entregues ao tráfego no decorrer do próximo exercício.

Em virtude do empréstimo contraído no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, as variantes de Pedras Altas e de João Rodrigues passarão a ser executadas diretamente sob a administração da Viação Férrea, prevendo-se a sua conclusão no decorrer do ano de 1956, com os resultados mais favoráveis para a exploração do tráfego e a economia do Estado.

Essas variantes melhorarão as condições técnicas das linhas e assegurarão maior velocidade comercial à circulação dos trens.

Pelo Departamento de Materiais foram realizadas 128 concorrências públicas e administrativas, para compra de materiais e feitas 130 consultas de preços para aquisições.

Materiais

Expediram-se 2.401 ordens de compra em 1953, montando a importação em Cr\$ 4.704.217,30, e as compras na praça e no País em Cr\$ 200.407.324,00.

O movimento geral do almoxarifado, em 1953, acusou entradas no valor de Cr\$ 272.932.731,20 e saídas na importância de Cr\$ 295.564.260,90, sendo êsses resultados aproximados.

Em dezembro de 1953, o saldo da existência de materias era do valor de Cr\$ 35.172.212,20.

De acôrdo com os compromissos assumidos, foram recebidos os seguintes combustíveis: carvão nacional, Cr\$ 111.303.895,20; lenha, Cr\$ 22.244.287,30; nós de pinho, Cr\$ 3.848.442,70; "fuel-oil", Cr\$ 33.315.132,00.

Combustíveis e madeiras

Foram ainda recebidos: dormentes diversos, Cr\$ 15.097.951,60; madeiras, Cr\$ 7.056.444,80.

Esses dados ainda não estão definitivamente apurados, para o exercício de 1953. O valor total dos combustíveis recebidos, em 1952, foi de Cr\$ 168.657.895,50, e o da madeira de Cr\$ 19.726.450,40.

Segundo os assentamentos do Departamento do Pessoal, havia, em 31 de dezembro, 15.211 servidores ativos e 3.514 inativos por aposentadoria.

Pessoal

Foras expedidas, durante o ano, 281 portarias de designação de funcionários, 1.893 de avanços e enquadramento, 1.541 de licença-prêmio e 34 de inquéritos administrativos, e 59 certidões diversas.

Entraram, no decorrer do ano, 1.610 requerimentos de certificados de tempo de serviço para gratificação adicional, expedindo-se 890; 1.704 pedidos de certificados para licença-prêmio, expedindo-se 2.001; 1.010 pedidos de certidões para aposentadoria, expedindo-se 126 documentos para êsse fim; 1.978 pedidos de melhoria de 70% de proventos de aposentadoria, de acôrdo com a Lei n.º 1.750, de 22 de fevereiro de 1952; 212 pedidos de avanços, a que se refere a Lei n.º 2.148. Para concessão do 6.º avanço, nos termos da Lei n. 1.750, foram encaminhados 2.615 processos. Na verificação do direito a avanços, fizeram-se buscas em cerca de 15.000 processos e fôlhas de pagamento arquivadas.

Houve 3.341 concessões de abono familiar a 2.534 servidores ativos, be-

beneficiando 2.984 filhos; a 407 aposentados, em benefício de 982 filhos; e a 100 empregados da Estrada de Ferro Jacuí, favorecendo 134 filhos.

A seção de assentamentos manteve o serviço de matrícula e fichas individuais, com todas as alterações ocorridas. A matrícula atingiu o número de 15.211 servidores e de 19.198 ex-servidores, no total de 34.407.

Serviço Médico

O Serviço de Medicina Preventiva aplicou 13.926 vacinas, sendo 825 anti-tíficas, 3.239 anti-variólicas, 415 anti-diftéricas, 9.377 anti-tuberculose e 34 anti-coqueluche.

Atendeu a 817 gestantes e 4.418 crianças; distribuiu 38.750 mamadeiras a lactantes; aplicou 55.298 injeções; fez 88.518 visitas de educação sanitária; deu 22.531 conselhos de saúde e extraiu 38.640 abreugrafias.

O Serviço Médico Central de Porto Alegre atendeu a 1.814 servidores da cidade e do interior e o Serviço Médico de Acidentados do Trabalho atendeu a 3.227 pacientes, fazendo-lhes o tratamento ambulatorio e hospitalar, com todos os exames necessários.

Alfabetização

Funcionaram 86 escolas turmeiras, mantidas pela Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Ltda., com a verba de economia de fretes, resultante da isenção destes para o transporte de suas mercadorias.

A matrícula foi de 2.413 alunos, que recebem o ensino primário, ministrado por 121 professoras, sob o regime de inspeção pela Viação Férrea.

De 23 a 30 de janeiro de 1953, reuniu-se, em Santa Maria, o 20.º Congresso Pedagógico do Professorado Ferroviário, para a unificação e orientação dos métodos de ensino.

Mantém-se aulas de corte e costura para filhas de ferroviários em Cacequi, Ramiz Galvão, Santa Maria e Britadora de Santa Maria, com a matrícula de 180 alunas.

A cargo das professoras, funciona a "Sociedade Anchieta", com a finalidade de proporcionar leitura às famílias dos ferroviários, ao longo das linhas.

Associações

Estiveram em atividade 34 sociedades assistenciais, recreativas e desportivas, sediadas em diversas localidades, onde a população ferroviária é densa. Todas elas se acham inscritas no Departamento do Pessoal, a fim de receberem favores da Administração da rede. Além destas, funcionam diversas outras, com idênticas finalidades, mas ainda não registradas.

A essas sociedades, a Administração vem dispensando amparo moral e material, com o objetivo de desenvolver, entre os servidores, o espírito de concórdia e educação social.

Foi inaugurado, solenemente, a 21 de abril de 1953, o edifício da sede da "Sociedade 21 de abril", em Santa Maria, que ficou instalada com amplitude e conforto, sendo, atualmente, uma das melhores sedes de entidades classistas do Estado.

Assistência Social

É pensamento da Administração ampliar o amparo social aos servidores e suas famílias, criando, para esse fim um departamento, com pessoal especializado nos diversos ramos compreendidos na moderna ciência da assistência social.

Esse departamento, cujo programa abrange um vasto campo assistencial, propõe-se velar pela educação e cultura, pelo desenvolvimento da sociabilidade, união e conagração da classe ferroviária; estudar os problemas da comunidade ferroviária, procurando as soluções adequadas; prover sobre a saúde, alimentação racional, higiene pessoal e domiciliar; atender o setor da habitação, em ambientes salubres e em casas dotadas de instalações que proporcionem conforto e higiene; promover a construção de vilas operárias, junto aos centros de trabalho, com jardins de infância, creches e berçários; organizar colônias de férias; desdobrar a medicina preventiva e a difusão da profilaxia, além de numerosas outras iniciativas.

Uma vez posto em prática esse programa, o trabalhador ferroviário des-

frutará não só de conforto material, mas também de segurança e tranquilidade, podendo dedicar-se inteiramente ao labor, sem a inquietação inerente a certas preocupações de ordem econômica e moral.

Porto Alegre, 21 de Abril de 1954

ERNESTO DORNELLES

ANEXOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA

ESTADO DA POPULAÇÃO

(Estimativas para 1/1/47/52)

Anos	População
1-1/47	3 809 730
1-1/48	3 902 540
1-1/51	4 265 930
1-1/52	4 367 080

MOVIMENTO DA POPULAÇÃO

	Anos	Número
Nascimentos	(1 947	114 127
	(1 948	116 521
	(1 951	125 741
	(1 952	126 862
Casamentos	(1 947	34 297
	(1 948	32 653
	(1 951	35 758
	(1 952	32 856
Óbitos	(1 947	35 360
	(1 948	36 454
	(1 951	37 617
	(1 952	37 536
Óbitos de menores de 1 ano ...	(1 947	9 059
	(1 948	9 680
	(1 951	10 446
	(1 952	10 688
Nati-Mortos	(1 947	2 572
	(1 948	2 820
	(1 951	2 804
	(1 952	2 801
Crescimento Natural	(1 947	78 767
	(1 948	80 067
	(1 951	88 124
	(1 952	89 326
Índice Vital	(1 947	322,75
	(1 948	319,63
	(1 951	334,27
	(1 952	337,97

PRODUÇÃO AGRÍCOLA — 1951/1952

CULTURAS	Área cultivada (ha)		Quantidade (t)		Valor (Cr\$ 1 000)	
	1951	1952	1951	1952	1951	1952
Alfafa	17 038	15 974	128 940	136 030	107 411	120 193
Alho	1 016	1 123	2 724	3 254	10 989	16 681
Alpiste	3 069	2 727	1 798	1 529	8 023	7 301
Amendoim	6 408	7 368	7 016	6 793	12 466	13 348
Arroz	233 526	229 414	615 162	591 987	261 080	972 447
Aveia	11 299	11 682	7 226	8 672	12 701	18 434
Batata doce	24 541	24 838	180 189	151 594	94 407	99 053
Batata inglesa	49 871	51 438	231 863	228 582	364 469	389 813
Cana	37 316	41 012	610 438	662 382	64 608	79 733
Cebola	7 320	7 765	52 092	64 574	78 903	91 581
Centeio	1 519	2 072	1 413	2 181	2 708	4 491
Cevada	11 724	19 385	10 505	18 511	18 850	35 972
Ervilha	2 486	2 934	2 276	3 096	6 780	10 443
Fava	778	937	705	817	1 078	1 576
Feijão	141 326	148 324	135 179	104 513	251 376	267 867
Feijão soja	47 480	58 765	60 807	77 102	71 947	119 297
Fumo	45 354	41 085	46 450	37 073	227 987	199 871
Girassol	360	345	352	348	534	626
Lentilha	3 326	3 183	2 620	2 531	4 484	7 759
Linho	25 425	26 997	15 965	18 126	40 887	55 942
Mamona	367	355	534	518	340	362
Mandioca	134 081	151 057	1 459 990	1 652 145	434 285	500 420
Milho	883 737	908 629	1 284 584	1 131 974	936 840	1 567 393
Piretro	896	1 435	823	917	6 750	8 605
Trigo	557 140	604 971	310 756	503 689	736 997	1 324 297
Tungue	1 704	1 854	2 700	2 386	3 416	3 927
Uva	26 881	28 961	193 988	159 005	171 693	207 923
TOTAL	2 276 408	2 390 530	5 367 095	5 570 339	4 932 560	6 135 855

**AREA, PRODUÇÃO E VALOR DE ALGUNS PRODUTOS
AGRICOLAS**

DISCRIMINAÇÃO		1947	1948	1949	1950	1951	1952
ARROZ	(Área (ha)	213 832	209 437	216 469	241 626	233 526	229 414
	(Produção (t)	566 611	515 619	547 762	585 027	615 162	591 987
	(Valor (Cr\$ 1 000)	761 032	697 041	907 753	969 247	1 261 080	972 447
FEIJÃO	(Área (ha)	138 209	142 580	139 056	140 290	141 826	148 324
	(Produção (t)	107 172	122 403	119 372	111 831	135 179	104 513
	(Valor (Cr\$ 1 000)	165 909	295 415	262 851	202 753	251 376	267 857
FUMO	(Área (ha)	35 444	40 236	39 258	41 683	45 254	41 985
	(Produção (t)	39 436	44 495	39 835	41 005	46 450	37 073
	(Valor (Cr\$ 1 000)	219 148	227 266	203 859	216 298	227 987	199 871
MILHO	(Área (ha)	752 722	796 646	827 837	840 024	883 737	903 629
	(Produção (t)	1 098 480	1 116 154	996 231	1 061 171	1 284 584	1 131 974
	(Valor (Cr\$ 1 000)	739 997	893 632	1 063 022	982 089	936 840	1 567 393
TRIGO	(Área (ha)	291 652	410 75	479 275	490 139	557 140	604 971
	(Produção (t)	259 065	286 728	287 726	375 757	310 756	503 689
	(Valor (Cr\$ 1 000)	642 680	711 291	721 269	918 563	736 997	1 324 297
UVA	(Área (ha)	27 958	27 172	25 392	25 523	26 881	28 961
	(Produção (t)	117 365	185 008	168 359	158 920	193 988	159 005
	(Valor (Cr\$ 1 000)	98 177	129 476	128 543	139 955	171 693	207 923

PRODUÇÃO DE ALGUMAS CULTURAS EM 1953

CULTURA	Área (ha)	Produção (t)	Valor (Cr\$ 1 000)
Alfafa	15 900	138 690	132 726
Alho	1 194	3 752	19 259
Amendoim	7 646	7 690	15 119
Arroz	253 000	650 000	1 135 550
Aveia	12 897	10 252	21 796
Batata doce	24 347	185 900	121 579
Batata inglesa	53 010	239 794	408 848
na	40 335	675 366	81 282
Cebola	7 818	62 501	88 627
Centeio	2 303	2 378	4 878
Cevada	21 336	21 682	42 129
Fava	938	858	1 697
Feijão	146 154	123 633	314 908
Fumo	44 116	40 575	224 745
Mamona	349	489	813
Mandioca	149 000	1 646 208	498 601
Milho	943 035	1 224 924	1 694 070
Soja	58 576	82 373	127 431
Tungue	1 747	3 345	5 509
Uva	29 591	172 986	226 958

Fonte: S.E.P.

Dados sujeitos a alterações

PRODUÇÃO AGRÍCOLA — 1947/1952

ANOS	Área (ha)	Produção (t)	Valor (Cr\$ 1 000)
1947	1 762 418	4 361 480	3 418 138 996
1948	1 942 876	4 722 601	4 103 842 277
1949	2 032 150	4 709 113	4 438 400 898
1950	2 125 027	5 069 282	4 782 860 566
1951	2 276 408	5 367 095	4 932 560 000
1952	2 390 530	5 570 339	6 135 855 000

POPULAÇÃO PECUÁRIA

EFETIVOS ESTIMADOS, SEGUNDO AS ESPÉCIES E VALOR

ESPÉCIES	Anos	N.º de cabeças	Valor (Cr\$)
BOVINA	(1947	8 733 500	5 198 410 000
	(1948	8 421 800	5 448 601 000
	(1949	8 398 800	5 480 902 000
	(1950	(*) 8 610 244	5 328 992 000
	(1951	8 544 900	5 889 329 000
	(1952	8 699 300	5 569 785 000
EQUINA	(1947	1 239 600	581 528 000
	(1948	1 085 100	585 940 000
	(1949	1 053 570	585 644 500
	(1950	1 079 400	636 960 000
	(1951	1 032 990	639 551 500
	(1952	1 116 870	727 311 000
ASININA E MUAR	(1947	168 550	99 255 000
	(1948	155 665	100 923 900
	(1949	142 975	94 608 000
	(1950	146 200	103 116 000
	(1951	147 860	102 322 800
	(1952	151 880	122 549 000
OVINA	(1947	8 937 100	661 913 000
	(1948	7 652 200	654 695 500
	(1949	7 550 970	623 997 800
	(1950	(*) 7 260 105	715 120 300
	(1951	9 693 060	1 438 675 000
	(1952	9 936 150	916 167 000
SUINA	(1947	3 527 200	734 972 000
	(1948	3 248 200	742 992 000
	(1949	3 339 300	850 470 000
	(1950	3 370 000	918 099 000
	(1951	3 408 160	933 388 000
	(1952	4 530 000	1 456 525 000
CAPRINA	(1947	98 050	5 153 500
	(1948	61 650	4 055 650
	(1949	12 160	5 300 000
	(1950	85 890	6 466 000
	(1951	93 270	7 101 040
	(1952	105 580	7 601 000

(*) Dados do Recenseamento

PECUARIA

MANEJO, SEGUNDO AS ESPÉCIES -- 1947/52

ESPÉCIES	ANOS	N.º DE CABEÇAS
BOVINOS	(1947	946 629
	(1948	986 332
	(1949	980 692
	(1950	984 122
	(1951	1 092 286
	(1952	1 163 600
SUINOS	(1947	1 199 403
	(1948	1 303 481
	(1949	1 146 607
	(1950	1 224 645
	(1951	1 821 694
	(1952	1 910 564
OVINOS	(1947	741 786
	(1948	530 034
	(1949	408 190
	(1950	504 963
	(1951	401 115
	(1952	731 846
CAPRINOS	(1947	6 847
	(1948	6 747
	(1949	6 868
	(1950	6 055
	(1951	5 617
	(1952	7 026

Fonte: S.E.P.

PRODUÇÃO GERAL DE ORIGEM ANIMAL -- 1947/52

ANOS	PÊSO (Kgs.)	VALOR (Cr\$)
1947 (*)	345 892 080	2 684 876 185
1948 (*)	344 194 446	2 745 743 990
1949 (*)	326 765 235	2 759 859 897
1950	512 513 259	3 453 115 876
1951	563 473 262	4 469 384 135
1952	652 883 735	5 246 752 871

(*) Não estão incluídas as produções de leite, ovos, mel e cêra de abelha.

PRINCIPAIS PRODUTOS DA PECUÁRIA — 1950/52

PRODUTOS	Anos	Pêso (quilo)	Valor (Cr\$)
Carne verde em geral ..	(1950	117 924 312	585 983 364
	(1951	128 136 388	695 234 712
	(1952	130 545 630	801 084 684
Carnes industrializada: .	(1950	26 830 583	244 399 723
	(1951	38 764 348	407 147 875
	(1952	41 827 750	535 568 490
Charque (Bovino e ovino)	(1950	30 438 349	354 541 934
	(1951	30 051 943	402 510 000
	(1952	35 179 428	574 606 748
Banha	(1950	38 410 144	514 927 511
	(1951	50 798 607	702 664 434
	(1952	50 143 891	762 627 746
Lã	(1950	19 279 670	712 641 600
	(1951	20 127 450	926 114 480
	(1952	20 762 640	872 642 550
Couros Bovinos	(1950	24 748 673	161 193 502
	(1951	25 232 596	260 894 123
	(1952	25 972 476	190 848 045
Salsicharia	(1950	11 823 261	141 582 188
	(1951	13 552 494	180 874 358
	(1952	18 123 581	277 820 562
Toucinho	(1950	10 016 558	100 823 361
	(1951	9 975 931	108 655 619
	(1952	11 935 595	143 830 532
Sebo	(1950	12 715 290	85 894 474
	(1951	13 864 442	123 672 592
	(1952	12 597 187	116 162 421

PRODUÇÃO INDUSTRIAL — 1950/1951

RESUMO

ESPÉCIE	Número de estabelecimentos		Valor da produção (em Cr\$)	
	1950	1951	1950	1951
1 — Indústrias extrativas de produtos minerais	102	131	195 802 638	254 533 304
2 — Indústrias extrativas de produtos vegetais	255	319	40 678 729	49 186 431
3 — Indústrias de transformação de minerais não metálicos	1 505	1 587	245 389 274	328 469 289
4 — Indústrias metalúrgicas	261	398	527 459 584	757 500 822
5 — Indústrias mecânicas	86	118	108 981 956	125 093 862
6 — Indústrias do material elétrico e do mat. de comunicações	13	21	29 176 989	46 861 702
7 — Indústrias da construção montagem do mat. de transporte	37	153	24 535 477	67 418 988
8 — Indústrias da madeira (exclusive a do mobiliário)	2 365	2 487	663 710 593	3 086 643 291
9 — Indústrias do mobiliário (inclusive colchoaria)	342	440	195 572 217	200 529 925
10 — Indústrias do papel e papelão	43	61	116 732 125	210 080 307
11 — Indústrias da borracha	9	12	32 933 660	59 041 140
12 — Indústrias de couro, peles e produtos similares (exclusive calçados e art. do vestuário)	345	500	498 985 166	556 296 443
13 — Indústrias químicas e farmacêutica	282	339	504 457 630	568 687 349
14 — Indústrias têxteis	102	79	689 087 609	953 365 172
15 — Indústrias do vestuário, calçados e artefatos de tecidos	548	699	721 895 107	1 039 375 580
16 — Indústrias de prod. alimentares	6 515	6 126	4 006 800 650	5 533 446 271
17 — Indústrias de bebidas	1 884	1 955	425 403 636	594 928 496
18 — Indústrias do fumo	77	360	422 600 413	542 557 149
19 — Indústrias editoriais e gráficas	138	235	153 285 480	212 302 745
20 — Indústrias diversas	190	242	114 596 776	117 193 633
21 — Serviços industriais de utilidade pública (exclusive usinas de electricidades)	11	16	17 223 586	12 687 544
ESTADO	15 115	16 278	9 735 309 280	15 316 279 492

NOTA: Excluídas as prestações de serviços (oficinas de calçados, funilarias, ferrarias, etc.)

PRODUÇÃO INDUSTRIAL — 1947/48

RESUMO

ESPECIE	N.º de Estabelecimentos		Valor da Produção (Em Cruzeiros)	
	1947	1948	1947	1948
I — Indústria da Alimentação	8 225	8 792	4 281 509 712	4 632 069 491
II — Indústria da Borracha e do Couro	2 231	2 367	651 820 470	731 510 179
III — Indústria da Cerâmica e Calcários	1 384	1 515	205 326 055	219 415 887
IV — Indústria das Construções	352	397	261 591 644	277 258 479
V — Indústria da Energia Elétrica	278	277	144 192 246	166 042 715
VI — Indústria Metalúrgica	3 450	3 809	733 805 446	829 002 828
VII — Indústria de Óleos e Gorduras Vegetais	58	38	62 314 453	88 008 293
VIII — Indústria de Produtos Químicos	363	413	246 757 979	285 299 091
IX — Indústria Têxtil	133	133	442 475 582	437 304 255
X — Indústria do Vestuário (exclusive artefatos de borracha e de couro)	1 180	1 240	360 536 981	392 278 557
XI — Indústrias Diversas	2 197	2 344	1 319 476 478	1 549 779 685
XII — Indústria da Madeira	3 814	4 166	704 430 776	789 238 676
TOTAL	23 645	25 491	9 414 240 822	10 397 908 136

NOTA: Incluídas as prestações de serviços (oficinas de calçados, funilarias, ferrarias etc.)

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

PRODUÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS E SUBPRODUTOS — 1947/1952

ESPÉCIES	QUANTIDADES EM QUILOS					
	1947	1948	1949	1950	1951	1952
ÓLEOS						
Amendoim	139 153	143 473	133 173	168 773	89 518	115 650
Cabreuva	254	716	—	615	872	750
Côco	4 768	—	—	—	—	—
Eucalipto	530	—	—	—	1 200	656
Farelo de arroz	—	—	—	—	—	3 200
Girassol	—	11 867	82 240	2 318	1 500	—
Laranja	—	—	—	—	425	38
Linhaça	4 600 753	4 780 361	7 083 230	11 019 353	8 095 238	7 561 511
Mamona	162 469	146 941	130 901	127 691	132 288	173 814
Nabo	—	—	—	—	2 470	4 180
Soja	143 268	233 830	171 071	209 414	171 075	475 069
Tungue	175 453	273 594	382 610	293 917	401 954	373 841
Uva	757	15 425	18 901	2 167	—	—
TOTAL	5 227 403	5 608 207	8 002 128	11 819 248	8 896 540	8 708 209
SUBPRODUTOS						
Amendoim (torta e farelo)	378 584	386 112	253 887	283 464	211 125	223 449
Copra (torta)	2 650	—	—	—	—	—
Farelo de arroz (torta)	—	—	—	—	—	15 000
Girassol (torta e farelo)	—	19 670	140 830	9 347	3 500	—
Linhaça (torta e farelo)	9 399 144	8 367 502	12 147 318	19 450 049	14 400 227	12 971 650
Linhaça (semi-elaborada)	3 358 822	5 150 345	6 325 975	10 011 078	5 835 324	5 586 909
Mamona (torta e farelo)	228 471	193 629	188 791	208 796	207 397	210 212
Nabo (torta)	—	—	—	—	6 800	11 100
Soja (torta e farelo)	635 705	866 636	894 187	958 296	853 485	2 624 134
Soja Laminada	—	—	—	—	35 803	—
Soja (farinha alimentícia)	—	—	—	—	—	40 595
Tungue (torta)	370 186	606 761	311 687	620 688	787 403	794 191
Uva (torta)	2 700	83 222	52 800	3 410	—	—
TOTAL	15 365 262	15 563 877	20 314 975	31 545 128	22 341 064	22 477 238

COMÉRCIO

1. RESUMO DA EXPORTAÇÃO, SEGUNDO AS CLASSES — 1951/1952

CLASSES	1951	1952	Diferenças em 1952	%	
PESO EM TONELADAS					
Animais vivos	11 736	25 489	+	13 753	1,53
Matérias primas	592 650	461 574	-	131 076	27,76
Produtos para alimentação	826 779	1 121 955	+	295 176	67,48
Manufaturas	50 698	53 550	+	2 852	3,23
TOTAL	1 481 863	1 662 568	+	180 705	100,00
VALOR EM CRUZEIROS					
Animais vivos	46 310 823	153 205 422	+	106 894 599	1,38
Matérias primas	2 562 127 642	2 315 328 889	-	246 800 753	20,84
Produtos para alimentação	3 741 709 540	6 649 412 199	+	2 907 702 659	59,85
Manufaturas	1 863 670 298	1 991 881 396	+	128 211 098	17,93
TOTAL	8 213 818 303	11 109 825 906	+	2 896 007 603	100,00

COMÉRCIO

2. EXPORTAÇÃO GERAL, SEGUNDO O DESTINO — 1947/1952

ANOS	Peso em Quilos	Números índices	Valor em cruzeiros	Números índices
PARA OS ESTADOS				
1947	505 163 472	100	2 912 001 191	100
1948	658 951 927	130	3 730 430 748	128
1949	746 910 741	148	4 391 151 368	151
1950	721 732 863	148	5 059 719 458	174
1951	950 930 514	188	6 818 403 103	234
1952	1 235 530 103	245	10 033 931 952	345
PARA O EXTERIOR				
1947	541 039 832	100	1 593 112 837	100
1948	541 701 133	100	1 679 490 069	105
1949	289 722 801	54	1 015 569 822	64
1950	366 736 536	68	965 049 518	61
1951	530 802 395	98	1 395 415 200	86
1952	427 038 108	79	1 075 893 954	68

RESUMO GERAL

1947	1 046 203 304	100	4 505 114 028	100
1948	1 200 653 060	115	5 409 920 817	120
1949	1 036 633 542	99	5 406 721 190	120
1950	1 088 469 399	104	6 024 708 976	134
1951	1 481 862 909	142	8 213 818 303	182
1952	1 662 568 211	159	11 109 825 906	247

FINANÇAS PÚBLICAS
RECEITA DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS
 Resumo da receita arrecadada — 1947/1952

ANOS	ARRECADACÃO			
	Federal	Estadual	Municipal	Total

NÚMEROS ABSOLUTOS — Cr\$

1947	903 431 600	1 298 657 596	274 812 725	2 476 901 921
1948	951 893 615	1 635 690 881	395 722 307	2 983 306 803
1949	1 107 713 161	1 684 125 108	524 441 176	3 316 279 445
1950	1 166 004 212	1 734 103 021	584 124 304	3 484 231 537
1951	1 466 829 539	2 529 755 253	669 267 372	4 665 852 364
1952	1 872 138 628	2 939 899 683	810 945 333	5 622 983 644

INDICES

1947	100	100	100	100
1948	105	126	144	120
1949	123	130	191	134
1950	129	134	213	141
1951	162	195	244	188
1952	207	226	295	227

CONTRIBUIÇÃO "PER CAPITA" — 1947/1952

ANOS	População humana (1)	Índices	CONTRIBUIÇÃO "PER CAPITA" - (Cr\$)			
			Federal	Estadual	Municipal	Total
1947	3 902 510	100	231,50	332,77	70,42	634,69
1948	3 991 490	102	238,48	409,79	99,14	747,42
1949	4 160 130	107	266,27	404,83	126,06	797,16
1950	4 265 930	109	273,83	406,50	136,93	816,76
1951	4 367 060	112	335,88	579,28	153,25	1 068,42
1952	4 475 890	115	418,27	656,83	181,18	1 256,28

NOTA: (1) — População calculada em 31 de dezembro de cada ano.

FINANÇAS PÚBLICAS
RECEITA ESTADUAL ARRECADADA
Principais impostos da renda tributária — 1947/1952

ANOS	IMPOSTOS			
	Territorial	Transmissão Causa Mortis e Inter Vivos	Vendas e Consignações	Exportação
NÚMEROS ABSOLUTOS — (Cr\$)				
1947	17 171 362	58 896 366	541 231 649	35 351 017
1948	33 940 938	66 409 699	729 514 457	84 886 407
1949	33 969 831	68 807 167	774 134 356	50 081 819
1950	33 501 457	74 643 983	841 454 221	52 078 517
1951	34 345 679	102 304 515	1 069 156 910	68 907 698
1952	68 469 236	116 780 062	1 266 706 984	58 141 750
PERCENTAGENS S/O TOTAL DA RENDA TRIBUTARIA				
1947	2,31	7,93	72,90	4,76
1948	3,23	6,51	69,40	8,08
1949	3,20	6,49	72,99	4,72
1950	3,06	6,82	76,91	4,76
1951	2,26	6,64	69,40	4,47
1952	3,80	6,48	70,34	3,23

RECEITA FEDERAL ARRECADADA
Principais impostos da renda tributária — 1947/1952

ANOS	IMPOSTOS			
	Importação	Consumo	Renda	Sêlo (1)
NÚMEROS ABSOLUTOS — (Cr\$)				
1947	94 400 280	338 712 002	337 049 731	61 226 765
1948	84 106 022	360 490 351	357 191 991	65 281 738
1949	121 387 321	436 347 014	384 168 066	71 245 714
1950	127 667 114	477 579 638	385 038 481	76 902 824
1951	136 640 475	605 842 784	497 139 870	96 845 785
1952	152 192 734	716 654 696	722 347 703	127 670 986
PERCENTAGENS S/O TOTAL DA RENDA FEDERAL				
1947	10,46	37,49	37,31	6,78
1948	8,84	37,88	37,52	6,86
1949	10,96	39,39	34,68	6,43
1950	10,95	40,96	33,02	6,60
1951	9,32	41,30	33,89	6,60
1952	8,13	38,28	38,58	6,82

(1) — Dos atos emanados do Governo.

COOPERATIVAS EXISTENTES NO RIO GRANDE DO SUL

Discriminação por espécies e total de sócios — 1947/1952

DESIGNAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Produção, transformação, beneficiamento, produção e consumo e produção e comércio	114	136	133	135	140	143
Consumo	59	76	71	75	86	101
Caixas de créditos e bancos	46	50	52	52	53	55
Comércio, comércio e consumo...	46	46	44	41	39	44
Outras (1)	8	8	8	10	13	15
TOTAL	273	316	308	313	331	358
Total de sócios	93 986	107 214	107 150	109 791	116 058	127 687

NOTA — (1) Nos anos de 1949, 1950, 1951 e 1952 estão incluídas, respectivamente, 5, 7, 11 e 12 cooperativas escolares.

ESCALA

Produção Agrícola

1947 - 1952

MILHÕES DE HECTARES
MILHÕES DE TONELADAS
BILHÕES DE CRUZEIROS

ÁREA
PRODUÇÃO
VALOR

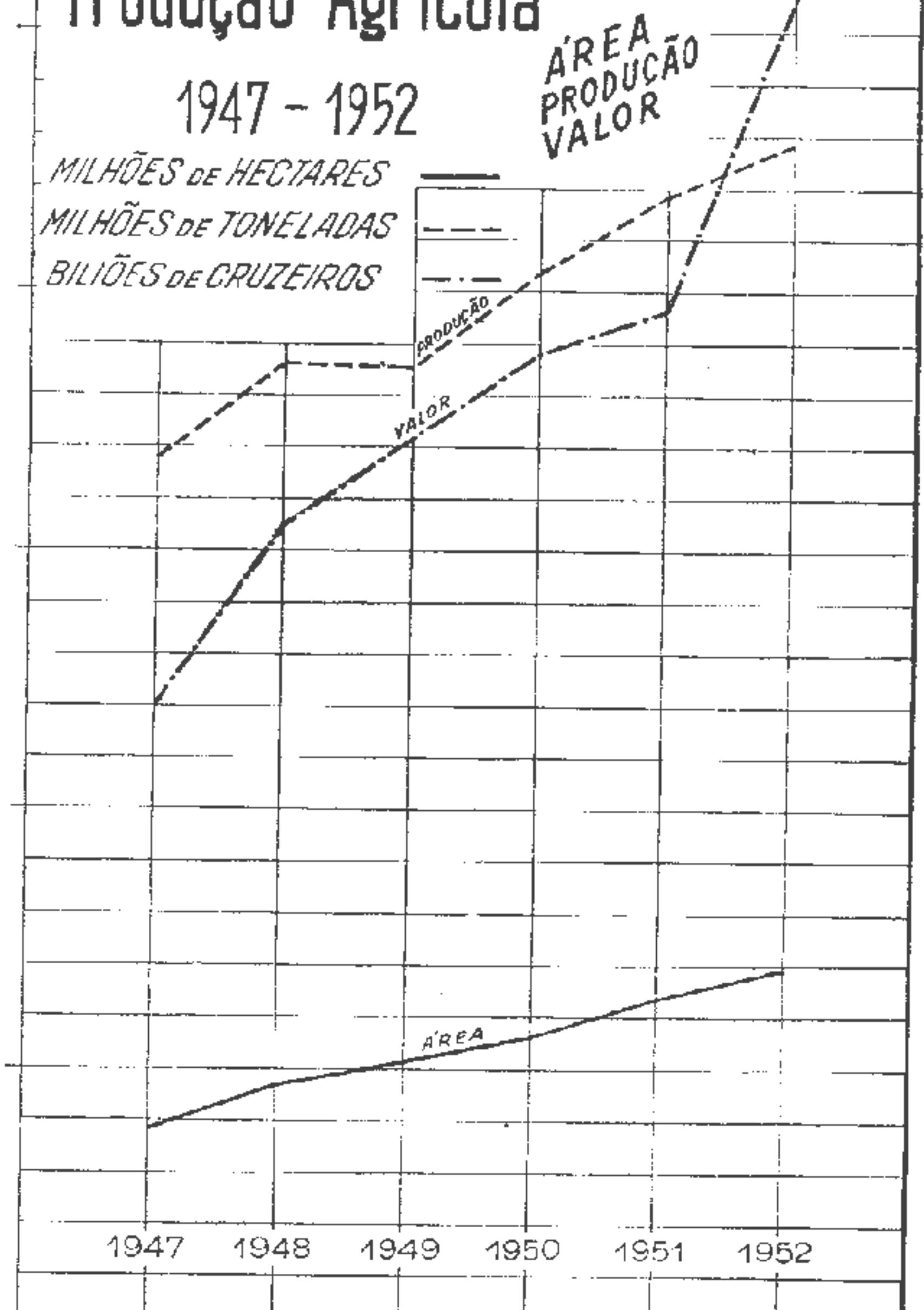
5

4

3

2

1947 1948 1949 1950 1951 1952



MILHÕES
DE
CABEÇAS
10

PECUÁRIA

1947-1952

*EFETIVOS ESTIMADOS E
MATANÇA, SEGUNDO AS
ESPÉCIES*

8

6

4

2

EFETIVO
OVINO

EFETIVO
BOVINO

EFETIVO
SUINO

SUINOS
ABATIDOS

BOVINOS
ABATIDOS

OVINOS
ABATIDOS

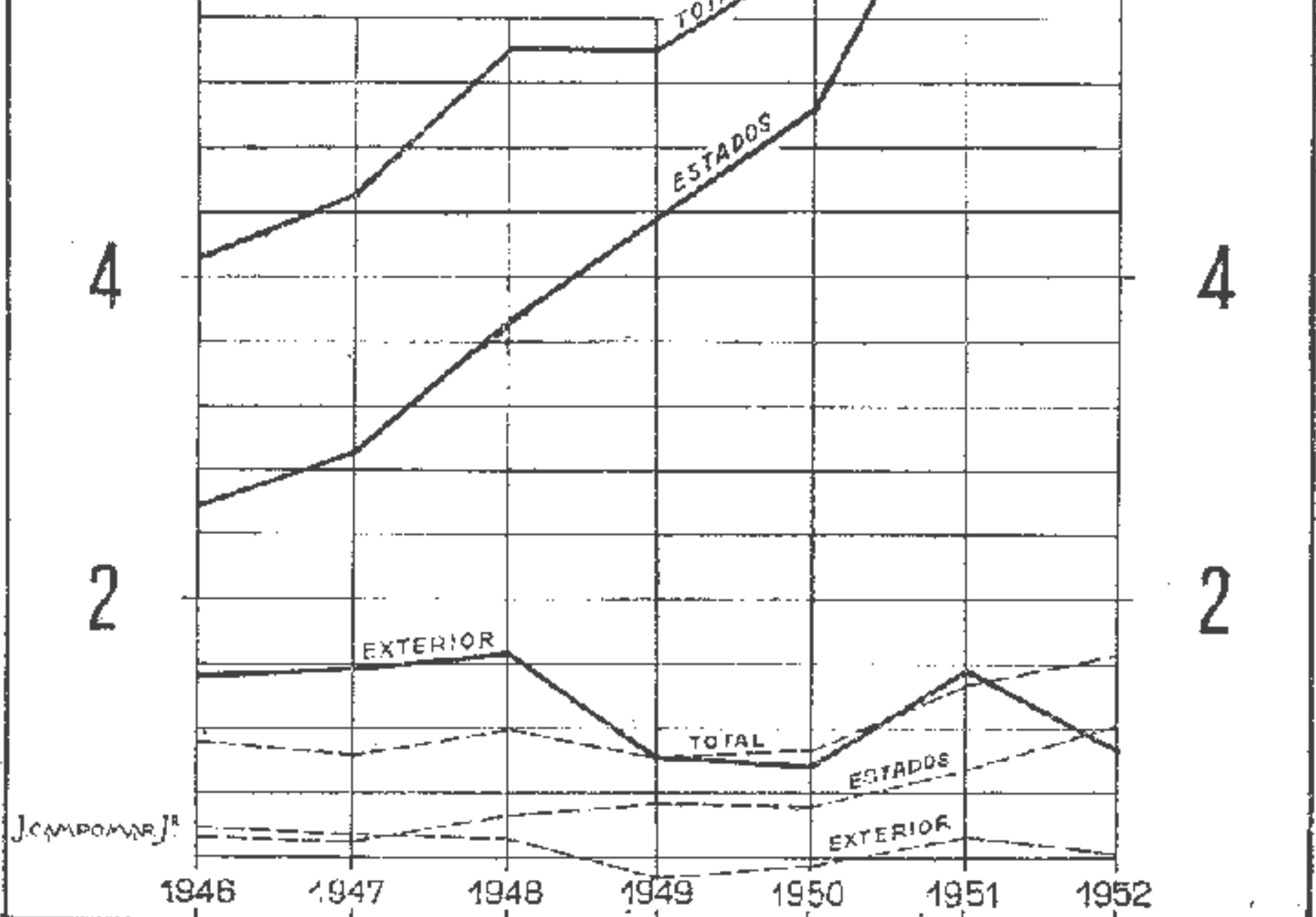
BILHÕES DE QUILOS

BILHÕES DE CRUZEIROS

Exportação Geral do Estado

PÊSO EM QUILOS - - - - -
VALOR EM CR \$ ———

1946-1952



J. CAMPOMAR, J^o

BILHÕES DE
CRUZEIROS

Finanças Públicas

ARRECADADAÇÃO
FEDERAL,
ESTADUAL E
MUNICIPAL

1947-1952

5

4

3

2

1

TOTAL

ESTADUAL

FEDERAL

MUNICIPAL

1947

1948

1949

1950

1951

1952

POPULAÇÃO
MILHÕES DE
INDIVÍDUOS

FINANÇAS PÚBLICAS

CONTRIBUIÇÃO
"PER CAPITA"
CRUZEIROS

5

Contribuição "Per Capita" 1.500

1947-1952

POPULAÇÃO
CONTRIBUIÇÃO

4

1.200

3

900

2

600

1

300

1947

1948

1949

1950

1951

1952

TOTAL

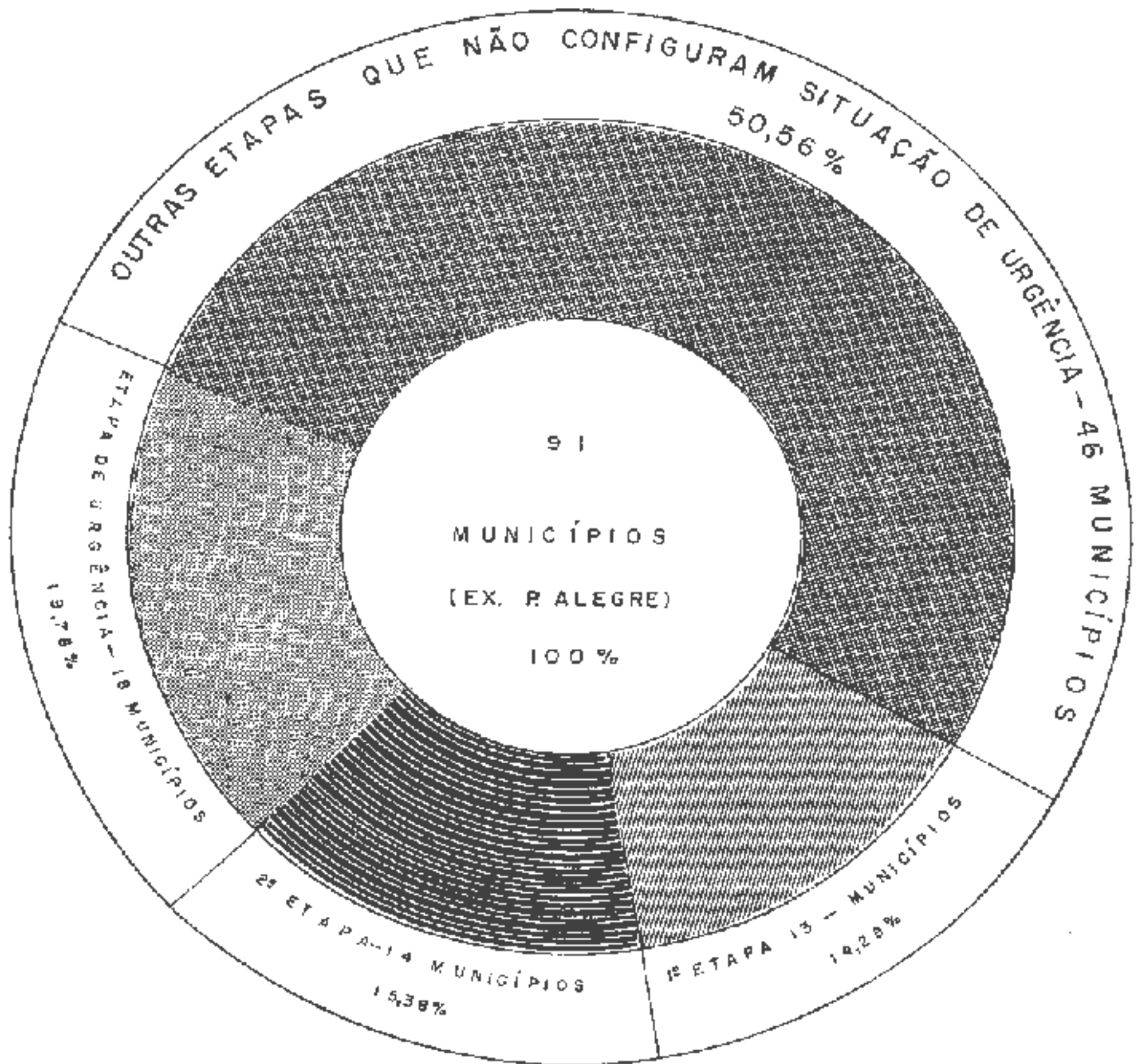
ESTADUAL

FEDERAL

MUNICIPAL

CONSTRUÇÃO DAS CADEIAS CIVIS NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO

ETAPAS DO PLANO

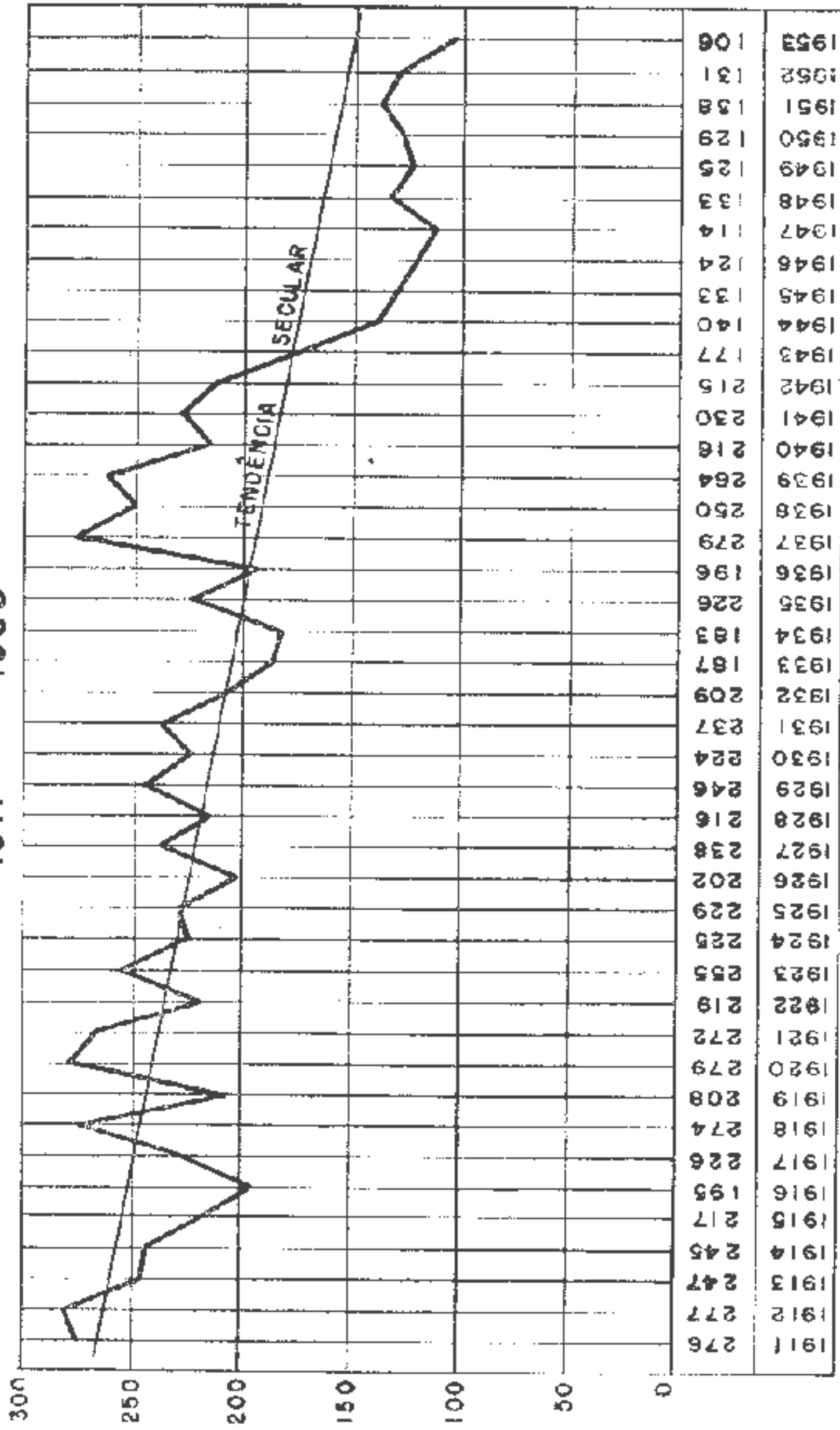


Secretaria de Estado dos Negócios da Interior e Justiça
Comissão de Rearranjo Penitenciário
Plano de Construção de Cadeias e Fóros

MORTALIDADE INFANTIL PÔRTO ALEGRE — CIDADE —

Número de óbitos de menos de 1 ano para 1.000 nascidos vivos

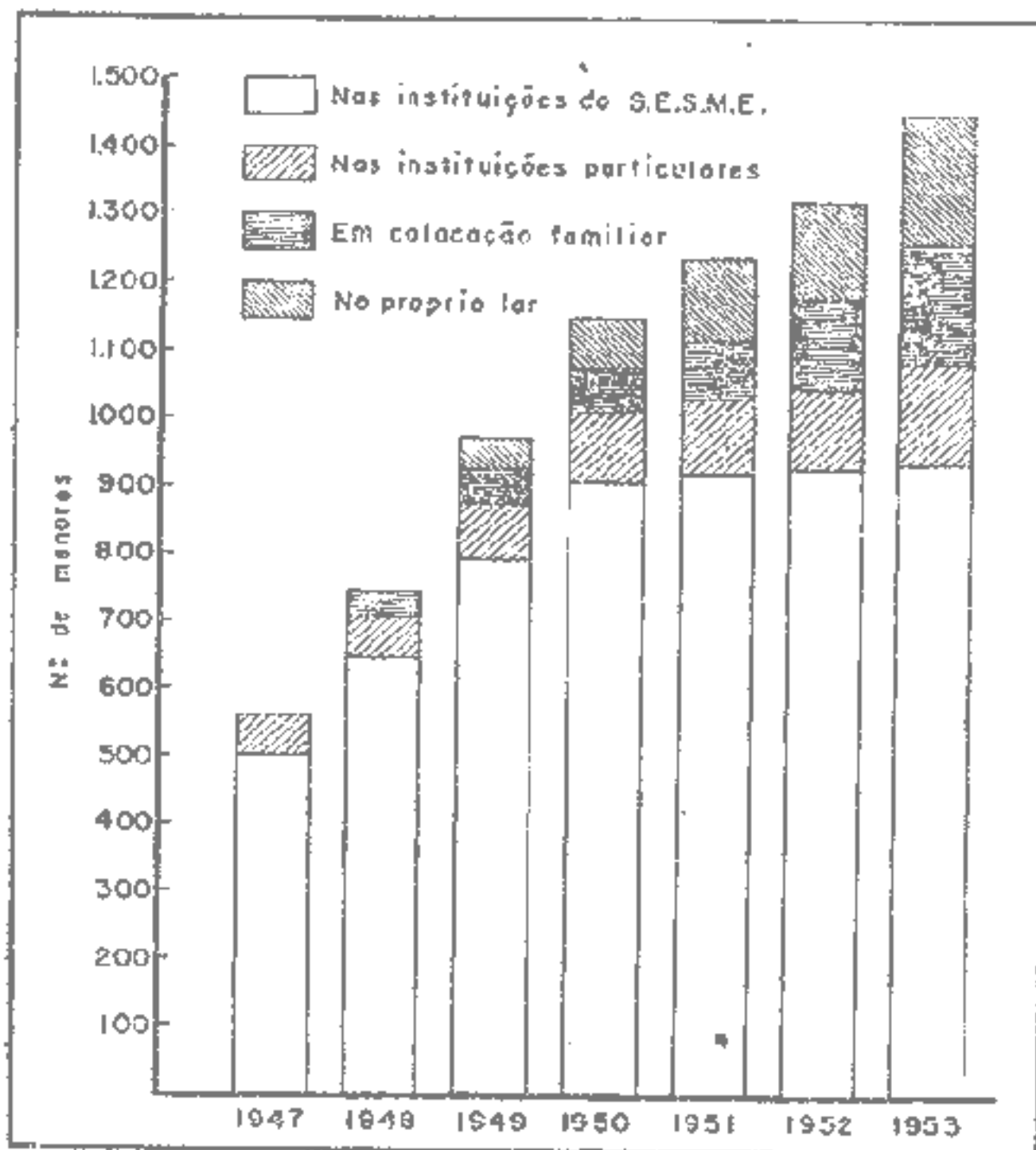
1911 — 1953



GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE OBRAS

SERVIÇO SOCIAL DE MENORES

DEMONSTRATIVO DOS MENORES ASSISTIDOS
SEGUNDO O TIPO DE ASSISTÊNCIA E OS ANOS - 1947/53

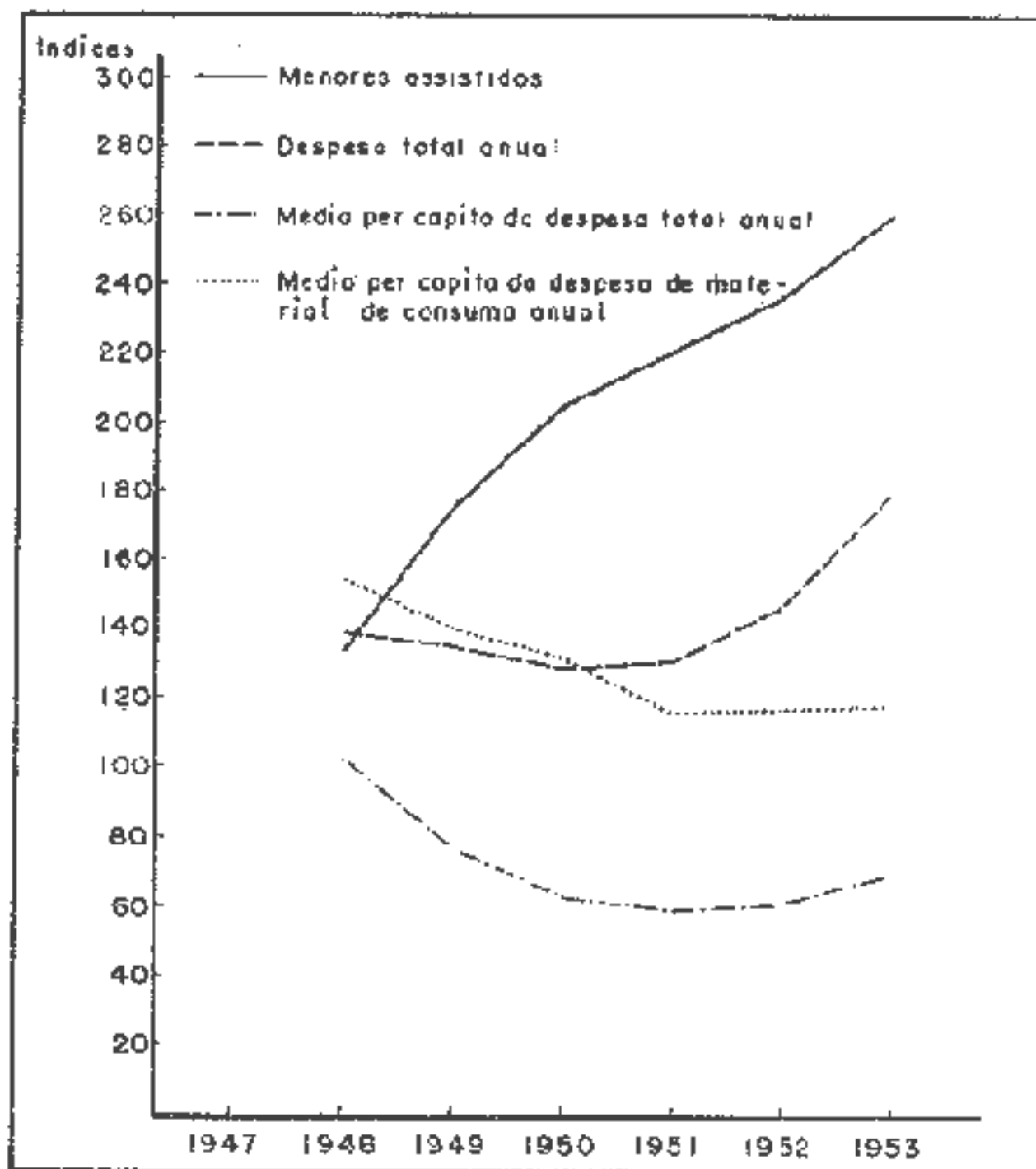


GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE OBRAS

SERVIÇO SOCIAL DE MENORES

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DOS INDICES DO Nº DE MENORES ASSISTIDOS^o
EM CONFRONTO COM OS DA DESPESA TOTAL E DAS MEDIAS ANUAIS PER CAPITA DE
DESPESA TOTAL E OS DA DESPESA COM MATERIAL DE CONSUMO
SEGUNDO OS ANOS - 1947/53

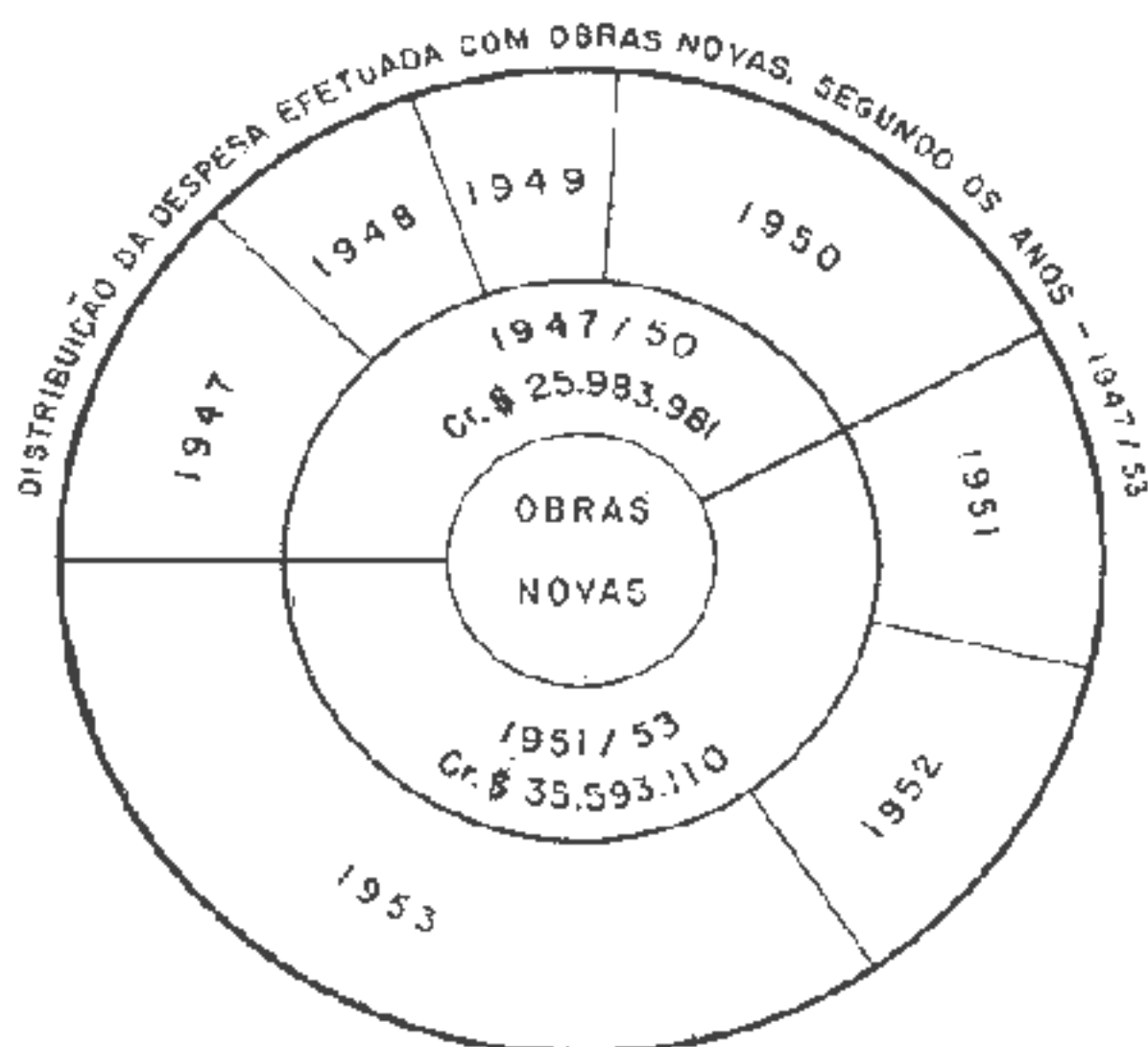
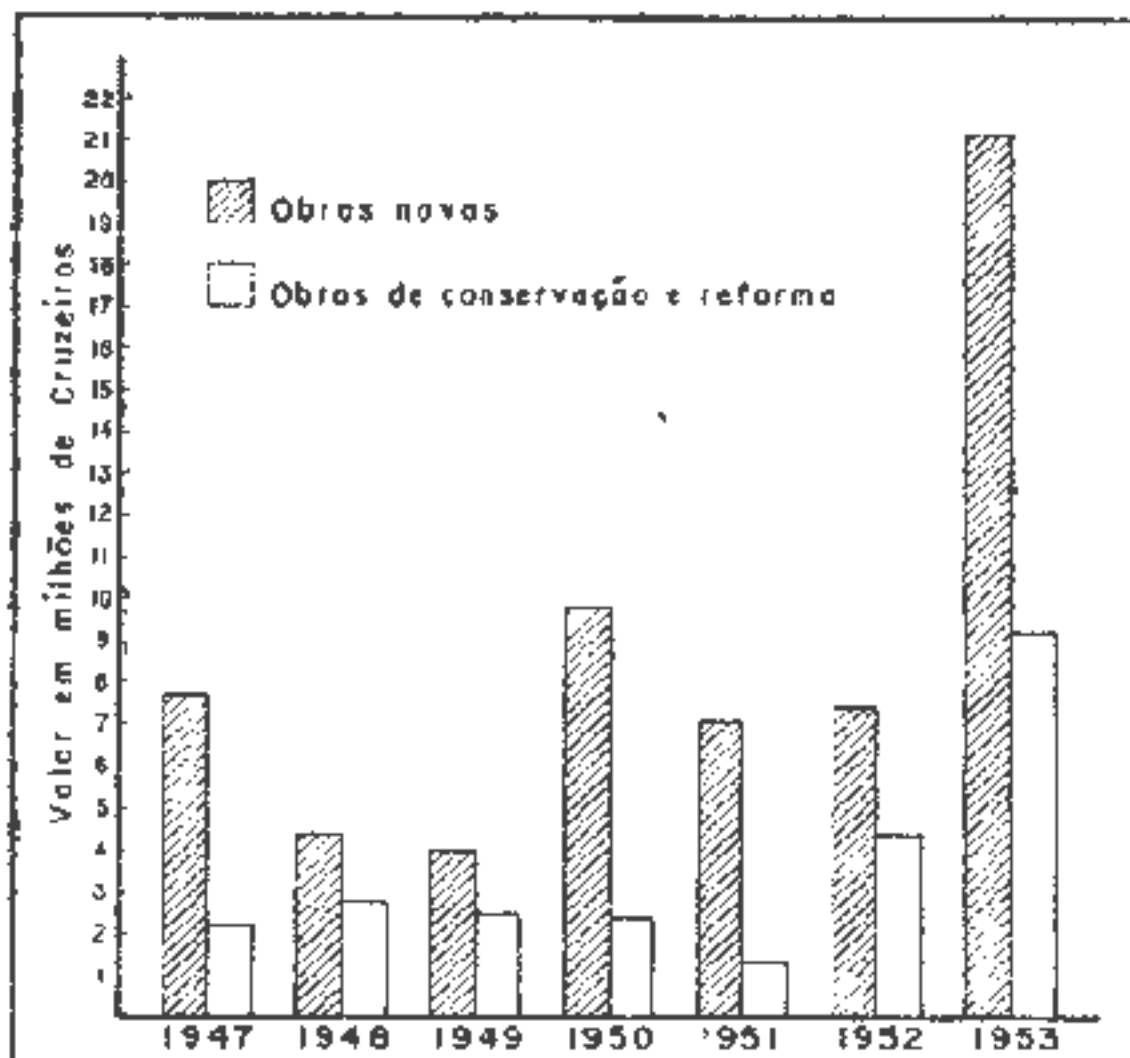
1947 = 100



GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE OBRAS

DIRETORIA DE OBRAS

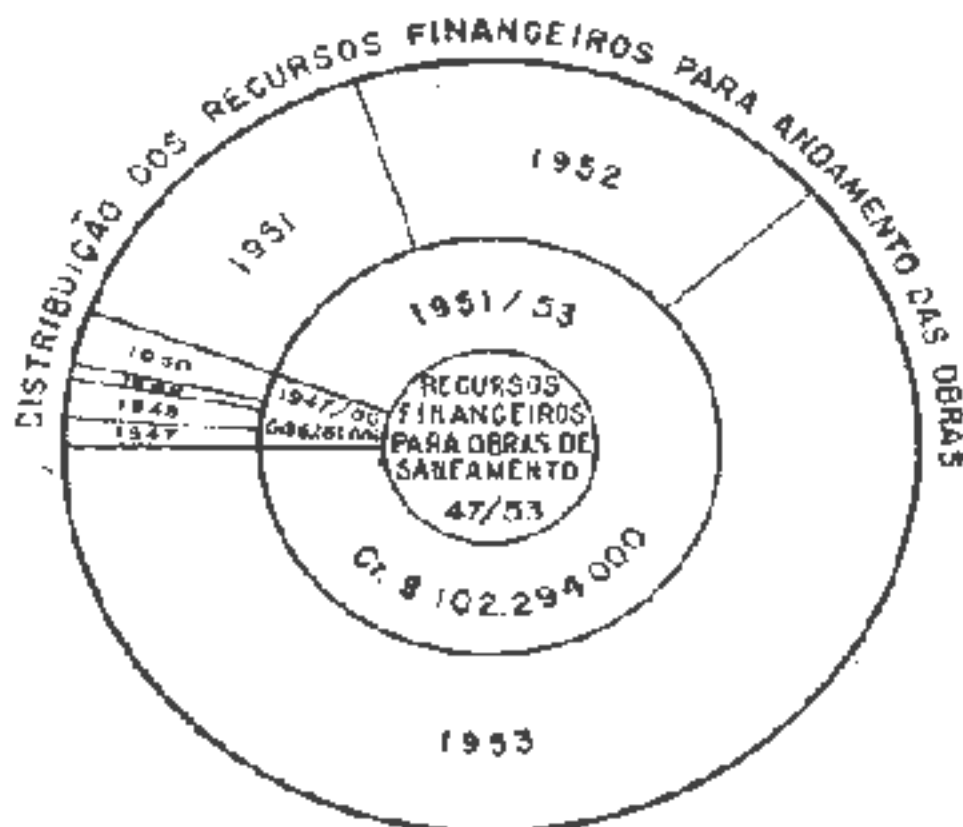
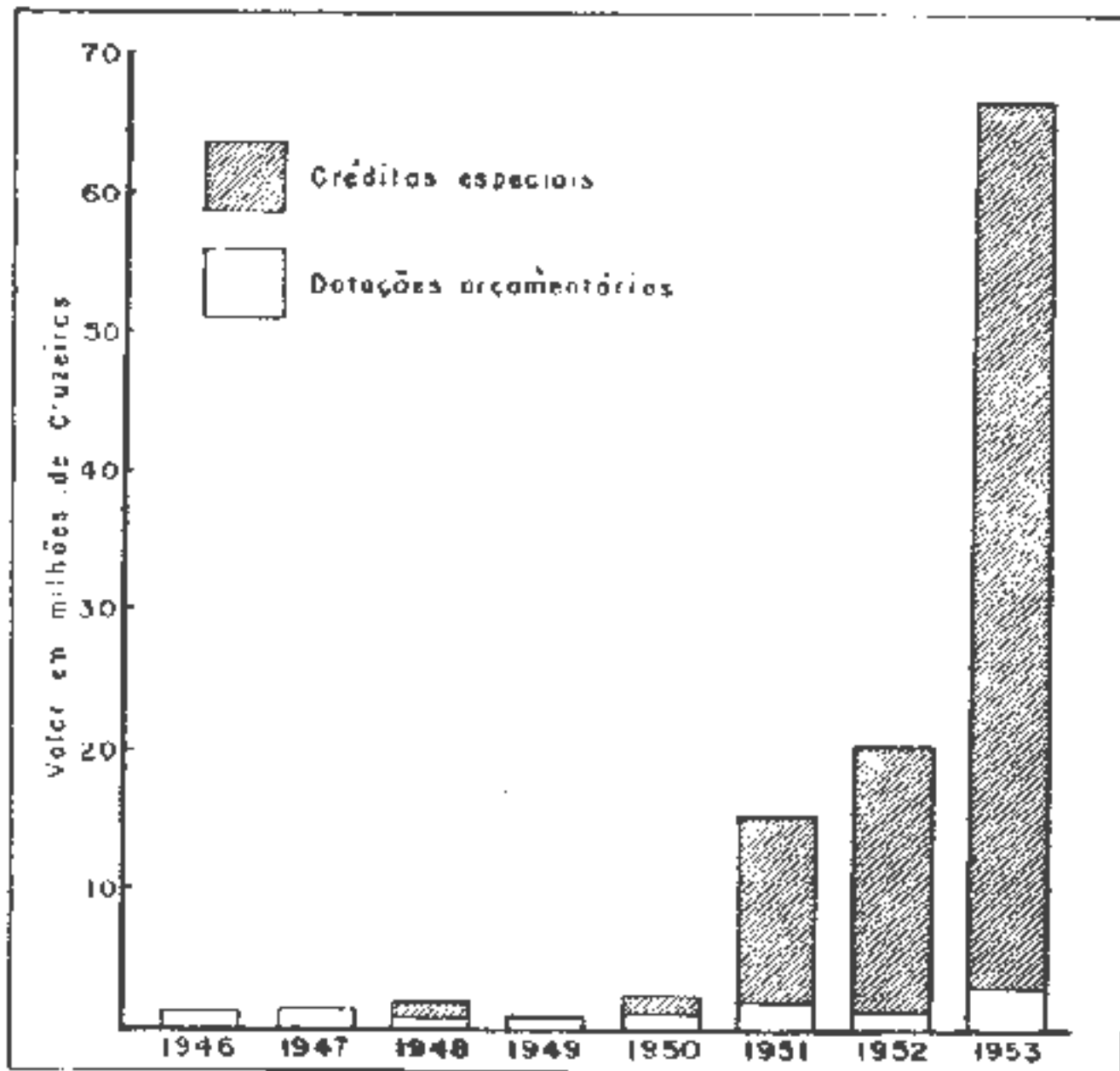
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS EFETUADAS COM OBRAS NOVAS,
CONSERVAÇÃO E REFORMA, DE 1947 / 53



GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE OBRAS

DIRETORIA DE SANEAMENTO E URBANISMO

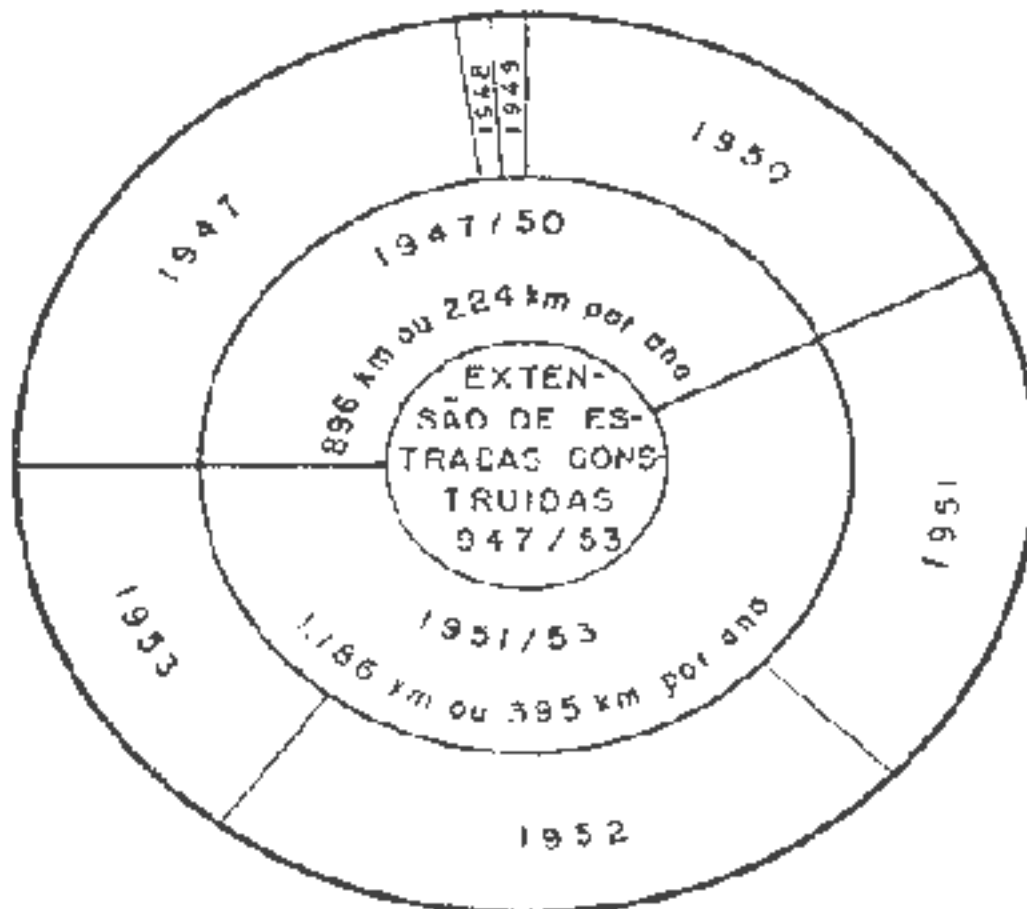
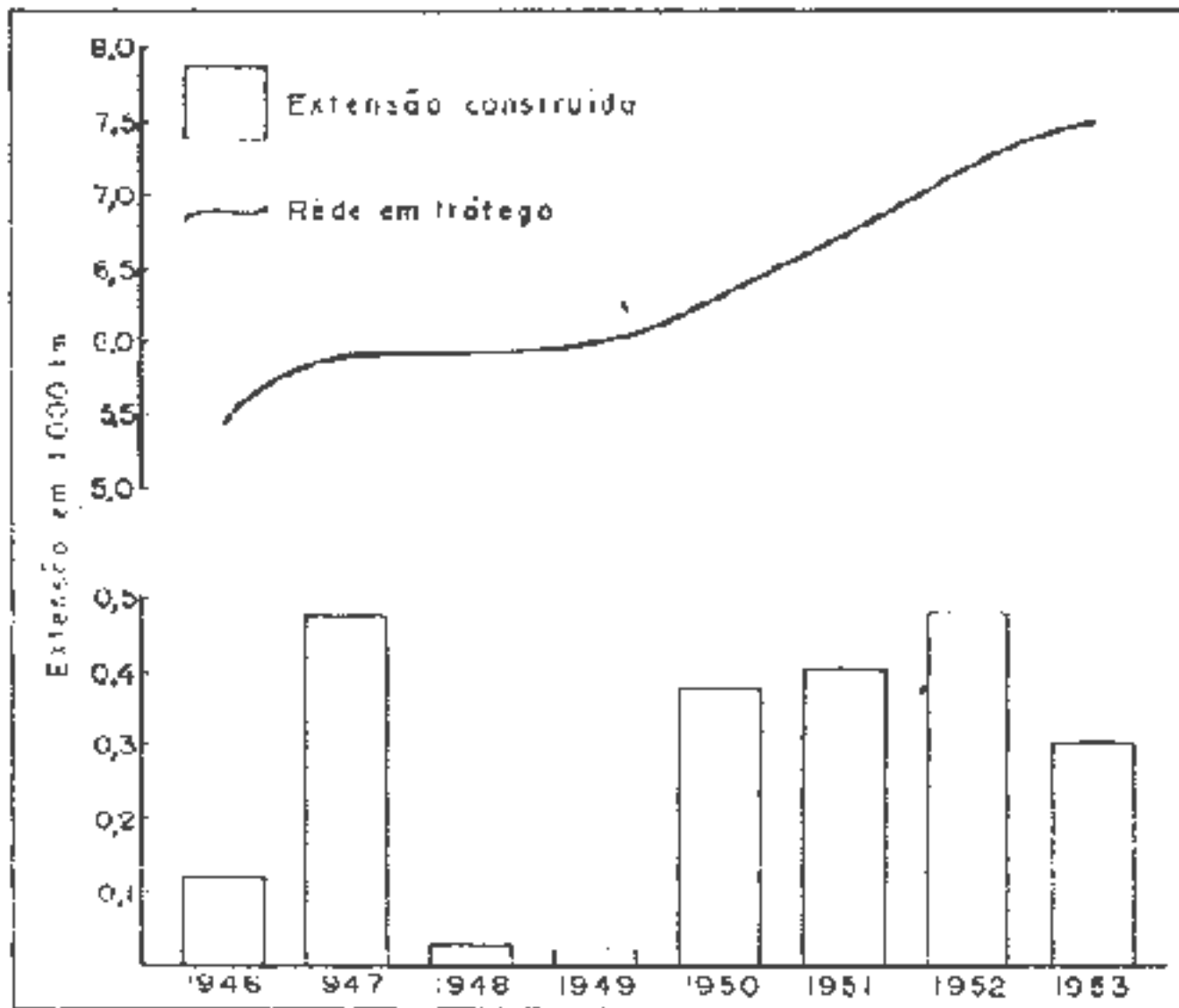
DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA ANDAMENTO DAS OBRAS DE 1946/53



GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE OBRAS

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

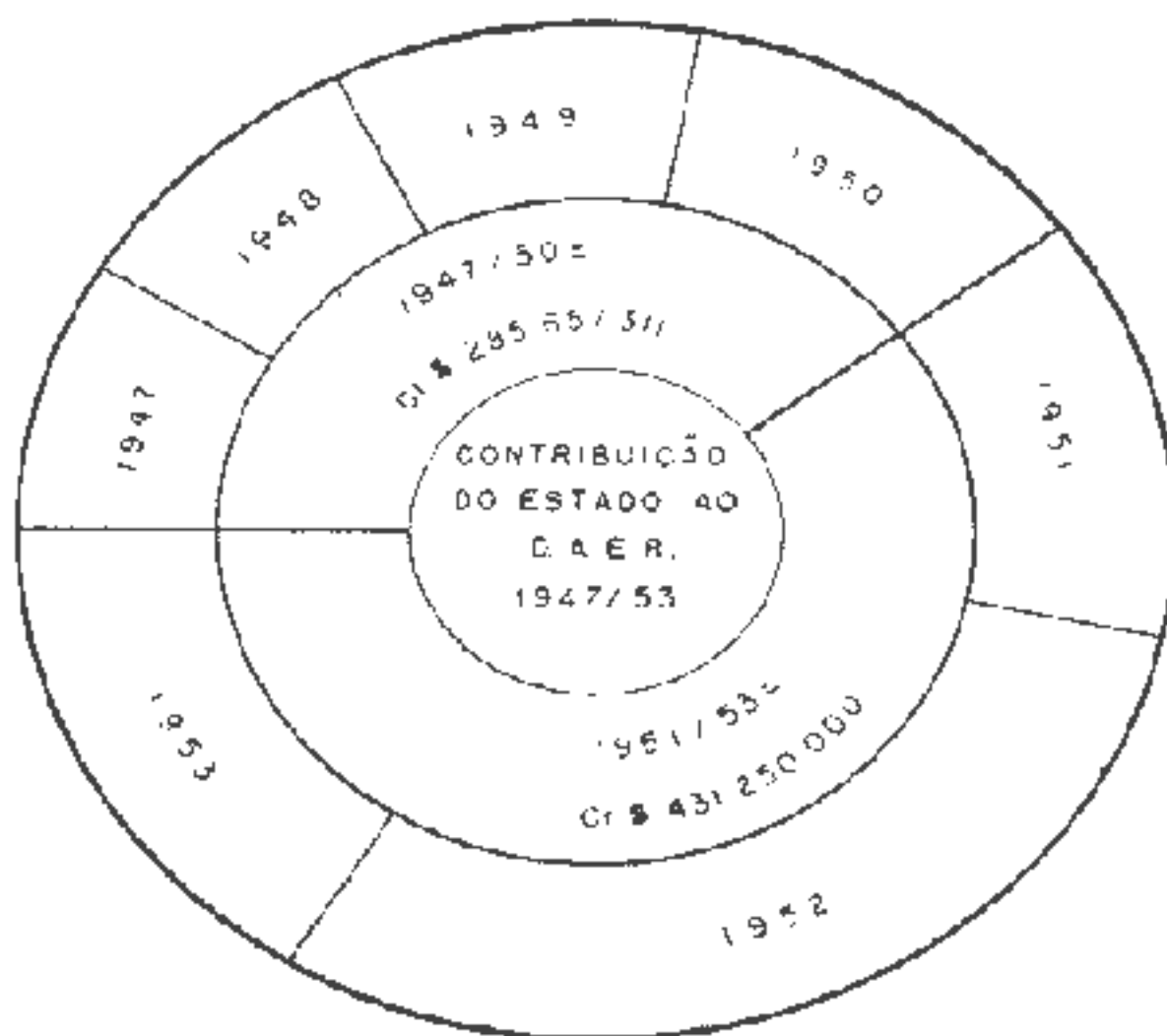
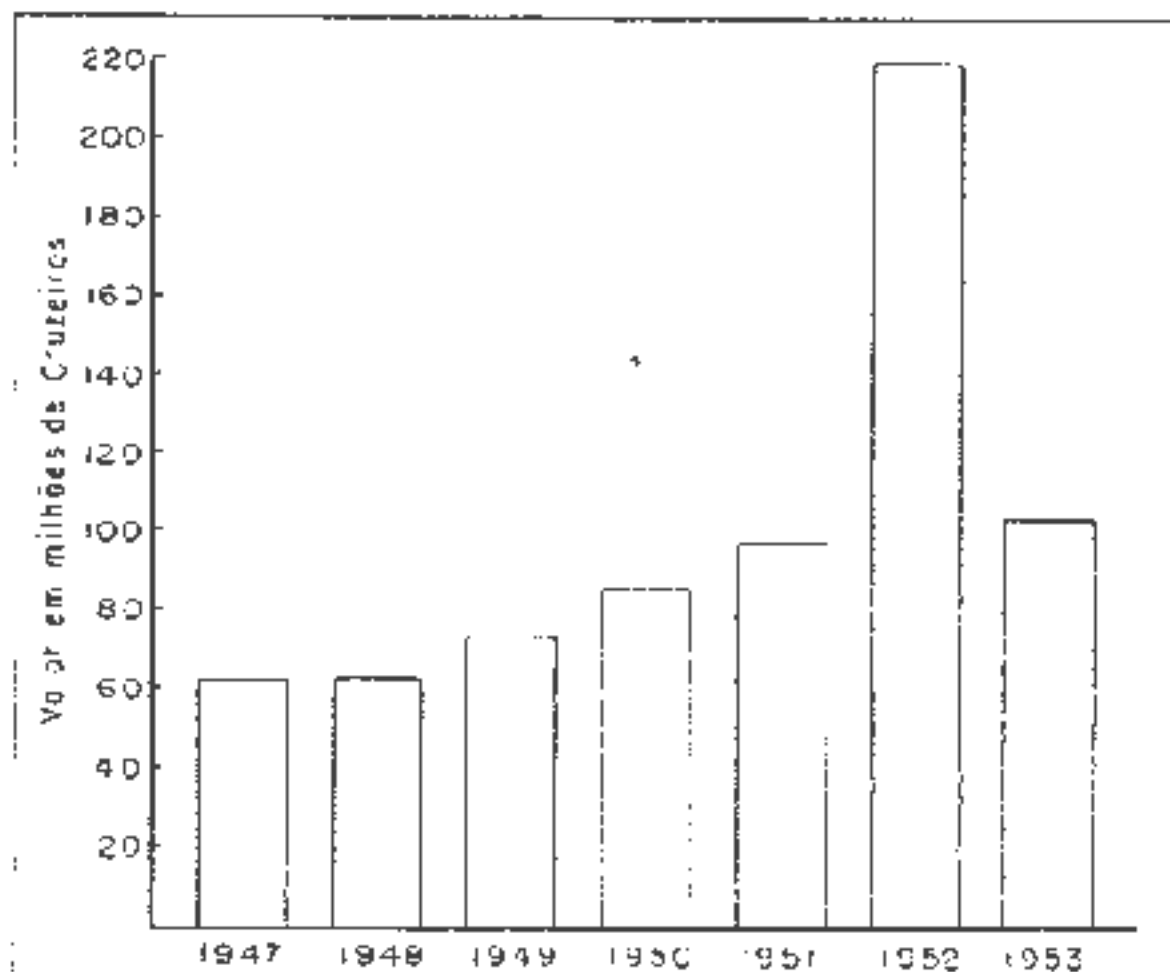
DEMONSTRATIVO DA EXTENSÃO DE ESTRADAS CONSTRUIDAS
E DA REDE EM TRÁFEGO - 1946/53



GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE OBRAS

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

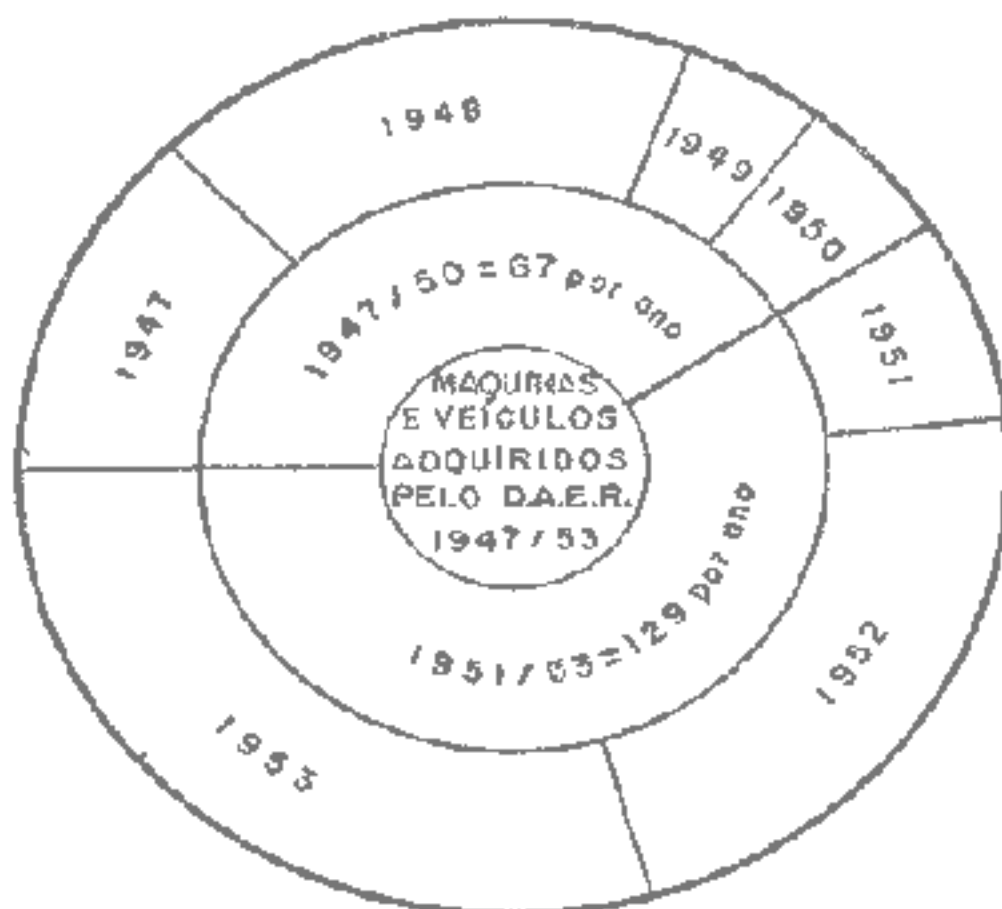
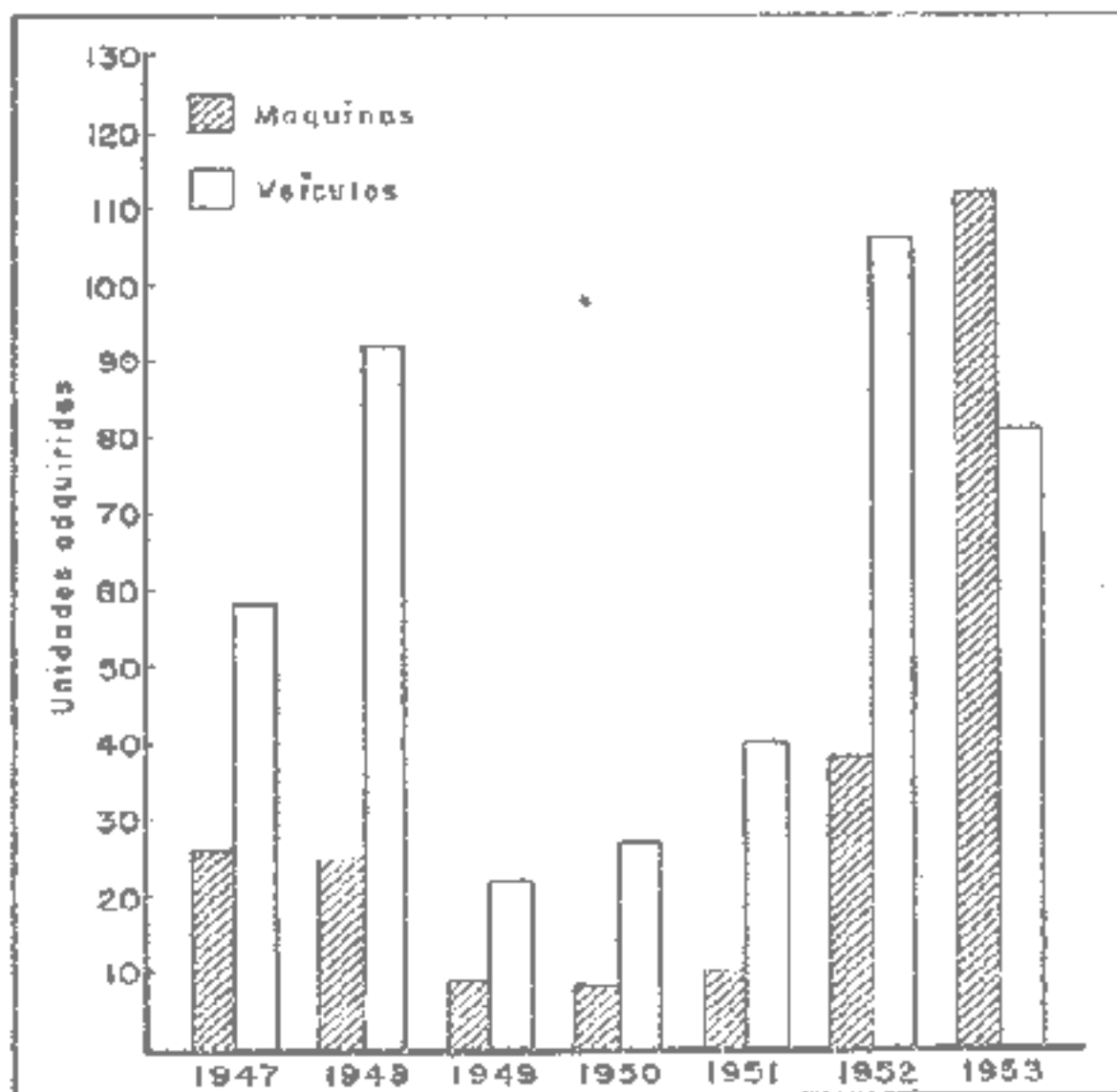
DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO AO D.A.E.R.
1947/53



GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE OBRAS

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

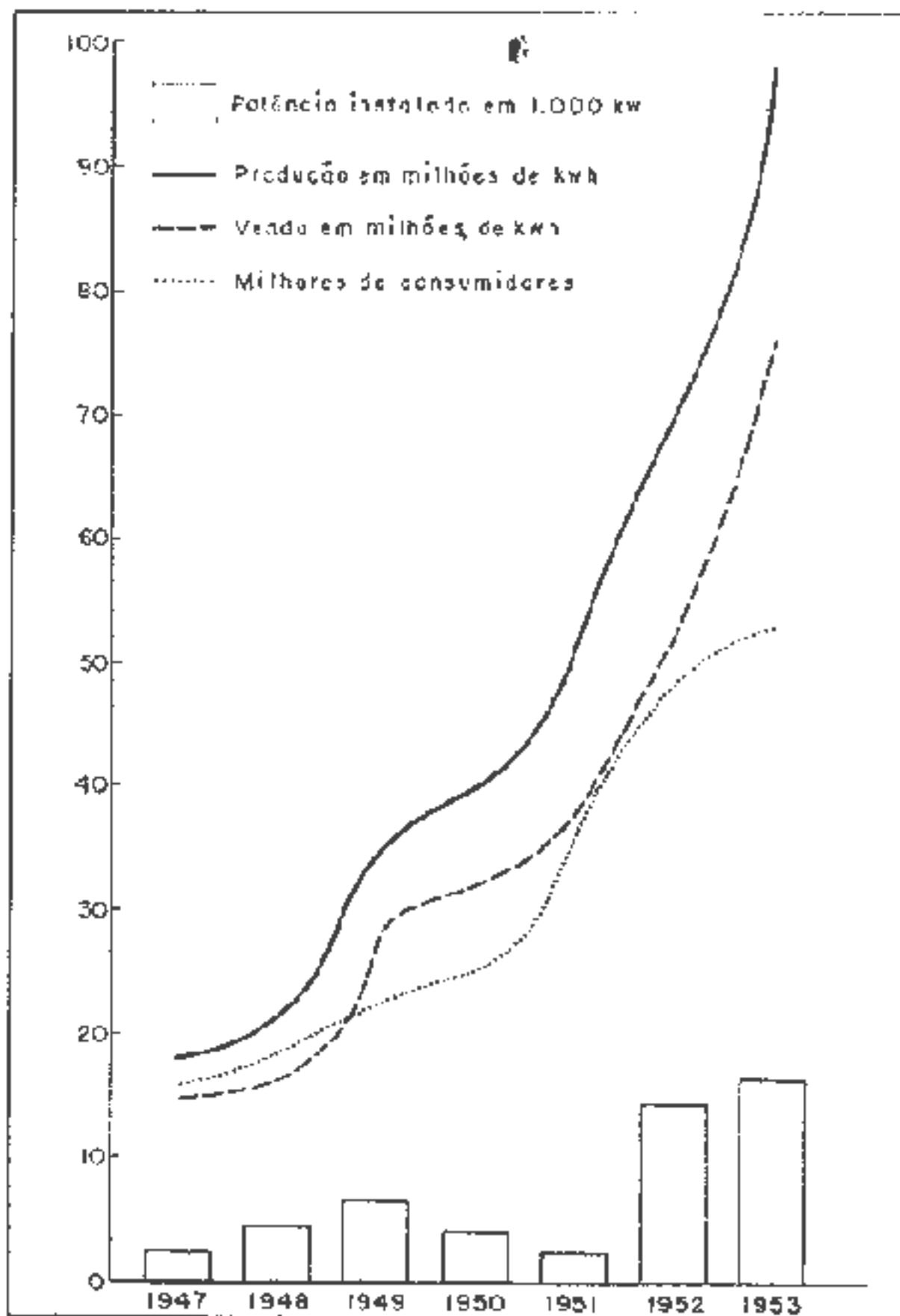
DEMONSTRATIVO DAS MAQUINAS E VEICULOS
ADQUIRIDOS PELO D.A.E.R. - 1947/53



GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE OBRAS

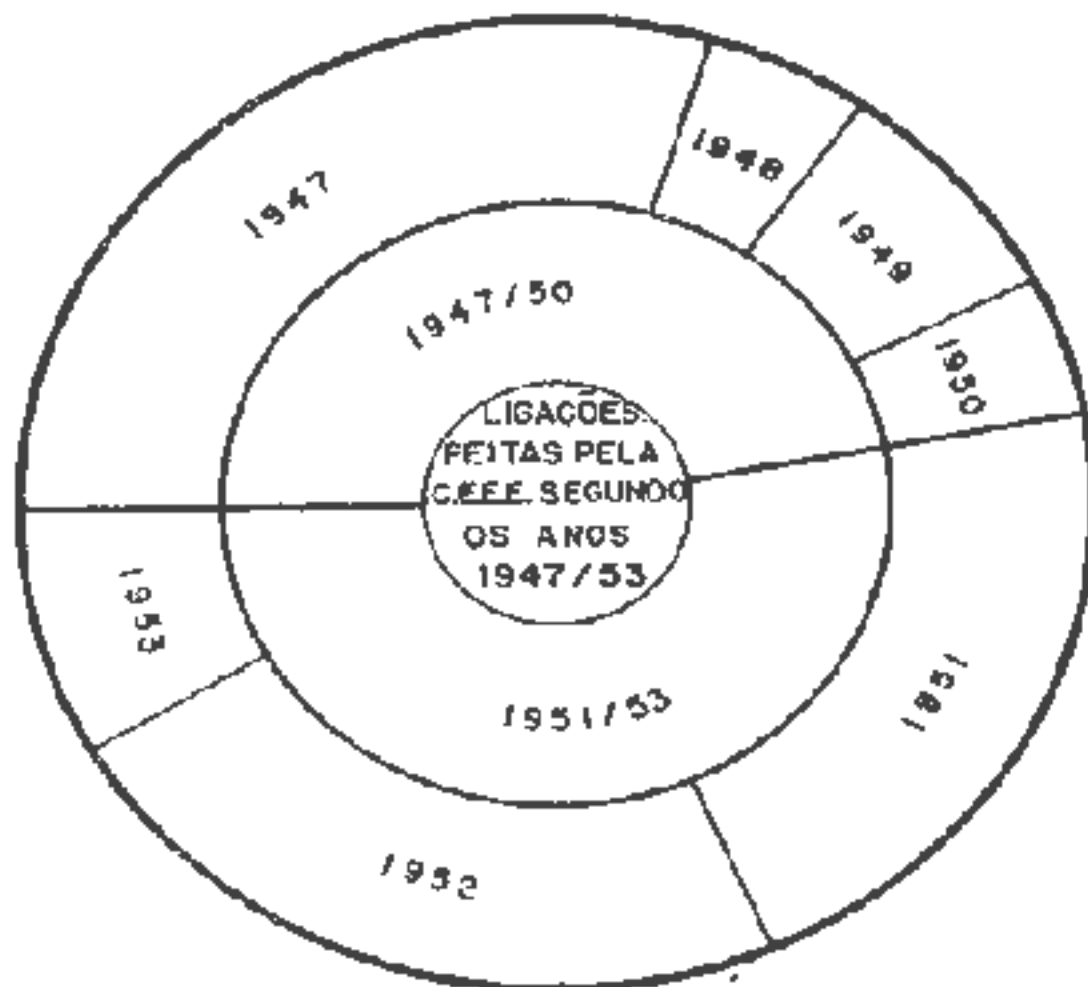
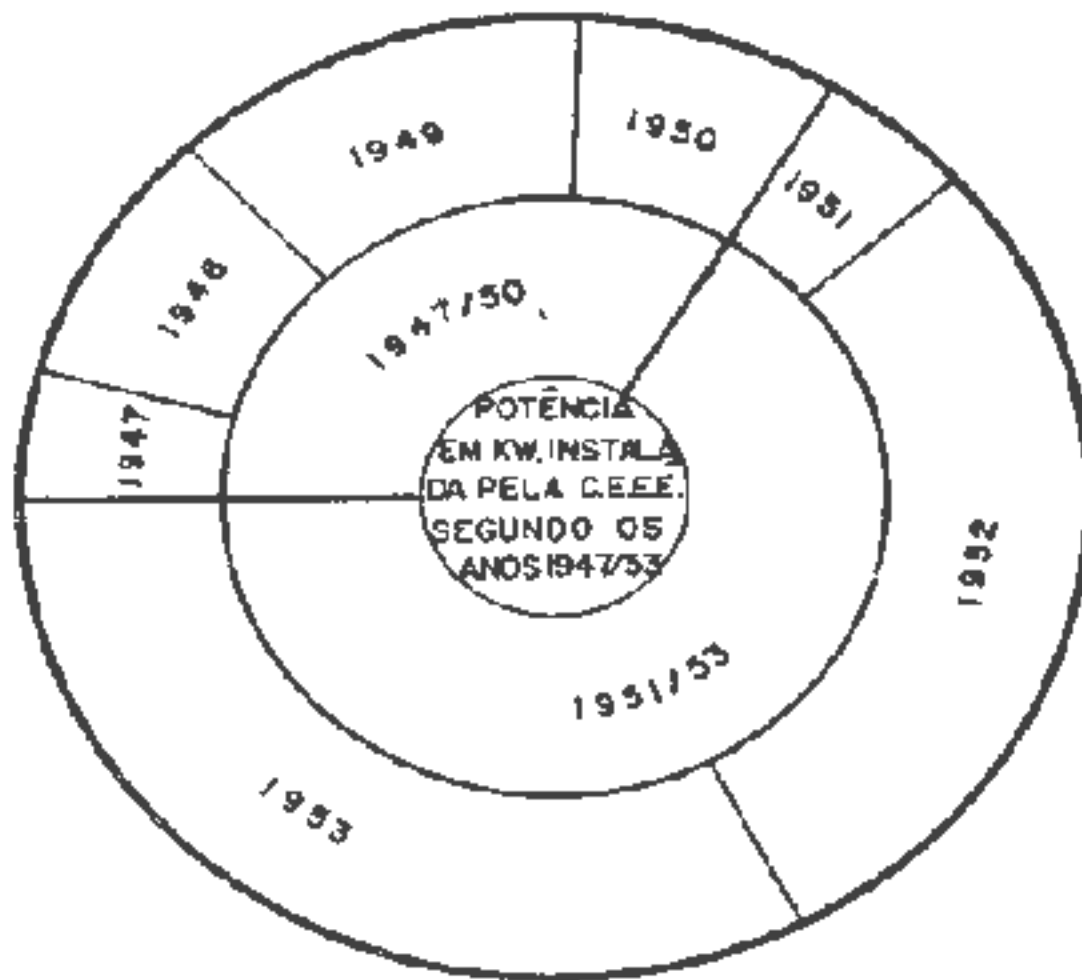
COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DEMONSTRATIVO DA POTÊNCIA INSTALADA (KW), DA PRODUÇÃO E VENDA DE KWH
E DO NÚMERO DE CONSUMIDORES - 1947 / 53



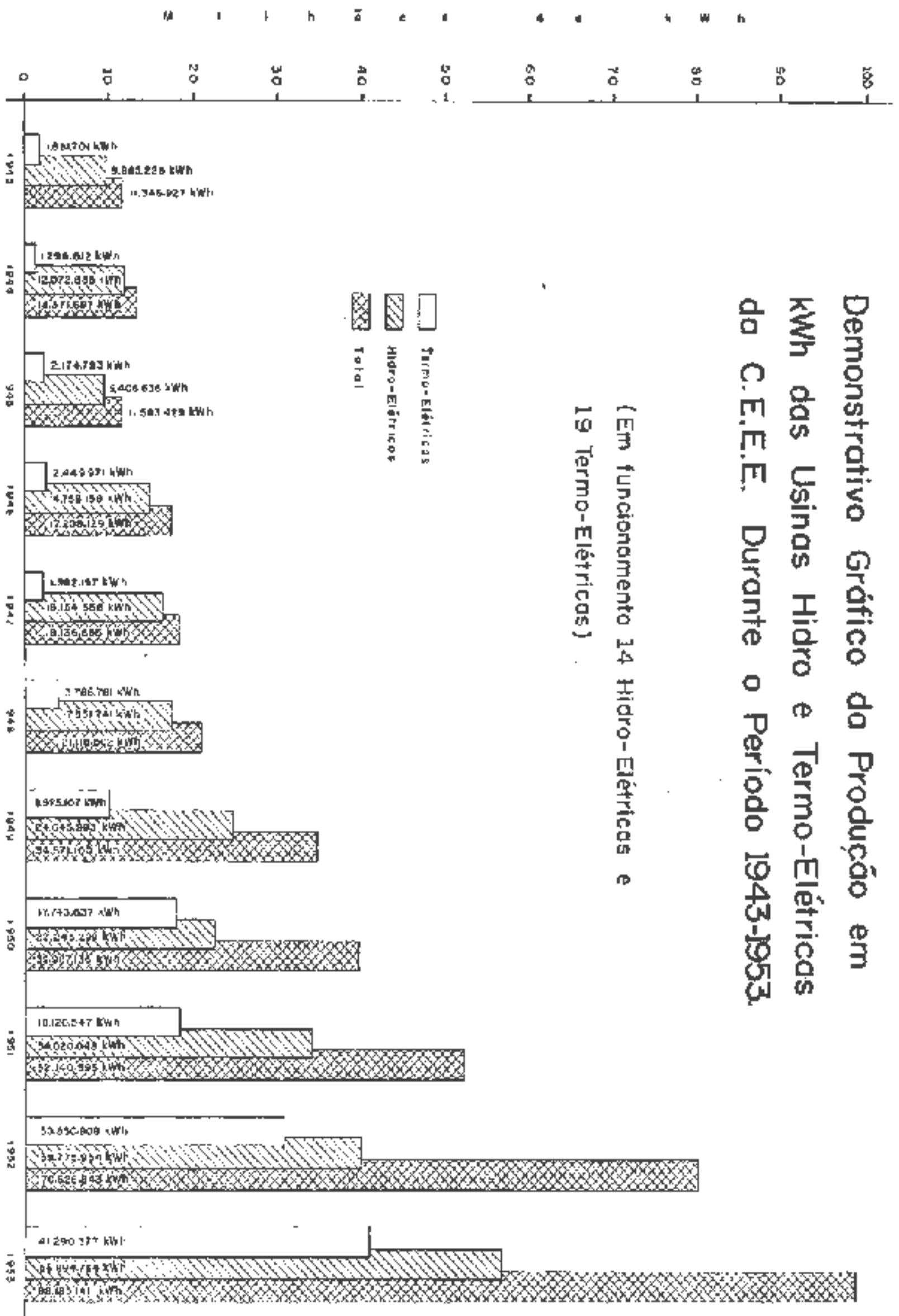
GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE OBRAS

COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA
POTÊNCIA INSTALADA (KW) E LIGAÇÕES FEITAS—1947/53



Demonstrativo Gráfico da Produção em kWh das Usinas Hidro e Termo-Elétricas do C.E.E.E. Durante o Período 1943-1953.

(Em funcionamento 14 Hidro-Elétricas e 19 Termo-Elétricas)

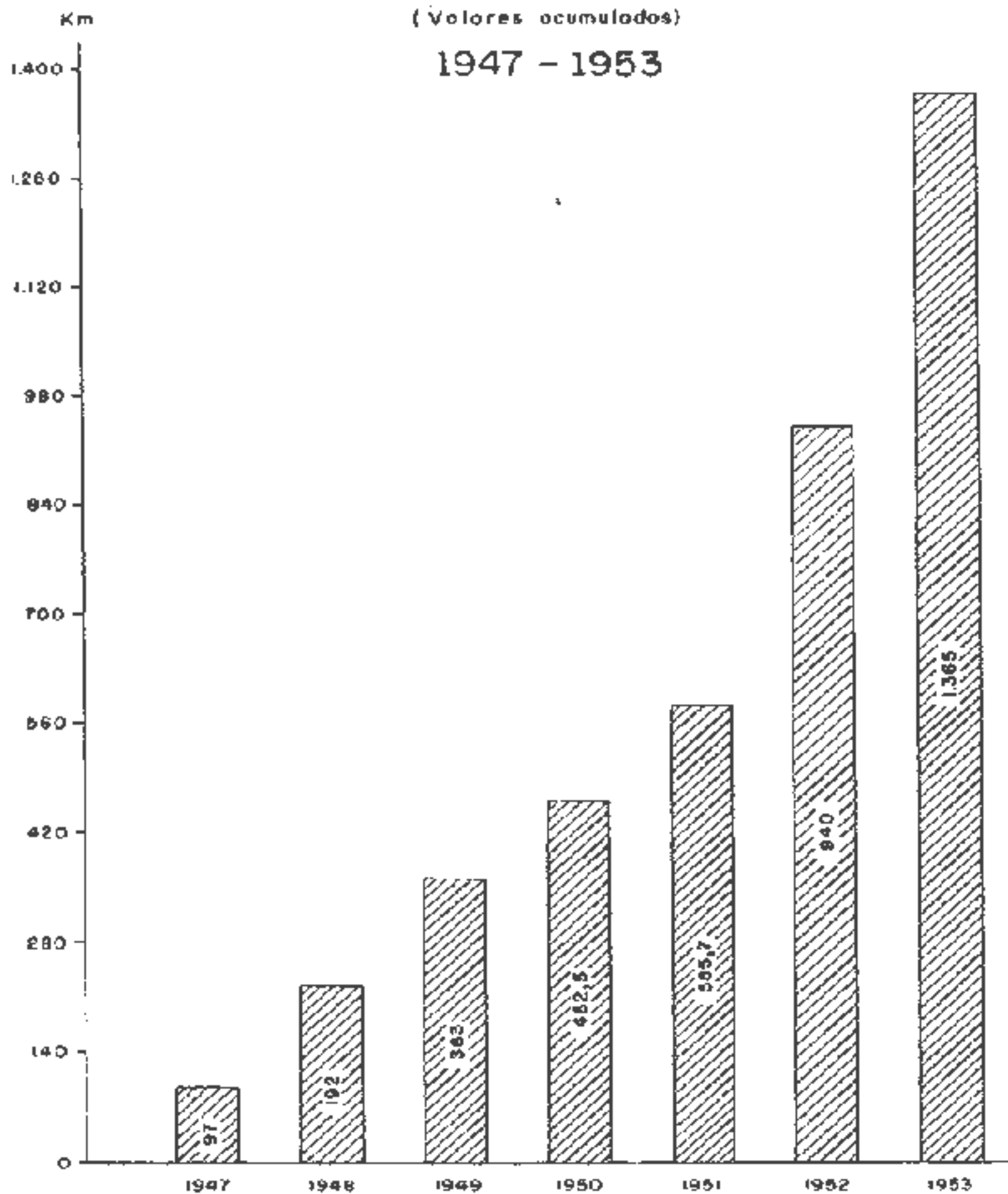


LINHAS de TRANSMISSÃO

Extensão das Linhas Construídas - km

(Valores acumulados)

1947 - 1953



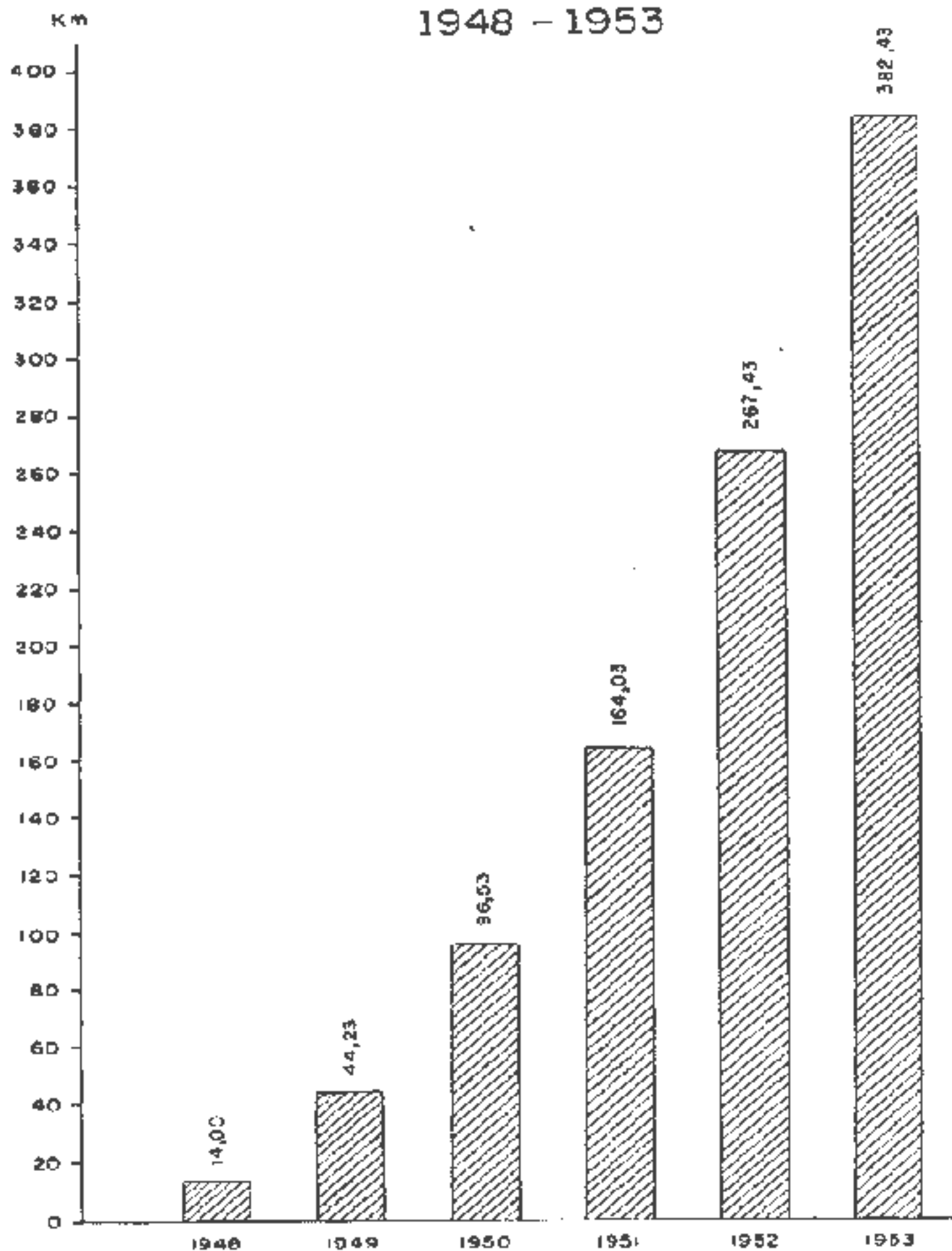
No ano de 1947 estão incluídos 37 km de Linhas de Transmissão Construídas em 1943

LINHAS de DISTRIBUIÇÃO

Extensão das Linhas Construídas - km

(Valores acumulados)

1948 - 1953



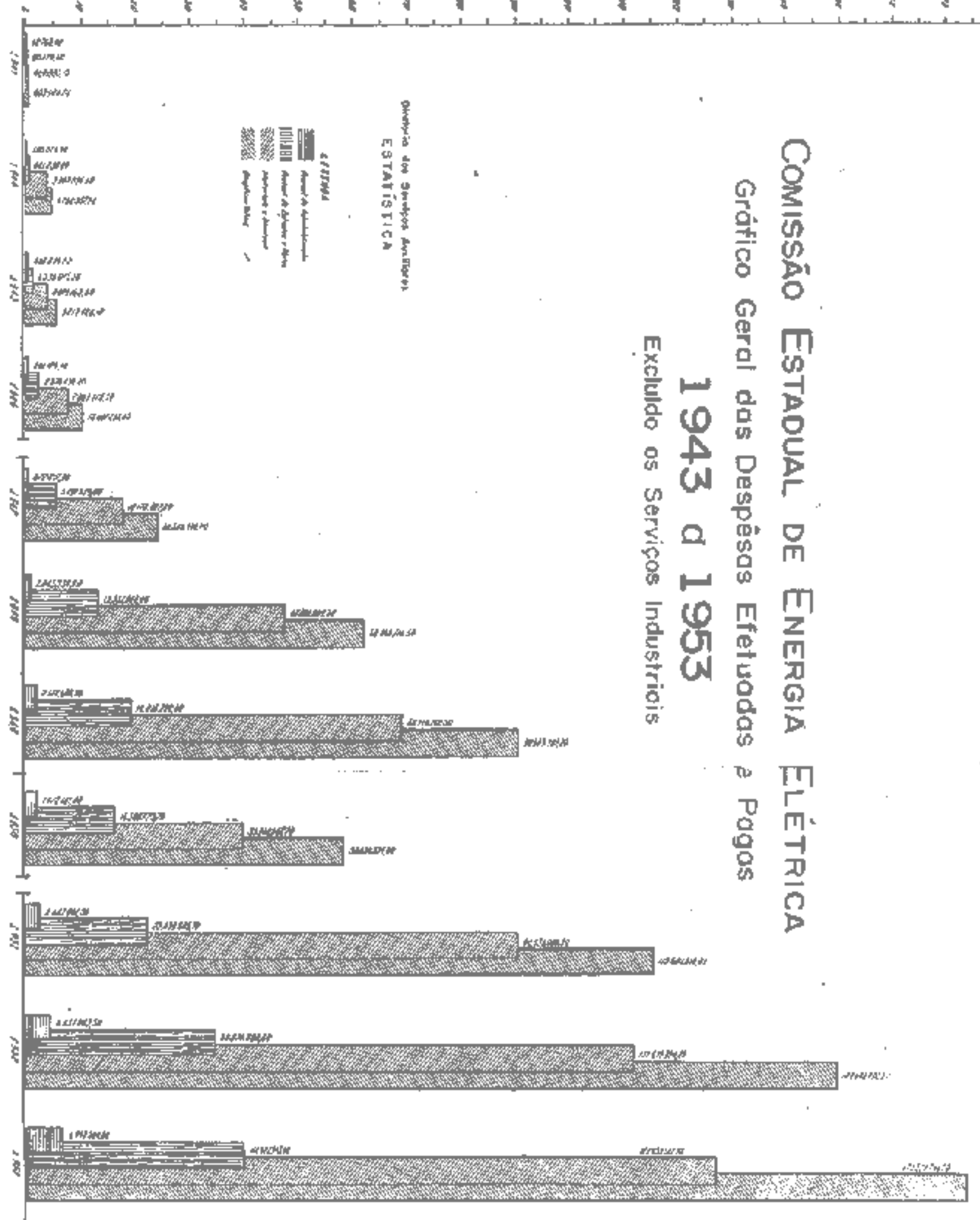
M i l h õ e s d e C r u z e i r o s

COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Gráfico Geral das Despesas Efetuadas e Pagos

1943 a 1953

Excluído os Serviços Industriais



[Handwritten signatures and stamps]

Demonstrativo Gráfico dos Recursos Gerados
Recebidos do Tesouro do Estado (1)

(1) Depósitos Estruturados pelo
 Tesouro no Banco do R.G.
 do Sul na Conta C.E.E.E.

